



LIVRO DE REPÓRTER

AUTORALIDADE E
CRÍTICA DAS PRÁTICAS

ORGANIZAÇÃO
BEATRIZ MAROCCO
ANGELA ZAMIN
MARCIA VEIGA DA SILVA

Beatriz Marocco
Angela Zamin
Marcia Veiga da Silva

Livro de repórter

autoralidade e crítica das práticas

Santa Maria
FACOS-UFSM
2019

L788 Livro de repórter : autoralidade e crítica das práticas /
[organização] Beatriz Marocco, Angela Zamin,
Marcia Veiga da Silva. – Santa Maria, RS :
FACOS-UFSM, 2019.
448 p. ; 21 cm

1. Jornalismo 2. Livro de repórter 3. Autoralidade
4. Práticas jornalísticas I. Marocco, Beatriz II. Zamin,
Angela III. Silva, Marcia Veiga da

CDU 070.4

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central - UFSM

ISBN: 978-85-8384-084-8

Licença Creative Commons



Apresentação7
 Uma década de pesquisa
 Angela Zamin, Beatriz Marocco

Prefácio 17
 A importância de se pesquisar além do óbvio
 Cláudia Lago

HORIZONTE TEÓRICO

Livro de repórter: percurso de pesquisa e formulação do conceito 23
 Beatriz Marocco, Angela Zamin, Marcia Veiga da Silva

Giro autoral no livro de repórter 49
 Beatriz Marocco

Jornalismo de sensações 79
 Beatriz Marocco

DAS ESCRITURAS DE
 Adriana Mabilia e Helena Salem

De como o acontecimento se torna: reflexões sobre experiência e partilha 119
 Angela Zamin, Lara Nasi, Reges Schwaab

“O mundo tem que saber disso de alguma maneira”: crítica das práticas na reflexão de jornalistas brasileiras 137
Angela Zamin, Taiz Richter, Tatiane Milani, Tonie dos Santos

Sobre os rastros da reportagem: a experiência de duas repórteres brasileiras na Palestina 159
Reges Schwaab, Cleusa Jung, Mateus Quevedo, Jéssica Hock

Crítica às práticas jornalísticas no livro de repórter: exemplo a partir da cobertura sobre a Palestina 179
Tássia Becker Alexandre, Tatiane Milani, Beatriz Marocco

DAS ESCRITURAS DE
Alexandra Lucas Coelho Eliane Brum

O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas 201
Marcia Veiga da Silva, Beatriz Marocco

O jornalista e o Outro: sobre os vestígios da sondagem e da escrita 233
Reges Schwaab, Angela Zamin

Trajetórias de vida como ingrediente de práticas jornalísticas afeitas à alteridade 257
Marcia Veiga da Silva

DAS ESCRITURAS DE
Fabiana Moraes

O encontro entre subjetividade e alteridade na crítica das práticas jornalísticas 279
Marcia Veiga da Silva

A subjetividade nas narrativas jornalísticas e suas implicações em *O nascimento de Joicy*..... 299
Dayane Barretos

A crítica das práticas em *O nascimento de Joicy*: o jornalismo como vocação no livro de repórter..... 321
Vivian Augustin Eichler, Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

DAS ESCRITURAS DE
Daniela Arbex e outros(as) repórteres

Um acidente no relato, um atentado na edição; e outras reflexões acerca das práticas jornalísticas..... 349
Angela Zamin, Reges Schwaab

Transgressões ao regime das práticas em *Todo dia a mesma noite*, de Daniela Arbex..... 369
Marlon Santa Maria Dias

A REPORTAGEM
pelas repórteres

Adriana Mabilia
Reportagem, um processo que envolve correção, empatia, sofrimento e reflexão..... 401

Fabiana Moraes
Para que serve um jornalismo de subjetividade?..... 411

Tatiana Salem Levy
A luta de uma garota..... 433

Autoras e autores..... 439

APRESENTAÇÃO

Uma década de pesquisa

Angela Zamin
Beatriz Marocco

Pensar o jornalismo é atividade permanente dos grupos de pesquisa Estudos em Jornalismo (CNPq/Unisinos) e Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM); o primeiro, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos; o segundo, à graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen. O presente livro reúne pesquisas gestadas nesses espaços, por docentes e discentes da graduação e da pós-graduação. O ponto aglutinador é o cotejamento do conceito de “livro de repórter”, derivado da pesquisa *O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas*, coordenada pela professora Beatriz Marocco, da Unisinos, e iniciada em 2009, com recursos oriundos de um edital universal do CNPq. Dez anos depois, apresentamos aqui desdobramentos em vários projetos de pesquisa que desenharam um campo de estudos, a crítica das práticas jornalísticas e, em seu interior, outra forma de fazer, que rompe com o que o

filósofo italiano contemporâneo Gianni Vattimo (2016) considera “jornalismo de dominação”.

Partindo dos conceitos foucaultianos de crítica e de comentário, inicialmente, entende-se o livro de repórter como *locus* para uma exegese do saber jornalístico. Atualmente, a reflexão abarca inúmeras discussões, complementares: reflexão sobre as práticas jornalísticas e a crítica daí resultante, complexificação da pauta e da relação com a fonte, autorialidade individual (cuja construção, no jornalismo, está ligada à “função autor”, definida “pela singularidade de um campo do conhecimento e por operações jornalísticas que são mobilizadas para produção do acontecimento”), alteridade (enquanto “consciência da percepção do Outro”), experiência (jornalismo como “relato da experiência de um sujeito, uma faceta das tantas que um acontecimento possui”), subjetividade (não colocada em oposição à objetividade), ações de resistência na prática jornalística – e também transgressão, nos termos de Foucault –, e jornalista vocacionado (“aquele capaz de articular convicção e responsabilidade”).

É justamente sobre o conceito de livro de repórter e sobre o arcabouço teórico que o circunda e/ou que dele deriva que se detém a primeira parte do livro. A trajetória em que buscamos compreender primeiramente os controles discursivos e o saber que circula ininterruptamente nas práticas jornalísticas está exposta nessa primeira parte. Ao explicitar essa tensão, existente nos espaços e no tempo da produção jornalística, salientamos um nicho singular: o livro de repórter, que ganhou um nome e consistência conceitual aos poucos. Na contramão do modo de objetivação jornalística, é uma figura de resistência, em que são alojados alguns repórteres, inscrita no fenômeno contemporâneo dos livros escritos por jornalistas. Os próximos textos abordam a construção do pensamento sobre a figura.

Em «*Livro de repórter: percurso de pesquisa e formulação do conceito*», Beatriz Marocco, Angela Zamin e Marcia Veiga da

Silva, recuperam a pesquisa anteriormente referida, sendo o livro de repórter uma das ações de resistência dos sujeitos da prática. Pela escuta de jornalistas chega-se a um tipo de produção, o livro de repórter, e ao duplo deslocamento da prática que este parece realizar, ou seja, uma hermenêutica jornalística e a criação autoral. O livro de repórter evidencia a existência de um jornalista que materializa saberes nos livros que escreve, podendo ainda, nesses espaços, esboçar críticas à prática e criar um modo de produção autoral.

No texto «*Giro autoral no livro de repórter*», Beatriz Marocco indaga que autor é este que se constitui neste espaço de criação. Seguindo a trajetória de Michel Foucault, Dominique Maingueneau e Roselyne Ringoot, Beatriz Marocco reconhece nos livros de duas repórteres as ações de resistência que se dedicam a iluminar o que permanece oculto na produção das mídias sobre a nossa atualidade. Considera a autoralidade como dispositivo de deslocamento de um movimento epistemológico que tem como ponto de partida a existência da autoralidade coletiva nas mídias jornalísticas e projeta a autoralidade individual no livro de repórter.

Ainda Beatriz Marocco, em «*Jornalismo de sensações*», volta-se ao pensamento de três repórteres – Eliane Brum e Alexandra Lucas Coelho, repórteres contemporâneas, e Caroline Rémy, repórter francesa que se tornou conhecida no século XIX pelo pseudônimo Séverine –, que, em diferentes condições históricas, demonstram que mesmo nas relações de poder mais dessimétricas e cristalizadas, como as prevalentes nas mídias jornalísticas, há possibilidade de resistência ao modo de produção vigente. No presente, as marcas discursivas dão visibilidade à constituição do sujeito na trama histórica e dão relevo à normatização do jornalismo e à resistência localizada no lugar da invenção da subjetividade. Trata-se, desta vez, de uma incursão metodológica na arqueogenealogia.

As três partes seguintes acolhem leituras de livros de repórter. *Palestinos, os novos judeus* (1977) e *Entre árabes e judeus: uma reportagem de vida* (1991), de Helena Salem, e *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto* (2013), de Adriana Mabilia, originaram a produção de quatro textos, sendo os três primeiros resultados da pesquisa *Jornalismo e narrativa: percursos e procedimentos de duas repórteres brasileiras na Palestina*, desenvolvida pelo Resto com então estudantes de graduação.

O texto «*De como o acontecimento se torna: reflexões sobre experiência e partilha*», de Angela Zamin, Lara Nasi e Reges Schwaab, ao considerar que o acontecimento não é apenas da ordem do que ocorre, mas de como ele se torna, se volta para a relação que partilhar a experiência e dar a conhecer denotam. Para tanto, analisa os livros da jornalista Helena Salem, do *Jornal do Brasil* à época da Guerra do Yom Kippur, tomando-os como espaço de reflexão sobre a prática e o saber jornalísticos, de elaboração da crítica e de formulação da experiência.

Em «*O mundo tem que saber disso de alguma maneira*»: crítica das práticas na reflexão de jornalistas brasileiras», de Angela Zamin, Taiz Richter, Tatiane Milani e Tonie dos Santos, a crítica à cobertura internacional, especialmente de conflitos, é central. Nos livros de Salem e Mabilia entrecruzam-se a crítica trazida pelas fontes e a autocritica esboçada pelas repórteres ao abordarem o próprio fazer, como resultado de uma atitude reflexiva sobre a prática jornalística proposta no interior do próprio sistema.

Reges Schwaab, Mateus Quevedo, Cleusa Jung e Jéssica Hock, em «*Sobre os rastros da reportagem: a experiência de duas repórteres brasileiras na Palestina*», tecem aproximações em torno da experiência e da narrativa de Helena Salem e Adriana Mabilia na cobertura da questão Palestina. A cartografia que compõem é fruto de um percurso intenso de reportagem em torno do tema, da posição narrativa e da política de fontes adotada. As pistas que ofertam no narrar não reiteram a naturalizações acerca do

tema, esforço que permite também debater alguns aspectos da prática jornalística a partir de seus livros.

Em «*Crítica às práticas jornalísticas no livro de repórter: exemplo a partir da cobertura sobre a Palestina*», Tássia Becker Alexandre, Tatiane Milani e Beatriz Marocco tomam o livro de repórter como espaço à interpretação crítica dos jornalistas e à construção de uma autoria individual. A partir da análise do livro de repórter de Adriana Mabilia analisam a crítica endógena e exógena ao jornalismo presente na obra.

A terceira parte reúne textos que se dedicam a analisar as práticas jornalísticas sob o prisma de gênero, dos processos de apuração e de escrita do tempo e do Outro, especialmente a partir das repórteres Alexandra Lucas Coelho, portuguesa, e Eliane Brum, brasileira. Outros repórteres também são acionados. Três textos compõem esse bloco, dois produzidos no âmbito do Grupo de Pesquisa Estudos em Jornalismo e um no Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas.

Marcia Veiga da Silva e Beatriz Marocco apresentam, em «*O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas*», pistas das ações de resistência ao modo de objetivação jornalística. Neste exercício reflexivo, o jornalismo é observado pelo prisma de gênero, focalizando nos discursos das repórteres sobre as práticas profissionais que subvertem as lógicas masculinistas dominantes e elaboram uma exegese do saber jornalístico. Um conjunto de práticas foi identificado como fazendo emergir o feminino interdito e inferiorizado nas hierarquias de valores do jornalismo. Sugere lentes mais complexas pelas quais a realidade e os sujeitos possam ser observados e demonstra a incapacidade da objetivação jornalística, forjada no século XIX, para uma leitura do mundo.

Alexandra Lucas Coelho é retomada na análise de Reges Schwaab e Angela Zamin. «*O jornalista e o Outro: sobre os vestígios da sondagem e da escrita*» explora os livros *Caderno Afegão* (2009), *Viva México* (2013) e *Tabrir: os dias de revolução no Egito* (2011) acerca do

que dizem sobre o jornalismo e seus processos de apuração e escrita do tempo e do Outro. Ainda, tensionam a relação da narrativa midiática com as questões do contemporâneo em um espaço conceitual intervalar.

Em « *Trajetórias de vida como ingrediente de práticas jornalísticas afeitas à alteridade* », Marcia Veiga da Silva sugere a reflexão acerca da subjetividade como parte relevante na constituição da identidade dos jornalistas e de práticas jornalísticas mais afeitas à alteridade. Analisando os relatos de Caco Barcellos e Eliane Brum, encontra pistas de como suas trajetórias pessoais influenciaram suas práticas e ações de resistência aos modos de objetivação jornalística. Há indícios de um tipo de objetividade que se assemelha à noção de objetividade localizada.

A quarta parte reúne as análises do livro *O nascimento de Joicy*, de Fabiana Moraes, realizadas por Marcia Veiga da Silva em « *O encontro entre subjetividade e alteridade na crítica das práticas jornalísticas: aproximações de pesquisa* », por Dayane Barretos em « *A subjetividade nas narrativas jornalísticas e suas implicações em O nascimento de Joicy* », e por Vivian Augustin Eichler e Virginia Pradelina da Silveira Fonseca em « *A crítica das práticas em O nascimento de Joicy: o jornalismo como vocação no livro de repórter* ».

Marcia relaciona-o com as práticas jornalísticas compreendidas como “os novos jornalismo investigativos” (Neveu, 2016). Considerando também a posição de sujeito da jornalista por um viés de gênero, faz uma leitura da reflexividade sobre as práticas, a partir da epistemologia feminista.

Dayane examina a opção da repórter Fabiana Moraes em colocar os sujeitos em destaque e inserir a produção jornalística em uma perspectiva relacional, como é o caso da visibilidade e da relação entre jornalista e personagem. Nesse sentido, busca tensionar as implicações que uma maior apropriação da subjetividade traz para a narrativa jornalística.

Vivian e Virginia, sob inspiração de Max Weber (2011), traçam um outro olhar teórico sobre os livros de repórter.

Sugerem que a reflexão crítica de Fabiana Moraes, em *O nascimento de Joicy*, permite circunscrevê-la à condição de jornalista vocacionada, aquela que, no exercício da profissão, ora articula os imperativos éticos da convicção, ora os da responsabilidade. Assim fazendo, suas práticas lhe permitem a compreensão da realidade e da tarefa do jornalista também em termos complexos, na acepção de Morin (2005). O conceito de livro de repórter é discutido no âmbito da crítica de uma prática complexa para, por fim, destacar exemplos que evidenciam essa articulação de princípios e de responsabilidade nas escolhas e reflexões da jornalista Fabiana Moraes.

A quinta parte reúne duas reflexões pontuais: de repórteres que refletem sobre conflitos e sobre tragédias. Em «*Um acidente no relato, um atentado na edição; e outras reflexões acerca das práticas jornalísticas*», de Angela Zamin e Reges Schwaab, a crítica jornalística articulada à experiência é o elemento central. O texto se debruça sobre fragmentos de textos em que os jornalistas elaboram apreciações sobre as práticas jornalísticas nas coberturas de conflitos. O texto trabalha as respostas dos jornalistas Ramón Lobo e Joe Sacco, respectivamente em *Cuadernos de Cabul* (2010) e *Notas sobre Gaza* (2010), aos processos jornalísticos de edição, geralmente silenciados em meio ao cotidiano do ambiente das redações. Suas leituras deslocam o jornalismo de um lugar hegemônico cujos processos e controles se naturalizam se não suficientemente expostos. A escuta atenta dessa narrativa faz ecoar questões pertinentes ao desafio diário do trabalho de reportagem

Marlon Santa Maria Dias examina em «*Transgressões ao regime das práticas em Todo dia a mesma noite, de Daniela Arbex*» passagens do livro (2018) e entrevistas concedidas pela jornalista sobre o processo de apuração e de escrita da reportagem sobre o incêndio na Boate Kiss, em Santa Maria (RS), acontecimento conhecido como “Tragédia de Santa Maria”. O texto busca perceber as aproximações do trabalho de Daniela Arbex à noção

de “livro de repórter”, sinalizando a potencialidade crítica dessa escrita como um processo transgressivo de reconhecimento do presente. Como chave de leitura, utiliza a noção de “evento crítico”, desenvolvida pela antropóloga Veena Das (1996), a fim de compreender as particularidades dessa crítica quando o sofrimento é o operador significante central na construção narrativa do acontecimento.

A sexta e última parte traz textos produzidos por repórteres estudadas ao longo da obra: Adriana Mabilia, Fabiana Moraes e Tatiana Salem Levy – que fala sobre a trajetória da mãe, Helena Salem, já falecida. Em «*Reportagem, um processo que envolve correção, empatia, sofrimento e reflexão*», Adriana Mabilia, se propõe a fazer uma reportagem da reportagem. Para tanto, examina todo o processo de produção: a pauta, a apuração, a palavra, a edição, as imagens. Reflete sobre a importância de o jornalista sentir-se responsável por aquilo que escreve, i. e., por suas escolhas e, com sensibilidade e empatia, refletir acerca de como elas impactarão no público.

Ao refletir sobre a própria produção, Fabiana Moraes discute, em «*Para que serve um jornalismo de subjetividade?*», sobre a potência de um jornalismo de subjetividade. Três movimentos procuram retrabalhar epistemologicamente os modos padronizados de narrar o mundo: (1) repensar o valor-notícia, questionando a manutenção das hierarquias que sustentam esses valores; (2) realçar o jornalismo de subjetividade como ferramenta para desestabilizar representações engessadas, estabilizadas, promovidas também pelo próprio campo noticioso; (3) pensar que esse jornalismo pode se aproximar de um modo ativista de ação, sem desqualificar esse fato, entendendo que esta abordagem não é mais “contaminada” que o jornalismo cotidiano, fortemente calcado na lógica econômica.

Tatiana Salem Levy, em «*A luta de uma garota*», passeia nos entremeios da memória de filha, como a testemunha próxima dos largos momentos dedicados pela mãe, Helena Salem, ao

jornalismo e à escrita. Se não a primeira, uma das primeiras correspondentes de guerra do Brasil, uma fotografia da repórter e escritora em frente a dezenas de soldados, com as pirâmides do Egito ao fundo, aciona significados que podem ser puxados do fazer jornalístico de Helena: “mulher, livre, feminista, apaixonada pelo trabalho, pelas viagens e pela cultura”, afirma Tatiana. Um feminino que se traduz, demarca ela, em liberdade. E de como o esforço da escrita é, também, a chance de experienciar a alteridade em seus plenos caminhos.

Fica o convite à leitura da produção em torno do conceito de livro de repórter acumulada pelos grupos de pesquisa GPJor/Unisinos e Resto/UFSM FW ao longo desta década.

PREFÁCIO

A importância de se pesquisar além do óbvio

Cláudia Lago

Muito tem se falado da crise do jornalismo. Por onde se olhe, existem narradores da crise, apontando para a falência dos modelos de negócio das grandes empresas, para a impossibilidade do exercício de um trabalho ético na construção das representações sobre as minorias, sejam elas numéricas ou sociais, a cooptação da imprensa por agendas de grupos específicos, o entrelaçamento das grandes empresas jornalísticas com os desígnios do capital, em detrimento da informação de qualidade e de confiança sobre o mundo, enfim. A falência do jornalismo como profissão e como forma de narrar o mundo – agora competindo com grupos especializados na disseminação de notícias falsas, tem tomado espaço nas discussões e pesquisas sobre o campo. Aparentemente, o futuro do jornalismo é incerto e, se nos guiarmos pelo que apontam estas perspectivas tão somente, calamitoso.

Neste cenário, por outro lado, aparecem trabalhos que se voltam para outros modelos de negócio, produções “independentes” do mainstream, jornalismo produzido por grupos subalternizados, jornalismo contra o sistema vigente. Importantes, com certeza. Mas também com limitações se pensarmos no jornalismo como um campo que abriga inúmeros agentes com suas agendas, demandas e cruzamentos, muitas vezes imperceptíveis a um primeiro olhar.

Este livro, produto de uma trajetória de pesquisa considerável, aponta para uma terceira forma de investigar o jornalismo. Nesse sentido, filia-se a uma tradição de crítica das práticas costumeiras do jornalismo, mas também de busca por outros horizontes, sem deslocar-se inteiramente dos sistemas jornalísticos vigentes.

A investigação iniciou no Grupo de Pesquisa Estudos em Jornalismo (CNPq/Unisinos) e depois também foi desenvolvida no Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM), envolvendo, portanto, duas universidades. Grupos de pesquisas e pesquisadores/as trabalhando tanto na pós quanto na graduação que, juntos/as, passaram a interrogar sobre as práticas jornalísticas que acontecem a partir da subjetividade de sujeitos jornalistas narradas em seus “livros de repórter”, conceito gestado na e a partir da pesquisa.

O conceito, por si só, já aponta para um quadrante interessante, o entrelaçamento da subjetividade dos/as jornalistas em sua prática cotidiana na produção de livros autorais, marcados por uma escritura específica (que foge dos cânones da escritura do presente jornalístico), aprofundam a narrativa sobre a realidade, fazem uso das experiências sensoriais subjetivas e estabelecem um critério ético contundente no encontro com as fontes.

A exploração desta perspectiva, apresentada pelo livro, faz jus ao trabalho dos grupos de pesquisa mobilizados. São textos de professores/as experientes, doutores/as, lado a lado com

doutorandos/as, mestrandos/as e graduandos/as. Além disso, também contribuem com o livro duas das jornalistas que foram objeto e sujeitos das pesquisas, já que seus livros despontaram como exemplos dos livros de repórter indicados.

São textos que aprofundam não apenas recortes conceituais sobre a concepção de “livro de repórter” no que este se constitui, especialmente o colocar em cena a subjetividade dos/das autoras/es, mas exploram, a partir destes textos, a entrada em cena destas subjetividades e o que isto significa em termos de alargamento das possibilidades no jornalismo. Alargamento para além de um olhar factual “objetivo”, cerceador. Alargamento apontando para um jornalismo crítico, imersivo e complexo. Um jornalismo que não se fecha em si, mas se abre para o Outro. Um jornalismo que nesta obra, e isso é mister apontar, carrega sensivelmente um recorte de gênero e, talvez atrelado a isso, uma outra salutar perspectiva.

Fundamentalmente, os textos aqui reunidos apontam para outros modos possíveis de exercer o jornalismo e, paradoxalmente, outros modos possíveis que aproximam o jornalismo de seu ideário social.

Boa Leitura!

HORIZONTE TEÓRICO

Livro de repórter: percurso de pesquisa e formulação do conceito

Beatriz Marocco
Angela Zamin
Marcia Veiga da Silva

A formulação do conceito “livro de repórter” é um dos resultados da pesquisa que nos mobilizou – e mobiliza – em torno da tensão entre controles discursivos e resistência na prática jornalística.¹ Demarcar o percurso que resultou no conceito – proposta deste texto – nos permite explorar o contexto da pesquisa que se inscreve no viés epistemológico de uma crítica das práticas jornalísticas. É importante considerar, todavia, que a investigação foi conduzida pelos jornalistas; foram eles que nos incitaram a observar de modo atento e aprofundado a produção de seus pares e possibilitaram que refletíssemos sobre o jornalismo junto com eles – e não a partir deles ou sobre eles. Por um contínuo ir-e-vir aos jornalistas e

1 A pesquisa *O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas* (2010-2011) foi desenvolvida sob a coordenação da professora Beatriz Marocco, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, com recursos do CNPq.

aos livros escritos por jornalistas nos aproximamos dos argumentos temáticos e teóricos que cercam a pesquisa.

“A vivência e a convivência com grandes profissionais, seja pelo contato direto numa redação, seja pela transmissão escrita de sua experiência, são os passaportes mais eficientes para a absorção desse saber” (Cunha, 2012, p. 95). A fala do jornalista Luiz Cláudio Cunha aponta para dois lugares de aprendizagem do/no jornalismo, a redação e os livros produzidos por repórteres. Cunha foi um dos entrevistados na pesquisa.

Por meio de enquete e de entrevistas em profundidade, mais de uma centena de jornalistas brasileiros foram ouvidos. A escuta buscava acessar comportamentos regulares que configuram o jornalismo. Em momento posterior à escuta e, portanto, de reflexão sobre ela, chegamos a um levantamento de uma grande coleção de livros produzidos por jornalistas brasileiros nos últimos 50 anos. O exame dos livros – ainda em processo – revelou um tipo de produção, o livro de repórter (Marocco, 2011, 2012a, 2012b, 2015, 2016; Schwaab, Zamin, 2015; Veiga da Silva, Marocco, 2018; Zamin, 2011, 2013; Zamin, Schwaab, 2017; Zamin et al, 2015), tomado como espaço de reflexão sobre o saber e a prática jornalística.

Identificamos o duplo deslocamento da prática que tais obras realizam ao provocar uma hermenêutica jornalística e uma criação autoral. Uma das características dessa escrita é a reflexão proposta acerca do método e das escolhas que permeiam o *fazer*, conjugadas, de maneira recorrente, à crítica das práticas. A figura de um repórter-autor que ocupa a função de reconhecimento do presente sonogada ao jornalista pelas mídias tradicionais foi desenhada em pesquisa posterior, complementar.²

2 A pesquisa *Livro de repórter, uma hermenêutica jornalística?* (2015) foi desenvolvida durante o estágio sênior de pós-doutorado da professora Beatriz Marocco, com financiamento da Capes.

Da investigação: escutar jornalistas

Como dito anteriormente, duas técnicas de pesquisa foram empregadas na escuta de jornalistas. A primeira delas, a enquete, dirigida a repórteres de jornais. A segunda, a entrevista em profundidade, com profissionais expoentes na profissão. O questionário pretendia uma escuta de jornalistas, apesar de o formato adotado versar sobre a técnica de entrevista dirigida (Thiollent, 1985), uma vez que se optou, preferencialmente, por questões fechadas de escolha simples e múltipla, sem a participação do entrevistador. Para conhecermos o comportamento deste grupo, elaboramos um questionário com perguntas destinadas a repórteres, sem cargo de chefia, com o propósito de mapear os processos de produção e de decisão no interior dos sistemas informativos. Dois grupos de jornalistas foram escolhidos: de jornais do interior do estado do Rio Grande do Sul e de jornais de referência – *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Zero Hora*.³

O questionário ofereceu, por meio de um amplo conjunto de respostas, elementos para a compreensão das práticas jornalísticas a partir da percepção dos repórteres acerca de sua profissão. O instrumento continha cinco blocos de questões e contemplava, respectivamente, os seguintes objetivos: conhecer os sujeitos (idade, formação, renda mensal familiar, etc.), entender as dinâmicas internas às redações (orientação no trabalho, competência jornalística, aprendizados que se dão nos jornais), identificar espaços de formação do jornalista externas às redações, tratar da formação profissional (formação

3 A enquete foi aplicada entre maio e agosto de 2010. Na primeira fase de aplicação, jornais do interior gaúcho, o questionário foi enviado para o correio eletrônico de 269 repórteres, enquanto na segunda, a dos jornais de referência, a 477. Entre os primeiros, obtivemos uma taxa de resposta de 21,18% (57 respostas para 269 e-mails); no segundo grupo a taxa foi de 15,30% (73 respostas para 477 e-mails).

continuada, práticas, normas etc.) e investigar o papel e a função do jornalismo (controles, verdade, imparcialidade, ética).

Especialmente o terceiro bloco contribuiu para a posterior discussão acerca dos espaços outros de formação e de prática jornalística. As respostas apontaram para o reconhecimento de que os livros escritos por jornalistas são auxiliares na compreensão e no exercício do jornalismo. Entre os repórteres dos jornais do interior, 39,7% afirmaram que os livros auxiliam e 47,36% que auxiliam às vezes, ou seja, 87,06% atribuíram importância aos livros contra 12,3% que afirmaram não auxiliar. Da mesma forma, entre os profissionais dos jornais de referência o indicativo é semelhante, ou seja, 33,3% afirmam que auxiliam e outros 47,4% que auxiliam às vezes, isto é, 80,7% veem como positivas tais obras.

Ainda sobre os livros, nas duas fases da pesquisa cerca de 60% dos entrevistados consideraram os livros escritos por jornalistas úteis para a prática (62,3% na primeira fase e 61,5% na segunda), enquanto menos de 5% os julgaram irrelevantes (4,3% e 4,4%). Cerca de 20% afirmaram que os livros vendem uma imagem romântica sobre as práticas (18,8% e 20,9%) e os demais avaliaram que fornecem uma imagem real (14,5% e 13,2%). A enquete identificou também a preferência por relatos históricos (22,9% e 30,3%, respectivamente nas fases 1 e 2) e por livros sobre jornalismo (27,9%, fase 1; 23,4%, fase 2).

Dos respondentes, 90 indicaram autores e obras. Os repórteres brasileiros mais citados foram Caco Barcellos (21 menções), Eliane Brum (6) e José Hamilton Ribeiro (4). Apareceram, ainda, Elvira Lobato, Fernando Moraes, Flávio Alcaraz Gomes, Franklin Martins, Joel Silveira, Pedro Bial, Ricardo Kotsho, Ricardo Noblat, Samuel Weiner, Sônia Brid e Zuenir Ventura. Entre os jornalistas estrangeiros, Truman Capote (15 menções), Gay Talese (5) e Gabriel Garcia Márquez (4) foram os mais citados. Além deles, Carlos Fino, Hunter Thompson, Janet Malcolm, Jon Lee Anderson, Norman Mailer,

Philip Knightley e Philip Meyer, entre outros. Caco Barcellos foi o autor dos dois livros mais mencionados pelos repórteres, *Rota 66* (10 menções) e *Abusado: o dono do morro Dona Marta* (4); *O olho da rua* e *A vida que ninguém vê*, ambos de Eliane Brum; *A arte de fazer um jornal diário*, de Ricardo Noblat, também foram indicados. Entre os estrangeiros, *A sangue frio*, de Truman Capote foi o mais mencionado.

A enquete esboçou singularidades da prática a serem testadas na entrevista, relacionada originalmente à ação de teoria (Deleuze, 1993, p. 70) que, em sua concepção foucaultiana pode ser pensada e inscrita no âmbito da “teoria da estruturação” (Giddens, 2009). Esta conjunção de ideias, oriundas de autores de parentesco duvidoso, como Foucault e Giddens, gerou um *locus* privilegiado de problematização da prática que está presente nos discursos que dão a ver a “consciência discursiva” dos agentes (2009, p. 440).

Além da enquete, o estudo contemplou a realização de entrevistas com jornalistas que iluminassem os procedimentos de controle discursivo que internalizaram e que fazem funcionar ininterruptamente uma espécie de propedêutica do jornalismo. Foram entrevistados: Gumersindo Lafuente, Núbia Silveira, Ricardo Stefaneli, Josep Roviroso Olivé, Xavier Martinez Chico, Laurentino Gomes, Luiz Cláudio Cunha, Caco Barcellos, Celito De Grandi, Clóvis Rossi, Liana Pithan, Eliane Brum, Marta Gleich, Tony Hara, Alexandra Lucas Coelho e Flávio Tavares.

Nas entrevistas em profundidade, os livros produzidos por repórteres retornaram como elemento central na formação de jornalistas. Dos entrevistados em *O jornalista e a prática* (Marocco, 2012), oito também escreveram livros: Celito de Grandi, Eliane Brum, Luiz Cláudio Cunha, Laurentino Gomes, Carlos Eduardo Lins e Silva, Flávio Tavares, Alexandra Lucas Coelho e Gumersindo La Fuente, a penúltima, portuguesa; o último, espanhol. Este é enfático ao localizar nos livros um conhecimento que alimenta a prática jornalística com

propriedade, ao afirmar que o “saber jornalístico está em livros de bons jornalistas, não em livros de teóricos do jornalismo. [...] qualquer estudante de jornalismo aprende mais [neles] do que lendo qualquer livro de teoria da redação jornalística. Estou absolutamente certo disso” (La Fuente, 2012, p. 219-220).

Luiz Claudio Cunha, de igual modo, defende os livros escritos por jornalistas como elemento de formação, que completa o circuito iniciado pelos escritos teóricos do campo: “A vasta literatura testemunhal de grandes eventos, grandes repórteres, grandes reportagens, complementam com uma dose dupla de teoria e prática o que o jornalista em início de carreira pode encontrar no seu ambiente de trabalho [...]. São úteis para os professores da academia, que têm ali um instrumento prático para desdobrar a teoria” (Cunha, 2012, p. 95).

Tais produções, em alguns casos, ingressam como parte da rotina do fazer, ingrediente inerente ao processo preparatório a qualquer ação de apuração, o que fica visível, por exemplo, no caso de Alexandra Lucas Coelho, cuja leitura contempla os livros escritos por jornalistas, porém ultrapassa as fronteiras da produção de não ficção:

Hoje não me imagino fazendo uma viagem sem levar atrás de mim um monte de livros, e sem tentar ler alguns antes [...]. De correspondentes, jornalistas, poetas, antropólogos, arqueólogos, guias. Tudo, tudo é interessante [...]. Li muito Kapucinski entre todos. Mas eu li muito jornalismo britânico, norte-americano. Também franceses. Livros de pessoas que conheci, que não são particularmente conhecidas, mas que foram repórteres que conheci. Tudo isso foi sempre sendo importante. Livros de viagens, livros de reportagens: mas também de antropologia, arqueologia, geologia, história e poesia. (Coelho, 2012, p. 173-174).

Em seus depoimentos, os repórteres entrevistados indicam a leitura como motor de sua constituição e janela para a abertura dos modelos de narrativa. Eliane Brum diz ter ido buscar seu caminho para fazer reportagem “também fora das redações” (Brum, 2012, p. 90). E completa: “Eu sempre li de tudo. E continuo lendo de tudo [...]. E me considero extremamente influenciada pela literatura oral, porque este é o privilégio que a reportagem me deu” (Brum, 2012, p. 91). A jornalista se encaixaria naquilo que Laurentino Gomes (2012, p. 116) chama de profissionais esforçados, estudiosos ou ambiciosos: “Leem os livros de repórter, leem os manuais de redação, eles olham o que está saindo lá fora, são esses que fazem a ruptura, que são justamente os mais curiosos, os mais inconformados, os mais trabalhadores [...]”. Cunha (2012, p. 102) relembra que a experiência vivida que o relato de grandes repórteres oferece sobre o ofício é fundamental ao jornalista: “A história das grandes reportagens, narradas por seus autores, com os bastidores das dificuldades e artimanhas que as fizeram possível e lhes deram grandeza, é o ensinamento mais eficaz para todo e qualquer repórter”.

A enquête e as entrevistas em profundidade levaram a pensar que dos controles disciplinares derivam resistências dos agentes, ou seja, que o jornalismo pressupõe relações regularizadas de autonomia e subordinação, em diferentes graus, que formulam o que Giddens (2009, p. 18-19) considera uma dialética de controle. Ao final podemos dizer que a pesquisa deixa como resultado a constituição de um dispositivo epistemológico que permite uma análise da conduta estratégica dos jornalistas por meio de entrevistas, dando primazia ao seu fazer, desdobrando os tipos de controle e a dialética de controle que prevalecem nos limites do saber jornalístico (Foucault, 1996; Giddens, 2009; Marocco, 2015).

Da investigação: inventariar livros

A menção aos livros escritos por jornalistas nos levou a explorar esta via, demarcada pelos entrevistados como espaço de aprendizagem sobre o jornalismo, de modo geral, e o jornalista, de forma singularizada. Sem negar a importância de jornalistas estrangeiros como Gay Talese, Truman Capote, Thomas Friedman, Robert Fisk ou Ryszard Kapuściński, citados na enquete e/ou nas entrevistas, dedicamo-nos a inventariar, a partir dos acervos de bibliotecas universitárias,⁴ jornalistas brasileiros que escreveram livros.

Identificamos, desde os anos 1960, mais de duas dezenas títulos de autoria de 112 repórteres, alguns deles escritos por mais de um jornalista.⁵ Destes, 33 autores publicaram mais de uma obra. Os resultados obtidos, se comparados à listagem fornecida pelo questionário, revelam que Caco Barcellos (1950), Eliane Brum (1966) e José Hamilton Ribeiro (1935), citados na enquete, estão entre os jornalistas que publicaram mais de um título. Além de *Rota 66* e *Abusado*, Barcellos também assina *Nicarágua: a revolução das crianças*. Eliane Brum é autora de *Coluna Prestes: o avesso da lenda* e *A menina quebrada e outras colunas*, além dos mencionados *Olho da rua* e *A vida que ninguém vê*. Ribeiro publicou *O gosto da guerra* e *O repórter do século*.

Curioso observar, todavia, que o jornalista brasileiro com mais títulos à disposição nas bibliotecas universitárias, Joel Silveira (1918-2007), não figurou entre os citados na enquete, tampouco, apareceu nas entrevistas em profundidade. Silveira publicou 18 livros: *A camisa do senador*, *A feijoada que derrubou o governo*, *A milésima segunda noite da Avenida Paulista*, *As grandes*

4 A busca foi realizada nas bibliotecas das universidades federais do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Santa Maria (UFSM) e de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

5 Apesar de exaustivo, o levantamento não é definitivo.

reportagens de Joel Silveira, *Conspiração na madrugada*, *Diário do último dinossauro*, *Guerrilha noturna*, *II Guerra: momentos críticos*, *Memórias de alegria*, *Na Fogueira: memórias*, *O inverno da guerra*, *O pacto maldito*, *Presidente no jardim*, *Tempo de contar*, *Viagem com o presidente eleito*, *Você nunca será um deles*, *A luta dos pracinhas* e *Nitroglicerina pura*; os dois últimos em coautoria.

Cronologicamente, identificamos um crescimento exponencial no número de títulos de não ficção publicados por jornalistas. Nas bibliotecas pesquisadas, da década de 1950 encontramos apenas *Esqueleto na Lagoa Verde*, de Antônio Callado. Da década seguinte, nove livros: *Tempo de Arraes: a revolução sem violência* (1965), *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil* (1960) e *Vietnã do Norte* (1969), também de Antônio Callado; *Morrer por Israel* (1967) e *A rebelião dos jovens* (1968), de Flavio Alcaraz Gomes; *Apontamentos de repórter* (1963), de João Etcheverry; *O mundo vermelho: (notas de um repórter na URSS)* (1961), de Nestor de Holanda, *000 contra Moscou* (1965), de Ibrahim Sued, e *Paixão e crime* (1965), de Carlos Lacerda.

Dos anos 1970, 13 títulos foram identificados: Flavio Alcaraz Gomes retorna com *Transamazônica: a redescoberta do Brasil* (1972) e *Um repórter na China* (1975); Fernando Morais, Ricardo Gontijo e Alfredo Rizzutti assinam *Primeira aventura na Transamazônica* (1970); Hamilton Almeida Filho publica *A sangue quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog* (1978); Eric Nepomuceno, *Caderno de notas* (1979); Fernando Morais, *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro* (1976); Helena Salem, *Palestinos, os novos judeus* (1977). Ainda, José Louzeiro publica *Lúcio Flávio, o passageiro da agonia* (1975), *Aracelli, meu amor: um anjo à espera da justiça dos homens* (1976) e *O estrangulador da Lapa* (1976); Carlos Heitor Cony, *O caso Lou* (1975), e Valério Meinel, *Porque Cláudia Lessin vai morrer* (1978) e *Seqüestro* (1979), obras classificadas como romance-reportagem (Cosson, 2001).

Nas décadas seguintes o número é significativamente maior: 29, 44, 89 e 50, publicados por jornalistas nos anos 1980, 1990, 2000 e no período 2010-2018, respectivamente. Os livros tratam de atualidade; acontecimento passado, memorialístico e/ou biográfico, e coletânea de crônicas ou reportagens; relato de viagem, descrição das práticas (manualístico), e crítica das práticas jornalísticas.

Para além do inventário dessas obras, a pesquisa isolou como objeto o livro de repórter e deu continuidade ao estudo tendo no horizonte a hipótese de existência de uma hermenêutica jornalística. Tal análise permitiu identificar que os livros constituem espaços de “descrição das práticas combinada a elementos externos à formulação jornalística, ofertando processos, organizando movimentos, e não simplesmente quadros do acontecimento” (Zamin, 2011, p. 201-202).

Os resultados obtidos igualmente apontaram outra derivada: um retorno ao arquivo das entrevistas para esquadriñar uma tipologia de agentes que pode ser formulada na tensão entre autoria coletiva e autoria individual no jornalismo.

Da investigação: localizar ações dos repórteres nos livros

Algumas ações dos repórteres que foram recortadas nas entrevistas e na leitura de materiais realizadas no processo de pesquisa, ou que foram identificadas em livros juntados à empiria, recentemente, ilustram o trabalho destes repórteres.

a) Uso da informação como arma

No livro *Viagem à Palestina* (2013), da chegada ao aeroporto Queen Alia de Amã, capital da Jordânia, ao cotidiano em Belém, Adriana Mabilia se oculta sob a identidade de turista. Os jornalistas não são bem-vindos. Nós, leitores, além das mulheres

palestinas com quem ela vai compartilhar o segredo, temos acesso ao projeto de escrever um livro para contar o que viu e a dupla resistência das ações que desenvolve em relação ao jornalismo e em relação ao estado de injustiça que testemunha. Na chegada, a repórter descreve as sensações e as primeiras percepções do lugar desconhecido e suas diferenças.

Passo pela porta. O corpo ainda não parou de tremer. O saguão de desembarque está lotado de pessoas aguardando a chegada de parentes, amigos. Muitas mulheres de preto da cabeça aos pés. De fora, os olhos, mas só o suficiente para que elas consigam enxergar o caminho. (Mabilia, 2013, posição 189).

No livro, Mabilia vai seguir o rastro de Foucault, usar a informação como arma. Para os dois esse é o sentido de iluminar, como o fez Foucault, “zonas de sombra nas nossas vidas” (Foucault em Eribon, 1990, p. 215-219). No caso do Irã, tal movimento aproxima Foucault de outra cultura, outra civilização, outra religião, para provocar uma ruptura nas ideias estratificadas no Ocidente pelas grandes agências de informação. No Irã, ele percorreu as ruas de Teerã, evitou políticos profissionais, entrevistou religiosos, estudantes, intelectuais, velhos guerrilheiros a quem fazia a mesma pergunta: “O que você quer?”. Quatro entre cinco entrevistados deram mesma resposta: “Um governo islâmico” (Marocco, 2008, p. 43). Já a indagação que guia Mabilia nos seus movimentos parece ser: “O que acontece na Palestina que nós não ficamos sabendo?”.

E, dessa vez, eu não soube disso por meio de agências de notícias internacionais ou por relatos de outros jornalistas; estou vendo. Ninguém me contou, eu estou vendo. (Mabilia, 2013, posição 1061).

Os soldados são muito jovens. Em Israel, adolescentes,

homens e mulheres, a partir dos 17 anos, já devem se alistar, é obrigatório. E a mistura de tanta juventude com uma arma dessas nas mãos só poderia dar na arrogância com a qual eles tratam as pessoas por aqui. (Mabilia, 2013, posição 1512).

A maneira como a maior parte da imprensa mundial trata esses ataques é normalmente, no mínimo, irresponsável, pois contribui para que a ocupação dos territórios palestinos pelos israelenses continue sem solução. E eu não me eximo de culpa, apesar de que sempre tento explicar, mas o editor-chefe vai lá e corta o texto, por falta de tempo no jornal. A informação tem que caber em 30 segundos, e, por mais que o jornalista domine a técnica da síntese, palavra curta tem limite. Com raras exceções, e raríssimos editores-chefe, em geral o que vai para a lixeira é o que dá contexto ao factual. O telespectador só fica sabendo que uma mulher bomba explodiu e matou. O comentário é: nossa que povo louco, são terroristas, gente violenta. (Mabilia, 2013, posição 1591).

b) Cuidado com a fonte

O repórter rompe com a produtividade da fonte do jornalismo industrial ao eleger para as suas matérias os indivíduos à margem da sociedade. Eliane Brum desloca-se da relação objetiva e efêmera entre jornalista e fonte, sem, no entanto, ocupar o lugar de amiga; como “escutadeira” incorpora a repórter, a ponto de o personagem ao longo da apuração ser surpreendido com a ideia de que a repórter se dedicasse a outra coisa que não fosse ouvir a vida dele (Brum, 2012). Alexandra Lucas Coelho se coloca frente ao outro e pensa: “Esta pessoa sou eu, pode ser eu”. Este giro identitário torna mais sólida a percepção de que esta pessoa podia ser ela, ao mesmo tempo que auxilia a construção do respeito ao outro, auxilia a

compreensão da diferença que existe entre regiões geográficas tão dispares como os Estados Unidos e o Afeganistão, a África e o Brasil. Desde tal perspectiva, Alexandra considera a história diferente que cada fonte representa.

Este é o grande lance: a dignidade. Da inteireza e da dignidade de uma pessoa que está a nossa frente. E isso tem a ver com o que? Tem a ver com o som da voz, tem a ver com os gestos, detalhes, tudo isso me interessa, que essa pessoa possa se destacar em todas suas diferenças, particularidades. (Coelho, 2012, p. 163).

c) Experiência sensorial

O repórter se apropria do corpo como dispositivo da experiência sensorial que move a sua prática. Aberto para o que vê, para os cheiros, para os ruídos, se considera, fisicamente, enviado especial do leitor que vai reportá-lo, no ato de leitura, ao espaço em que esteve numa relação comunicacional que parece ser muito própria da literatura. Na posição de jornalista, não interessa ouvir somente declarações das fontes para cumprir a pauta, mas fazer funcionar os sentidos do tato, da visão, da audição em uma relação de cognição afetiva entre seres humanos. Nesse papel, Alexandra diz que

[...] o corpo do jornalista é para ser trespassado por uma experiência sensorial, cognitiva, com o cheiro, com o que vê, com o que ouve. E esta experiência sensorial deve ser depois transmitida através do texto. (Coelho, 2012, p. 163).

d) Escritura

A escuta atenta do som e da forma como as pessoas falam pode ajudar o repórter-autor a transportar o leitor para o lugar do acontecimento, complexificar o ato de leitura para que o leitor veja e ouça, não apenas leia, por meio de imagens, sons e

movimento, a partir da escritura, com técnicas que fazem isso ser possível no cinema e na literatura, como nos conta Alexandra Lucas Coelho (2012, p. 163): “O texto tem muito do cinema. Para mim é muito cinema. Então é um cinema com todos estes elementos, e o fascínio está em construir um filme, mas apenas com palavras”.

Da formulação teórica: o conceito de livro de repórter

A escuta de jornalistas, quer pela enquete, quer pela entrevista em profundidade, e o inventário dos livros, combinados, possibilitaram no escopo da investigação desenvolver o conceito de livro de repórter (Marocco, 2011, 2016). Pela proposição, os livros produzidos por jornalistas foram entendidos como contributos para uma análise do jornalismo por formularem uma experiência à sombra das práticas jornalísticas, que se localiza além dos relatos dos jornais e às margens das teorias jornalísticas e manuais de redação. Conforme Marocco (2011, p. 121),

Trata-se de um tipo de texto que se ocupa do jornalismo, para dele elaborar outro texto que oferece o desvendamento de certos processos jornalísticos, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará um exercício de interpretação criativa do que é considerado jornalismo.

Na margem do jornalismo e de suas teorias, à medida que reconhece a existência de um texto primeiro, que já havia sido publicado nos jornais, ou está cristalizado no saber e nas teorias, o livro de repórter materializa a experiência que havia sido sonhada nos jornais e que incide sobre as práticas jornalísticas

(Marocco, 2012). Em ambos os sentidos, seja na apuração, seja no estilo, o que se realiza sobre as práticas e as teorias promove certa utopia do jornalismo.

Apoiada em Foucault (2006) que, em *A ordem do discurso*, ampliou a ocorrência do “comentário” a múltiplas e variadas formas, inclusive à literatura, Marocco (2011, p. 119) reflete “sobre a possibilidade de sua ocorrência no âmbito do saber jornalístico, em livros que elaboram uma exegese do saber jornalístico”. Schwaab e Zamin (2015, p. 209) afirmam que “a herança foucaultiana pode falar mais uma vez, no sentido de que se faça trabalhar a narrativa pela força de uma produção heterotópica, em busca dos possíveis fragmentários, alimentando lugares e espaços inerentes a uma outra escrita jornalística”.

Marocco (2016) avança em sua proposição conceitual ao afirmar que o livro de repórter evidencia a existência de um jornalista que critica a prática e, ao mesmo tempo, pode criar um modo de produção autoral e a materialização de saberes nos livros que escreve. Ao fazer isso o singulariza e distingue dos chamados “livro reportagem” (Lima, 1995) e das “obras de estrelas da profissão” (Neveu, 2006). Tais produções, segundo a pesquisadora (2016, p. 101),

[...] são peças importantes para o reconhecimento da diferença que guardam em relação ao livro de repórter. Nem um, nem o outro configuram uma crítica do próprio jornalismo. Desde este fazer que resiste, na reportagem ou nos livros, e que não pertence a estas categorias, os repórteres dão consistência ao livro de repórter. [...] foram escritos por jornalistas que se destacaram na função de repórter em mídias jornalísticas e que não restringiram o livro a um suporte da reportagem.

O livro de repórter faz-se lugar de tensão entre os controles

discursivos a que os jornalistas estão expostos e a resistência com que se opõem a eles (Marocco, 2015, 2016). Como um exercício de crítica das práticas jornalísticas, o livro de repórter apresenta a ação subjetiva e de resistência de um “repórter-autor”. Daí conservarmos a expressão livro de repórter, enquanto essa designa um tipo de autoria individual afastada do *ethos* profissional e da autoria coletiva própria do tempo e do espaço do jornalismo. Esta prática em novas bases espaço-temporais não rompe com o jornalismo, embora o “repórter-autor” construa com seu trabalho um lugar outro dentro do jornalismo, voltado ao exercício da crítica como reconhecimento do presente. O conjunto de informações resultantes de suas ações dá conta de operações de “acontecimentalização” (Foucault, 1978, p. 13), que fazem aparecer o acontecimento em sua complexidade. Neste novo patamar epistemológico, o repórter projeta o acontecimento em sua complexidade, em um “poliedro de inteligibilidade”, que possibilita “compor, decompor e recompor acontecimentos, a partir do(s) ângulo(s) de entrada” (Marocco, Zamin, Boff, 2012, p. 95).

Pode-se argumentar que estes livros apresentam o jornalismo em contraposição aos modos de objetivação jornalística, cuja noção de objetividade estabeleceu-se como um conceito cuja finalidade era produzir a verdade como “correspondência, descrição ‘fiel’ dos fatos e, com este sentido, ultrapassou o limiar da sociedade midiática” (Vattimo, 2016, p. 11). Para que a objetividade jornalística fosse estruturada, além do rompimento com a literatura, outras estratégias de objetivação do real foram estabelecidas.

A subversão dos modos de objetivação jornalística, em relação ao agente, pode ser observada nos livros de repórter como uma das ações de resistência: ao resgatarem a experiência do narrador, à fonte, ao ampliarem as vozes que compõem uma polifonia de fontes, à disciplina jornalística, ao possibilitarem uma reflexividade sobre a prática. Primeiramente, no livro de

repórter, o narrador ocupa a posição de intérprete crítico das leis do jornalismo e/ou de criador de certo campo de coerência conceitual ou teórica relativa à tarefa de colher as informações que permanecem ocultas na apresentação cotidiana daquilo que acontece. Tal atitude, de imediato, faz emergir a condição subalternizada da subjetividade do agente nos processos de cognitivos de leitura e narração da realidade.

A subjetividade (e todos os elementos que estariam relacionados a ela, tais como a sensorialidade, o corpo, as visões de mundo dos sujeitos-profissionais) ocupa as bases da hierarquia no jornalismo industrial. Compreendida como alijada da objetivação jornalística, por não ser considerada preme da razão dualista e cartesiana, a subjetividade é suprimida não apenas na linguagem, que visa à impessoalidade no discurso com fins de assegurar neutralidade, totalidade e valor de verdade. É suprimida também, em grande parte, nas reflexões críticas sobre as práticas, tanto pelos profissionais que as desempenham quanto por boa parte dos estudos sobre o campo. Nesta posição, o agente se faz sujeito da experiência.

A ideia de experiência que partilhamos com nossos semelhantes têm estado longe de ser percebida como forma de comunicação no jornalismo. Em sua forma singular, o relato amarrado no tempo da atualidade e na imparcialidade reproduz leis que predeterminam a sua significação, tornando a experiência calculável e certa. “A experiência é incompatível com a certeza, e uma experiência que se torna calculável e certa perde imediatamente a sua autoridade” (Agamben, 2005, em Antunes, 2010, p. 164). No livro de repórter, ao contrário, a experiência parece apontar para o desejo ativo de escutar e dar atenção às possibilidades alternativas (2010, p. 156).

Segundo Antunes (2010, p. 156), para se abrir como elemento de compreensão da experiência, o texto jornalístico, em alguma medida, “precisaria se problematizar, construir formas de abordagem que dessem conta de aspectos como a

complexidade e a indeterminação e a multiplicidade contextual que um texto apresenta”. Ou seja, “seria preciso um texto que encarnasse dúvida, hesitação, perplexidade também como objetivos desta comunicação jornalística, um texto que configurasse uma situação problemática” (Antunes, 2010, p. 156). Ao resgatar o direito pleno à experiência no seu trabalho de acontecimentalização, o repórter se descola do discurso cotidiano e do domínio midiático para ocupar um papel novo, que é diferente no jornalismo e na ciência e tem muito a ver com a história e as ciências humanas.

O direito pleno à experiência também se manifesta nas ações de resistência dos repórteres em relação às fontes, cuja prática relacional repórter-fonte também é identificada como subversiva ao modo de objetivação jornalística. Nos procedimentos de apagamento do sujeito nos discursos pretensamente objetivos e neutros, a escolha das fontes é parte das estratégias que norteiam as práticas discursivas no jornalismo: “nos limites da informação, a palavra do jornalista não poderia mais ser autorizada a não ser se evidenciasse a sua entrada em uma ordem do discurso jornalístico pela presença, entre outros elementos, do testemunho da fonte de informação e da ‘confissão da verdade’ (Dent, 2008) que a mesma supõe” (Marocco, 2011, p. 3).

A fonte é condição para a existência da notícia, apaga a mediação direta entre o jornalista e as coisas do mundo; será designada como “testemunha”, aquela que diz “isto aconteceu, isto é verdade”. Sua presença desencadeia a operação de apagamento e de impessoalidade assumida pelo narrador que torna a fonte auxiliar direta, com a função de ajudá-lo a apresentar uma “visão verdadeira” dos acontecimentos da “realidade” que o jornalista não pôde ver, pois não estava ali, ou que, mesmo tendo estado presente, não poderia trazer à luz com o seu depoimento direto porque necessita manter a sua posição de “neutralidade” discursiva. Os livros de repórter são um dos

espaços em que as resistências e a subversão destas lógicas podem ser percebidas nas práticas dos repórteres-autores deste “gênero” jornalístico, sugerindo uma ruptura paradigmática e uma virada epistemológica.

As fontes de que se vale o livro de repórter, ao contrário, são pouco reconhecidas publicamente e exigem mais tempo para localização e apuração. A função se assemelha à da fonte acionada por Foucault em seu trabalho com os presidiários franceses durante o funcionamento do GIP (Grupo de Informações sobre as Prisões), cujo objetivo era transferir aos presidiários o direito e a possibilidade de falar sobre si e sobre as prisões. Esta produção de uma palavra liberada dos esquemas disciplinares está francamente em oposição ao modo de objetivação jornalística dos indivíduos que, geralmente, se volta para fontes oficiais que ocupam posições institucionais, fornecem a informação mais rapidamente a baixo custo e por isso são mais produtivas e conferem à informação maior confiança e aparência de verdade (Marocco, 2008).

O que é central na prática da disciplina, que Foucault reconheceu como um procedimento de controle dos discursos, é que ela define os limites do saber; no caso jornalístico, dentro do terreno da verdade, que exclui tudo o que não o seja. Foucault (2005, p. 156) disse: “A verdade está ligada circularmente aos sistemas de poder que a produzem e a mantêm, e aos efeitos de poder que induz e que a acompanham, ao regime de verdade”. Mais recentemente, os pesquisadores canadenses Jean Charron e Jean De Bonville (1996) formularam a hipótese de que a prática induz ajustamentos no sistema normativo, inversamente do que ocorre no regime disciplinar imaginado por Foucault. Sabe-se que a ocupação do jornalismo com a verdade dos fatos marca os limites do campo jornalístico e caracteriza o desenvolvimento histórico do jornalismo industrial. O que ocorre, em nosso entendimento, são ajustamentos das normas e das formas jornalísticas vinculados principalmente aos estágios tecnológicos

e midiáticos, que não arranham o modelo disciplinar diferenciado pela produção da verdade, esta sim, vinculada à historicidade dos regimes de verdade das sociedades, que está além do campo disciplinar.

A noção de objetividade de base positivista é rompida nas práticas discursivas dos repórteres-autores e parece mais afeita a uma noção que trata da “localização limitada e do conhecimento localizado, [e] não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto”, e indica “os modos como podemos nos tornar responsáveis por aquilo que aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 21). Ou seja, sinaliza os significados possíveis a partir de uma visão que se constitui a partir de sistemas de percepção ativos que constroem traduções, interpretações e modos específicos de ver (Haraway, 1995). Tal ruptura pode ser percebida nos discursos dos repórteres-autores, seja na reflexão sobre a prática expressa nos livros de repórter, seja na forma de entrevistas:

Verdade cujo conceito não considero absoluto, derivado do olhar de determinadas pessoas, determinada empresa. Não acho que a verdade é absoluta. Agora muito menos, será verdade, se você nem a procurou, como acontece frequentemente nas redações. Ter que procurar a verdade, já acho demais. Mas se aproximar dela é nossa obrigação. Com as nossas devidas imperfeições, fraquezas, dúvidas e ideologias, preconceitos, preconceitos e preconceitos. O ideal seria assim, a cada história que a gente acaba, dizer “ei, senta aí na poltrona para assistir, ó, eu tive 15 minutos para fazer esse trabalho, deixei de ouvir quantas e tantas pessoas”. Acho que é o correto, seria o correto. Por isso a gente sempre mostra nos bastidores do nosso trabalho a maneira como a gente avançou na história. Até para o espectador ter uma ideia “caramba, eles só fizeram isso” ou “fizeram tudo isso”. (Barcellos, 2011).

Em oposição à noção de verdade e objetividade positivista, predominantes na deontologia do jornalismo, o sujeito-repórter aparece na narrativa destes profissionais como elemento fundamental no processo cognitivo de interpretação da realidade. Percebe-se a possibilidade do rigor do método sem que a prática se restrinja ao cumprimento tecnicista, burocrático e à superfície dos acontecimentos. Ao refletirem sobre suas práticas, os jornalistas autores e autoras de livros de repórter descrevem corpo, a intuição, a sensorialidade como parte intrínseca aos procedimentos e métodos relativos às práticas jornalísticas desempenhadas. Dão a ver a dimensão subjetiva, a existência de um Eu que participa do processo de construção do Outro. Ao realizarem esse movimento de reconhecimento e explicitação da existência do sujeito-repórter criam condições de reflexividade, bem como de um exercício de alteridade no encontro com o Outro. Pois,

[...] um encontro com o Outro também pressupõe um encontro com o Eu, sempre em relação. E essa relação precisa ser compreendida no sentido de que o Outro é uma construção do Eu, mas se o Eu é alijado dos procedimentos, e parte-se do ideário de uma possível neutralidade, impede-se a condição de um exercício de alteridade. Impede-se também a condição de crítica, autocrítica e reflexividade sobre as próprias práticas, posto que igualmente envolve o reconhecimento da subjetividade nos processos cognitivos de objetivação do real. A compreensão da relação Eu/Outro contribui para a subversão dos modos de objetivação jornalística. Resgata a condição de agência e a responsabilidade social dos profissionais para o cerne de suas práticas. E, em última instância, potencializa a ruptura com o processo de reprodução de valores sociais dominantes nos processos simbólicos de leitura da realidade, que transforma diferenças em desigualdades a partir dos

sentidos gerados nos jornalistas – e no jornalismo – quando na condição etnocêntrica. (Veiga da Silva, 2018, p. 12).

O livro de repórter tem a consistência que o aproxima de outras áreas, traz marcas da experiência e constitui um modo de crítica das práticas jornalísticas. Apesar de desvinculada dos constrangimentos das redações, a crítica proposta, porque endógena, parte dos ideais da profissão e do universo de contradições próprias aos espaços onde o jornalismo ocorre.

Referências

ANTUNES, Elton. De certezas e desvios: a experiência “modelizada” no texto jornalístico. In: B. LEAL, C. GUIMARÃES, C. MENDONÇA. *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 145-166.

BARCELLOS, Caco. *Entrevista*. São Leopoldo, Unisinos. 11 mar. 2011. Entrevista concedida a Beatriz Marocco, Christa Berger, Thais Furtado.

BRUM, Eliane. Eu sou uma escutadeira. In: MAROCCO, B. (Org.). *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 71-92.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2016.

COELHO, Alexandra Lucas. Uma ponte entre a escrita e o mundo. In: MAROCCO, B. (Org.). *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 157-179.

COSSON, Rildo. *Romance-reportagem: o gênero*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

CUNHA, Luiz Cláudio. O melhor aprendizado. In: MAROCCO, B. (Org.). *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 93-108.

DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. 69-78.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Uma biografia. São Paulo: Editora Schwarcz, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUSS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault*. Uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. [O que é a crítica?](#) [Crítica e Aufklärung]. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, v. 82, n. 2, p. 35-63. 1978.

FOUCAULT, Michel. Qué es un autor? In: MOREY, M. *Michel Foucault*. Entre filosofia y literatura. Barcelona: Paidós, 1999, p. 329-360.

GARCIA, Célio. Resistência a partir de Foucault. In: PASSOS, I. C. F. *Poder, normalização e violência*. Incursões foucaultianas sobre a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica; Fapemig, 2008, p. 109-118.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GOMES, Laurentino. Jornalista e best-seller. In: MAROCCO, B. (Org.). *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 109-120.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, n. 1, p. 7-41, 1995.

LA FUENTE, Gumercindo. O jornalista e os maus costumes. In: MAROCCO, B. (Org.). *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 219-224.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas Unicamp, 1993.

MABILIA, Adriana. *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. VII-XXIII.

MAROCCO, Beatriz. *Ações de resistência no jornalismo*. Livro de repórter. Florianópolis: Insular, 2016.

MAROCCO, Beatriz (Org.). *Entrevista na prática jornalística e na pesquisa*. Porto Alegre: Libretos, 2012b.

MAROCCO, Beatriz (Org.). *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012a.

MAROCCO, Beatriz. [Os “livros de repórteres”, o comentário e as práticas jornalísticas](#). *Contracampo*, n. 22, p. 116-129, fev. 2011.

MAROCCO, Beatriz. [Os procedimentos de controle e a resistência na prática jornalística](#). *Galáxia*, 30, p. 73-85, dez-2015.

MAROCCO, Beatriz. Reportagem de transgressão, um giro no tratamento da fonte jornalística. In: BERGER, C, MAROCCO, B (Orgs). *Ilha do Presídio. Uma reportagem de idéias*. Porto Alegre: Libretos, 2008, p. 33-47.

MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; BOFF, Felipe. [Os grandes acontecimentos e o reconhecimento do presente](#). *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 26, n. 62, p. 92-102, maio-ago. 2012.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.

PICKETT, Brent. Foucault and the politics of resistance. *Polity*, v. 28, n. 4, 1996, p. 445-466.

RINGOOT, R; MAROCCO, Beatriz. A individualização autoral em jornalismo: Séverine, Eliane e Alexandra, repórteres à flor da pele. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13., 2015, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: SBPJor, UFMS, 2015.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. [O jornalista e o Outro: sobre os vestígios da sondagem e da escrita](#). *Brazilian Journalism Research*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 204-221, 2015.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 4. ed. São Paulo: Polis, 1985.

VATTIMO, Gianni. *Adens à verdade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

VEIGA DA SILVA, Marcia. Trajetórias de vida e práticas jornalísticas afeitas à alteridade: a inclusão da subjetividade na subversão dos modos de objetivação do jornalismo. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 16., 2018, São Paulo. *Anais*. São Paulo: SBPJor, FIAM-FAAM/Anhembi Morumbi, 2018.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. [O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as](#)

[práticas jornalísticas](#). *Brazilian Journalism Research*, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 30-55, abr. 2018.

ZAMIN, Angela. [A contribuição dos “livros de repórter” para a compreensão das práticas jornalísticas e dos acontecimentos históricos](#). In: Encontro Nacional de História da Mídia, 9., 2013, Ouro Preto, MG. **Anais...** Ouro Preto: Rede Alcar; Intercom; UFOP, 2013.

ZAMIN, Angela. [Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão](#). *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set-dez. 2014.

ZAMIN, Angela. [Livros de repórter, saberes de entremeio: relatos jornalísticos sobre a cobertura de conflitos](#). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 389-405, jul-dez. 2011.

ZAMIN, Angela; SCHWAAB, Reges. [Um acidente no relato, um atentado na edição; e outras reflexões acerca das práticas jornalísticas](#). *Galáxia*, São Paulo, n. 34, p. 163-174, jan-abr. 2017.

ZAMIN, Angela; RICHTER, Taiz; MILANI, Tatiane; SANTOS, Tonie. [“O mundo tem que saber disso de alguma maneira”: crítica das práticas jornalísticas na reflexão de jornalistas brasileiras](#). *Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Santa Maria, v. 14, n. 28, p. 239-255, 2015.

Giro autoral no livro de repórter

Beatriz Marocco

Nas mídias, o jornalista é parte no processo de produção coletiva. O reconhecimento desta condição de possibilidade implica no anonimato ou na assinatura jornalística (*byline*), evidência empírica de uma singularidade profissional em que, como autor, o jornalista é uma peça do dispositivo de produção que regularmente é posto em funcionamento. Tão logo tornado público, este texto perderia a validade, o que levou Dominique Maingueneau (2010) a situar no mesmo limiar de auctoralidade¹

¹ Na concepção de Ringoot, auctoralidade equivale à palavra auctoría (anotações da autora da conferência de abertura do VI Seminário Aberto de Jornalismo, promovido pelo GPJor/Unisinos-CNPq, em maio de 2017). Para os linguistas, a auctoralidade ultrapassa a estrita comunicação linguística e se abre para considerações que associam intimamente o jurídico e o textual no interior de configurações históricas singulares. Neste sentido, segundo Maingueneau (2010, p. 27), a auctoralidade tende a aparecer como uma categoria confusa que vem embaraçar a transparência da linguagem. Neste texto, o uso do termo considera o ethos de autor e os limiares estabelecidos por Maingueneau para a auctoralidade, que diferenciam o autor de textos dispersos e efêmeros do “auctor maior” (p. 31-32), para além dos limites do termo auctoría em seu sentido de “qualidade ou condição de autor” ([Michaelis](#)).

jornalistas e padres à medida que ambos são produtores de discursos percíveis.

Simultaneamente, nossos estudos têm evidenciado na França (Bastin, Ringoot, 2014) e no Brasil um fenômeno editorial que segue direção contrária: os livros escritos por jornalistas. Neste amplo espectro, localizou-se o livro de repórter, em que a resistência à disciplina jornalística aproxima o repórter à figura híbrida de um “novo intelectual” (Vattimo, 2016). No livro de repórter há dois limiares de crítica ao jornalismo. No primeiro, identificou-se uma hermenêutica jornalística; no segundo, uma ação de criação em relação ao jornalismo. Ambos supõem uma autorialidade individual que se desvia da disciplina jornalística e que emerge igualmente em certas reportagens produzidas nas mídias jornalísticas nas margens da produção coletiva. Mas é somente quando atravessa o limiar da criação, que o repórter parece ser “plenamente autor”, por ter sua obra reconhecida por mídias de prestígio e pela academia, no caso, pelos cursos de jornalismo.

Autorialidade coletiva e o giro autoral

Em seus estudos sobre a grande imprensa, Ringoot (2004, 2010) considerou a identidade editorial para analisar a construção do sujeito coletivo jornalístico, a partir de um conjunto de elementos constitutivos da enunciação jornalística e da racionalização da informação: as editorias, os títulos, os gêneros, os ângulos, as assinaturas e o discurso que se reporta às fontes. Esses mecanismos, que enquadram a produção do discurso, organizam o menu informativo pontual sobre pré-construídos estáveis, participam da identidade do jornal.

Outro viés da autorialidade decorre da construção simbólica da profissão. No quadro de uma autorialidade genérica, o sujeito

se constrói em relação aos outros discursos com os quais o jornalismo foi demarcado socialmente. Neste sentido, um *ethos* profissional legitima a atividade de informar na profissão, por meio das mídias. Segundo o sociólogo inglês Jean Chalaby (1996), a profissão e o discurso jornalístico resultaram da emergência no século XIX, de um saber autônomo de produção discursiva, regulamentado por valores como a objetividade e a neutralidade.

Progressively, the journalistic discourse became a distinctive class of texts: agents in the journalistic field developed their own discursive norms and values, such as objectivity and neutrality. The journalistic mode of writing became characterized by particular discursive strategies and practices, neither literary nor political in character. Journalistic texts began to possess distinctive philological characteristics, and the same *discursive phenomena* could be identified in the texts, which formed the journalistic discourse. (Chalaby, 1996, p. 304).²

A concepção de jornalismo de Chalaby, no quadro conceitual da formação discursiva, se refere à “ordem do discurso” que passou a vigorar nas práticas e nas manifestações singulares do texto jornalístico com a emergência de novos dispositivos capitalistas e organizacionais, em meados do século XIX, na América e na Inglaterra. Esta tese, segundo Ringoot, articula ordem profissional à ordem do discurso, ou seja,

² Progressivamente, o discurso jornalístico se tornou um tipo de texto diferenciado: agentes do campo jornalístico desenvolveram as suas próprias normas e valores, como a objetividade e a neutralidade. O modo jornalístico de escrita incorporou estratégias e práticas discursivas, nem literárias, nem políticas. Os textos jornalísticos ganharam características filológicas diferenciadas e o mesmo fenômeno discursivo pode ser identificado nestes textos que formaram o discurso jornalístico (tradução da autora).

enquadra a aitorialidade profissional no nível discursivo, enquanto no âmbito do jornal, aponta para a instância do coletivo que se desenvolve no processo de produção e é relacionada com o surgimento do jornal.

La discontinuité étayée par Jean Chalaby dans le cadre conceptuel de la formation discursive se situe au niveau du discours, alors que la continuité défendue par Jean Charron et Jean de Bonville se situe au niveau du journal. De mon point de vue, il s'agit d'une part de l'auctorialité générique professionnelle [...] et il s'agit d'autre part, de l'auctorialité collective du journal [...]. La thèse continuiste privilégie l'auctorialité collective du journal dans le sens où le journalisme est rapporté à l'apparition du journal, au détriment de l'auctorialité professionnelle. (Ringoot, 2012, p. 100).³

Nas condições de possibilidade do jornalismo, a assinatura de um texto (*byline*) distingue e indiferencia jornalista e campo profissional, o que levou Dominique Maingueneau (2010) a abrir uma derivada de estudos incluindo o jornalista como autor, embora situado num baixo limiar de aitorialidade. Desde uma abordagem singular, em que fixou quatro limiares de aitorialidade, ou etapas anteriores à emergência de uma figura de “*auctor maior*”, designado como “*autor-auctor*”, Maingueneau retomou a questão problematizada inicialmente por Michel

³ A descontinuidade inscrita por Jean Chalaby (1996) no quadro conceitual da formação discursiva se situa no nível do discurso, enquanto a continuidade defendida por Jean Charron e Jean de Bonville se situa no nível do jornal. Desde o meu ponto de vista, trata-se, de um lado, da aitorialidade genérica profissional [...] e de outro, da aitorialidade coletiva do jornal [...]. A tese continuísta privilegia a aitorialidade coletiva do jornal no sentido de que o jornalismo pode ser relacionado com a aparição do jornal, em detrimento da aitorialidade profissional (tradução da autora).

Foucault, para acrescentar-lhe figuras concretas. O jornalista, na leitura de Maingueneau, é um produtor de discursos que perdem a validade, tão logo tornados públicos. Esta seria a função de um produtor individual ou coletivo de textos dispersos, assinados ou não, que permanecem no seu lugar original. Nesta etapa de emergência da autoralidade, Maingueneau não diferenciou o jornalista de um “padre que faz o sermão todos os domingos”.

Em segundo lugar, Maingueneau (2010) localizou o produtor-autor, um jornalista mais qualificado que reúne os textos que produziu separadamente, ou o padre, os sermões que fez, para convertê-los em obra. Em seguida, Maingueneau desenhou a figura do autor potencial, que não tem acesso ao circuito editorial e por isso possui uma imagem de autor extremamente fraca, e do autor que publica em uma editora forte e tem acesso à midiatização, que lhe confere um grau forte de autoralidade. O terceiro limiar é cruzado pelo *autor*, que pode ser associado a uma obra e não a uma sequência contingente de textos dispersos, um *opus*, que implica um conjunto de enunciados que esteja relacionado a um focalizador, uma consciência da qual esses enunciados seriam a expressão.

Na verdade, se se fala com tanto prazer e sem maiores questionamentos sobre a “obra” de um autor, é porque a supomos definida por uma certa função de expressão. Admite-se que deve haver um nível (tão profundo quanto é preciso imaginar) no qual a obra se revela, em todos os seus fragmentos, mesmo os mais minúsculos e os menos essenciais, como a expressão do pensamento, ou da experiência, ou da imaginação, ou do inconsciente do autor, ou ainda das determinações históricas a que estava preso. (Foucault, 1995, p. 27).

No quarto limiar situa-se alguém de tanto prestígio que pode até publicar uma antologia de outros autores; o que nela

vai preponderar é o seu ponto de vista pessoal (Maingueneau, 2010, p. 31-32). Atravessam o quarto limiar autores como Mallarmé e Nietzsche, diferenciados por terem produções, que eles próprios excluíram de sua obra, incluídas por decisões editoriais que as tornam parte da obra e da imagem pública dos autores.

[...] aqueles que atingem o estatuto de auctor *maior*, quando seu prestígio é tamanho que se publicam textos deles que não estavam destinados a ser publicados: rascunhos, correspondência privada, deveres escolares, cadernos de notas, diários íntimos. (Maingueneau, 2010, p. 32).

Segundo Maingueneau (2010), a atividade literária se diferencia de outras atividades igualmente voltadas para a produção de texto, como o jornalismo ou a política, por transformar todo indivíduo ligado à atividade estética em “potencial autor-*auctor*”. Mas ele não atravessará o limiar da *auctoralidade* para ser autor-*auctor*, fonte de autoridade, se não construir sua imagem de autor, ou seja, se terceiros, ao falarem sobre ele, contribuirão para modelar uma “imagem de autor” (2010, p. 31).

No exame da cotidianidade das práticas jornalísticas, acredita-se que o pensamento de Maingueneau (2010, p. 31) pode perder força se à efemeridade do texto “proveniente de atividades verbais rotineiras” forem acrescentadas as sucessivas edições que compõem uma coleção de jornais. No ambiente do arquivo, formado por um conjunto de textos atribuídos a um nome próprio, uma operação analítica poderá reconhecer o conjunto de enunciados, em que há expressão da personalidade singular de um “potencial autor-*auctor*”, mesmo que este siga vinculado à produção coletiva midiática.

Para sustentar esta hipótese, partiu-se da observação de Foucault sobre a unidade material do livro, cujas margens não são jamais nítidas, nem rigorosamente delimitadas. Além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, o livro está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases. Trata-se de um nó em uma rede formada por uma soma de textos caracterizados por um certo modo de ser do discurso, cujos fragmentos são signos de um discurso que não é uma palavra cotidiana, imediatamente consumível.

Se llega así, finalmente, a la idea de que el nombre de autor no va, como el nombre propio, del interior del discurso al individuo real y exterior que lo ha producido, sino que corre, en algún modo, en el límite de los textos, que los recorta, que sigue sus aristas, que manifiesta su modo de ser o, por lo menos, lo caracteriza. (Foucault, 1999b, p. 338).

Seguindo as pistas de Foucault (1995) deixadas na *Arqueologia*, ao lado do conjunto de textos publicados, poder-se-ia colocar em relação no interior deste grande arquivo de edições de jornal, as cadernetas de anotação preenchidas durante a apuração de uma reportagem, materiais sem assinatura⁴ que não

⁴ Sandra Moura (2007) utiliza um conjunto de fichas, caderno de anotações, fotografias, recortes de jornais e revistas, cópia de processos judiciais, papéis soltos com transcrições de entrevistas, pedaços de folhas com anotações de depoimentos, além de matérias jornalísticas acumuladas por Caco Barcellos, durante o processo de investigação de *Rota 66*. No livro *Caco Barcellos [o repórter e o método]*, Moura (2007, p. 13) se ancora nos estudos sobre processo criativo. Para ela, a escritura de Barcellos se coloca entre jornalismo e ficção literária. O exame do mesmo livro (Marocco, 2016) pôs em relevo a sua natureza hermenêutica. O discurso modifica, critica e articula-se silenciosamente a um texto primeiro. Isso fica mais claro quando se chega ao coração da pesquisa, no que o repórter denomina “banco de dados não oficiais”, em que uma

estavam destinados a publicação, que à semelhança da literatura, poderiam ser publicados e reconhecidos com base na imagem do autor construída nesta dispersão própria do jornalismo. Referindo-se diretamente à literatura, Foucault apontou a unidade da obra, que está longe de ser apresentada imediatamente; é constituída por uma operação que determina o *opus* em sua unidade e que prescinde de um nível de análise no qual a obra pode ser decifrada.

Admite-se que deve haver um nível (tão profundo quanto é preciso imaginar) no qual a obra se revela, em todos os seus fragmentos, mesmo os mais minúsculos e os menos essenciais, como a expressão do pensamento, ou da experiência, ou da imaginação ou do inconsciente do autor, ou ainda das determinações históricas a que estava preso. (Foucault, 1995, p. 27).

A função autor

No texto *O que é um autor?*, Foucault (1999, p. 331) perseguiu aquele mesmo autor que deixou marcas em *A ordem do discurso*: um lugar vazio, que pode ser vinculado, ora à ausência do “mestre”, de uma voz indispensável que ainda o auxilia em suas incertezas, ora ao que é ao mesmo tempo indiferente e compulsório nos saberes onde se exerce esta função.

O interesse pelo autor apareceu com sua ausência, em *As palavras e as coisas*, em que Foucault (1999, p. 331) se dedicou a massas de enunciados da história natural, análise das riquezas, economia política, apagando as unidades habituais do livro e do

rede de informações de múltiplas proveniências deu novos sentidos a uma base jornalística: uma coleção de matérias do jornal *Notícias Populares* (NP) sobre tiroteios entre pessoas suspeitas e policiais militares (Moura, 2007, p. 144).

autor, foram se formando “famílias monstruosas” que não lhe pareciam extravagantes, porque o que buscava, algo “modesto”, era as condições de funcionamento das práticas discursivas específicas.

Em outra parte de seu trabalho, Foucault (1999, p. 332) voltou-se justamente a esta ausência anterior: a noção de autor e a maneira como o texto aponta para esta figura “que le es exterior y anterior, aparentemente por lo menos”. Neste percurso epistemológico, localizou a indiferença, *o que importa quem fala?* expressão com que Beckett contempla um dos princípios éticos fundamentais da escritura contemporânea: ela é jogo de signos ordenados, uma regularidade, que está sempre sendo experimentada em seus limites e onde o sujeito escritor não cessa de desaparecer. A escritura, segundo Foucault, que nesta época estava imerso na literatura e em suas experiências-limite, tem um parentesco com a morte que, em um de seus modos de manifestação mais profanos, afeta o sujeito escritor que se esquia dos signos de sua individualidade; a marca do escritor é a sua ausência, a ele cabe o papel de morto no jogo dos signos.

Todo esto es sabido; y ya hace bastante tiempo que la crítica y la filosofía han levantado acta de esta desaparición o de esta muerte del autor. (Foucault, 1999, p. 334).

Para decifrar o espaço deixado por este autor que se esquia, definido por ele em sua ausência como a “função autor”, Foucault retomou a interrogação inicial, focado no nome do autor, que funciona para caracterizar um certo modo do discurso, que indica que este não é uma palavra cotidiana, imediatamente consumível, que se trata de uma palavra que deve ser recebida de um certo modo, em uma dada cultura e que tem um determinado estatuto.

El nombre de autor no está situado en el estado civil de los hombres, tampoco está situado en la ficción de la obra, está situado en la ruptura que instaura un cierto grupo de discursos y su modo de ser singular. (Foucault, 1999, p. 338).

Neste espaço, os discursos que não possuem “função autor” podem ser identificados: uma carta privada tem um signatário, não um autor, um texto anônimo, que está afixado em um muro, tem um redator. Entre uma série de restrições, Foucault presume como inerente da “função autor” um modo de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. Em sua existência na cultura ocidental, os discursos, textos ou livros, que possuem a “função autor” podem ser identificados por quatro características: a primeira se refere à punição que se associou ao ato de escrever, a partir do momento em que o escritor é enquadrado em um sistema de propriedade. Com as regras sobre os direitos de autoria, sobre os direitos de reprodução (entre os séculos XVIII e XIX) os textos transgressores passaram a ser passíveis de punição ao agente da transgressão, o autor.

Em segundo lugar, a “função autor” não se exerce de modo universal e constante sobre todos os discursos. Os textos literários, por exemplo, durante muito tempo eram postos em circulação e valorizados em seu anonimato, enquanto os textos da medicina, das ciências naturais ou da matemática não eram valorizados se não fossem identificados pelo nome do autor. Entre o século XVII e XVIII se produziu um quiasma: a “função autor” se apagou do discurso científico, enquanto o anonimato literário se tornou insuportável.

A terceira característica da “função autor” está ligada a um ser da razão cujo estatuto foi desenhado por Foucault com atributos: uma instância profunda, um indivíduo com poder

criador, um projeto e um lugar originário da escritura. O autor é, igualmente, o princípio de uma certa unidade da escritura e um certo lugar de expressão; assim um texto pode reenviar ao autor através dos pronomes pessoais, dos advérbios de tempo e de lugar e das conjugações verbais. Estes signos não são usados da mesma maneira em discursos que possuem esta função e em textos desprovidos desta função.

En estos últimos, estos “conmutadores” [embrayeurs] remiten al sujeto real y a las coordenadas espacio-temporales de su discurso (aunque puedan producirse algunas modificaciones: como por ejemplo en los discursos en primera persona). En cambio, en los primeros, su papel es más complejo y variable. (Foucault, 1999, p. 342).

O quarto traço diz respeito à relação do autor com o indivíduo real. Para Foucault, a “função autor” não corresponde diretamente a um indivíduo real. Ela pode dar lugar a vários egos, várias posições. O ego que fala no prefácio de um tratado de matemática, por exemplo, não é idêntico, nem na sua posição, nem no seu funcionamento, ao ego que fala durante a argumentação, que aparece sob a forma “eu concluo”, ou “eu suponho”, e que ainda pode se realizar em um terceiro ego; aquele que fala sobre as dificuldades de seu trabalho. No entanto, a “função autor” não está relacionada a esses diferentes egos, pelo contrário atua de forma a dar-lhes lugar na sua dispersão.

No reconhecimento do vínculo do jornalismo com a verdade como correspondência objetiva do acontecimento representado, é possível traçar uma linha tênue de fronteira entre jornalismo e literatura para que se possa pensar sobre a existência de dois campos que são quase indissociáveis na dependência da linguagem e do sujeito. Em que a “função

autor” pensada por Foucault para a literatura, poderia ser aproximada ou distanciada do jornalismo a partir desta diferença artificialmente construída?

Não se trata, seguramente, de uma “função autor” nos moldes da literatura. No caso do jornalismo, quatro traços caracterizam uma “função autor”. No primeiro deles, o suporte do coletivo no processo de produção das notícias, que se desenha no âmbito social no caso da literatura, é uma necessidade das rotinas, onde o trabalho do repórter não se realiza sem a articulação direta com outros produtores, editores, revisores. Nestas condições de possibilidade, a disciplina do campo e os interesses da organização jornalística se sobrepõem, em diferentes graus, à figura do criador individual.

Laurindo (2010), com base em Weber, valeu-se do “tipo ideal” para conectar a “função autor” no jornalismo ao testemunho de uma experiência singular de mediação que estabelece e explica as relações estabelecidas com os acontecimentos. Esta segunda característica não é independente dos gêneros, na medida em que se desloca do sentido da escrita superficial e modélica ao trabalho complexo de apreensão e interpretação das dimensões concretas de particularidades e universalidades do pertencimento do sujeito ao mundo das coisas.

O autor jornalista, portanto, é concebido como aquele que: produz e é produzido pelo objeto, que pode ultrapassar condições a ele impostas. Bastaria observarem-se as notícias críticas que transbordam o senso comum da relação funcional com a reprodução da sociedade. Para isto precisa haver um mínimo de contextualização particular ao significante particular que vai fazer da notícia uma forma de conhecimento, experiência (ou o fato) em si. Todos saem transformados de uma experiência desse tipo. (Laurindo, 2010, s/p).

A questão da ética implica à “função autor”, pensada por Laurindo, o terceiro traço: a dimensão jurídica que se afasta dos controles jornalísticos e da profissão e pode ser desdobrada em dois aspectos: moral, que assegura ao criador o controle à menção do seu nome na divulgação da obra e o respeito à sua integridade, além dos direitos de modificá-la ou de retirá-la de circulação; e patrimonial, que regula a utilização econômica da obra, prevendo pagamento ao autor pela circulação e exploração da criação (Christofoletti, 2006, p. 7).

Para além destas dimensões já reconhecidas no jornalismo, a “função autor” pode ser vinculada à resistência que um certo grupo de discursos instaura em seu modo de fazer singular. Tem-se aí uma quarta característica, em que o autor se aproxima da literatura ao projetar-se no descolamento do nome do jornal e da autorialidade coletiva. Como vimos anteriormente, a individualidade autoral pode se manifestar no interior do jornal, nos fragmentos de uma coleção de textos, ou no livro. Na dispersão de jornais ou no livro se configura um espaço outro onde a experiência subjetiva combate o objetivismo jornalístico.

O livro e o repórter

O reconhecimento de Maingueneau (2010) de que a análise do discurso sofre de um déficit em matéria de reflexões sobre o autor continua mantendo atual a interrogação de Foucault de 1960, *O que é um autor?*. Roselyne Ringoot (2016) vem aproximando este objeto ao jornalismo há mais de uma década, primeiramente com livros “didáticos”, que são vetores de prescrição e foram escritos por jornalistas franceses. Já no estudo sobre formas romanescas da ética jornalística, Ringoot voltou-se para um romance sobre o jornalismo, escrito por um jornalista. Neste trabalho, a pesquisadora analisou a ideologia

profissional a partir da ética. Com base em material ficcional, questionou a produção da verdade jornalística.

O foco de Ringoot, na sequência, foram os jornalistas reconhecidos por premiações e o romance do estudo anterior deu lugar às categorias: enquête, reportagem e reflexividade jornalística. Um censo dos livros de jornalistas na Biblioteca Nacional da França foi associado à problematização da autorialidade, em coautoria com o pesquisador francês Gilles Bastin (2012). Na retomada do objeto, Ringoot partiu da hipótese de que o livro de jornalista é um fenômeno editorial na França, principalmente o subgênero enquête, com o trabalho de dois jornalistas, Florence Aubenas e Roberto Saviano, que publicaram respectivamente *Le quai de Ouistreham* (2010) e *Gomorra: dans l'empire de la camorra* (2007).

Cette mise en visibilité appelle à questionner la place de l'enquête journalistique restituée sous forme de livre, et invite à prendre en considération l'ensemble de cette production au-delà du cercle restreint des *best sellers* et du vedettariat dont bénéficie quelques journalistes. (Ringoot, Bastin, 2011, p. 72).⁵

Nesta brecha aberta por Ringoot no espaço conceitual da autorialidade individual, o livro de repórter pode ser pensado como um lugar de tensão entre os controles discursivos a que os jornalistas estão expostos e a resistência com que se opõem a eles (Marocco, 2015, 2016).

O livro de repórter, diferentemente do chamado “livro reportagem”, contém um tipo de texto que se ocupa do

⁵ Esta visibilização leva a questionar o lugar da enquête jornalística resgatada na forma de livro e convida a levar em consideração o conjunto desta produção além do círculo restrito dos best sellers e do vedetismo do qual alguns jornalistas se beneficiam (2012, p. 72, tradução da autora).

jornalismo para dele elaborar outro texto que oferece o desvendamento de certos processos jornalísticos, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará um exercício de interpretação criativa do que é considerado jornalismo (Marocco, 2011, p. 5).

Às margens do jornalismo e de suas teorias, na medida em que reconhecem a existência de um texto primeiro, que já havia sido publicado nos jornais, ou está cristalizado nas teorias, os livros de repórter materializam a experiência que havia sido sonhada nos jornais e incidem sobre as práticas jornalísticas (Marocco, 2012). Em ambos os sentidos, seja na apuração, seja no estilo, a crítica que se realiza sobre as práticas e as teorias promove certa utopia do jornalismo. Como um exercício de crítica das práticas jornalísticas, para além da crítica, o livro de repórter apresenta a ação subjetiva e de resistência de um “repórter-autor”. Daí conservarmos a expressão livro de repórter, enquanto essa designa um tipo de autoria individual afastada do *ethos* profissional e da autoria coletiva própria do tempo e do espaço do jornalismo. Esta prática em novas bases espaço-temporais não rompe com o jornalismo, embora o “repórter-autor” construa com seu trabalho um lugar de criação dentro do jornalismo, voltado ao exercício da crítica como reconhecimento do presente. Neste novo patamar epistemológico, o repórter aciona movimentos de investigação que projetam o acontecimento em sua complexidade, em um “poliedro de inteligibilidade”:

O poliedro possibilita compor, decompor e recompor acontecimentos, a partir do(s) ângulo(s) de entrada. Aí reside a riqueza, desencadear inúmeras possibilidades de compreensão da realidade. Transposto ao jornalismo, o “poliedro de inteligibilidade” pode auxiliar tanto na produção dos acontecimentos como na compreensão de

como os acontecimentos discursivos se engendram, acionando e revelando uma rede discursiva que lhe é anterior e exterior. Para Foucault (1990), a análise dessas tramas busca reconstituir as condições de aparição de uma singularidade, a partir de múltiplos elementos determinantes, considerando que não é na natureza das coisas que se poderia encontrar o sustento, o suporte dessa rede de relações inteligíveis, é a lógica própria de um jogo de interações com suas margens sempre variáveis e de não certeza. (Marocco, Zamin e Boff, 2012, p. 95).

O livro de repórter, em sua diferença, instala o repórter na posição de intérprete crítico das leis do jornalismo e/ou de criador de um certo campo de coerência conceitual ou teórica relativo a um devir jornalismo. Pensado desde uma perspectiva foucaultiana, na contraposição ao modo de objetivação jornalística, o livro de repórter instala uma dissimetria nas relações de poder. Basicamente, segundo Garcia (2008), a resistência, pensada por Foucault como dissimetria nas relações de poder, é experiência de subjetivação, de autonomia, de quem não afronta o inimigo para infligir uma derrota, o que pretende é enfraquecê-lo e bater em retirada. No caso do repórter-autor, a resistência tem como objeto as práticas jornalísticas que caracterizam uma autoralidade coletiva ligada às mídias dominantes.

Ela [a resistência] não busca a vitória, ela não se lança em uma batalha final, ela desarma o inimigo com suas próprias armas ao desorganizar a guerra que ele havia imposto. (Garcia, 2008, p. 109).

Em sua forma singular, o relato amarrado no tempo da atualidade e na objetividade reproduz leis que predeterminam a sua significação, tornando a experiência calculável e certa. “A

experiência é incompatível com a certeza, e uma experiência que se torna calculável e certa perde imediatamente a sua autoridade” (Agamben, 2005, em Antunes, 2010, p. 164). No livro de repórter, ao contrário, a experiência parece apontar para o desejo ativo de escutar e dar atenção às possibilidades alternativas (Antunes, 2010, p. 156). Segundo Antunes (2010, p. 156), para se abrir como elemento de compreensão da experiência, o texto jornalístico, em alguma medida, “precisaria se problematizar, construir formas de abordagem que dessem conta de aspectos como a complexidade e a indeterminação e a multiplicidade contextual que um texto apresenta”.

Ou seja, seria preciso um texto que encarnasse dúvida, hesitação, perplexidade também como objetivos desta comunicação jornalística, um texto que configurasse uma situação problemática (Antunes, 2010, p. 156).

Nas entrevistas com 17 jornalistas, feitas ao longo da pesquisa *O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas* (2010-2011) foram obtidas as primeiras pistas do modo de objetivação jornalística próprio do livro de repórter. Na escuta da consciência discursiva dos agentes (Giddens, 2009) foi possível delinear o exercício da crítica ao jornalismo com a recomposição do acontecimento em sua complexidade e três elementos presentes na experiência singular de um “repórter-autor”, que deram ferramentas de prospecção para a continuidade da pesquisa. Aqui, um pequeno arquivo foi formado com duas destas entrevistas e o livro *Viagem à Palestina: prisão à céu aberto* (2013), de Adriana Mabilia. As entrevistas apontaram regularidades nas ações das repórteres e estas formalizaram um protocolo de análise aplicado na leitura crítica do livro.

a) O “repórter-autor” rompe com a produtividade da fonte do jornalismo industrial ao eleger para as suas matérias os indivíduos à margem da sociedade. Em entrevista concedida à pesquisadora, Eliane Brum (2012) contou que em seu trabalho desloca-se da relação objetiva e efêmera entre jornalista e fonte, sem, no entanto, ocupar o lugar de amiga; como “escutadeira” incorpora a repórter, a ponto de a fonte, ao longo da apuração, ser surpreendida com a ideia de que a repórter se dedique a outra coisa que não seja ouvir a vida dela.

Alexandra Lucas Coelho (2012), em entrevista à pesquisadora durante a mesma pesquisa, contou que se coloca frente ao outro e pensa: “Esta pessoa sou eu, pode ser eu”. Este giro identitário, segundo a repórter, torna mais sólida a percepção de que esta pessoa podia ser ela, ao mesmo tempo que auxilia a construção do respeito ao outro, auxilia a compreensão da diferença que existe entre regiões geográficas tão díspares como os Estados Unidos e o Afeganistão, a África e o Brasil. Tal perspectiva permite que Alexandra considere a história diferente que cada fonte representa.

Este é o grande lance: a dignidade. Da inteireza e da dignidade de uma pessoa que está a nossa frente. E isso tem a ver com o que? Tem a ver com o som da voz, tem a ver com os gestos, detalhes, tudo isso me interessa, que essa pessoa possa se destacar em todas suas diferenças, particularidades. (Coelho, 2012, p. 163).

Adriana Mabilia (2013), no livro, deu voz a mulheres palestinas para visibilizar o quase silêncio que existe sobre elas nas mídias brasileiras. Antes de viajar à Cisjordânia, ouviu palestinas que vivem no Brasil. Recém-chegada, encontrou-se com Suheir, presidente de organização não governamental que ensina mulheres a usar câmeras de vídeo – elas registram dramas pessoais, aprendem uma profissão, discutem a situação da

mulher na sociedade palestina. Suheir vive no campo de refugiados Dehaisha, em Belém, com seus três filhos. “A cada passo que tentamos dar, cada vez que temos que nos locomover, mesmo dentro do que restou para nós da nossa terra, somos submetidos a constrangimentos” (Suheir em Mabilia, 2013, e-book, posição 520).

Para dar complexidade ao que viu, Mabilia recorreu ao pensamento já existente em livros e pesquisas, alternando descrições e estatísticas à experiência que viveu como “turista”. Pelo menos em um momento do livro, a jornalista obnubilou a turista, em que ela própria se “disfarçou” para poder percorrer sem restrições o território ocupado. Mabilia colocou-se frente à fonte para entrevistá-la conforme um roteiro de seu plano de viagem. No livro, Mabilia deixou vaziar a atitude de contrariedade que isso provocou na entrevistada.

Então, faço a minha primeira pergunta:/ – A ocupação afeta a sua vida de alguma forma?/ Pelo olhar, fica claro que Suheir reprovou ou não entendeu a pergunta. Ela fica em silêncio, abaixa a cabeça e pergunta:/ – Como assim? Você quer saber se a ocupação atrapalha a minha vida? – E completa: – Não há sequer um cidadão palestino que não tenha impedimentos e transtornos por causa da ocupação. As restrições vão além da falta do direito de ir e vir. Vivemos confinados [...]./ Constrangida estou eu. É óbvio que minha pergunta foi mal elaborada. Logo eu, que estudo o tema, dei essa bola fora. (Mabilia, 2013, e-book, posição 514).

b) O “repórter-autor” se apropria do corpo como dispositivo da experiência sensorial que move a sua prática. Não interessa ouvir somente declarações das fontes para cumprir a pauta, mas fazer funcionar os sentidos do tato, da visão, da audição em uma relação de cognição afetiva entre seres

humanos, como se o jornalista fosse um corpo do leitor, que ele ali estivesse como enviado especial do leitor.

Neste papel, Alexandra Lucas Coelho disse que

[...] o corpo do jornalista é para ser trespassado por uma experiência sensorial, cognitiva, com o cheiro, com o quê vê, com o que ouve. E esta experiência sensorial deve ser depois transmitida através do texto (2012, p. 163).

Eliane Brum (2012, p. 77) costuma provocar em si mesma um movimento de esvaziamento: dos preconceitos, das visões de mundo, dos julgamentos, afinal, jornalista não é juiz, para, em outro estado, deixar-se preencher pela história do outro. “Se vais cheia, não tens como ser preenchida”. A repórter deu visibilidade a este movimento na reportagem *A mulher que alimentava*, em que acompanhou os últimos quatro meses de vida de Ailce de Oliveira Souza. As duas se viam toda a semana, todos os dias falavam por telefone. Brum descobriu-se “um terceiro fio na vida dela” e que, “na condição de narradora de uma vida”, era uma casa vazia. “Eram suas as palavras que me enchiam com história” (Brum, 2008, posição 3836).

Nunca tivera a oportunidade de falar muito de si mesma. Desse dreno de palavras ela gosta. “A gente fica guardando coisas por toda a vida. Quando eu falo, parece que elas vão se soltando dentro de mim. Me liberto”. Na outra ponta deste fio, eu também me sinto presa. (Mabilia, posição 464)

Sobre a chegada ao aeroporto Queen Alia, em Amã, capital da Jordânia, Adriana Mabilia troca as informações geográficas pela descrição da sensação de distância que materializa na imagem do astronauta: “o cabo se rompe, ele se desprende da nave e se perde na escuridão do espaço?” (2013, posição 86). Não recorre a verdades panorâmicas, somente percepções sobre

o lugar desconhecido e suas diferenças, como se ocupasse a posição de um corpo a ser preenchido a partir daquele momento. Nem palavras do idioma local ela diz conhecer: “Ah, uma correção, falo uma palavra em árabe sim: *shukran*, obrigada” (Mabilia, 2013, e-book, posição 89).

Passo pela porta. O corpo ainda não parou de tremer. O saguão de desembarque está lotado de pessoas aguardando a chegada de parentes, amigos. Muitas mulheres de preto da cabeça aos pés. De fora, os olhos, mas só o suficiente para que elas consigam enxergar o caminho. (Mabilia, 2013, posição 189).

c) O momento da escrita é concebido por Alexandra Lucas Coelho (2012) desde a entrevista em que a inteireza e a dignidade da pessoa que está a sua frente tem a ver com sua atenção voltada para o som da voz, os gestos e os detalhes que destacam diferenças e particularidades individuais. Essa complexidade na relação de entrevista leva à produção de um texto de cinema, em que o leitor, além de ler, vai ouvir e ver, para criar imagens, som e movimentos.

O texto tem muito do cinema, para mim é muito cinema. Então é um cinema com todos estes elementos, e o fascínio está em construir um cinema, mas apenas com palavras. (Coelho, 2012, p. 163).

Eliane Brum (2008) não diferencia os momentos de apuração e escrita. Ao longo dos dias de apuração, a repórter reconhece que escreve dentro de si quando está acordada e quando está dormindo.

Costumo dizer que fico grávida da matéria, o que altera meu humor e meu metabolismo. Não é fácil me aguentar dentro de casa nesses dias de gestação da reportagem. Fico quieta, sorumbática. Passo uma semana num asilo

ou vinte dias no meio do mato e quando volto não conto nada. Respondo às perguntas que me fazem com um olhar vago. Só consigo falar depois do parto do texto. (Brum, 2008, posição 1146).

O corpo dela vai se manifestar no momento da escrita compreendida como um “ato físico, carnal”.

Quem me conhece sabe a liberalidade com que vivo. E, principalmente, a literalidade com que escrevo. Eu sou o que escrevo. E não é uma imagem retórica. Eu sinto como se cada palavra, escrita dentro do meu corpo com sangue, fluídos, nervos, fosse de sangue, fluído, nervos. Quando o texto vira palavra escrita, código na tela de um computador, continua sendo carne minha. (Brum, 2008, posição 1156).

d) A figura do “repórter-autor” salienta certas informações que o discurso cotidiano e o domínio midiático da ideologia dominante muitas vezes esquecem e escondem sob uma ordem do discurso. Neste sentido, a informação é usada como arma e os argumentos se referem à história e às experiências partilhadas com nossos semelhantes, para além de se referir às evidências materiais (Vattimo, 2016).

Foucault (em Eribon, 1990), de certa maneira, deu chaves para compreensão desta faceta do trabalho jornalístico: ele quis andar a contrapelo do que os jornais diziam sobre a Revolução que derrubara o regime imperial do Irã. Já em Teerã, descreve as primeiras impressões ao chegar ao hotel. “Se você chegar depois do toque de recolher, um táxi o levará a toda velocidade pelas ruas da cidade: elas estarão vazias” (em Eribon, 1990, p. 263). No dia seguinte, põe-se a trabalhar. Encontra-se com militantes da oposição democrática, com líderes da oposição, com estudantes, homens da rua, jovens islâmicos nos cemitérios, onde as reuniões eram permitidas, na universidade, nas portas

das mesquitas. Nas reportagens que faz, a preocupação era revelar como o jornalismo constitui zonas de silêncio em torno a determinadas ideias e indivíduos e como naturaliza isso para os seus leitores no interior do discurso hegemônico. No rastro de Foucault, as repórteres foram buscar, com meio século de diferença, o que era e é sonogado pelo jornalismo dominante.

Mabilia (2013) buscou evidências de que a mídia brasileira não informa sobre o que acontece na Palestina, mais particularmente ela quis contar no livro o cotidiano das mulheres palestinas que só ocupa o noticiário quando uma delas se torna mulher-bomba e se explode, depois de perder mãe, pai, irmãos e ter sua casa destruída pelo exército judeu.

Elas são revoltadas com tudo isso, não têm mais nada a perder. Nem armas para lutar e se defender. Também não tem ninguém que as defenda. Nenhum país, nem as Nações Unidas defendem os palestinos. O mundo cruzou os braços e assiste aos israelenses todos os dias matando crianças e jovens, derrubando casas, cortando água e luz. (Riam Dais em Mabilia, 2013, posição 695).

Quando estive na Praça Tahir, nos dias da Revolução do Egito, em 2011, Coelho optou por usar o *Facebook*, em que postou muitas fotos e pouca coisa escrita. Foi uma experiência “completamente nova”, em que o mesmo meio usado para fazer revolução, foi usado para fazer jornalismo e provocar uma ação política no Ocidente. Através da imagem, ela queria operar sobre o estereótipo que os jovens muçulmanos recebem no Ocidente, que eles fossem vistos como indivíduos que se vestem iguais a nós, ouvem as mesmas músicas, são sedutores, bonitos.

[...] este deslocamento de percepção em relação àqueles jovens me interessava muito. Então, talvez por isso, eu tenha sentido a necessidade de por aquelas fotografias no Facebook. E foi muito interessante, porque havia

acabado de entrar no Facebook e tinha 500 seguidores que depois passaram a mil. [...] E eu queria que eles vissem! Que eles vissem aqueles jovens com seus Macintoshes e seus i-Phones [...]. Eu queria que os vissem sentados no chão, fumar com suas guitarras [...]. Queria que tivessem intimidade com a revolução, os abraços [...]. Houve um momento em que um amigo me deixou uma mensagem: “Mas estas pessoas são lindas e são como nós!”. (Coelho, 2012, p. 173).

Eliane Brum, segundo Barcellos (2008, posição 61), vê grandeza “até nos pequenos feitos de pessoas despercebidas”. É desde esta perspectiva, que ela descobre e conta histórias de um “mundo em dissonância” (2008, posição 61). Na reportagem sobre o garimpo, publicada em *O olho da rua*, ela constatou que o garimpeiro é o brasileiro pobre que se recusou a desistir; no mesmo livro, disse que a expressão casa de repouso foi inventada para abrigar velhos supostamente cansados da vida, quando é o mundo que se cansou deles; sobre as parteiras da Floresta Amazônica, disse que elas são chamadas nas horas mortas da noite para povoar o mundo (2008, posição 61).

Considerações conclusivas

Há autor na literatura, assim como há autor no jornalismo. Os argumentos mobilizados nas linhas anteriores sugerem que a construção da autorialidade individual no jornalismo está ligada, primeiramente, à “função autor”, ou seja, não se define por um discurso espontâneo, mas sim pela singularidade de um campo do conhecimento e por operações jornalísticas que são mobilizadas para produção do acontecimento em questão. A observação do que se passa, a escuta, as indagações, as presenças

físicas ativas acionam procedimentos regidos por princípios éticos que configuram a construção do discurso como arma.

Quer seja no jornal, quer seja no livro, a autonomia do jornalista como criador não foi reconhecida por Maingueneau (2010). Ringoot (2009) se desvia desta posição. Foucault, mesmo tendo se declarado jornalista nas viagens que fez ao Irã, planta os critérios que Maingueneau atribui à personagem do *auctor* restrita ao campo da literatura. Mesmo assim, não há como destituir Foucault do estatuto autoral e de seu desenvolvimento nas reportagens que fez no Irã e nas unidades de sua obra, nem a repórter que, sem reconhecê-lo nos propicia, igualmente, um conjunto de discursos resultantes de suas ações para dar conta dos procedimentos de acontecimentalização que fazem aparecer o acontecimento em sua complexidade e, deste, as informações que muitas vezes a ideologia dominante esquece e esconde.

Neste final, gostaria de articular o conceito de autor individual no jornalismo ao estatuto de *auctor*, que se insinua, neste caso, nas ações dos repórteres de reconhecimento do presente, empreendidas originalmente por Kant, reconhecidas por Foucault no conceito de “acontecimentalização” (Foucault, 1978, p. 13) e aplicadas na sua concepção de “reportagem de ideias” (Marocco, 2008). No caso de Eliane Brum, Alexandra Lucas Coelho e Adriana Mabilia, além desta diferença em relação ao campo do jornalismo, haveria entre elas um “forte coeficiente de auctoralidade” graças ao reconhecimento de público de seu trabalho, aos prêmios recebidos, inclusive no campo da literatura, e à imagem de autor que isso proporciona e que compartilham. Segundo Maingueneau (2010, p. 32), bem menos que isso, “[...] um ensaio publicado por um grande editor, citado por diversas revistas de prestígio e que leva seu autor a um programa de televisão”, já confere um forte coeficiente de auctoralidade.

No exame da cotidianidade das práticas jornalísticas, o pensamento de Maingueneau (2010, p. 31) pode, igualmente,

perder força se à efemeridade do texto “proveniente de atividades verbais rotineiras” forem acrescentadas as sucessivas edições que compõem uma coleção de jornais. No ambiente do arquivo, formado por um conjunto de textos atribuídos a um nome próprio, a regularidade de certas características da escritura poderá apontar, em uma operação analítica, para a existência de um nível em que se pode circunscrever, no conjunto de enunciados, a expressão da personalidade singular de um “potencial autor-*auctor*” e de um *auctor* mesmo que este siga vinculado à produção coletiva midiática, que tem a crítica das práticas jornalísticas como sinal de nascença. Para reforçar esta suspeita a ser continuamente testada em outros livros, recorreremos à Gianni Vattimo (2016, p. 36), que em seu pensamento sobre o papel novo e ainda por se definir do intelectual, desenha uma figura que se ocupa do oculto, que tende a escapar na especialização das ciências e que, “na era da democracia desvela a integralidade da experiência individual e social que se subtrai à esquizofrenia tecnológica e ao consequente autoritarismo”.

[...] pode-se pensar em uma figura que tem muito a ver com a história e com a política; alguém que faz ontologia enquanto relaciona as experiências atuais às aquelas passadas, em uma continuidade que é o sentido fundamental do termo *logos*, discurso, e que constrói continuidade também na comunidade ajudando a formação de sempre modos novos de se entender (mais uma referência a Habermas: o filósofo como Intérprete). (Vattimo, 2016, p. 37).

Referências

BRUM, Eliane. Eu sou uma escutadeira. In: MAROCCO, B. (Org.). *O jornalista e a prática* – entrevistas. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 71-92.

BRUM, Eliane. *O olho da rua*. São Paulo: Editora Globo, 2008, e-book.

COELHO, Alexandra Lucas. Uma ponte entre a escrita e o mundo. In: MAROCCO, B. (Org.). *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 157-179.

COELHO, Alexandra Lucas. *Vai Brasil*. Rio de Janeiro: Tinta-da-China, 2015.

CHALABY, Jean. Journalism as an anglo-american invention. a comparison of the development of french and anglo-american Journalism, 1830-1920. *European Journal of Communication*, v. 11, n. 3, p. 303-326, 1996.

CHARRAUDEAU, Patrick. La double dépendence. Quelques remarques entre les champs politique, économique et journalistique. In: MERCIER, A. *Le journalisme*. Paris: CNRS, Les essentiels d'Hermès, 2009, p. 129-146.

CHRISTOFOLETTI, Rogerio. [Ética e autoria: notas preocupadas](#) sobre a pesquisa científica contemporânea. *Vozes & Dialogo*, n. 8, 2006.

DENT, Chris. *Journalism*, n. 9, p. 200-219, april 2008.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Uma biografia. São Paulo: Editora Schwarcz, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999a.

FOUCAULT, Michel. [O que é a crítica?](#) [Crítica e Aufklärung]. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, v. 82, n. 2, p. 35-63. 1978.

FOUCAULT, Michel. Qué es un autor? In: MOREY, M. *Michel Foucault. Entre filosofia y literatura*. Barcelona: Paidós, 1999b, p. 329-360.

GARCIA, Célio. Resistência a partir de Foucault. In: PASSOS, I.C.F. *Poder, normalização e violência*. Incurções foucaultianas sobre a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, Fapemig, 2008, p. 109-118.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LAURINDO, Rosimeri. [Posição de autor e gênero na interface entre o jornalismo e a publicidade](#). In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33, 2010, Caxias do Sul, RS, set. 2010.

MABILIA, Adriana. *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, e-book.

MAINGUENEAU, Dominique. A noção de autor em análise do discurso. In: *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAROCCO, Beatriz. *Ações de resistência no jornalismo*. Livro de repórter. Florianópolis: Insular, 2016.

MAROCCO, Beatriz. [Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas](#). *Revista Contracampo*, Niterói, n. 22, fev. 2011, p. 116-129.

MAROCCO, Beatriz. [Os procedimentos de controle e a resistência na prática jornalística](#). *Galáxia*, n. 30, p. 73-85, dez. 2015.

MAROCCO, Beatriz. Reportagem de transgressão, um giro no tratamento da fonte jornalística. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. *Ilha do Presídio: uma reportagem de idéias*. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 33-47.

MOURA, Sandra. *Caco Barcellos* [o repórter e o método]. Paraíba: Editora UFPB, 2007.

RINGOOT, Roselyne. [Comment Millénium fictionnalise le journalisme du XXI^e siècle](#). *Mots*. Les langages du politique [En ligne], p. 104, 2014.

RINGOOT, Roselyne; BASTIN, Gilles. [Des journalistes et des livres. Un tournant auctorial dans la pratique du journalisme?](#). Colloque International MEJOR – Mudanças Estruturais no Jornalismo, 2011, Brasília, DF. *Anais*. Brasília, DF: UnB, 2011.

RINGOOT, Roselyne; UTARD, Jean-Michel. *Les genres journalistiques*, Savoirs et savoir faire. Paris: L'Harmattan, 2009.

ROMANO Claude. *L'Événement et le temps*. Paris: PUF, 1999.

VATTIMO, Gianni. *Adeus à verdade*. Petrópolis: Vozes, 2016.

.....
Publicado originalmente em:

Galaxia, São Paulo, n. 37, jan-abr., 2018, p. 66-79. ISSN 1982-2553.
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554134151>

.....

Jornalismo de sensações

Beatriz Marocco

Um recorte histórico das práticas jornalísticas desde o presente fornece evidências de controle sobre a produção e de certo número de astúcias engendradas por repórteres que não chegaram jamais a inverter a situação. Em ações de autonomia e criação, essas práticas afetaram pontualmente a autoralidade coletiva construída no âmbito do saber jornalístico, embora essa tenha permanecido incólume e predominante na produção jornalística. Duas repórteres contemporâneas – Eliane Brum e Alexandra Lucas Coelho – e Caroline Rémy, repórter francesa que se tornou conhecida no século XIX pelo pseudônimo Séverine, em diferentes condições históricas de possibilidade, tomadas como sujeitos de pesquisa, demonstram que mesmo nas relações de poder mais dessimétricas e cristalizadas, como as prevalentes nas mídias jornalísticas, há possibilidade de resistência ao modo de produção vigente no sistema de dominação (Vattimo, 2016).

Para salientar o conjunto de procedimentos que materializaram um modo singular de objetivação jornalística, em que se observa a emergência de um autor individual no jornalismo, um conjunto de enunciados foi selecionado de

entrevistas com Brum (2012) e Coelho (2012) e no livro *Notes d'une frondeuse* (1894), escrito por Caroline Rémy, em que as três repórteres descreveram o seu trabalho. Os conceitos de “relações de poder”, “jogos de verdade” (Foucault, 2006b), “autoralidade” (Maingueneau, 2010), “testemunho embaixador” (Muhlman, 2004) e “resistência” (Machado, 1993; Marocco, 2014) foram acionados para dar sustentação à rede discursiva que se formou no ambiente deste arquivo de documentos. Uma analítica enunciativa de teor genealógico foi inspirada no movimento que surpreende no passado as marcas de sujeitos singulares. No presente, essas marcas dão visibilidade à constituição do sujeito na trama histórica e dão relevo às práticas de dominação e da resistência subjetiva das singularidades, localizada no lugar da invenção da subjetividade.

Esse lugar inassinalável da subjetividade em movimento, em perpétuo “desprendimento” em relação a ela mesma, é, ao mesmo tempo, para Foucault, produto das determinações históricas e do trabalho sobre si (cujas modalidades são, por seu turno, históricas, e é nessa dupla ancoragem que se enlaça o problema da resistência subjetiva das singularidades: o lugar de invenção de si não está no exterior da grade do saber/poder, mas na sua torça íntima – e o percurso filosófico de Foucault parece aí, para nós, disso dar o exemplo. (Revel, 2005, p. 85).

Pouco explorada nos estudos em jornalismo, a autoralidade jornalística tem sido tangenciada na análise do discurso por Maingueneau (2010) e há mais de dez anos está no horizonte de pesquisa de Roselyne Ringoot. No nível da prática, por outro lado, a resistência à ordem do discurso jornalístico vem sendo exercitada de modo pontual, disperso e descontínuo há quase dois séculos. Alguns destes movimentos foram reunidos em torno de eixos reconhecidos, como o *muckraking journalism*, o *new*

journalism, o *gonzo journalism*, entre outros. A analítica proposta aqui, deslocando-se das características de uma tipologia, examina um conjunto de enunciados que salientam a historicidade da resistência dos sujeitos no âmbito do jornalismo.

No interior de uma rede de enunciados emaranhados, o analista poderá iluminar o que Foucault (2006) chama de “jogos de verdade”, i.e., as práticas que, historicamente, se referem à inserção dos sujeitos nas regras de produção da verdade definidas pelo jornalismo, e as ações de resistência que correspondem à forma refletida assumida por uma prática de autonomia dos mesmos sujeitos. De que forma o sujeito jornalista, parceiro nos jogos de verdade, definidos por um modelo jornalístico, realiza um deslocamento de uma prática coercitiva a uma prática singular de autonomia? A “objetividade jornalística”, que disciplina e define o jornalismo moderno, neste novo quadro, dá lugar à experiência centrada no corpo e nas sensações inerentes ao polo subjetividade/verdade. Este deslocamento de um estado de dominação, onde o apagamento do corpo e das sensações do jornalista é norma, instituída por uma identidade profissional construída com base em uma ordem do discurso e na “objetividade jornalística”, abre um campo para novas relações de poder controladas por práticas de liberdade que têm a ética como condição ontológica (Foucault, 2006b). Neste ponto, faz-se necessário outro conceito foucaultiano, o “cuidado de si” que se fundamenta na liberdade do sujeito e na relação com os outros – matéria situada por Foucault no campo da ética (2006b, p. 286).

Relações de poder e resistência dos sujeitos

A tensão entre procedimentos de controle discursivo e a resistência dos agentes da produção jornalística pode ser

pensada no âmbito das relações de poder desiguais e móveis, que provocam efeitos de dominação sobre os corpos dos que estão vinculados ou são eventualmente fixados ao aparelho de produção e/ou são controlados durante este vínculo. As relações de poder não são exteriores a outros tipos de relação (processos econômicos, relações de conhecimento, etc.), nem estabelecem, como matriz geral, uma oposição binária e global entre dominadores e dominados. Deve-se supor, segundo Foucault (1995), que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam sobre o conjunto social servem de suporte aos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social.

Como força de produção, o corpo é atravessado por relações de poder e de dominação que o constituem como força de trabalho. Isso só é possível se ele está preso a um sistema de sujeição, onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado, ou seja, o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso às instituições sociais que exercem o poder de modo sutil, formulando-o em práticas de controle e discursos sistemáticos, que integram uma “tecnologia política do corpo”.

Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem [...] ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e [...] continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que não é mais que a capacidade de vencê-las; esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo. Essa tecnologia é difusa, claro, raramente formulada em discursos contínuos e

sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si. (Foucault, 1995, p. 28).

O que interessa ao poder neste jogo em que se ganha ou se perde, como na guerra (Machado, 1993), é a gestão da vida dos indivíduos para utilizá-los ao máximo, com um duplo objetivo, econômico e político: simultaneamente aumentar os ganhos com seu trabalho, dando-lhes uma utilidade econômica máxima, e reduzir sua capacidade de revolta, de resistência, de insurreição contra as ordens do poder, tornando-os dóceis politicamente. Como isso não corresponde à expressão da natureza humana, há sempre possibilidade de resistência à imposição de qualquer forma particular de subjetividade (Pickett, 1996, p. 458).

Nestes termos, seguindo Nietzsche, Foucault classifica as diferentes visões da natureza humana como expressão de histórias contingentes e práticas sociais. Qualquer teoria particular do que uma pessoa deve ser, por natureza, é falsa, e tem efeitos de reprimir as possibilidades humanas e marginalizar aqueles que estão fora dessa “natureza” (Pickett, 1996, p. 452). Assim, o poder pode formar indivíduos disciplinados, que são sujeitos racionais, responsáveis e produtivos, mas isso não é de modo algum uma expressão de natureza humana. Os elementos ou materiais sobre os quais o poder funciona não são nunca completamente dóceis e, frente à difusão do poder, podem se expressar como indocilidade e resistência. E como onde há poder há resistência, não existe “propriamente o lugar de resistência” (Machado, 1993, p. XIV). Nas relações de poder, as resistências se inscrevem como o interlocutor irreduzível, em pontos móveis e transitórios que se distribuem por toda a estrutura social.

Esses pontos de resistência estão presentes em toda rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder,

um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder [...]. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. (Foucault, 1993, p. 92).

Em *Vigiar e punir*, Foucault (1995) esquadrinhou o corpo como objeto do poder nas prisões e nas práticas penais e como expressão de várias revoltas dos prisioneiros. Nas revoltas contra práticas como uso de tranquilizantes e isolamento forçado, entre outras, o que estava em jogo “era toda essa tecnologia de poder sobre o corpo” (1995, p. 32). O que levou Foucault a dedicar-se às punições em geral e à prisão foram as revoltas contra uma “miséria física” em vigor há mais de um século: contra o frio, a sufocação e o excesso de população, contra as paredes velhas, a fome, contra os golpes, o isolamento, o serviço médico e o educativo. O que estava em jogo, disse Foucault, não era o quadro rude demais ou ascético demais, rudimentar demais ou aperfeiçoado demais da prisão, era sua materialidade na medida em que é instrumento e vetor do poder que, nem a tecnologia do poder sobre o corpo, nem a tecnologia da “alma” (dos educadores, dos psicólogos e dos psiquiatras), conseguem mascarar, nem compensar.

A crítica ideológica é insuficiente para este contra-ataque. Criticar um Estado ou uma instituição por não cumprir seus

próprios princípios declarados é uma aceitação implícita desses princípios. Neste sentido, a oposição ao poder disciplinar em nome dos direitos é contraproducente porque o discurso das teorias do Direito, por ser em si mesmo parte integrante do poder disciplinar, constitui um modo de legalizar o exercício da violência e de reconhecer o Estado como órgão capaz de realizar a repressão (Machado, 1993, p. XV). No entanto, a crítica ao poder não pode, pelo menos de forma coerente, ser feita em nome de outros princípios, pois isso seria apenas a criação de uma nova teoria totalizadora. Na lacuna criada por uma incapacidade de recorrer a uma crítica imanente ou a novas fundações, Foucault voltou-se ao corpo e à sua história para formular, através da construção de um conhecimento estratégico, tanto a teoria como o funcionamento da prática (Pickett, 1996, p. 460).

Conforme Foucault (1993), o polo disciplinar toma o corpo como máquina: visa seu adestramento, a ampliação de aptidões, a extorsão de suas forças, o crescimento de sua utilidade e docilidade, a integração de sujeitos em sistemas de controle eficazes e econômicos, que atuam de acordo com determinado *ethos*, impregnados de determinada mentalidade empresarial. O outro polo, que não lhe é antitético, mas interligado, centrou-se no corpo-espécie para regular nascimentos, mortalidade, nível de saúde, longevidade, migrações, criminalidade, etc. Com o biopoder inventou-se o conceito de população, que abarca a dimensão coletiva de corpos, que não era, até aquele momento, uma problemática no campo dos saberes. Para conhecer e regular esse corpo-coletividade foi necessário descrevê-lo e quantificá-lo, relacionar os resultados, fazendo combinações e comparações para, se possível, prever o futuro a partir do passado. Os conceitos de governo e governamentalidade, do corpo dos indivíduos e da população, possibilitaram avançar a discussão sobre os processos de dominação dos sujeitos desde uma perspectiva foucaultiana. Rose (1998) observou que o

termo governo se refere a maneiras de buscar a realização de fins sociopolíticos através da ação sobre forças, atividades e relações dos indivíduos que constituem uma população.

A população aparece como objetivo final de governo, que visa aumentar sua riqueza, duração de vida, saúde, etc. Fim e instrumento de governo: sujeito de necessidades, aspirações, mas também um objeto nas mãos do governo. A transmutação da arte do governo em uma ciência política não exclui os papéis desempenhados pela soberania e pela disciplina. Por um lado, a existência de uma arte de governo busca encontrar uma forma jurídica, institucional, um fundamento de Direito que poderia dar a soberania que caracterizava um Estado. Por outro, a disciplina passa a ser muito mais valorizada quando o objetivo é gerir a população em profundidade, minuciosamente, no detalhe. Por isso, não houve mera substituição de uma sociedade de soberania para a sociedade disciplinar e, depois, para a sociedade de governo. Na perspectiva foucaultiana, um triângulo se evidencia: “soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (Foucault, 1993).

Trata-se, então, da emergência de um Estado de governo, que sucede o Estado de justiça e o Estado administrativo. Não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, em que o território é apenas um componente. Este Estado tem como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico. Nesse ponto, o conceito de governamentalidade ganha consistência: ele se refere às práticas de governo que têm a população como objeto, na economia seu saber e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos. A governamentalidade, para Rose (1998), enquadra o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e estratégias que permitem o exercício de uma forma complexa e específica de poder sobre a população. O mesmo autor aponta a

relação entre governo e os saberes sobre a subjetividade. Afirma que duas características do governo são importantes para compreender essa ligação: o governo depende do conhecimento (é preciso saber sobre características e processos próprios da população, desenvolvendo esquemas explicativos) e deve ser de um tipo específico (é preciso traduzir os fenômenos em materiais sobre os quais o cálculo político possa trabalhar, isto é, traduzir em números, estatísticas).

O ponto crucial dessa narrativa foucaultiana, que nos fez operar por similitude com as práticas jornalísticas e sua inflexão no livro de repórter, reside em revelar as ações sobre o corpo e as populações, desenvolvidas pelo discurso jornalístico, em associação com uma rede de instituições de sequestro dentro da qual, segundo Foucault (1998, p. 129), “está encerrada nossa existência”. No Brasil, na última década do século XIX, o jornalismo repercutiu os mecanismos de sequestro dos corpos dos indivíduos que contrariavam o tempo da produção e, igualmente, eram alvo dos projetos de normalização do governo. Há marcas da existência de uma estratégia conjunta de valorização do trabalho e negatização das camadas perigosas da população formadas por indivíduos que se dedicavam à “vagabundagem” nos mais diferentes relatos: literários, governamentais, jornalísticos.

Este modo de objetivação jornalística, identificado e descrito em pesquisa anterior (Marocco, 2004), fez o discurso funcionar como uma forma e uma prática de mediação simbólica que, simultaneamente, revelava e ocultava as operações de poder, abrigando práticas disciplinares específicas para apresentar os indivíduos improdutivos e produzir efeitos de verdade sobre a sua “periculosidade”. Através da crônica policial, os jornais apresentaram figuras em suas relações promíscuas e perigosas de modo a dar vazão à “periculosidade” e suspender a subjetividade, ao tornar o corpo desses indivíduos, vetor de técnicas que combinam a hierarquia de quem observa a

um julgamento moralista e normalizador. Os indivíduos ganharam uma existência verbal própria e mobilidade irrestrita no seio de uma grande família de cinco figuras básicas:

a) Os vagabundos e mendigos

Muitos entre eles apenas resistiam ao trabalho na fábrica; eram operários que tinham se rebelado contra qualquer regularidade de horário ou de hábitos, escravos recém-libertos, camponeses sem-terra para explorar, ou ex-soldados empobrecidos e desempregados após o final das guerras. Sob o ponto de vista dos jornais, todos eram malfeitores que contaminavam a cidade. Porto Alegre tinha sido contaminada por um conjunto de vagabundos malfeitores que era necessário corrigir severamente, “acabar com eles” (*Gazetinha*, 27 jul. 1897, em Marocco, 2004, p. 37).

b) As prostitutas

Geralmente os jornalistas se referiam a elas como as crioulas, que chamavam a atenção pela sua pele escura e desafiavam a ordem nas ruas. Em sua figura jornalística, a prostituta era virtualmente perigosa. Tinha uma vida imoral que rompia com as normas e valores morais da vida coletiva. Era o germe de todos os vícios.

c) Os jogadores

Viviam do negócio e contaminavam o entorno; eram os vagabundos que se dedicavam ao jogo do osso nas ruas ou os pobres diabos que poupavam para jogar e serviam de alvo fácil para a repressão policial. Eram, junto com os falsos mendigos e os ociosos, o grande referente da vagabundagem e da anormalidade. A síntese do mal que se opunha ao trabalho na fábrica e a família.

d) Os jovens

Na classificação jornalística, os jovens não eram nunca inocentes, jogavam e perturbavam a ordem nas ruas, frequentavam as tavernas ou viviam sob a proteção dos jogadores. As meninas eram normalmente vítimas, de pais abusadores e das mães que as prostituíam.

e) Os ladrões e criminosos

Ao contrário dos tipos anteriores, que foram incluídos nos jornais no final do século, os ladrões e criminosos nasceram e o seu ser-linguagem foi ganhando novas formas e volume, pouco a pouco, durante a história do jornalismo. No final do século eram apresentados como “tipos esquisitos” que mantinham a cidade em constante sobressalto (*Gazetinha*, 19 ago. 1897, em Marocco, 2004, p. 43).

Este mapa da periculosidade da cidade foi construído pelos jornais em consonância com o projeto do governo brasileiro de urbanização e embelezamento dos centros urbanos, espelhado no modelo desenvolvido por Haussmann em Paris (Marocco, 2004). Seu teor dá profundidade a uma história do presente, em que figuras arcanas da exclusão reaparecem em pontas de iceberg, sob a pele dos “sem-teto”, que ocupam imóveis abandonados, dormem nas calçadas ou debaixo dos vãos de viadutos, ou dos “sem-terra” que ameaçam a propriedade no campo e na cidade (Marocco, 1997), entre uma miríade de outros indivíduos incluídos nos relatos jornalísticos. A incômoda imagem do “outro” perigoso, inquietante, dificilmente controlável, que localizamos no passado, inclui agora outras figuras. Foucault (1972) sugere a existência de uma “forma maior da exclusão social” que atravessa historicamente as figuras do prisioneiro, do pobre, do louco, do leproso.

Mais do que as práticas de governo sobre a população, irradiadas historicamente pelos jornais, interessa neste texto desenvolver o deslocamento epistemológico, operado por

Foucault, daquelas às práticas do governo de si. Na aula de 17 de fevereiro de 1982, Foucault esclareceu que as relações de poder, voltadas às práticas de governo sobre a população, ou às práticas de governo de si, constituem uma rede em torno da qual pode ser articulada a questão da política e da ética. Isso significa que na analítica foucaultiana, as relações de poder ocorrem nestes diferentes níveis, onde engendram em cadeia articulações com a política e a ética.

[...] en el análisis que intento proporcionar desde hace algún tiempo, las relaciones de poder, la gubernamentalidad, el gobierno de uno mismo y de los otros, la relación de uno para consigo mismo, todo eso constituye una cadena, una trama. Y es justamente en ese espacio, en torno a estas nociones, en donde deberíamos poder articular la cuestión de la política y la cuestión de la ética. (Foucault, 1994, p. 88-89).

A problemática da governamentalidade instala, portanto, a ideia de ligação entre formas de saber, relações de poder e processos de subjetivação, em dois deslocamentos sucessivos: da noção de ideologia dominante à de saber-poder, e da noção de saber-poder à noção de governo pela verdade. Assim, as formas de subjetividade ou determinados saberes poderão ser surpreendidos como resistências às formas de governo e não mais ao poder. Por ser demasiado compacta e nunca mais do que um jogo de forças, a noção de poder impedia pensar a resistência e os pontos de resistência do próprio trabalho desenvolvido por Foucault como um “filósofo da resistência às formas de vida das quais somos objetos” (Peñaflor, 2017, p. 297). Explicitada a necessidade de um deslocamento da fórmula saber-poder, ganha importância no pensamento foucaultiano uma noção de alteridade que rompe com a dialética do Eu consciente, consequência de sujeitos individualistas, articulados no mercado. Este sujeito foucaultiano, por outro lado, tem uma

contingencialidade concreta: “El bios del outro del que es responsable, desde el gobierno de si” (Portales, 2017, p. 263). No cuidado de si, acrescenta Portales, o sujeito não é objeto do sistema disciplinar, de uma “vontade de verdade”; ele é objeto de si mesmo.

Cuidar de si es una condición no separada del conocerse, es la libertad de tiempo de cuidar del cuerpo. [...]. Ante la separación occidental de saber y poder como construcción intencional del discurso filosófico, el cuidado de si griego tiene como función el gobierno de si y de otros. No su simple dominación, sino la responsabilidad con otros. En ello el conocimiento es parte de una lucha. El saber es forma de un relacionamiento político: “Tiene también una función de lucha. La práctica de si es concebida como un combate permanente. Las prácticas de si contienen un fundamento político al relacionar el saber con la vida del sujeto. Foucault a la comprensión del acontecimiento concreto y material desde el cual se articula la dominación, mas también de donde puede surgir la resistencia. Por último, consideramos que los estudios del *cuidado de si* permiten comprender que este se refiere a los modelos de constitución subjetiva no solo a una mera propuesta ética. (Portales, 2017, p. 269-270).

Ethos profissional

De nossos estudos sobre autoridade jornalística, o recorte que interessa neste momento, para avançar na tensão entre práticas profissionais e práticas de liberdade do repórter, dá conta da existência de um *ethos* profissional. Roselyne Ringoot (2013), a partir da definição de *ethos discursivo* (Maingueneau, 2011), reconheceu no jornalismo as noções de caráter e

corporalidade em três tipos de gêneros concernentes ao *ethos* jornalístico: os gêneros que valorizam a corporalidade do jornalista, os gêneros associados ao caráter e os gêneros que favorecem o retraimento do jornalista (2013, p. 41). Os três gêneros condicionam a escritura e a leitura do jornal, que proporcionam diferentes formas de proximidade tanto no horizonte do profissionalismo do jornalista quanto à expectativa do leitor.

As diferenças entre os gêneros se baseiam em estratégias enunciativas que colocam o jornalista na cena discursiva. Os gêneros corporalizantes encenam a relação jornalista/fonte e concernem à entrevista, ao perfil, à reportagem, entre outros; os gêneros caracterizantes (editorial, comentário, crônica) remetem à encenação da intelectualidade e do que é sentido; e os gêneros despersonalizantes encenam a ausência do jornalista em seu texto (notícias em geral). Como foi apontado por Ringoot, estas estratégias correspondem a diferentes formas de proximidade tanto em relação ao horizonte do profissionalismo do jornalista quanto da expectativa do leitor.

Nous proposons donc trois classes de genres à partir des stratégies énonciatives mettant en scène la figure du journaliste: les genres corporalisants, les genres caractérisants, les genres dépersonnalisants. Tous trois conditionnent l'écriture et la lecture du journal (professionnalisme du journaliste et horizon d'attente du lecteur) en fonction de trois formes de proximité différentes élaborées selon trois techniques discursives. (Ringoot e Rochard, 2005, s/p).¹

¹ Nós propomos três tipos de gêneros a partir das estratégias enunciativas que colocam em cena a figura do jornalista: os gêneros corporalizantes, os gêneros caracterizantes, os gêneros impessoais. Todos os três condicionam a escritura e a leitura do jornal (profissionalismo do jornalista e horizonte de atenção do leitor) em

Em seu conjunto, estas práticas dão consistência a um tipo de autoridade coletiva, conjugada entre uma hierarquia de sujeitos e funções próprias do processo de produção jornalística dominante. Tal mecânica tem acionado há séculos a potência do jornalismo como máquina social encarregada de produzir e fazer circular efeitos de verdade ligados a uma ordem do discurso; na imprensa brasileira, estudamos especificamente como se deu a participação da mídia no projeto de normalização da sociedade no final do século XIX que nos deu elementos para identificação das marcas arcanas da dominação que regularmente emergem nos discursos contemporâneos (Marocco, 2004, 2018).

No escopo do jornalismo, em que as mídias incluem historicamente os indivíduos para reforçar a exclusão, existem sinais de resistência. Na reportagem, por outro lado, espere-se uma figura singular que emerge das condições de possibilidade do passado, em plena crise contemporânea das mídias impressas. No bojo desta figura arcaica, o repórter tem-se dedicado a ouvir fontes populares, frequentado as ruas, se aproximado dos movimentos sociais. Ao abrir mão do distanciamento obtido com a “objetividade jornalística”, herdada do cientificismo, o repórter apresenta-se como um sujeito que se expõe à experiência, descreve suas sensações, reconhece a alteridade. Em síntese: o repórter dispara uma ação discursiva em que, para além da obrigação de dizer a verdade, em torno da qual o jornalismo se constituiu como campo, engaja-se, como sujeito ético, no dizer a verdade.

Esta atitude discursiva concerne à noção grega de *parresía*, que se contrapõe aos atributos ou fórmulas do sistema de controle jornalístico, que forja uma identidade profissional que não acarreta riscos e, com isso, oferece um lugar asséptico em

função de três formas de proximidade diferentes elaboradas segundo três técnicas discursivas (tradução da autora).

vez de ascético, onde as contingências discursivas respondem apenas aos atributos ou fórmulas conceituais de um determinado sistema de controle. A *parresía* enquanto prática discursiva exige atitude discursiva distinta. O valor da verdade do discurso parresiástico é sempre considerado pela relação entre o enunciado e o sujeito que tem seu discurso de verdade moralmente reconhecido.

[...] deste modo, o reconhecimento do dizer a verdade está para além de um enunciado verdadeiro ou falso, mas no reconhecimento moral do sujeito que o enuncia, no reconhecimento de sua atitude pública. Apesar de manter seu lugar de poder, o discurso a partir daqui poderá ser expresso autonomamente sem que se espere um agente enunciadador responsável moralmente por ele. (Borba, 2017, p. 403).

Concretamente, em sua autonomia de sujeito, que se desloca do modo de objetivação jornalística dos acontecimentos, o repórter demonstra que é possível agir às margens do jornalismo dominante; abre mão da clássica posição de distanciamento obtida com a “objetividade jornalística”, herdada do cientificismo, apresentando-se como um corpo que se coloca no lugar de emergência do acontecimento. Sob essas novas condições de possibilidade, o repórter toma para si o desenvolvimento de uma relação de comunicação que possibilitará a participação do outro como indivíduo ativo, não somente fonte da informação. Seria utópico, no entanto, pensar que nas relações de comunicação há um estado no qual os jogos de verdade, mesmo jogados por outros jogadores, circulam sem obstáculos. Segundo Foucault:

[...] as relações de poder não são alguma coisa má em si mesmas, das quais seria necessário se libertar; acredito que não pode haver sociedade sem relações de poder, se

elas forem entendidas como estratégias através das quais os indivíduos tentam conduzir, determinar a conduta dos outros. O problema não é, portanto, tentar dissolvê-las na utopia de uma comunicação perfeitamente transparente, mas se imporem regras de direito, técnicas de gestão e também moral, o *ethos*, a prática de si, que permitirão, nesses jogos de poder, jogar com o mínimo possível de dominação (Foucault, 2006b, p. 284).

As práticas de resistência que se desviam do *ethos* profissional e do saber jornalístico tem-se materializado nas seguintes características: 1) presença do corpo e exposição às sensações na relação dialógica com o outro. Essa atitude contraria a racionalidade do saber jornalístico que impõe a neutralidade do repórter, com a suspensão da experiência subjetiva; 2) governamentalidade dos sujeitos do jornalismo para fazer valer a sua liberdade de sujeito e a relação com os outros, que se constitui na própria matéria da ética (Foucault, 2006b); 3) desenvolvimento de um trabalho intelectual que aproxima jornalista e filósofo nas ações de acontecimentalização para acionar as técnicas de produção do reconhecimento do presente (Foucault, 2006a; Marocco, Zamin, Boff, 2014). Neste sentido, a forma reducionista da pirâmide invertida é substituída pelo poliedro de inteligibilidade (Marocco, Zamin, Boff, 2014); 4) crítica das práticas jornalísticas. Exige um trabalho de reflexão sobre os fundamentos da racionalidade jornalística que são válidos no campo institucional e um trabalho de negação das formas de subjetivação que foram impostas pela máquina de produção jornalística; 5) função diferenciada para a fonte jornalística. Foucault lança, nos anos 1970, as bases de uma nova função para a fonte jornalística nos trabalhos do GIP (Grupo de Investigações sobre as Prisões) e nas reportagens que fez sobre a revolução do Irã. Nos dois acontecimentos, a fonte se constitui como sujeito de seu próprio discurso, não ocupa um lugar em

que se lhe oprime a um modelo pré-determinado. Esta relação libertadora da função de assujeitamento potencializará uma mudança na realidade desse sujeito (Marocco, 2008); 6) associação entre produção de reportagens diferenciadas e autoria de outros materiais. Seja na literatura, seja no documentarismo, na reportagem, ou no livro de repórter, as repórteres provocam um giro na autoralidade jornalística e estendem o jornalismo das mídias dominantes para outros espaços.

Séverine, Eliane e Alexandra

Um olhar focado na atualidade reluta em atingir a profundidade histórica para comparar o modo de apuração das jornalistas Alexandra Lucas Coelho (2012) e Eliane Brum (2012) a um ícone do jornalismo francês do século XIX. O que se propõe para aproximá-las, não se trata de uma historiografia linear que pretenda retroceder no tempo bruscamente para estabelecer a continuidade da história. Para esboçar a linha invisível traçada entre as três repórteres, e restituir o acontecimento em sua singularidade, a exploração genealógica apresenta-se como um procedimento metodológico que se apoia na descoberta destes encontros estranhos e inquietantes, destituídos de cronologia. Uma analítica nestes termos concentra-se nas relações de comunicação de um processo de produção que inclui as ações discursivas dos agentes e a inscrição dos corpos no local do acontecimento. O corpo funcionando como vórtice dos contra-ataques da resistência, diferentemente de outras abordagens científicas do corpo que, segundo Foucault (1995), vinham sendo incorporadas à demografia ou a patologias históricas:

[...] encararam-no como sede de necessidades e de apetites, como lugar de processos fisiológicos e de

metabolismos, como alvo de ataques microbianos ou de vírus [...]. Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. (Foucault, 1995, p. 28).

Localizadas em zonas do jornalismo que têm em comum a resistência à ordem do discurso dominante, Séverine, Eliane e Alexandra podem ser conectadas, apesar das diferentes condições históricas de produção. Essas jornalistas se afastaram do circuito de reprodução do saber jornalístico que circula nas redações. Há, na prática jornalística das três, a experiência da subjetivação em exercício, desgarrada da escrita modeladora do jornalismo. Ao ser explorada, para além da superfície aparente do texto, pode revelar inúmeras camadas sedimentadas do terreno sob o qual foi constituída. Séverine foi ativista e reagiu contra a “tribuna da imprensa”. Eliane ocupou, dentro da redação de *Zero Hora*, as bordas da formação, resistindo à pasteurização dos acontecimentos; Alexandra, desde a experiência de enviada especial e correspondente internacional desenvolveu estratégias próprias para se aproximar da realidade, que caracteriza o comportamento de jornalistas forjados à distância do ambiente da redação (Marocco, 2012).

a) Séverine

A jornalista francesa Caroline Rémy (1855-1929), conhecida pelo pseudônimo de Séverine, construiu para si o arquétipo de repórter em que se evidenciam sinais de que a comunicação jornalística, ao contrário do que se espera da relação entre um “jornalista objetivo” e o público, prescinde do governo do próprio corpo, ou seja, as sensações deste sujeito é que vão definir e tornar possível a relação comunicacional com os

outros. No bojo deste “eu”, que será banido das práticas jornalísticas, no limiar da “objetividade jornalística”, ocorre um fenômeno particular: a repórter faz-se agente ativa da experiência. Muhلمان (2004) inspirou-se no trabalho de Caroline Rémy, para construir a expressão “testemunho embaixador” vinculando-a à diferença que Séverine imprimiu à prática do jornalismo. A repórter acreditava que o seu corpo era atravessado por sensações, que a faziam tocar a verdade do acontecimento, como se o corpo fosse uma fonte fiável da universalidade da experiência que iria aproximá-la do leitor. Quem quiser contar a verdade do acontecimento ao público, ela dizia, deve ancorar o seu testemunho no próprio corpo e assim oferecer um relato sensível do acontecimento e não um discurso abstrato e retórico.

Para Séverine, no rastro de seu mestre Jules Vallès (1832-1885), jornalista, escritor e político francês, o jornalismo representava a via de acesso ao concreto do mundo cotidiano e a fusão com o povo nas ruas, onde era possível projetar uma escritura marcada pelo “eu” coletivo, como se o repórter ocupasse a função de mero embaixador do povo. Nestes termos, o jornalismo, de acordo com Vallès, deveria conduzir a “liberação da tinta”, que ele pensava ser o advento de uma língua afetiva, sobretudo visual: uma língua invadida por imagens, que permitiriam o retorno das palavras à vida (Muhلمان, 2004, p. 51). Ambos acreditavam na presença física como absolutamente necessária para garantir uma justa percepção da situação, o que diferenciava esta figura do repórter que não sai às ruas e, mesmo assim, escreve muito.

As reportagens de Séverine foram publicadas em diversos jornais franceses, mas é no *La Fronde* (o estilingue) que ela vai associar a profissão à tríade repórter, mulher e ativista. Na época, na imprensa e na sociedade, os papéis reservados ao sexo feminino eram semelhantes. As mulheres não se misturavam à vida cotidiana, permaneciam no domínio doméstico e na esfera

da abstração literária. Engajando-se à vida pública, através do jornalismo, as *frondeuses* (rebeldes), como ela, desafiaram estes limites. Neste sentido ser repórter, ao contrário de ser escritor, forçava as mulheres a sair para as ruas, ver, escutar, observar a vida fora do círculo restrito de sua família. Do ponto de vista de colegas do sexo masculino, o título belicoso do jornal era um signo do “feminismo militante”. No livro *Notes d'une frondeuse* (1894), Séverine deixou pistas do pensamento que marcou as suas ações fora da “tribuna da imprensa”; exercendo outro tipo de jornalismo, ela desejava se desviar do “métier”, dominado pelos homens, das suas tradições, dos maus hábitos e dos “julgamentos preconceituosos”. Na posição de agente social em que se colocou, ao contrário dos colegas que se isolavam na profissão, como se esta fosse uma ilha, reservada aos naufragos de uma esfera ficcional, Séverine se misturava à multidão nas ruas:

Etant femme, je n'allais point dans la tribune de la Presse, changement de milieu qui me permettait d'habiller à neuf mon esprit; d'échapper au “métier”, a ses traditions, à ses habitudes, à ses jugements préconçus, à son parti pris de dénigrement ou de louage, à tout ce qui fait enfin du journaliste chargé “éclairer l'opinion” un isolé sourd et aveugle – pas muet, hélas! – enfermé dans sa profession comme Robinson dans son île, si de temps en temps il ne s'évade point, ne plonge pas en pleine foule, ne va pas, sous d'autres latitudes, chercher de nouveaux horizons. (Severine, 1894, p. 6).²

² Sendo mulher, não fazia ponto na tribuna da imprensa, essa troca de lugar me permitia alimentar o meu espírito de outro modo; escapar do “trabalho”, de suas tradições, seus hábitos, seus julgamentos preconcebidos, sua tomada de posição preconceituosa ou de aluguel, tudo aquilo que faz do jornalista um encarregado de “esclarecer a opinião” um ser isolado surdo e cego - mudo nunca! – fechado em sua profissão como Robinson na ilha deserta, se de tempos em tempos ele

b) Eliane Brum

Na infância, Eliane Brum (2012) gostava de ouvir histórias contadas pelas pessoas que jogavam carteados, compravam salame, ali no bolicho do tio dela, situado na zona rural do Rio Grande do Sul onde, eventualmente, ganhava uma bala, “Comecei a me tornar repórter”, diz ela. Uma menina que nunca foi faladeira, preferia ser “escutadeira e olhadeira” e, quando aprendeu a ler, aos sete anos, incorporou a leitura voraz para viver, através dos livros, outras aventuras, ser outros personagens. Do pai, historiador, sempre ouviu muitas histórias e conviveu com a sua preocupação de contar histórias da cidade e da família.

Cresci neste mundo de histórias reais. Mas nunca pensei em ser jornalista, porque achava jornal uma coisa muito chata. Por que eu achava chato? Porque não encontrava gente, não encontrava aquelas histórias que gostava de ouvir. (Brum, 2012, p. 72).

A aridez narrativa, que associava ao jornal, foi dissociada do jornalismo pelas histórias que ouviu de um professor, o jornalista Marques Leonam. Na época, Brum fazia estágio na faculdade e escreveu para a disciplina dele uma reportagem sobre filas. Uma amiga gostou e inscreveu-a num concurso universitário. O prêmio que ganhou foi um estágio no jornal *Zero Hora* de Porto Alegre, onde trabalhou onze anos, como estagiária, frila fixo e repórter contratada. “Nesse início, de uma forma muito intuitiva, começo a construir um jeito de fazer jornalismo como acredito” (Brum, 2012, p. 73).

Na redação, para “tentar aprender”, seguiu o conselho que dá aos estudantes em cada palestra que faz: identifique alguém que você admire e “cole” nessa pessoa. O repórter escolhido

não foge deste ponto, não nada loucamente, não vai para outras latitudes à procura de novos horizontes (tradução da autora).

por ela foi Carlos Wagner, com quem, no início teve uma relação de estranhamento. Todo o dia, Wagner cumprimentava Eliane com a expressão “E aí foquinha?”, que a deixava “puta”. Um dia ela respondeu: “Se me chamares mais uma vez de foquinha, vou te dar um soco” (Brum, 2012, p. 73). Desde aí, ficaram amigos e Brum aprendeu muito com Wagner. “A gente tem jeitos diferentes de fazer reportagem. [...]. Mas ele foi muito importante nesse início da minha vida [...]” (Brum, 2012, p. 73).

As dúvidas eram muitas e ela aprendeu um conjunto de estratégias que são adotadas nos jogos de poder entre repórteres e chefes nas redações. Uma delas, o “contrabando”, logo foi incorporada. Ela aprendeu com Wagner como passar uma matéria ou partes dela que os chefes não queriam. Depois daquele *lead* fantástico, bem sensacionalista, que a repórter tinha certeza que não passaria, vinha a informação que realmente importava. O impacto do *lead* desviava a atenção do redator que deixava passar o que realmente importava. Já as pautas da direção (matérias “500” ou “Operação Brasil-Portugal”) eram realizadas com o exercício da boa reportagem e deram tanto problema, que Brum passou a não ser mais pautada. O “fazer”, no entanto, para além deste receituário de guerrilha, sempre foi muito intuitivo e foi-se constituindo desde a infância. Na redação, Brum brigou muito para impor o seu modo de fazer jornalismo. Ela apurava, escrevia e os redatores reescreviam a matéria, colocando-a em um formato determinado, “sempre bem quadrado”.

Eu era estagiária e já brigava com essas pessoas. Eu deixava recado para elas: ‘Não muda isso por causa disso e daquilo’. Elas ficavam putas comigo. Imagina, essa pirralha. Porque sempre fui petulante e brigava muito. Eu sempre ficava até o fim. Hoje, sou a última pessoa que sai da redação quando publico matérias. Eu aprendi

a fazer todo o processo. Eu edito a matéria, sou eu que decido as fotos, acompanho a revisão e só saio da revista quando ela desce para a secretaria gráfica, quando ninguém mais pode tocar na minha matéria. (Brum, 2012, p. 74).

Uma luta intensiva contra a construção do “outro”, que não se enquadra no modelo de fonte do jornalismo dominante, marcou a trajetória profissional de Eliane Brum. Para fazer frente às estratégias sociais, que atravessam o jornalismo, e entrar nos jogos de poder da redação, ela criou práticas singulares de apuração e escrita. Muitos exemplos podem ser desdobrados na sua carreira, desde a matéria sobre a inauguração da primeira loja do McDonald’s em Porto Alegre, na Rua da Praia, publicada sem mudanças em *Zero Hora*. Em 1989, o jeito de olharem para ela no jornal começou a mudar.

Eu estava no plantão de domingo e saí com duas ou três pautas. E uma delas era a inauguração [...]. Então uma pauta era isso: vai lá, vê quantos sanduíches foram vendidos, o que as pessoas dizem. Porque era um acontecimento para a cidade e, como todo mundo sabe, é um lugar histórico da cidade [...]. Eu nunca chego num lugar direto [...]. Eu fico sempre num canto, porque acho que esses cinco minutos que eu fico num canto olhando para a cena, antes de interferir na cena, é o que faz toda a diferença. [...]. Então eu fiquei olhando para ver o que o McDonald’s tinha alterado naquele mundo – não sei como é hoje, moro em São Paulo há 11 anos – naquele tempo [...] os tais velhinhos da Praça da Alfândega [...] sempre conversavam muito, era uma coisa agitada. Naquele dia eles estavam calados. [...] Então, em vez de entrar no McDonald’s sentei com eles e fiquei ali conversando e ouvindo-os sobre como eles viam tudo aquilo. [...] eles (ZH) gostaram da matéria e

ela foi publicada pela primeira vez do jeito que escrevi. (Brum, 2012, p. 75).

O olhar e a escuta são as ferramentas de trabalho. Brum se considera uma “escutadeira” da realidade, que a cada entrevista faz menos perguntas à medida que essas são uma forma de controle, de direcionamento; mesmo a pergunta honesta, diz ela, direciona e pode ocultar as informações importantes que o repórter não saberia se fizesse a primeira pergunta. Então, em geral, ela chega para as pessoas e diz: “Me conta”, e o que ouve geralmente é uma informação importante que não saberia se tivesse feito a primeira pergunta. “Tenho feito algumas experiências nesse sentido e tenho percebido como muda a apuração” (Brum, 2012, p. 76). Na última matéria que está em *O olho da rua*, Brum exercitou esta apuração pela escuta, especialmente. Em 2008, ela acompanhou uma paciente de câncer terminal durante 115 dias, até a sua morte.

Eu só pude entender como a Ailce lidava com a doença porque nunca perguntei isso para ela. Por exemplo, eu poderia ter chegado e dito: ‘como é que lidas com o teu câncer?’, nunca fiz esta pergunta para ela. Eu só pude saber que Ailce morreu sem ter pronunciado a palavra câncer. Então, durante 115 dias essa mulher sofreu de câncer sem nunca pronunciar o nome da doença. Isso é o que chamo de escuta. [...]. Esse lugar de escutadeira não é lugar de amiga. [...]. Ela entendia muito bem que eu estava lá para escutar a vida dela. (Brum, 2012, p. 77).

Além de trabalhar em mídias jornalísticas, Brum voltou-se à crítica das práticas desde fora da redação, tida como o espaço próprio de circulação do saber jornalístico. Em seu cotidiano, ela opera nos livros, no documentarismo, na ficção, na história e na memória. Ao longo da carreira, Brum foi combatendo procedimentos que traduziam um controle jornalístico sobre o

seu trabalho, e outros espaços, do livro e do documentário, foram reservados às reflexões sobre o que ficava na margem das reportagens. Em *O olho da rua* (2008) ela pretende compartilhar o que foi e o que não foi publicado com quem está começando na profissão, para que não cometa os mesmos erros, para que aprenda sem errar tanto como ela, que aprendeu errando, ou, para que erre menos, porque o “mal que a gente faz é irreparável”. Em parte, ela escreve os livros pensando nisso, em parte os escreve porque precisa de outra voz para se expressar. Esta outra voz foi buscada na ficção.

[...] a ficção chega para mim dessa maneira: eu precisava encontrar outra voz para me expressar. Racionalizando, hoje, e quem lê meu romance e lê minhas reportagens quase com certeza dirá o mesmo, são vozes completamente diferentes. Sou eu, mas é outro “eu”. Na reportagem a gente se esvazia para ser possuído pela voz do outro. Na ficção tens que ter a coragem de ser possuído pela tua própria voz. E que voz é essa? É uma voz que desconhecias, ou vozes que desconhecias. Um processo bem assustador, mesmo. (Brum, 2012, p. 92).

Os documentários tiveram relação direta com o jornalismo. O primeiro, *Uma história Severina* (2005) trata da anencefalia, que, anteriormente, tinha sido tema de várias reportagens para a revista *Época*. Eliane queria ter mais tempo para acompanhar Severina, uma sertaneja que estava grávida de um feto anencéfalo e foi atrás de uma autorização judicial porque não suportava a ideia de ter uma gestação até o final de um bebê que iria morrer no parto ou pouco depois. Durante as férias da revista, fez o documentário em parceria com uma ONG, sem saber como se fazia um documentário. O *road movie* (2010) com a cantora Gretchen, segundo documentário, era para ter sido uma reportagem que não emplacou na *Época*. A pauta era: como uma mulher que passou 25 anos ganhando a vida com a bunda

tinha a dizer sobre o país. A revista achou que a cantora não tinha nada a dizer, Eliane guardou a ideia; cinco anos depois, acompanhou Gretchen em uma turnê por circos mambembes do interior do Nordeste e a campanha dela para prefeita da Ilha de Itamaracá.

c) Alexandra Lucas Coelho

Alexandra Lucas Coelho (2012) decidiu que seria jornalista para perseguir um duplo desejo: dedicar-se à escrita e conhecer o mundo. O que lia, os lugares que imaginava confluíram para o projeto. Na casa dos pais havia muitos livros e ela começou a comprar os seus desde a infância. Diariamente, foi aprendendo com muitas coisas que via e sendo treinada pelas pessoas com quem compartilhou histórias. O seu olhar foi sendo moldado para a prática de um gênero específico, a reportagem.

O jornalismo foi uma travessia que me permitiu aprender a ouvir as pessoas e aprender a olhar para as pessoas. A questão do olhar é uma questão decisiva porque o jornalista é também aquele que consegue ver o maior número de coisas numa situação. (Coelho, 2012, p. 158).

A riqueza de um trabalho, diz Coelho, se relaciona com os elementos singulares que o olhar é capaz de recolher permitindo que dois jornalistas não escrevam o mesmo texto sobre o mesmo acontecimento. Não precisa ser um Dostoiévski, diz ela, para refinar o olhar, basta andar pelo bairro, conviver com a família; aquilo que somos e transportamos nos faz olhar para as coisas de uma determinada maneira e eleger determinados detalhes. O que proporciona a escrita de uma boa história é aquilo que se consegue captar em determinada situação. Ela exemplifica o pensamento com a reportagem que fez sobre um

crime violento no Rio de Janeiro em que o principal suspeito da polícia era um ex-deputado muito popular em Portugal.

Ontem, segunda-feira, fui à casa da mulher assassinada. A história dela já foi contada de mil formas diferentes. Quando entrei na sala dela, houve duas coisas fortes: uma evidente, era a vista da casa dela. O que ela via todos os dias era o Pão de Açúcar. Mas a outra coisa é que havia uma estante inteira cheia de livros. [...]. E quando comecei a observar os livros que estavam na estante, vi que estavam muito lidos, portanto não era uma estante para enfeitar, para decorar. Era uma estante de gente que lia. E quando comecei a ver os livros um por um, vi uma edição muito antiga do *Grande Sertão: Veredas*. Quando tirei essa edição da prateleira, vi que era a primeira edição do livro. Eu estou num apartamento de uma mulher que foi morta, uma história sórdida, que envolve dinheiro e política. Mas, de repente, o que eu tinha nas mãos era o melhor romance brasileiro do século XX em sua primeira edição. O que eu quero dizer com isso? Quero dizer que, para mim, este pormenor é significativo, este pormenor é relevante. Para mim, aquilo foi um acontecimento. [...]. Quando contei quem era aquela mulher, como era vida brasileira dela, com quem ela se dava, o que ela gostava de fazer, como é que ela olhava para as coisas, foi importante para mim a presença daquele livro ali. (Coelho, 2012, p. 159).

Com as viagens, Coelho percebeu que é saindo para o mundo que se pode compreender como, de fato, o mundo pode estar em cada um de nós e por todo lado. Assim é que em lugares tão diferentes como numa montanha do Afeganistão, no bairro do Catete, no Rio de Janeiro, ou numa aldeia no Norte de Portugal, o olhar lançado sobre o que está diante dela não é diferente. É exatamente igual, apesar das diferentes circunstâncias. Depois de muitas viagens, a cada dia de forma

mais intensa, ela sente que uma pessoa tem o mundo dentro de si, estando no Afeganistão ou no Catete. A sua dignidade e aquilo que tem para contar, o tempo que merece para ser ouvida deve ser exatamente o mesmo.

Acho que se percebe isso no movimento de ir ao mundo e voltar. [...] em cada um existe uma história inteiramente digna e profunda e com lições e com reações e com medos e com afeto. Isso se relaciona com outra coisa que tem um sentido político, que é a noção de que o que passa nas televisões não é o real, é ficção que é construída pelas narrativas, sobretudo na televisão, mas não só; o jornalismo tende a perpetuar umas ficções, uns borrões da realidade que não são o real; e a tentativa que o jornalismo deveria ainda praticar em jornais e em revistas que não sejam semanais é de, justamente, tocar esse real que fica escondido. (Coelho, 2012, p. 160).

A redução dos indivíduos à função de fonte testemunhal do jornalismo transformou-os numa espécie de argamassa em que todos são iguais, quando não enquadrados a estigmas, na figura de muçulmanos, judeus ou favelados. O interesse de Coelho, ao contrário do que acontece no jornalismo dominante, é evitar essas generalizações. Para modificar as práticas neste jogo de poder, do qual participa há mais de 20 anos, a estratégia que desenvolveu é examinar o indivíduo com lupa, no seu próprio contexto, mas sem perder de vista a noção de que cada um é absolutamente singular. Ela vem exercitando essas ações de resistência contra a redução do “outro” ao papel de fonte testemunhal, desenquadrando a fonte da figura definida pelo discurso jornalístico, de um tipo sem contrastes, sem as diferentes nuances de todo ser humano.

Como repórter internacional, Coelho também rompeu com o senso comum de que “o mundo é pequeno”; ela concebe o mundo como algo infinito porque é possível atravessar os

Estados Unidos, a África, o Afeganistão ou estar no centro do Brasil e ouvir histórias sempre diferentes. A partir do momento em que se coloca frente a alguém, pensa: “Poderia ser eu”. Esta intenção de se aproximar do outro, colocando-se em seu lugar, acredita, dá inteireza, dignidade a qualquer pessoa que está na sua frente e tem a ver com o que ela conta depois no texto, com o som da voz, com os gestos, detalhes. Tudo que interessa neste ambiente comunicacional é o que possa destacar as diferenças.

Aqui no Brasil me interessa muito ouvir o som, a forma como as pessoas falam. Porque me interessa que os ouvintes, que os leitores não leiam apenas: possam ver, possam ouvir. O texto é para ouvir também. [...] é para criar imagens, é para criar som, é para ter movimento. É um cinema. O texto tem muito do cinema [...]. Então é um cinema com todos estes elementos, e o fascínio está em construir um cinema, mas apenas com palavras. (Coelho, 2012, p. 163).

A identidade portuguesa/europeia de Coelho está sempre em movimento, porque deixa o físico ser atravessado pela experiência. No caso de *Tabrir: os dias de revolução no Egito* (2011), o seu objetivo era transportar a experiência física de estar na praça. Em nenhum momento ela pensou em ouvir um representante do governo, ou fontes policiais, porque a cobertura devia transportar e transmitir a experiência física que teve entre os manifestantes que ocuparam a praça. Houve um momento em que ela saiu da praça e foi às pirâmides onde os separatistas criaram uma situação exterior em relação àquele espaço de protesto contra o governo. Este esforço de deslocamento foi intuitivo, ela não seguia a determinação jornalística de buscar o outro lado da história; se houvesse uma pauta jornalística provavelmente os dias que passou no Egito teriam sido planejados de outra forma.

Nos dias que acompanhou a Revolução do Egito, em 2011, Coelho optou por usar o *Facebook*, em que postou muitas fotos e pouca coisa escrita. Foi uma experiência “completamente nova”, em que o mesmo meio usado para fazer revolução, foi usado para fazer jornalismo e provocar uma ação política no Ocidente. Através da imagem, ela queria operar sobre o estereótipo que os jovens muçulmanos recebem no Ocidente, que eles fossem vistos como indivíduos que se vestem iguais a nós, ouvem as mesmas músicas, são sedutores, bonitos.

Que eles vissem aqueles jovens com seus Macintoshes e seus i-Phones [...]. Eu queria que os vissem sentados no chão, fumar com suas guitarras [...]. Queria que tivessem intimidade com a revolução, os abraços. [...] Houve um momento em que um amigo me deixou uma mensagem: “Mas estas pessoas são lindas e são como nós!”. (Coelho, 2012, p. 173).

No Brasil, a primeira reportagem que fez foi na época da eleição presidencial vencida por Dilma Rousseff. A pauta era estender a cobertura entre Minas Gerais e São Paulo e a viagem começou em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas. Com a escolha do lugar, Coelho repetiu uma estratégia que é própria de seu modo de trabalho, de recorrer à literatura como fonte. Araçuaí é o lugar de onde Riobaldo traz uma pedra para Diadorim no *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. Às vezes, explica a repórter, “podemos ir a um lugar porque temos uma relação específica qualquer com o livro, ou com um poema”, o que não aconteceu no episódio relatado anteriormente, onde o mesmo livro aciona a compreensão da vítima de um crime.

É isso que acrescenta autenticidade à forma como nós olhamos para as coisas, porque se houver muitas camadas em nosso olhar, quanto mais camadas houver

no nosso olhar, mais coisas vamos conseguir ver. E a poesia é um treino para isso, exatamente como aprendemos a correr, a poesia vai nos dando músculos para conseguirmos chegar onde mais nenhum discurso chega. (Coelho, 2012, p. 174).

A literatura é estratégica no planejamento da cobertura, durante e depois das viagens. Antes de viajar ao Afeganistão, ela formou uma pequena biblioteca com livros de correspondentes, jornalistas, poetas, antropólogos, guias. O poeta Octavio Paz foi vital para entender o México. “A poesia nos dá uma densidade perspectiva de algo que vem quase do início dos tempos e algo que se projeta para o futuro, pois os poetas são quase sempre visionários” (Coelho, 2012, p. 174). No Brasil, foi afetada pela “overdose” de possibilidades que encontrou, mas não formou nenhuma ideia concreta sobre o país, tipo o Brasil é isto ou aquilo, nem pretende se transformar numa carioca: continua sendo uma cidadã europeia e mais uma, desde que chegou aqui. Já não é a mesma pessoa e gosta desta ideia. “Eu gosto da ideia de que temos o direito de viver várias vidas e de que não estamos prisioneiros de uma identidade” (Coelho, 2012, p. 167).

Sem necessariamente deixar de fazer jornalismo, Alexandra Lucas Coelho continua atrás do desejo “que existe desde sempre”, de viajar e se dedicar à literatura. No deslocamento do jornal para o livro, Coelho acredita que deixou para trás definitivamente os controles do jornalismo. Um escritor, diz ela, é inteiramente livre, o jornalista, não.

[...] faço questão de dizer que isso (o livro) não é uma reportagem jornalística, é um relato. Um relato, uma experiência física, quase sensorial, de um acontecimento extraordinário, no sentido de ser fora do normal, era basicamente isso que me interessava, era viver o momento, um daqueles momentos extraordinários, em

que os homens superam a si próprios. O objetivo era apenas esse. (Coelho, 2012, p. 172).

Ele (o jornalista) obedece a várias regras que estão estipuladas há muito tempo. Respondo perante os leitores, respondo perante os editores, respondo perante a comissão da carteira de jornalista, a sua carteira pode ser cassada se não obedecer certas regras. [...]. O jornalista pode recorrer a recursos literários, cinematográficos e musicais para contar uma história. (Coelho, 2012, p. 171).

Considerações finais

Os resultados desta incursão em conceitos e ações no âmbito do sistema jornalístico e da resistência permitem algumas considerações.

Em primeiro lugar acredita-se na potência dos movimentos metodológicos que fazem avançar o conhecimento sobre um sintoma do presente no espessor de zonas de tensão histórica em que o presente pode ser iluminado por experiências do passado e permite vislumbrar indícios do futuro. Desde tal perspectiva foi possível organizar um arquivo de discursos sobre o trabalho das repórteres Alexandra Lucas Coelho e Eliane Brum e de um ícone do jornalismo francês do século XIX, Séverine. Com o aporte do arquétipo do “testemunho-embaixador” e de suas reverberações no presente pode-se dar profundidade à vertente crítica da disciplina do jornalismo dominante e às práticas de liberdade que dão autonomia aos sujeitos.

Na contracorrente do *ethos* jornalístico e da autoridade coletiva, o “testemunho-embaixador” materializou no passado um “repórter-autor” que se cristalizou no seio das mídias

jornalísticas na troca de sensações com o público; historicamente, esta figura vem se desenhando como o signo de um modo singular de fazer jornalismo, resultado de um conjunto de estratégias individuais que se deslocam do modo de objetivação jornalística forjado pelo paradigma da objetividade jornalística.

Fragmentos das ações e do pensamento de Séverine podem ser associados à prática jornalística coetânea, ora nas reportagens de Alexandra Lucas Coelho, ora nas reportagens de Eliane Brum, como se entre elas houvesse um gênero de reportar que ambas diferenciam da literatura e que tem em comum com Séverine o corpo alerta às sensações, que se presume humanas e, portanto, compartilhadas por todos, que serão relatadas e recebidas pelo leitor por identificação. A resistência às práticas jornalísticas coetâneas une as três repórteres na noção de “governamentalidade” que permite fazer valer a liberdade do sujeito e a relação com os outros.

Esta figura do passado, atualizada na prática jornalística de Brum e Coelho (Marocco, 2012), libera fortes indícios de que há um tipo de autoralidade individual, associado ao conhecimento de si, que implica a relação de si consigo mesmo e um conjunto de práticas com as quais é possível constituir, organizar e instrumentalizar as estratégias que esses indivíduos em liberdade podem ter uns em relação aos outros, fora do coletivo de produção e do discurso vigente no horizonte disciplinar e profissional. Neste patamar, o deslocamento se dá em relação ao processo de produção, ao espaço e tempo jornalístico e à elaboração das técnicas e procedimentos, em um discurso crítico que desnivela radicalmente a consciência prática da consciência discursiva (Giddens, 2009). Geralmente, nesta condição, os jornalistas tendem a buscar outras mídias, como o livro, tema que tem sido desenvolvido por Ringoot e Marocco em outras derivadas de pesquisa (Bastin, Ringoot, 2014; Marocco, 2012; 2014).

Referências

BASTIN, Gilles; RINGOOT, Roselyne. Les journalistes et des livres: un tournant auctorial dans la pratique du journalisme. In: LE CAM, F.; RUELLAN, D. (Éds.). *Changement structurels dans le journalisme*. Paris: L'Harmattan, 2014.

BORBA, Elton Corrêa de. Parresía, risco e performatividade dos discursos de verdade em Michel Foucault. In: MADARASZ, N.; JAQUET, G.; FÁVERO, D.; CENTENARO, N. (Orgs.). *Foucault: leituras acontecimentais*. Porto Alegre: Editorafi, 2016, p. 403-421.

BRUM, Eliane. Eu sou uma escutadeira. In: MAROCCO, B. (Org.). *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 71-92.

COELHO, Alexandra Lucas. Uma ponte entre a escrita e o mundo. In: MAROCCO, B. (Org.). *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 157-179.

FÁVERO, D.; CENTENARO, N. (Orgs.). *Foucault: leituras acontecimentais*. Porto Alegre: Editorafi, 2016, p. 403-421.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: BARROS DA MOUTA, M. (Org.). *Foucault. Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 264-287. (Ditos e escritos, 5).

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. 277-293.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de fevereiro de 1982. In: *Hermenêutica del sujeto*. Madrid: La Piqueta, 1994, p. 81-91.

FOUCAULT, Michel. *La verdade y las formas jurídicas*. Barcelona: Gedisa, 1998.

FOUCAULT, Michel. Mesa redonda em 20 de maio de 1978. In: BARROS DA MOTTA, M. (Org.). *Foucault*. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 335-351. (Ditos e escritos, 4).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. VII-XXIII.

MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, A.R.; SALGADO, R. (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 11-30.

MAROCCO, Beatriz. *Livros de repórter: uma hermenêutica do jornalismo?*. Plano de estudo submetido à Capes em 2014, incorporado ao estágio sênior desenvolvido na Universidade de Grenoble, sob a supervisão de Roselyne Ringoot, 02-07/2015.

MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MAROCCO; Beatriz. Reportagem de transgressão, um giro no tratamento da fonte jornalística. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. *Ilha do Presídio*. Uma reportagem de ideias. Porto Alegre, Libretos, 2008, p. 33-47.

MAROCCO, Beatriz. *O jornalista e a prática*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

MAROCCO; Beatriz. [Violência e exclusão na ficção jornalística](#). Porto Alegre, *Intexto*, n. 2, p. 1-9, 1997.

MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; BOFF, Felipe. [Os grandes acontecimentos e o reconhecimento do presente](#). *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 26, n. 62, p. 92-102, maio-ago. 2012.

MUHLMANN, Géraldine. *Une histoire politique du journalisme, XIX-XX SIÈCLE*. Paris: Presse Universitaire de France, 2004.

PEÑAFLORES, Sebastián M. Ferreira. ¿Desplazamiento conceptual de la “gubernamentalidad” acerca del gobierno de los vivos. In: MADARASZ, N.; JAQUET, G.; FÁVERO, D.; CENTENARO, N. (Orgs.). *Foucault: leituras acontecimentais*. Porto Alegre: Editorafi, 2016, p. 246-299.

PICKETT, Brent. Foucault and the politics of resistance. *Polity*, v. 28, n. 4, 1996, p. 445-466.

PORTALES, Oscar Perez. Michel Foucault: El cuidado de si y la búsqueda de una ontología desde la particularidad. In: MADARASZ, N.; JAQUET, G.; FÁVERO, D.; CENTENARO, N. (Orgs.). *Foucault: leituras acontecimentais*. Porto Alegre: Editorafi, 2016, p. 245-273.

REVEL, Judith. *Foucault*. Conceitos essenciais. São Paulo: Claraluz, 2005.

RINGOOT, Roselyne. O ethos e a autorialidade na análise do discurso jornalístico. In: SEIXAS, L.; PINHEIRO, N.F. *Gêneros*. Um diálogo entre comunicação e linguística. Florianópolis: Insular, 2013, p. 39-55.

RINGOOT, Roselyne; ROCHARD, Ivon. Proximité éditoriale: normes et usages des genres journalistiques. *Mots*, n. 77, 2005, p. 73-90.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T. T. (Org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SEVERINE. [Notes d'une frondeuse. De la boulange au panama](#). Paris: H. Simonis Empis éditeur, 1894.

VATTIMO, Gianni. *Adeus à verdade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

.....
Publicado originalmente em:

Uma primeira versão deste artigo intitulada “A individualização autorial em jornalismo: Séverine, Eliane e Alexandra repórteres à flor da pele” foi apresentada no 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Campo Grande, MS, 2015, em co-autoria com Roselyne Ringoot.

DAS ESCRITURAS de
Adriana Mabilia e Helena Salem

De como o acontecimento se torna: reflexões sobre experiência e partilha

Angela Zamin
Lara Nasi
Reges Schwaab

O reconhecimento do tempo que se consoma via narrativa toma forma por um gesto de “apresentação experimental do mundo, que põe continuamente a realidade à prova” (Motta, 2012, p. 220). No âmbito da experiência social partilhada, a narrativa jornalística sonda de forma intermitente o tempo e o espaço, alimentando a produção de novos sentidos no círculo hermenêutico que dá base para a ação dos sujeitos. Narrar é atribuir sentidos à experiência.

A experiência individual ou social é dominada por acontecimentos de natureza diversa, posto que o mundo está sujeito, segundo Groth (2011), à variação dos seus objetos. Alguns acontecimentos perturbam ou rompem com a ordem das coisas, modificando o estado do mundo, a seriação. Nas palavras de Mouillaud (2002), não existe nada no momento do acontecimento. O acontecimento social não é um objeto acabado que se encontra em alguma parte da realidade, cujas propriedades nos são dadas a conhecer de imediato.

O acontecimento não é o que acontece simplesmente; é aquilo que ao acontecer “produz alterações significativas na realidade presente das pessoas” (Chaparro, 2001, p. 41). Quando se produz, o acontecimento rompe com o correr das coisas “no nosso quadro experiencial”, segundo os termos de Goffman (1991), provocando descontinuidades. Logo, o sentido do acontecimento está na experiência (Babo Lança, 2005; Mouillaud, 2002; Quéré, 2005). O acontecimento não é apenas da ordem do que ocorre, mas de como ele se torna. Este “tornar-se”, que Quéré (2005, p. 61) retira de Mead, implica que ao acontecer ele acontece a alguém. É porque ele afeta alguém, é suportado, suscita reações, que ele “se torna”. Ao acontecer, o acontecimento “afecta a continuidade da experiência porque a domina” (2005, p. 61).

Inserido no campo dos estudos em jornalismo, o presente artigo se volta para a relação que partilhar a experiência e dar a conhecer dão a ver. Considera que “o efeito específico tanto do testemunho como da transmissão da experiência é um efeito de natureza predominantemente informativa, na medida em que se trata de dar a conhecer a alguém uma experiência a que não teve acesso directo e imediato” (Rodrigues, 1997). Por este viés, tomam-se relatos de repórteres a quem a tarefa de dar a ver os acontecimentos levou-as a experienciá-los. Para tanto, analisa-se os livros *Palestinos, os novos judeus* (1977)¹ e *Entre árabes e judeus: uma reportagem de vida* (1991), da jornalista Helena Salem (1948-1999), redatora de Internacional do *Jornal do Brasil* (JB) à época da quarta guerra entre árabes e israelenses, no início dos anos 1970.

A experiência do acontecimento a afetou a ponto de reelaborá-la nestes livros, além de um terceiro, *O que é a questão palestina* (1982), da *Coleção Primeiros Passos*, da editora *Brasiliense*.

¹ O livro foi publicado em Portugal, em 1978, sob o título *Palestinianos, os novos judeus*.

Inserido em uma pesquisa mais ampla, gestada no interior do *Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas* (CNPq/UFSM), voltada a temas do contemporâneo no jornalismo, o artigo considera os livros como espaço de reflexão sobre a prática e o saber jornalísticos e de elaboração da crítica, por uma parte, e como lugar de formulação da experiência e de fixação da memória, por outra. Busca-se empreender uma reflexão que transita entre o acontecimento e a experiência, tomando os livros de Helena Salem como suporte empírico.

Os livros da jornalista são examinados a partir do conceito de livro de repórter, como um relato que entrecruza elementos internos e externos à formulação jornalística (Marocco, 2011; Zamin, 2011), além de uma escrita de si (Artières, 1998). Reportagens sobre a Guerra do Yom Kippur/Guerra do Ramadã, publicadas pela jornalista entre outubro de 1973 e janeiro de 1974, na condição de enviada especial do JB, quando acionadas, não têm o caráter metodológico de comprovar a exatidão das informações apresentadas nos livros. Pretende-se, segundo a orientação de Rosenthal (2006, p. 194), manter uma vigilância epistemológica que possibilite preservar a *Gestalt* dos livros, sem deixar “de aproveitar o texto ou a história de vida como realidade em si mesma”.

Na leitura construída, a travessia da jornalista reforça a costura que emerge no gesto de dar a ver a experiência. Desde a infância, a condição de judia é crucial para Helena Salem colocar em perspectiva diferentes temas com os quais irá se deparar no exercício profissional, moldando sua atitude intelectual. Na escola e em sua juventude, contesta estereótipos em torno das capacidades intelectuais ou traços de comportamentos negativos dos judeus. Na vida profissional, a jornalista judia não sionista vai encontrar um editor também judeu, porém pró-sionista. A questão palestina aparece também em paralelo a traços de um Brasil classificado, à época, como terceiro mundo, levando-a a paralelos entre a condição econômica e social dos palestinos e

da população nordestina e das favelas. No período da ditadura militar brasileira, a situação de exilada igualmente merece ser lembrada. Mesmo anistiada, tendo retornado ao país de origem, jamais deixará de fazer ecoar o que a constitui.

Sobre tornar-se enviada especial (e/ou correspondente de guerra)

Ao atribuir sentidos aos acontecimentos, o jornalismo coloca-se também como alguém a quem o que acontece, acontece e, igualmente, como “[...] aquele que o testemunhou, aquele que o observou a distância, aquele que dele teve informação e o recebeu nas narrativas, aquele que se surpreendeu e emocionou, aquele que reagiu” (Babo Lança, 2005, p. 93).

Helena Salem assumiu a condição de enviada especial do JB porque se encontrava no Cairo, Egito, no momento em que o acontecimento irrompeu, a Guerra do Yom Kippur, como ficou conhecida no Ocidente, ou Guerra do Ramadã para o mundo árabe. Para a jornalista, tanto a condição de enviada especial² era novidade como estar em uma guerra. Assim, seus livros permitem sondar nuances de como o acontecimento se torna, quer para a jornalista, enquanto aquela a quem o ocorrido ocorreu; quer para o jornalismo, que “busca transmitir uma experiência a que o destinador não teve acesso direto e imediato” (Amaral, 2013, p. 185).

Em 3 de outubro de 1973 ao chegar ao Egito para passar três meses nos países árabes e um em Israel, Helena Salem deparou-se com os boatos de uma guerra. “Espere, você verá,

² O enviado especial, embora tenha as mesmas funções do correspondente, “viaja por períodos curtos com a missão de cobrir um evento específico” (Silva, 2011, p. 15).

nos próximos dias terá uma nova guerra” (Salem, 1977, p. 2) foi a sentença de um funcionário da Liga Árabe a Helena, proferida em 5 de outubro e repetida no dia seguinte, quando as tropas egípcias começaram a avançar em direção ao Canal de Suez e as sírias sobre as colinas de Golan. “O que vim fazer numa guerra?” (Salem, 1991, p. 27) interrogou-se para, em seguida, ouvir o chefe da equipe da RAI, empresa de televisão e rádio estatal italiana, indagá-la se “não iria entrar em contato com o jornal” (1991, p. 27) no Brasil. “Talvez percebesse minha inexperiência, e a pergunta fosse mais uma dica” (1991, p. 27), complementa.

Helena não foi para o Cairo na condição de repórter, mas para experienciar³ o Oriente Médio quando da conclusão de uma especialização em Relações Internacionais, cursada em Florença, Itália. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1970, a jornalista havia ingressado dois anos antes no *Jornal do Brasil*, como redatora de Internacional, quando a guerra árabe-israelense “estava em baixa, perfeito para uma principiante” (Salem, 1991, p. 12). Todavia, em 1970, a morte do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser – importante personagem da Guerra dos Seis Dias, em 1967 – recolocou o conflito em pauta. Em 1972, Helena havia adquirido prática na cobertura do Oriente Médio, quando se licenciou temporariamente do jornal⁴ para estudar. Segundo a jornalista,

Como redatora da Editoria de Internacional do *Jornal do Brasil*, [...] especializara-me em assuntos do Médio

³ Do verbo experienciar (experiência + ar), “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (Larrosa Bondía, 2002, p. 21). Ainda, “a palavra experiência contém inseparavelmente a dimensão de travessia e perigo” (p. 25).

⁴ Neste período produziu como *freelancer* para o próprio JB, especialmente para o *Caderno de Turismo*.

Oriente – isto é, especializara-me tanto quanto é possível fazê-lo à distância, sem conhecer vivencialmente o povo de quem falava. Por isso mesmo, quando em 1972, ganhei uma bolsa de estudos de aperfeiçoamento em Política Internacional, para a Itália, decidi que ao final de meu curso faria uma viagem pelo mundo árabe e Israel, com o objetivo de conhecer de perto o que eu conhecia relativamente bem em teoria. (Salem, 1977, p. 1).

Para informar ao JB que se encontrava no Egito e à disposição do jornal, Helena Salem contactou o correspondente do periódico na Itália, Araújo Netto, por meio de telegrama, porque não havia como telefonar diretamente ao Brasil, uma vez que “qualquer comunicação deveria ser feita em idioma capaz de ser entendido e censurado pelas autoridades” (Salem, 1991, p. 28). Quatro dias após o contato, um telegrama do JB solicitava à jornalista contatar a embaixada brasileira e a agência *United Press International* e lhe desejava sorte. Após as primeiras matérias, deu-lhe financiamento para permanecer na região.

Em *Palestina, os novos judeus*, Helena Salem atribui a si a função de enviada especial do JB: “[...] minha viagem perdia o caráter desprezioso, transformara-me em ‘enviada especial’. Para mim uma grande oportunidade profissional, e para o JB uma sorte talvez maior, já que encontrara uma ‘enviada’ *in loco*, mais importante ainda considerando que o aeroporto do Cairo encontrava-se fechado” (1977, p. 4). No entanto, em *Entre árabes e judeus*, ao refletir sobre este momento duas décadas mais tarde, afirma que “virava correspondente de guerra, no Egito” (1991, p. 29). No obituário da repórter, o jornal *Folha de S. Paulo*⁵ e a revista *Veja*⁶ a apresentam como a primeira correspondente de

⁵ [Morre no Rio a jornalista Helena Salem](#). *Folha de S. Paulo*, Mortes, São Paulo, ano 79, n. 25.712, 26 ago. 1999.

⁶ Datas. *Veja*, São Paulo, ano 32, n. 35, edição 1613, 1º set. 1999.

guerra brasileira, enquanto O *Estado de S. Paulo* a descreve como correspondente de guerra, sem indicar posição (Silva, 1999).

Em *Correspondente internacional*, Silva (2011) fala da dificuldade em precisar quem foram os primeiros correspondentes brasileiros. Usando a expressão “palpite”, atribui à Dulce Damasceno de Brito o lugar de primeira mulher correspondente internacional por ter sido enviada pela revista *O Cruzeiro* e pelos jornais do grupo *Diários Associados* para Hollywood, em 1952 e lá permanecendo por 16 anos (Silva, 2011, p. 48). Antes dela, segundo o autor, Sylvia de Arruda Botelho Bittencourt, esposa do proprietário e diretor do *Correio da Manhã*, Paulo Bittencourt, havia trabalhado na Europa para a agência *United Press* e acompanhado a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Quando se refere aos correspondentes de guerra brasileiros, explica que Sylvia “assinava seus despachos com o pseudônimo de Majoy” (2011, p. 72), que a atividade “não chegava a ser algo regular” (p. 48) e que “ficou pouco tempo com a FEB, pois a agência não se interessava muito pela sua missão” (p. 73).

Primeira correspondente de guerra brasileira ou não, o fato é que Helena Salem cobriu a Guerra do Yom Kippur para o JB desde o Egito, possibilitando ao jornal estar geograficamente entre árabes e judeus naquela ocasião, uma vez que mantinha um correspondente em Israel. Após o cessar fogo, a jornalista esteve em Beiture, no Líbano, para contatar palestinos em campos de refugiados, além de líderes e combatentes da Resistência Palestina; voltou para a África e foi à Argélia, para cobrir em Argel a Conferência de Cúpula Árabe; seguiu para a Tunísia, para melhor compreender o Maghreb (formado também por Argélia e Marrocos); voltou para a Ásia, foi a Amã, na Jordânia; Damasco, na Síria, e outra vez Beiture e Cairo.

A cobertura da guerra árabe-israelense no *Jornal do Brasil* se iniciou em sete de outubro de 1973, sob o selo de cobertura A Guerra do Yom Kippur. O JB contou, inicialmente, com os

correspondentes Nahum Sirotsky,⁷ de Israel; Octávio Bonfim, de Nova Iorque; Robert Dervel Evans, de Londres; os *freelancers* A. Drori e Henry Raymond, como Especial para o JB; a redação da Sucursal Brasília e a editora de Internacional Clecy Ribeiro. Também, artigos de opinião comprados do *The New York Times* e do *The World Today*. Contudo, a maior parte das informações teve como origem as agências *United Press International* (UPI) e *Associated Press* (AP), estadunidenses; *Agence France Presse* (AFP), francesa; *Agenzia Nazionale Stampa Associata* (Ansa), italiana, além da própria *Agência Jornal do Brasil* (AJB), fundada em 1966.

Helena Salem aparece pela primeira vez como enviada especial em 14 de outubro de 1973. Na capa da edição, o JB destaca: “A enviada especial do JORNAL DO BRASIL no Cairo, Helena Salem, informa que [...]” [grifo no original].⁸ Também nesta data, no segundo clichê⁹ publicado pelo jornal, passa a assinar uma coluna como enviada especial (Salem, 1973a, p. 22). A última reportagem como enviada especial é de 30 de janeiro de 1974. Do Cairo, a jornalista aborda uma questão cultural, o uso de véu pelas mulheres árabes (Salem, 1974, p. 22).

Entre árabes, uma judia de sobrenome árabe

O deslocamento do *acontecer* ao *acontecer a* sugere que o acontecimento “tem de ser compreendido no âmbito da vida”

⁷ No mesmo período Nahum Sirotsky era correspondente do *Estadão* sob o pseudônimo Nelson Santos. Também foi correspondente nos EUA, na década de 1940, para *O Globo*, em Israel, de 1971 a 1973, para o JB e o *Estadão*, e a partir de 1995 para a *Rádio Gaúcha* e o jornal ZH.

⁸ [Árabia Saudita ameaça os EUA](#). *Jornal do Brasil*, ano LXXXIII, n. 189, p. 1, 14 out. 1973.

⁹ Conforme o Manual da Redação da *Folha de S. Paulo* (1996), “as expressões primeiro clichê, segundo clichê e assim por diante designam as edições sucessivamente atualizadas do jornal em um mesmo dia”.

(Santos, 2005, p. 79). Nesta direção, Rebelo (2005) fala que assumir as fraturas geradas pelo acontecimento como nossas, por meio dos quadros de sentidos que dispomos, é auxiliar para a sua compreensão. O cotidiano se dá entre problemas, “que são e não são os nossos” (Rebelo, 2005, p. 57), ou seja, apesar de exteriores, por um processo de naturalização, são percebidos como sendo os nossos problemas.¹⁰ Para Heller (2008, p. 35), também neste sentido, “reagimos a situações singulares, respondemos a estímulos singulares e resolvemos problemas singulares. Para podermos reagir, temos de subsumir o singular, do modo mais rápido possível, sob alguma universalidade”.

A identidade funda-se, ao mesmo tempo, por meio de diferenças e singularidades. As diferenças vinculam-se à alteridade: ser um é não ser outro. “O fato de um indivíduo ser judeu, católico, cigano, índio, negro, umbandista, japonês etc. coloca-o como parte de uma categoria social, que, dependendo do contexto, poderá ser valorizada ou ser objeto de discriminação ou estigmatização” (Velho, 1981, p. 44). Segundo Follmann (2001), ao se manifestar na sociedade, em diferentes grupos ou expressões coletivas, o sujeito individual aciona e altera processos de identidade:

É na maneira com que um indivíduo ou grupo (uma coletividade) estabelece a relação entre seu futuro e seu passado ou, ainda, entre seus projetos e sua trajetória, que temos, de forma particular, as indicações principais para desvendar qual é sua identidade. Pode-se definir identidade como resultante, em grande parte, da tentativa constante de buscar a coerência lógica entre as experiências vividas e aquilo que se tem como objetivo. (Follmann, 2001, p. 51).

¹⁰ Ponte (2005 apud Rebelo, 2005, p. 58) sugere que os *media* conduzem processos de naturalização ao converterem fragmentos em uma “unidade indivisível”.

Judia de sobrenome árabe. Reiteradamente este foi o modo de nomear a jornalista Helena Salem. A função de redatora da editoria de Internacional do *Jornal do Brasil* contribuiu para isso. “Nas primeiras matérias que assinei sobre o tema, e em todas ao longo dos anos seguintes, invariavelmente tomavam-me como de origem árabe. São muitos os Salem árabes, em todo o Oriente Médio e fora dele; poucos os judeus” (Salem, 1991, p. 11). Durante o período em que estive nos países árabes, Helena não fez questão de desfazer a associação que o sobrenome despertava, “Salem, árabe, não é?” (1991, p. 36). “Não que inexistissem correspondentes ou enviados judeus na região [...]. Mas eram judeus conhecidos, respeitados na área como gente de confiança, credibilidade, e de veículos poderosos internacionalmente” (1991, p. 35), afirma, e complementa: “Não uma judia brasileira” (1991, p. 36).

Filha de pai judeu sefardita¹¹ de Esmirna, Turquia, e mãe brasileira, porém judia, Helena optou por construir um lugar para si em meio aos jornalistas e às autoridades que circulavam pelo hotel e pelo Centro de Imprensa no Cairo. Primeiro omitira a origem judia, depois afirmara que Salem era de origem turca e, por fim, árabe-cristã. O movimento de apresentar-se como Salem de origem turca logo se revelou causador de constrangimento naquele que a interpelava. Ao constatar o acanhamento dos jornalistas árabes com quem interagiu, Helena Salem buscou as razões que provocavam tal reação. “Não recordo exatamente quando deu o estalo” (Salem, 1991, p. 36), afirma, para concluir que “ser turco não era tão ruim quanto judeu, mas era péssimo. Afinal, os turcos dominaram os árabes durante séculos, uma animosidade histórica” (1991, p. 37).

Como não havia outra saída para um Salem – ser judeu ou ser árabe –, Helena optou por uma identidade mais próxima de

¹¹ Sefardita, ou sefardim, no plural, é o termo empregado para designar descendentes de judeus originários de Portugal e Espanha.

seu universo cultural, de uma judia que estudou em colégio protestante e conviveu com vizinhos católicos; passou a ser “árabe, e árabe-cristão, libanês, de Beirute” (Salem, 1991, p. 37).

Se admitisse a origem muçulmana, não saberia como me mexer, correria o risco de me trair. Pode-se sempre ser mais livre como ‘o outro’. ‘O outro’ é, inevitavelmente, de alguma forma diferente, desconhecido. Ser cristã, entre uma maioria muçulmana, me possibilitaria não ser cobrada, e ser incoerente. Além do mais, o que estaria fazendo uma mulher muçulmana, filha de libanês ou sírio, sozinha no meio de uma guerra? Que Mohamed Salem deixaria assim a filha sair pelo mundo, como um homem? (O Maurício Salem, judeu oriental, também não deixava – só não tinha como impedir tal ousadia). (Salem, 1991, p. 37).

A condição de judia, entretanto, foi confidenciada ao jornalista Saviolli, do jornal italiano *L'Unitá*, “o único para quem ousei abrir meu segredo – jurou-me silêncio, e cumpriu” (Salem, 1991, p. 54). A revelação, segundo a jornalista, resultou de um sentimento de fraternidade pelo fato de que, dias antes, Saviolli tinha confiado a ela três amigos: Chehata, Mohammed e Hassan, ex-militantes do Partido Comunista Egípcio, dissolvido pelo presidente Nasser no início dos anos 1960, que em comum tinham, ainda, sucessivas prisões. Com “o negro Mohammed, o judeu Chehata, o árabe moreno Hassan” (1991, p. 57) “sentia como se tivesse, enfim, encontrado a minha turma: entre aqueles homens sem nenhum poder, cheios de sonhos e sorrisos, otimistas por convicção ou necessidade de sobrevivência”, acrescenta (1991, p. 57). Helena confidencia em *Entre árabes e judeus* (1991) que no segundo encontro com os novos amigos contou que era judia. “Meu segredo não foi nada para eles. Foi tão simples” (1991, p. 57).

Em sentido inverso, a relação amistosa de Helena Salem com o correspondente do *Pravda* fixo no Cairo, o russo Anatoly, se deteriorou quando este lhe confidenciou seu segredo. A caminho do aeroporto, Anatoly passou-lhe o contato de um amigo em Beirute que partilhava de suas ideias: “O grande problema do mundo são os judeus, historicamente a burguesia é judaica” (Salem, 1991, p. 62).

Imersa nos desdobramentos do acontecimento e suas reverberações, durante parte da cobertura, Helena escreveu solitariamente, sem saber o destino e a repercussão das reportagens e artigos que produzia, uma vez que o JB não estabelecia contato, nem por telefone nem por correio. À medida que trabalhava à procura da matéria do dia e da permissão para ir ao *front*, Helena Salem foi se habituando ao contexto. “Naquele mundo que no início julgara tão estranho, sentia-me em casa” (Salem, 1991, p. 70). Tal constatação retorna como justificativa para “o maior equívoco” de sua vida profissional, o de ter entrevistado um judeu-egípcio. “Solicitei no Centro de Imprensa que me apresentassem um ‘judeu normal egípcio’. Arrumaram-me, claro, um exemplar ‘feliz e integrado’, melhor impossível” (1991, p. 70).

A reportagem *Judeus no Egito têm completa liberdade* (Salem, 1973b, p. 24), publicada pelo JB em 18 de novembro de 1973, gerou descontentamento da colônia judaica no Brasil, já inconformada pelas matérias diárias que relatavam o que ocorria no mundo árabe, segundo o chefe de redação do jornal, Carlos Lemos. “Com aproximadamente 500 membros, a pequena comunidade judia no Egito desfruta hoje de total liberdade, frequentando normalmente a sinagoga e dispondo dos mesmos direitos civis do resto da população”, afirma Salem na abertura do texto, trazendo a seguir excerto da fala do entrevistado, entre aspas, que a confirma: “‘Posso dizer-lhes francamente que somos muito bem tratados’, declarou-me o presidente da comunidade, Félix Ischaki”. No restante do texto, Salem descreve

processualidades da entrevista, como a língua em que conversaram, o cenário e apresenta dados sobre os judeus no Egito trazidos pela fonte.

Na coluna *Carta aos Leitores*, de 31 de outubro de 1973, Alejandro Franco, professor, elogia a cobertura da Guerra do Yom Kippur pelo JB e, especialmente, o trabalho da enviada especial Helena Salem e de A. Drori, Especial para o JB:

Como muitos cariocas, devorei nestes dias todas as páginas de notícias internacionais trazidas pelos veículos que aqui circulam: *Veja*, *Visão*, *Manchete*, *Time*, *Newsweek*, *Economist*, *L'Express*, *Le Point* ou *Le Nouvel Observateur*. Ostento tanto alarde de pesquisa dispersiva apenas para dar mais peso à conclusão final a que cheguei: em nenhum desses órgãos encontrei cobertura mais completa, espírito de síntese mais coerente, mais acertada escolha da notícia significativa e maior isenção de animo que em seu JB. Permita que o congratule por mais essa performance. Quero salienta particularmente a satisfação de ter descoberto dois novos talentos, revelados pelo JB nesta oportunidade: a repórter Helena Salem e o comentarista A. Drori. (Franco, 1973, p. 6).

No retorno ao Brasil, em fevereiro de 1974, após quatro meses no Oriente Médio, mais uma vez o fato de ser judia veio à tona, agora no interior do próprio JB. O jornal havia trocado a direção jornalística, antes chefiada pelo jornalista Alberto Dines – “que, embora sem esconder sua posição francamente pró-israelense, era aberto e consciente o bastante para prestigiar o trabalho de um bom profissional e querer oferecer ao leitor os vários aspectos de uma realidade” (Salem, 1977, p. 10) –, e optou por manter Helena Salem em silêncio. “Não faltaram grotescas acusações, aqui e ali, de ‘judia anti-semita [antisemita]’” (1977, p. 10, acréscimo nosso).

A rejeitar qualquer fórmula definitiva

De acordo com Quéré (2005), há sempre um campo no qual é produzida a observação do acontecimento. “A observação e a interpretação de um acontecimento singular efectuam-se pois numa situação ou num campo” (2005, p. 71) porque, por esta perspectiva, o acontecimento tem um poder de esclarecimento. “A sua observação permite descobrir o campo do qual ele faz parte, identificar a situação na qual ele se insere” (2005, p. 71). De certa forma, qualquer coisa que se enrede na experiência individual ou coletiva, em virtude de um acontecimento, para encaminhar um desenlace, por distinções, oposições ou contrastes, por esclarecimentos ou revelações, é permeada, segundo o autor, por uma estrutura de intriga.¹²

Helena Salem desdobra o conflito Israel-Palestino tomando por referência sua experiência individual e coletiva. Ao ocupar-se do acontecimento e de como ele se torna, aciona sua condição de mulher, de judia de sobrenome árabe, de latino-americana e de jornalista. Se o sentido do acontecimento está na experiência, as reações que ele provoca contribuem para que ele se torne de uma maneira e não de outra. Ao assumir as fraturas provocadas pelo acontecimento como suas, afirma que se “não fosse o acaso, lucidamente tinha consciência de que nenhum jornal, [...] enviaria alguém como eu [ela] – jovem, inexperiente, mulher – para uma guerra daquelas” (Salem, 1991, p. 46 [acréscimo nosso]). Todavia, por meio daquilo que a constituía,

¹² Uma intriga equivale, para Quéré (2005, p. 72), a “uma situação problemática, isto é, uma situação caracterizada por tensões, conflitos ou contradições, ou pela discordância entre os seus elementos [...]. Está-lhe subjacente um problema a resolver”. A intriga liga-se a um problema que, por sua vez, tanto pode ser facilmente circunscrito quanto ser conformado por uma série de elementos que se justapõem, se ramificam e se ligam a outros problemas correlatos, designados de campos problemáticos.

construiu sua posição de enviada especial e tornou-se reconhecida como correspondente de guerra.

O fato de ser não “apenas a única mulher”, mas “também a mais jovem” (Salem, 1991, p. 46) entre os correspondentes no Egito, bem como a condição de judia, são características que marcam o lugar desde onde o relato do acontecimento se impõe. A condição de latino-americana é algo do qual a jornalista não abre mão e para a qual sempre retorna. É essa condição que permite estabelecer analogias, aproximando os leitores brasileiros do contexto que relata, como em *Palestinos, os novos judeus*, quando descreve campos de refugiados: “E miséria, muita também. Lembram nossas favelas, no aspecto” (Salem, 1977, p. 41).

A ligação do jornalismo com o efetivamente acontecido descortina as coisas, os lugares do mundo, a experiência humana. Como resultado, Helena Salem aciona e explora o campo de possíveis do acontecimento e toma a Guerra do Yom Kippur/Guerra do Ramadã como um microacontecimento que se liga a outro, anterior, maior, o Acontecimento Conflito Israel-Palestino, e acaba por atualizá-lo. Microacontecimento porque “faz parte de uma série” (Santos, 2005, p. 81) indissociável, a realidade histórica do Oriente Médio. Sem deixar de considerar as perspectivas de leitura do acontecimento que experiencia, a jornalista considera aquilo que, por vir antes, é parte.

A prática originada na experiência de coberturas anteriores, os interesses pessoais, a condição de vida e a compreensão do jornalismo que constrói para si se entrelaçam nos rumos que a jornalista dá ao seu texto. “Entre os *The New York Times*, *Le Monde*, *Asabi Shimbun*, *Pravda*, *Paese Sera*, *L’Unitá* e outros, pude somar, aprender, escolher, sintetizar, reelaborar os olhares, vivenciar concretamente a profunda relatividade da prática jornalística. O suficiente para rejeitar qualquer fórmula definitiva” (Salem, 1991, p. 100).

Referências

AMARAL, Marcia Franz. [A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais a sujeitos discursivos](#). *Revista Fronteiras*, v. 15, n. 3, set./dez. 2013, p. 182-190.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, CPDOC FGV, v. 11, n. 21, 1998.

BABO LANÇA, Isabel. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. *Trajectos*, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 6, 2005, p. 85-94.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Linguagem dos conflitos*. Coimbra: Minerva, 2001.

FOLLMANN, José Ivo. Identidade como conceito sociológico. *Ciências Sociais*, Unisinos, São Leopoldo, v. 37, n. 158, p. 43-66, 2001.

FRANCO, Alejandro. [Oriente Médio](#). *Jornal do Brasil*, 1973.

GOFFMAN, Erving. *Les cadres de l'expérience*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1991.

GROTH, Otto. *O poder cultural desconhecido: fundamentos da Ciência dos Jornais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

LARROSA BONDÍA, Jorge. [Notas sobre a experiência e o saber de experiência](#). *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, jan.-abr. 2002. *MANUAL de Redação Folha de S. Paulo*. São Paulo: Publifolha, 1996.

MAROCCO, Beatriz. [Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas](#). *Revista Contracampo*, Niterói, n. 22, fev. 2011, p. 116-129.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade. In: PEREIRA, F. H.; MOURA, D. O.; ADGHIRNI, Z. L. (orgs.). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012, p. 219-241.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 49-83.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, ISCTE/Fim de Século, n. 6, 2005, p. 59-75.

REBELO, José. Apresentação. *Trajectos*, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, ISCTE/Fim de Século, n. 6, 2005, p. 55-58.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Comunicação e experiência*. 1997.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 193-200.

SALEM, Helena. *Entre árabes e judeus: uma reportagem de vida*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SALEM, Helena. *Palestinos, os novos judeus*. Rio de Janeiro: Eldorado-Tijuca, 1977.

SALEM, Helena. [A mulher árabe sob os véus do preconceito](#). *Jornal do Brasil*, 1974.

SALEM, Helena. [Guerra poderá mudar nos próximos dias](#). *Jornal do Brasil*, 1973a.

SALEM, Helena. [Judeus no Egito têm completa liberdade.](#) *Jornal do Brasil*, 1973b.

SANTOS, José Manuel. Da perca do mundo à sociedade dos (mega)acontecimentos. *Trajectos*, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, ISCTE/Fim de Século, n. 6. 2005, p. 77-83.

SILVA, Beatriz Coelho. [Morre no Rio a jornalista e escritora Helena Salem.](#) *O Estado de S. Paulo*, 1999.

SILVA, Carlos E. L. *Correspondente internacional*. São Paulo: Contexto, 2011.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Notas para uma antropologia da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ZAMIN, Angela. [Livros de repórter, saberes de entremeio: relatos jornalísticos sobre a cobertura de conflitos.](#) *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 8, p. 389-405, 2011.

.....
Publicado originalmente em:

INTERIN, v. 22, n. 2, jul./dez. 2017. ISSN: 1980-5276.

.....

“O mundo tem que saber disso de alguma maneira”: crítica das práticas jornalísticas na reflexão de jornalistas

Angela Zamin
Taiz Richter
Tatiane Milani
Tonie dos Santos

Este texto é resultado de reflexões acerca da crítica das práticas jornalísticas elaborada por jornalistas. Para tanto, toma como *locus* de observação e análise livros de repórter (Marocco, 2011; Zamin, 2011). Inserido em uma pesquisa mais ampla, gestada no interior do Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas, voltada aos temas do contemporâneo, o artigo propõe-se a analisar os livros *Palestina, os novos judeus* (1977), de Helena Salem, e *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto* (2013), de Adriana Mabilia, jornalistas brasileiras, a partir de uma reflexão que leva em conta as características, a ambiência e as dificuldades próprias ao jornalismo internacional. A leitura não seguiu uma ordem cronológica; o de Mabilia nos levou ao de Salem. Entre eles, *Oriente próximo* (2007), da portuguesa Alexandra Lucas Coelho, e *Palestina* (2011), do maltês Joe Sacco, também foram objetos de estudo, mas aqui não serão acionados.

O artigo analisa a crítica à cobertura internacional, especialmente de conflitos, trata da crítica trazida pelas fontes e chega à autocrítica realizada pelas repórteres ao abordarem seu próprio fazer, como resultado de uma atitude reflexiva sobre as práticas jornalísticas proposta no interior do sistema jornalístico.¹ Tal entendimento deve-se ao fato de compreendermos o livro de repórter como espaço de reflexão sobre as práticas, de formulação da experiência, de elaboração da crítica e de deslocamento do jornalismo ao jornalismo. Nestes livros, ao se ocupar do *fazer* jornalístico para, a partir dele, elaborar outro relato, o repórter pode produzir uma exegese do saber jornalístico.

A carioca Helena Salem (1948-1999), judia de sobrenome árabe, filha de um imigrante turco e uma brasileira, concluiu a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1970. Durante a faculdade, em 1968, começou a trabalhar no *Jornal do Brasil* (JB), como redatora de Internacional, e se especializou em Oriente Médio. Passou um ano na Itália, em Florença, cursando uma Pós-Graduação em Política Internacional e, ao seu término, foi para o Oriente Médio conhecer de perto a realidade dos países que estudava e sobre os quais escrevia. Ao chegar ao Egito, em 1973, deparou-se com a guerra entre países árabes e Israel, conhecida como Guerra do Yom Kippur no Ocidente e do Ramadã entre os árabes, e cobriu-a para o JB. *Palestina, os novos judeus* (1977), aqui analisado, e *Entre árabes e judeus: uma reportagem de vida* (1991), livro autobiográfico, tratam da cobertura do conflito e, especialmente, dos palestinos.

¹ Divididos em grupos, docentes e discentes do Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas dedicaram-se a analisar questões importantes ao jornalismo, como: (1) procedimentos e rotinas; (2) crítica das práticas jornalísticas e (3) experiência. O movimento de pesquisa originou três artigos que, partindo dos mesmos livros, seguem em direções distintas, porém complementares.

Pouco tempo após retornar do Oriente Médio Salem exilou-se em Portugal devido à perseguição da ditadura militar brasileira, atuando como correspondente da *IstoÉ* e do *Jornal Movimento* e contribuindo para o jornal português *O Expresso*. Em 1979 voltou ao Brasil. Tornou-se repórter e articulista *free lancer* em jornais como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, neste último trabalhando até sua morte. Dedicou-se à cobertura de cinema e realizou com Jorge Bodanzky o documentário *Igreja dos Oprimidos*. Segundo a *Folha*, Helena foi a primeira correspondente de guerra brasileira.²

Adriana Mabilia (1969) é especialista em Oriente Médio pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Jornalista, trabalhou no telejornalismo e em revistas. Foi editora na *TV Cultura*, na *Rede Record* e editora de Internacional do *Jornal Hoje*, da *TV Globo*. *Viagem à Palestina*, todavia, não resulta da reescrita de reportagens, mas de um interesse pessoal em ouvir as palestinas, fontes silenciadas na cobertura do conflito. “A dificuldade de encontrar informações sobre a população feminina palestina fez brotar a ideia do livro e dessa viagem”, afirma Mabilia (2013, p. 40), que foi para a Palestina quatro vezes.³ Durante a pesquisa para o livro, contudo, acabou produzindo reportagens para a revista *Caros Amigos*.⁴

Sobre o jornalismo internacional

[...] nem tudo o que é notícia aparece no noticiário internacional. O noticiário não constrói um retrato do mundo com determinado grau de exatidão, muita coisa

² [Morre no Rio a jornalista Helena Salem](#). *Folha de S. Paulo*, Mortes, São Paulo, ano 79, n. 25.712, 26 ago. 1999.

³ Dados da entrevista concedida pela jornalista Adriana Mabilia, em novembro de 2014, por e-mail.

⁴ Edição Especial Oriente Médio, de *Caros Amigos*, de maio de 2009.

que será vista no futuro como de capital importância histórica é diariamente deixada de lado. E, ao mesmo tempo, certos temas sem importância histórica nenhuma acabam virando notícia. (Natali, 2007, p. 12).

O jornalismo internacional tem a característica de informar-nos daquilo que acontece no mundo. Segundo Espinosa de Los Monteros (1998, p. 416), o jornalismo internacional é um “fenômeno da atividade intelectual e econômica” que data da segunda metade do século XIX, cuja trajetória está “ligada ao desenvolvimento da escrita, à imprensa, à indústria editorial, às tecnologias de comunicação e ao transporte”. Para o autor, o jornalismo impresso, que data do século XVI, tomou forma a partir de algumas condições de desenvolvimento da economia de mercado, que posteriormente aos avanços tecnológicos de impressão e produção em massa de papel, originaram a mudança da imprensa política e literária do século XIX para o jornalismo diário. As notícias do exterior entraram tardiamente nas páginas dos jornais.

Na visão deste autor, a matéria-prima do jornalismo internacional foi a economia:

O jornalismo é uma atividade econômica do capitalismo, que em suas origens satisfaz a necessidade de comunicação dos comerciantes e banqueiros, de informar-se sobre os preços de mercadorias e mercados. (Espinosa de Los Monteros, 1998, p. 418).

Natali (2007, p. 22), todavia, argumenta que o jornalismo já “nasceu internacional” com os primeiros órgãos jornalísticos da modernidade, os *newsletters*, que eram “boletins noticiosos mercantis da burguesia neerlandesa em comércio com outras nações no século XVII”. Foi nesse período, de acordo com o autor, que passaram a circular os primeiros jornais impressos com ênfase nas informações e fatos ocorridos no exterior.

Poderíamos supor que o jornalismo surgiu como atividade que fizesse circular informações de interesse local ou paroquial, já que o campo de interesse comum [...] sofria os efeitos de uma infra-estrutura precária de comunicações. Pois suporíamos errado. O jornalismo nasceu, isto sim, sob a forma de jornalismo internacional, com o formato de coleta de difusão de notícias produzidas em terras distantes. (Natali, 2007, p. 23).

O surgimento das pioneiras agências de notícias, a partir da segunda metade do século XIX, estiveram vinculados à expansão do capitalismo, quando “as notícias sobre o exterior ganham seu espaço na imprensa diária” (Espinosa de Los Monteros, 1998, p. 416). Inicialmente, também para as agências, a informação econômica, além dos conflitos armados, era a matéria-prima (Silva, 2011). Segundo Zamin (2012, p. 50), “as primeiras agências atuavam como monopólios delimitados sobre o traçado das fronteiras nacionais”.

Atualmente as agências mais importantes, que impõem o rumo das notícias internacionais, são a francesa *Agence France Presse* (AFP), as estadunidenses *United Press International* (UPI) e *Associated Press* (AP), a inglesa *Reuters*, a italiana *Agenzia Nazionale Stampa Associata* (ANSA) e a alemã *Deutsche Presse-Agentur* (DPA), às quais se soma a espanhola EFE. Há outras, menores, no entanto, muitas vezes de cobertura regional.

As agências de notícia constituem uma parte importante da rede informativa, especialmente porque, simbolicamente, estão em todos os lugares ao mesmo tempo. Por meio das agências as empresas jornalísticas podem acessar o que ocorreu em uma localidade desconhecida num país distante qualquer, ou no país que está ao seu lado, com o qual compartilham fronteiras comuns e fluxos de toda ordem. (Zamin, 2012, p. 49).

A rede das grandes agências é abrangente. Elas estão presentes e/ou vendem seus serviços para parte significativa do mundo. Segundo Peres (2005), em artigo para o *Observatório de Imprensa*, o jornalismo internacional está vinculado à produção de notícias, e esta, por sua vez, está ligada aos despachos de agências internacionais americanas e europeias, especialmente, que têm seus escritórios espalhados pelo mundo. Para esta autora, ainda que os despachos enviados sejam permeados pelos pontos de vista, posicionamentos e ênfases de quem os envia, cabe aos editores que os recebem personalizá-los para que fiquem dentro das normas editoriais de cada meio.

Há, portanto, um esforço do redator ou editor no Brasil em personalizar o noticiário internacional de seu jornal, o que influi na redação/edição das notícias e fotografias desses despachos e que acrescenta opiniões e posicionamentos críticos, artigos de seus correspondentes internacionais, (mais raramente) de seus enviados especiais e pesquisas realizadas na própria redação do jornal. (Peres, 2005).

A autora comenta, ainda, que as notícias são oriundas, na maioria das vezes, de um jornalismo “feito fora do Brasil, por jornalistas não brasileiros” (2005). Dessa forma, o noticiário internacional é dependente de um jornalismo conformado a partir dos lugares e dos acontecimentos mapeados pelas agências. Além delas, o jornalismo internacional resulta do trabalho de correspondentes, *stringers*, *free lancers* e de repórteres sediados nas redações no país, por vezes deslocados para o exterior na condição de enviados especiais. O jornalista brasileiro Carlos Eduardo Lins da Silva (2011, p. 15) parte do entendimento de que o correspondente internacional é

[...] o jornalista sediado em um país que não o seu de origem com a missão remunerada de reportar fatos e

características dessa sociedade em que vive para uma audiência da sua nação materna por meio de um veículo de comunicação.

O espanhol Héctor Borrat concorda com essa definição:

A figura do correspondente identifica um tipo de jornalista profissional que se apresenta em agências de notícias, jornais, revistas e emissoras de rádio e de televisão; trabalha para qualquer uma destas organizações, de maneira permanente, fora da sede central de sua redação, seja dentro ou fora do país. Envia informações, comenta acontecimentos e representa sua redação perante organizações de todo tipo. Pode pertencer ao quadro funcional de sua empresa ou atuar como um simples colaborador que cobra por trabalho. [...] o correspondente é o típico habitante da diáspora jornalística, destinado a trabalhar em um dos lugares em que o jornal concentra seus esforços informativos. (Borrat, 1989, p. 63).

O correspondente precisa explicar os acontecimentos para um público que deles não participa. “Ele tem de traduzir a realidade do país em que está, e fazer o máximo possível de comparações que permitam às pessoas identificar o que está acontecendo com os referenciais que estão acostumadas a usar aqui” (Utzeri, 1989, p. 56). Já o enviado especial, embora desempenhe as mesmas funções do correspondente, “viaja por períodos curtos com a missão de cobrir um evento específico” (Silva, 2011, p. 15). São enviados especificamente para a cobertura de um acontecimento. O *free lancer* trabalha informalmente, vendendo reportagens avulsas, ou temporariamente, cumprindo uma pauta. Já o *stringer* é uma espécie de *free lancer* fixo, acionado sempre que um meio necessita de uma reportagem do lugar em que este se encontra.

A crítica à cobertura internacional em livros de repórter

[...] ao longo dos poucos mais de dez anos que estudo o tema e acompanho o conflito, há uma questão com a qual eu sempre me deparo; aliás, questão essa que serve para tudo: os fatos. Não há como negar fatos. Por mais que os poderosos tenham mais acesso à mídia, à propaganda, e com isso tenham instrumentos para manipular e distorcer informações, o que aconteceu ninguém muda e a verdade aparece. E, por mais que essa verdade pareça ter perdido a importância e o valor entre os homens que mandam no mundo, alguém tem que zelar por ela, porque, se não, o que será de nós? (Mabilia, 2013, p. 202).

Os livros escritos por repórteres podem constituir-se em espaço para a visibilidade e a crítica das práticas jornalísticas. Para tanto, é fundamental que os profissionais, ainda que afetados por normas que balizam as rotinas produtivas, concebam um modo de se relacionar com o ocorrido enquanto alguém que se agarra àquilo que está se passando. Foucault (2008), por meio do que chamou de “reportagens de ideias”, sugere que o jornalismo se desloque de seu lugar hegemônico para abarcar o presente por outra lógica, propõe uma modificação na concepção de fonte jornalística e no trabalho a ela dispensado e oferece a “leitura” do intelectual sobre o presente que ora testemunha. A interrogação de Foucault: “O que está acontecendo com nosso presente, que não chega até nós” (Marocco, 2008, p. 44), tomada como ferramenta de crítica das práticas, permite analisar os livros de repórter enquanto espaço de discussão do jornalismo e dos temas do contemporâneo que nele ingressam.

O jornalismo internacional enfrenta certas dificuldades, como a distância física em relação ao objeto da notícia. Para supri-las, muitas vezes, os meios se apropriam do conteúdo de

outros, que lhes servem de fonte, os meios-fonte (Borrat, 1989), revelando ou não a procedência no interior do texto jornalístico. A “apropriação” é orientada pela necessidade de se informar conjugada a um alinhamento editorial, ou seja, de antemão há uma identificação com o jornal que lhe serve de fonte.

Como forma de facilitar este processo, jornais de referência⁵ e agências possuem vários tipos de “produtos” à disposição dos clientes (jornais, *sites*, etc.), como reportagens especiais (normalmente assinadas por repórteres mais experientes ou correspondentes) e textos de colunistas. Além disso, textos avulsos de determinado jornal podem ser adquiridos por outro para publicação. Algumas indicações no texto jornalístico, contudo, não permitem identificar a procedência da informação, como quando se substitui o nome de um jornal pela sua origem geográfica (*Folha de S. Paulo* por “um jornal brasileiro”, *Komsomolskaya Pravda* por “um jornal russo”).

Ao trabalhar com “apuração à distância”, o Jornalismo internacional apresenta uma tendência “natural” à pré-mediatar o trabalho jornalístico (via apuração por outras mídias); realizando uma permanente polifonia e reproduzindo discursos sobre discursos de outrem. Nesse processo, corre permanentemente o risco de negligenciar contextos, deslocar declarações e perenizar visões pré-concebidas. (Aguiar, 2008, p. 19).

Adriana Mabilia, em *Viagem à Palestina*, faz uma crítica pontual a essas práticas ao afirmar: “E, dessa vez, eu não soube disso por meio de agências de notícias internacionais ou por relatos de outros jornalistas; estou vendo. Ninguém me contou, eu estou vendo” (2013, p. 92). As fontes entrevistadas pela jornalista reforçam a importância da presença do repórter no local dos acontecimentos, como a italiana Rosella, observadora

⁵ Ver Zamin (2014).

de uma ONG, que afirma: “a Europa não tem ideia do que acontece aqui [...]. O povo palestino é um povo ocupado há décadas. Vive numa prisão a céu aberto [...]. E estou aqui há dois meses. O que Israel faz aqui é crime. O mundo tem que saber disso de alguma maneira” (p. 110).

Salem, em *Palestina, os novos judeus*, relata o emprego de procedimentos de apuração, anteriormente listados, trazendo para o texto jornalistas e jornais como fontes de informação. Faz uso deste expediente, todavia, como forma de contrapor as clássicas versões difundidas pela mídia. Em um desses usos, ao recuperar a pesquisa de um jornalista inglês, afirma que a investigação “pôs por terra o argumento também sionista de que os países árabes incitaram os palestinos a fugirem” (Salem, 1977, p. 28). Vai além, alertando que o jornalista ouviu “todas as fitas gravadas das emissoras árabes durante a guerra de 1948, conservadas no British Museum de Londres” (1977, p. 28), mostrando-nos o jornalismo como fonte em si mesmo, capaz de contribuir para pôr acontecimentos em relevo.

Outro problema a ser enfrentado é o escasso investimento das empresas jornalísticas em correspondentes, devido ao alto custo desta operação. Dito de outro modo, outra dificuldade na produção do noticiário internacional é determinada pelo fator econômico, visto que jornais de grande e médio porte não têm condições de manter uma estrutura significativa de repórteres expatriados e optam por reproduzir conteúdo de agências nacionais e transnacionais e de jornais de referência.

À dispersão de repórteres por determinadas zonas, como parte da rede informativa conformada a partir da ordem institucional de cada meio, somam-se as ordens de produção e discursiva. Juntas, definem editorialmente cada meio de comunicação e a forma como os acontecimentos do mundo serão enquadrados (Zamin, 2012). As críticas tecidas por Mabilia e Salem perpassam o posicionamento dos veículos, enquanto resultado da política editorial e das rotinas produtivas.

A maneira como a maior parte da imprensa mundial trata esses ataques é normalmente, no mínimo, irresponsável, pois contribui para que a ocupação dos territórios palestinos pelos israelenses continue sem solução. E eu não me eximo de culpa, apesar de que sempre tento explicar, mas o editor-chefe vai lá e corta. (Mabilia, 2013, p. 128).

Salem (1977, p. 92) corrobora esta leitura ao argumentar:

A imprensa ocidental apressa-se em demonstrar indignação com os atos terroristas palestinos, mas não se preocupa em informar sobre as condições que propiciam essa violência. Não publica com o mesmo destaque o sofrimento cotidiano, a morte cotidiana de milhares de refugiados, nem a repressão que sofrem nos territórios ocupados por Israel.

A crítica pode ser endereçada aos editores e chefes de redação. Segundo Salem (1977, p. 10), Alberto Dines, que era diretor do JB, “embora sem esconder sua posição francamente pró-israelense, era aberto e consciente o bastante para prestigiar o trabalho de um bom profissional”. Quando de seu retorno ao Brasil, no entanto, e diante da mudança na direção, afirma que o jornal “vivia um período de muita indefinição e preferiu, por algum tempo, manter-me em silêncio” (p. 10).

A crítica de Mabilia (2013) estende-se para os processos de edição jornalística, sobretudo para o pouco espaço. Diante disso, aspectos significativos para a cobertura ficam comprometidos, como as questões de contexto e o contraste de pontos de vista.

A informação tem que caber em 30 segundos, e, por mais que o jornalista domine a técnica da síntese, palavra curta tem limite.

Com raras exceções, e raríssimos editores-chefes, em geral o que vai para a lixeira é o que dá contexto ao factual. O telespectador só fica sabendo que uma mulher-bomba explodiu e matou. O comentário é: nossa, que povo louco, são terroristas, gente violenta. (2013, p. 128).

A reduzida presença de repórteres estrangeiros em zonas de conflito não pode ser atribuída, de modo apressado, apenas a fatores econômicos e/ou às escolhas editoriais e/ou à comodidade dos despachos das agências internacionais. O perigo a que o jornalista será exposto é elemento decisivo neste processo, interferindo no momento de enviá-lo para cobrir os acontecimentos. Nestes casos, a cobertura internacional pode ser atribuída a sujeitos que vivem nos locais do conflito. É o exemplo que nos traz Mabilia (2013, p. 48), ao entrevistar Suheir, mulher palestina, que afirma que “jornais e revistas não mandavam seus jornalistas para cá, pois era muito arriscado. Então, alguns de nós, palestinos, fazíamos o papel da imprensa”.

As fontes e a crítica à cobertura sobre a Palestina

Acho que tanto a imprensa brasileira como a estrangeira, quando falam do conflito, deixam de mostrar os dois lados. Por exemplo, no caso da mulher-bomba que se explodiu em 4 de outubro de 2003. [...], o fato que levou essa mulher a cometer esse atentado foi a morte de seu esposo por soldados israelenses. Os jornais não disseram isso. Então, falta dar esse enfoque, pois para ela ter feito isso foi por algum motivo muito grave. (Samhan, em Mabilia, 2013, p. 64).

Mabilia (2013) e Salem (1977), nos livros analisados, nos mostram outro nível de crítica das práticas, a que chega pelas

fontes. Isso porque ao modificarem a concepção e o tratamento a elas dispensado, conforme proposição foucaultiana anteriormente apresentada, as repórteres ofereceram às palestinas e aos palestinos a oportunidade de falar de si, do conflito Israel-Palestina e de como o jornalismo os vê. Segundo Berger e Marocco (2014, p. 200), para a Teoria do jornalismo, fonte é quem o “jornalista observa e/ou entrevista”, reconhecido como tal por três atributos, “autoridade, produtividade e credibilidade”;⁶ enquanto para a crítica das práticas jornalísticas, “a fonte não corresponde à autoridade, não têm o ônus da prova, nem da verdade, tampouco terá uma forma jornalística prescrita nos livros de estilo”.

Se “a crítica pode ser definida como uma atitude diante do mundo” (Rüdiger, 2014, p. 122), ela está presente tanto na reflexão das jornalistas como na dos palestinos ouvidos por elas. O movimento de fazer mulheres e homens palestinos ascenderem à categoria de fonte constitui-se em crítica ao jornalismo hegemônico, as suas rotinas e aos modos como este apreende as questões do tempo presente. Também o modo como os entrevistados veem o jornalismo, mesmo que estimulados para tal, se estabelece como crítica. Entende-se, todavia, que o jornalismo é perpassado por “jogos de interesses mesclados” e a fonte é parte da “jogada” porque está implicada, por uma parte, e porque insinua posições e interesses, por outra.

Nos livros de Mabilia e Salem, o contemporâneo é abarcado por lógicas outras, visto que nele ingressam sujeitos que se sentem prejudicados por, sucessivamente, não serem ouvidos e, também, objeções por não poderem expressar à imprensa aquilo que enfrentam todos os dias, as dificuldades, a situação em que se encontram. Em *Viagem à Palestina*, a crítica à cobertura internacional chega pelas vozes de mulheres palestinas ou descendentes de palestinos, entrevistadas por Mabilia (2013) no

⁶ Sobre fontes: Santos (1997); Hall et al. (1999) e Lage (2009).

Brasil, antes de viajar à região. Ahlan Nader Samhan, filha de palestinos, anteriormente citada, é uma delas.

Riam Dais, brasileira filha de palestinos, compartilha da mesma opinião de Ahlan. Em seu entendimento, “a imprensa brasileira não informa os dois lados. Quando Israel ataca, a justificativa é que foi resposta à violência dos palestinos. Quando um palestino ataca, não há justificativa, é como se ele tivesse atacado porque é selvagem, terrorista” (Dais, em Mabilia, 2013, p. 60). Por sua vez, a advogada Jamile Abdel Latif, filha e mulher de palestinos, amplia a crítica:

A sensação de revolta e impotência dos palestinos é imensa. Os judeus têm a mídia, a ONU, o Banco Mundial, o FMI, o dinheiro do mundo e repetem à exaustão que somos os bandidos. As pessoas parecem não estar interessadas em perguntar como começou o conflito: judeus e ameríndios invadiram nosso país e não quiseram conviver conosco porque se acham superiores. Sempre que acontece um ataque palestino, falta a imprensa dizer que o ataque é uma reposta natural palestina aos crimes cometidos por Israel na ocupação contra a Palestina. (Latif, em Mabilia, 2013, p. 62-63).

A aproximação de Helena Salem é saudada pelos palestinos, quer em campos para refugiados, quer em bases guerrilheiras, embora marcada pela dificuldade em acessá-los porque “há muita desconfiança” dos jornalistas ocidentais (1977, p. 81). Em uma destas bases, no Líbano, o *fedayin* Nur El-Din afirma: “queremos saudá-la [...] por sua iniciativa de querer conhecer de perto a nossa realidade, e transmiti-la ao seu povo. Esperamos poder contribuir para sua compreensão do problema palestino, das razões de nossa luta, e de como lutamos” (p. 82).

Também no Líbano, em um campo de refugiados, Skander, ao ser entrevistado faz-lhe um pedido – “Por favor, diga a seu povo tudo que você viu. Os judeus, os americanos não são

nossos inimigos. Os inimigos são o sionismo e o imperialismo, os palestinos lutam contra o sionismo e o imperialismo, lutam por seus direitos” (Salem, 1977, p. 47) – e um agradecimento – “Obrigado por contar ao seu povo sobre a gente” (p. 47).

Mabilia deu preferência às fontes femininas com o objetivo de conhecer a realidade que as palestinas enfrentam. Suheir, diretora da *TAM – Women & Media Development*, organização voltada às mulheres, observa que os problemas enfrentados por elas são os mesmos de outros lugares, e complementa: “a diferença é que, além de todos os encargos atribuídos à mulher, aqui na Palestina sofremos os danos de ser um povo sob ocupação” (2013, p. 49).

A crítica oriunda das fontes consultadas pode ter diversos destinatários, como a cobertura específica de um meio. Pode, ainda, ser endereçada diretamente ao jornalista ou ao jornalismo como um todo. Nos livros analisados, entretanto, repetem-se os mesmos argumentos, quais sejam: que o mundo precisa saber do problema palestino e que a fonte mais capacitada para explicar sobre ele são os próprios palestinos.

A crítica como reflexão sobre a própria prática

Eu agradeço a disponibilidade e explico que a entrevista é para uma importante revista brasileira [*Caros Amigos*] que publicará uma edição especial sobre a Palestina [...].

- Como o doutor avalia o que aconteceu na Faixa de Gaza?

- O que aconteceu em Gaza é um crime de guerra [...].

Eu interrompo e questiono: Mas Israel afirma que o alvo era o Hamas. Não é que eu acredite de fato na justificativa do governo israelense, mas é obrigação do repórter confrontar os dois lados. (Mabilia, 2013, p. 146, acréscimo nosso).

Contrastar os lados de uma história ou de uma realidade é dever de todo jornalista, pois faz parte da ética do profissional de jornalismo. Ao analisar os livros de Adriana Mabilia e Helena Salem percebe-se a busca incessante em identificar, ouvir e contar as versões de um mesmo acontecimento, como no excerto da entrevista com o político e médico Mustafá Barghouthi, fundador do partido laico *Al-Mubadara* (Iniciativa Nacional Palestina), anteriormente citado.

À preocupação em mostrar as interpretações possíveis, soma-se a escolha de um lado. Nos livros, afirmam que ouvir todas as versões é um exercício necessário ao jornalismo, contudo registram a opção pelo outro lado da história, aquele que muitas vezes é esquecido na cobertura internacional, o dos palestinos e das palestinianas. Salem (1977) revela que o contato com refugiados palestinos em Beirute, então capital ocidental do mundo árabe, levou a esta decisão. “Foi então que me surgiu, pela primeira vez, a ideia de fazer um livro sobre os palestinos” (1977, p. 10), revela. Mabilia (2013), como já referido, havia optado previamente por ouvir as mulheres palestinianas.

O tempo que os repórteres passam nos lugares observando e, inclusive, vivenciando os acontecimentos, auxilia no entendimento do contexto e é responsável por uma compreensão e reflexão mais aprofundada da realidade. Essa vivência faz com que o repórter tenha suas próprias concepções e possa retratar a visão de quem vê “de dentro” o que está acontecendo e mostrar que, muitas vezes, a visão “de fora” pode estar distorcida. Ao refletir sobre o estar “dentro”, relatar desde este lugar, Mabilia (2013) elabora uma autocrítica:

Entregar-me a essas sensações às vezes me causa culpa, pois o jornalista tem de manter o mínimo de distância dos acontecimentos para relatá-los de maneira imparcial e precisa. Tenho pleno conhecimento dessa regra e concordo com ela, mas, ao mesmo tempo, penso que

estou aqui justamente para entender o que é viver num território ocupado. Então, viver essa experiência pela metade e bloquear os meus sentimentos, talvez, de alguma forma, também signifique ignorar e dar as costas aos fatos. (2013, p. 93).

Em alguns trechos do livro Mabilia (2013) faz uma escrita de si, em que o medo, a tensão e o constrangimento são elementos importantes à reflexão sobre o próprio fazer. Percebe que muitas vezes acaba tocando em questões delicadas para os entrevistados e faz disso um exercício de autocritica: “constrangida estou eu” (2013, p. 47); “isso tem sido um tanto quanto constrangedor para mim” (p. 166); “é obvio que minha pergunta foi mal elaborada” (p. 47); “estou levando essas pessoas a mexer em feridas ainda abertas e isso dói” (p. 166), e “jornalista, normalmente, traz problema, porque transforma o que vê em notícia” (p. 169). Em outros, mostra-se insegura diante das situações que vivencia junto com os palestinos que observa e entrevista:

É um momento de tensão. Os soldados, então, jogam a cerca de arame farpado em cima de nós para nos afastar. Eu corro, com medo, as crianças também, mas o resto do pessoal não arreda pé, então eu volto. Alguns rapazes estão com as mãos sangrando. Machucaram-se na cerca. Mas eles continuam. (Mabilia, 2013, p. 85).

Questões de gênero também marcam a reflexão sobre a própria prática jornalística. Mabilia (2013, p. 17-18) sabe que se encontra em um lugar no qual as condições para as mulheres são mais difíceis e reconhece que se sente desamparada: “Claro, eu sou a vítima perfeita: mulher, sozinha, com aparência de ocidental, logo, estou distante de casa, vulnerável”. Salem (1991), em *Entre árabes e judeus*, autobiográfico, faz menção ao assédio oriundo dos colegas de profissão, que dividiam com ela

o mesmo hotel e as coletivas de imprensa no Cairo, em 1973, durante a guerra entre árabes e israelenses.

Considerações finais

A crítica [...] pode ser definida como a atitude reflexiva de confronto com o mundo, motivada ou não pela ação dos outros, que nasce da elaboração intelectual do sofrimento que eventualmente sentimos em nós e nos outros e que, pela via da exploração da nossa capacidade de raciocínio e imaginação criadora, procura entender suas origens, características e perspectivas de superação. (Rüdiger, 2014, p. 122).

Os livros *Palestina, os novos judeus* (1977), de Helena Salem, e *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto* (2013), de Adriana Mabilia, são o resultado de uma escrita reflexiva sobre si e sobre o mundo a partir do embate com o tempo presente, seus temas, acontecimentos e sujeitos. Se retomada a proposição de Rüdiger (2014), a atitude diante do mundo e, principalmente, as elaborações formuladas a partir dela, tanto pelas jornalistas brasileiras como pelas fontes por elas apresentadas, constituem-se como crítica. Ainda, segundo o autor, “a reflexão crítica sobre os fenômenos de comunicação constitui em si mesma um fragmento de práxis transformadora” (Rüdiger, 2010, p. 217).

Os “livros de repórter” são ambiência para leituras singularizadas do tempo e do espaço e, especialmente, do próprio jornalismo. Tal afirmação é resultado do entendimento de que não são os meios de comunicação que definem as práticas jornalísticas, e sim o contrário. Logo, essas práticas, porque afetadas pelas relações sociais, culturais e históricas, insinuam-se também nos livros. Eles se constituem como

espaços de exercício da grande reportagem, da reflexão sobre as práticas e o saber jornalísticos e da crítica.

Tomados aqui para análise, os livros de Mabilia (2013) e Salem (1977) revelam modos distintos de crítica das práticas jornalísticas, quais sejam: a crítica tecida pelas jornalistas e endereçada ao jornalismo, de modo geral, e à cobertura internacional de conflitos, de forma particular; a crítica trazida pelas fontes, e a autocrítica formulada pelas repórteres. Estes modos, por sua vez, são o resultado de um antes, um durante e um depois; foram motivadas pela reflexão interessada acerca:

- a) Das lógicas empresariais e editoriais dos meios, como a reduzida presença de repórteres no exterior; os escassos investimentos em cobertura; o fato de os conflitos serem narrados preferencialmente a partir de um dos lados; a apuração à distância; a apropriação dos relatos de outros meios e das agências;
- b) Da ação de outros jornalistas, como as questões de contexto e o contraste de pontos de vista desaparecem quer na apuração, quer na edição; a ausência de fontes femininas;
- c) Do próprio fazer, como estar “dentro” e estar “próximo” do que e de quem se narra; falar sobre ou falar com; tratar de questões delicadas para os entrevistados;
- d) Do estatuto das fontes, como a substituição de fontes que correspondem à autoridade por aquelas capazes de dar relevo aos acontecimentos.

Adriana Mabilia (2013) e Helena Salem (1977) apresentam relatos que não costumamos encontrar nos veículos de comunicação hegemônicos. Apesar de distantes temporalmente, os livros discutem de maneira similar tanto o conflito de que

tratam como o jornalismo. Por meio de uma ação jornalística crítica e responsável, propõem uma mediação do mundo menos fragmentada. E apesar de, assim como os meios que criticam, escolherem um lado, o fazem na contramão da cobertura jornalística internacional tradicional e descrevem o conflito Israel-Palestina e os palestinos a partir deles mesmos.

Referências

AGUIAR, Pedro. *Jornalismo internacional em redes*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. Fonte. In: MARCONDES FILHO, C. *Dicionário da comunicação*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2014. p. 199-200.

BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.

COELHO, Alexandra Lucas. *Oriente próximo*. Lisboa: Relógio D'Água, 2007.

ESPINOSA DE LOS MONTEROS, Guillermo G. *Periodismo internacional, corresponsales y testimonios sobre el extranjero*. *Foro Internacional*, n. 152-153, México: Hemeroteca Virtual Unam, 1998. p. 415-426.

FOUCAULT, Michel. As reportagens de idéias. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. *Ilha do Presídio: uma reportagem de idéias*. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 49-51.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 224-248.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MABILIA, Adriana. *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MAROCCO, Beatriz. [Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas](#). *Revista Contracampo*, Niterói, n. 22, fev. 2011, p. 116-129.

MAROCCO, Beatriz. Reportagem de transgressão, um giro no tratamento da fonte jornalística. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. *Ilha do Presídio: uma reportagem de idéias*. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 33-47.

NATALI, João Batista. *Jornalismo internacional*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERES, Andréa Carolina Schvartz. [Notas sobre o jornalismo internacional no Brasil](#). *Observatório da Imprensa*, Jornal de Debates, São Paulo, ano 18, n. 844, 22 nov. 2005.

RÜDIGER, Francisco. Crítica. In: MARCONDES FILHO, C. *Dicionário da comunicação*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2014. p. 122-123.

RÜDIGER, Francisco. [Elementos para a crítica do jornalismo moderno](#): conhecimento comum e indústria cultural. *Revista Famecos*, v. 17, n. 3, p. 216-227, set./dez. 2010.

SACCO, Joe. *Palestina*. São Paulo: Conrad, 2011.

SALEM, Helena. *Entre árabes e judeus: uma reportagem de vida*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SALEM, Helena. *Palestinos, os novos judeus*. Rio de Janeiro: Eldorado-Tijuca, 1977.

SANTOS, Rogério. *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra: Minerva, 1997.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Correspondente internacional*. São Paulo: Contexto, 2011.

UTZERI, Fritz. Do outro lado do mundo. In: RITO, L. et al. (Orgs.). *Imprensa ao vivo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 145-158.

ZAMIN, Angela. [Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão](#). *Revista Famecos*, v. 21, n. 3, p. 918-942, set./dez. 2014.

ZAMIN, Angela. [Livros de repórter, saberes de entremeio: relatos jornalísticos sobre a cobertura de conflitos](#). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 8, p. 389-405, 2011.

ZAMIN, Angela. *Nos jornais, um típico acontecimento atípico*. O Caso Angostura em diários latino-americanos de referência. 2012. 277 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Unisinos.

.....
Publicado originalmente em:

ANIMUS Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 14, n. 28,
2015. E-ISSN 2175-4977

.....

Sobre os rastros da reportagem: a experiência de duas repórteres brasileiras na Palestina

Reges Schwaab
Cleusa Jung
Mateus Quevedo
Jéssica Hock

Segundo Carvalho (2012), a comunicação pode ser um “mapa” da realidade em mutação a estudar. A partir dessa perspectiva, apresentamos aqui um exercício tentativo e reflexivo em torno da narrativa de duas repórteres brasileiras em sua travessia pelo tema da Palestina, seus sujeitos e suas questões. Nosso pano de fundo é a proposição de Motta (2012, p. 220) que sugere considerar a narrativa jornalística uma “apresentação experimental do mundo, que põe continuamente a realidade à prova”. Assim, no âmbito da experiência partilhada, a narrativa sonda de forma intermitente o tempo e o espaço, alimentando a produção de novos sentidos no círculo hermenêutico que dá base para a ação dos sujeitos. O texto é fruto de discussões a partir de uma investigação coletiva. Nela, pesquisadores docentes e discentes realizaram reuniões de estudo de diferentes livros escritos por jornalistas e que retratam

questões do Oriente Médio; em especial, acerca do histórico conflito Israel-Palestino.¹ Aqui, centramo-nos em produções de repórteres brasileiras que – em diferentes momentos históricos – se deslocaram à Palestina em extensos trabalhos de apuração e escrita: *Palestinos, os novos judeus* (1977), de Helena Salem, e *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto* (2013), de Adriana Mabilia, textos com ligações que transcendem um tema em comum.

A pesquisa considera a produção jornalística por uma perspectiva heterotópica (Foucault, 2009), em torno de lugares e espaços jornalísticos, como os livros, que funcionam em condições não-hegemônicas, em modo diferente do ritmo da imprensa diária e cuja promoção serve para estabelecer alguma tensão acerca da escrita jornalística. Enquanto exercício de linguagem, o produto do jornalismo se consolida sob forma de narrativa. E conforme Carvalho (2012, p. 171), “se aquilo que se narra é ontologicamente marcado, podemos, portanto, sempre encontrar marcas do social, do cultural, do econômico, enfim, do ambiente mais amplo em que se inscreve cada narrativa posta em circulação”. Tomar a narrativa como central para a experiência do tempo e do espaço e – no mesmo passo – inverter esse caminho, permite tecer diferentes considerações sobre o sujeito jornalista, seu fazer e seu dizer. Alimentados pelas proposições de Walter Benjamin (1994, p. 205), o exercício de leitura que resumimos aqui mantém em seu campo a ideia de que “a narrativa não está interessada em transmitir o puro-em-si da coisa narrada como apenas uma informação ou um relatório. Ela interage a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele”.

¹ O projeto *Jornalismo e narrativa: percursos e procedimentos de duas repórteres brasileiras na Palestina* (UFSM) problematizou métodos, experiência e crítica das práticas jornalísticas. Ver: Zamin *et al* (2015); Zamin, Nasi, Schwaab (2017); Rodrigues *et al* (2015).

Para tomar os livros como objetos de interesse – conceitualmente – demarcamos que se tratam de “livros de repórter”, ou seja, obras que oferecem “um tipo de texto que se ocupa do Jornalismo, para dele elaborar outro texto que oferece o desvendamento de certos processos jornalísticos, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos”; segundo proposição de Marocco (2011, p. 5), feita a partir de dois conceitos foucaultianos, prática e comentário. Para tais produções, é mais usual que os estudos de nossa área adotem a noção de livro-reportagem, seja situando-os no intervalo entre jornalismo e literatura, seja enfatizando as qualidades da reportagem alargada, como reflete Lima (1993) ao dizer da reportagem em profundidade – não periódica e de escrita mais autoral e elaborada – que utiliza técnicas literárias, ou Vilas-Boas (2007), ao tratar da reportagem narrativa em profundidade para falar desse tipo de obra. A perspectiva conceitual do livro de repórter, em nosso entendimento, ressalta que – para além do exercício de apuração e escrita – a experiência é assumida como elemento vivo na construção apresentada pelo jornalista, dando a ver processualidades específicas do ofício; em alguns momentos, discutindo-as.

Helena Salem (1948-1999) decide viajar ao Oriente Médio nos anos 1970 para ver de perto países que havia estudado e sobre os quais falava no exercício diário do jornalismo. Carioca, judia, Salem era filha de um imigrante turco, por isso o sobrenome. Fez graduação em Ciências Sociais (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1970) e iniciou, em 1968, a carreira na imprensa no *Jornal do Brasil*. Ao mesmo tempo, buscou sua especialização em Oriente Médio, indo à Itália para uma pós-graduação em Política Internacional; após esse curso que ela viaja ao Oriente Médio. A chegada ao Egito, em 1973, coincidiu com a Guerra do Yom Kippur (ou Guerra do Ramadã), entre países árabes e Israel, que ela acabou cobrindo para o *Jornal do Brasil*. O retorno ao Brasil foi por um breve período. A

perseguição levada a cabo pela Ditadura Militar brasileira fez com que Salem fosse a Portugal de onde escreveu para a revista *IstoÉ* e para o *Jornal Movimento*, além de colaborar com o periódico português *O Expresso*. Na volta ao Brasil, em 1979, Helena Salem continuou atuando no jornalismo, com passagens pelo *Jornal da República*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, onde atuou nos últimos anos de vida. *Palestina, os novos judeus* (1977), fruto da viagem ao Oriente Médio – assim como o autobiográfico *Entre árabes e judeus: uma reportagem de vida* (1991) – abordam a cobertura do conflito na região e, especialmente, a questão palestina.

Também especialista em Oriente Médio pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a paulistana Adriana Mabilia – nascida em 1969 – atuou em revistas e, há algum tempo, segue carreira no telejornalismo. *TV Cultura*, *Rede Record* e, atualmente, *TV Globo*, são suas experiências televisivas. Nesta última, responde pela editoria de Internacional do *Jornal Hoje*. *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*, publicado em 2013, mostra um esforço de reportagem já vislumbrado para o formato livro. Ao preparar a obra, Mabilia viajou quatro vezes à região: na primeira, foram 40 dias de apuração, entre janeiro e fevereiro de 2009, quando, baseada em Belém, na Cisjordânia, foi a Jerusalém, Ramallah, diversos vilarejos e a Israel. “As histórias que conto no livro aconteceram durante esses 40 dias”, ressalta (Mabilia, 2014).² Quando volta a viajar, Mabilia já tinha o livro estruturado:

Eu comecei a fazer o esqueleto do livro quando ainda estava na Palestina. Mas escrevi, de fato, quando voltei ao Brasil. Essa foi uma experiência incrível, pois eu naturalmente fui levada a escrever em tempo real, contando a história como se ela estivesse acontecendo

² Entrevista concedida por e-mail.

naquele exato momento. Isso me permitiu fazer a mesma viagem duas vezes, pois durante a escrita eu tive as sensações reais, de medo, de prazer, de satisfação, de dúvidas e etc. (Mabilia, 2014).

Adentrando cada um dos livros – na esteira da interconexão entre narrativa e experiência – nossa leitura segue sendo composta pela união do que Gagnebin (2013) nomeia de “cacos” e “migalhas” como objeto de interesse. Para a autora, eles são uma representação da força da narrativa, travestindo-a de potência. No campo mais largo do discurso narrativo, podemos dizer que o jornalismo se entrelaça e ganha forma pela herança e reconfiguração de aspectos da narrativa histórica e da ficcional que bebem uma na outra. Assim, para falar de jornalismo e de reportagem – num exercício de sondagem das práticas jornalísticas – examinamos rastros da experiência materializada na escrita de ambas as autoras. Neste tipo de travessia – imaginamos – reside a possibilidade de que o olhar para a narrativa jornalística e seu compromisso de dar a ver o presente e seus agentes possa se ampliar.

O exercício desenvolvido é apresentado a partir de três categorias que nos permitiram cotejar as obras. Iniciamos pela discussão do feminino como traço determinante do modo do processo das reportagens. A seguir, salientamos a identificação com a causa palestina, enfatizando um lugar discursivo assumido pelas escritoras. Por fim, o terceiro elemento sublinha alguns aspectos que os livros permitem perceber acerca do posicionamento de Salem e Mabilia como jornalistas.

A visão como mulher

Por meio da trajetória de vida, pessoal e profissional das jornalistas, podemos ter uma mais clara visão de mundo e

conhecer um pouco de suas experiências vivenciadas longe de tudo que lhe é conhecido.

Em diferentes intervalos temporais, Adriana Mabilia e Helena Salem vão ao Oriente Médio para conhecer de perto o que antes haviam estudado na teoria; em especial, em seus cursos de pós-graduação. Estar sozinha em um ambiente diferente, sem as referências de tudo que era conhecido em sua experiência ocidental, acabava por deixá-las em evidência, alvo fácil em muitas situações de maior perigo. Mabilia (2013) cita explicitamente essa questão já ao relatar sua chegada no aeroporto internacional de Tel Aviv, quando é observada por um homem que ela pensa ser um assaltante: “Claro, eu sou a vítima perfeita: mulher, sozinha, com aparência de ocidental, logo, estou distante de casa, vulnerável. Só consigo pensar que estou perdida, mesmo” (Mabilia, 2003, p.17-18).

Viajar sozinha era uma grande barreira, ainda mais em um local onde as mulheres sofrem discriminação, como afirma Salem (1977). Era preciso movimentar-se e resolver todas as questões sem ajuda, sempre com uma postura profissional. A autora registra que foi necessário marcar um posicionamento: “antes de mais nada, deveria impor-me, tornando claro que era uma profissional de jornalismo, que viajava a trabalho e com nenhum outro objetivo” (Salem, 1977, p. 8).

Por mais que a causa palestina fosse complicada e – como jornalistas – para alguns, houvesse tanto a necessidade de trabalhar uma imparcialidade³ no relato, como a de não se deixar abalar pelos acontecimentos com os quais se depararam nos dias passados no Oriente Médio, nem Mabilia nem Salem conseguem deixar de se importar e se sensibilizar com os conflitos de que tinham conhecimento. Ambas – porém – mantêm vivo um

³ O que sabemos ser impossível, pois o jornalismo é produto da linguagem.

esforço por equilíbrio entre os sentimentos e a questão política local, sem deixar de marcar sua posição.

Helena Salem (1977, p. 12) menciona a imparcialidade em alguns momentos do livro, recordando a linha de raciocínio do tema que a envolve:

Não peço que concordem comigo, mas que, pelo menos, se abram ao debate. Em toda obra, procurei o máximo de objetividade possível. No entanto, admito, em se tratando de um tema envolvente como este, às vezes é difícil manter a frieza de raciocínio, a imparcialidade, entendida como objetividade. E, acredito, toda objetividade tem seu comprometimento.

Adriana Mabilia relata que foi necessário – e ainda é – ter coragem para prosseguir em empreitadas como essa: “Para quem não é dada a aventuras, desembarcar no Oriente Médio, a caminho de um lugar que está sob intenso ataque, sozinha, sem falar sequer uma palavra do idioma local e ainda meio disfarçada, não é pouca coisa não” (Mabilia, 2013, p. 11). E em meio a uma manifestação de rua, demarca: “É verdade que estou aqui como observadora e não como militante, mas é difícil não se deixar envolver pela energia que começa a tomar conta dessa gente” (Mabilia, 2013, p. 83). A questão feminina também aparece de outro modo nas obras. E com força. Adriana Mabilia busca por fontes femininas e a partir das experiências das mulheres palestinas, entrelaça questões mais amplas com a problemática de gênero e como essa aparece na sociedade local. As mulheres enfrentam a guerra, a ocupação, o patriarcado muito presente na sociedade, o desemprego e a distância dos esposos, já que esses devem lutar pelo país. Além disso, a dificuldade de deslocamento é marcante no cotidiano feminino, já que muitas não podem sair da Palestina nem mesmo para dar à luz. A autora cita dados do relatório da Anistia Internacional

quanto às restrições de movimento e a demora em passar por postos de controle militar israelense, causando complicações às mulheres que precisam de cuidados médicos. Acrescenta que “muitas mulheres foram obrigadas a dar à luz nos postos de controle, na estrada, resultando na morte dos bebês” (Mabilia, 2013, p. 50).

O deslocamento – portanto – é uma barreira constante a ser enfrentada estando em um território ocupado e com muito controle na circulação de pessoas: “Sabia que entrar na Palestina seria um desafio; é um território ocupado. Israel controla quem entra e quem sai e, claro, não tem interesse de que vejam o que de fato acontece lá dentro. E, com os ataques a Gaza, o cerco é ainda maior” (Mabilia, 2013, p. 16). Adriana viajou a Belém para ver de perto a situação das pessoas que enfrentavam dificuldades diárias com a circulação restrita, já que não era tarefa fácil passar pelos checkpoints impostos por Israel: “Tenho que ir, pois a viagem que farei agora levaria no máximo quarenta minutos, mas com os *checkpoints* o meu percurso pode levar mais de dez horas. Isso se eu conseguir chegar. Os soldados já me conhecem, sabem o que vou fazer, por isso dificultam e atrasam ao máximo a minha passagem” (2013, p. 48), conta Suheir, mulher palestina com quem a escritora conversou.

Mabilia (2013, p. 48) ainda retrata a realidade de famílias que se veem divididas por um muro: “Algumas pessoas ficaram sem energia elétrica, porque o poste de luz ficou do outro lado, e o os fios foram cortados”, relata. Além disso, a proximidade conquistada com algumas famílias e, principalmente, para conversar com as mulheres, fez com que a autora percebesse que – cada vez menos – as palestinas estão dispostas a pedir ajuda em relação ao machismo que as reprime. “Apesar da pressão e da violência a que são expostas, elas se mantêm como protetoras da família” (2013, p. 82), acrescenta.

Em entrevista, Mabilia (2014) destaca que seu interesse em contar a história de mulheres palestinas se deu justamente

porque existe pouca informação sobre elas. “Eu escolhi as mulheres palestinas para a minha pesquisa de especialização em jornalismo internacional, justamente pela falta de informações sobre elas na mídia”.

Anos antes – ainda na década de 1970 – a condição feminina também foi marcante para o relato de Helena Salem. A escritora não abriu mão de sua condição latino-americana e de jornalista ocidental; além disso, palestinos e latino-americanos tinham o Terceiro Mundo em comum, frisa ela já nas primeiras proposições do livro. No texto, a miséria de muitos países e o que viu na visita aos campos de refugiados palestinos, em Beirute, saltavam aos olhos: “Nos campos, na miséria, na desigualdade dos campos de refugiados, com a resistência comecei a compreender realmente que o fundo do problema estava todo ali, naquele povo que há décadas encontrava-se exilado, apátrida, esperando” (Salem, 1977, p. 5).

Salem esteve dedicada, por muito tempo, ao estudo de toda questão árabe e israelense e queria, por meio de seus relatos, levar a público um entendimento mais completo acerca do conflito entre os povos e a opressão crescente aos palestinos. Mas a tarefa, no centro da divergência, não foi fácil. O fato de ser judia, mas de sobrenome árabe, foi causa de problemas, assim como a posição clara assumida, contrária aos ataques aos direitos dos palestinos; mesmo procurando contextualizar, via uma longa pesquisa história, as origens do embate e a condição injusta imposta por Israel e aliados: “Não faltaram as grotescas acusações, aqui e ali, de ‘judia anti-semita’ – apesar do sobrenome árabe, sou de origem judaica, o que, embora para mim não constitua a minha principal característica, é um dado que absolutamente não pretendo renegar ou algo parecido” (salem, p.10, grifo no original).

O contato com o povo palestino foi fundamental para dar mais peso ao debate que as jornalistas decidiram enfrentar, abrindo um “campo de possíveis” a partir do contexto de vida

daquela parte do mundo: “Eu parti para a Palestina com uma ideia concebida: contar a história da Palestina por meio de histórias de mulheres. E de fato isso foi feito. Não foi um acaso” (Mabilia, 2014).

Identificação com a causa palestina

Helena Salem é apresentada, no prefácio de *Palestinos: os novos judeus*, pelo jornalista Newton Carlos, comentarista internacional. Ele ressalta a vontade de testemunho que a autora possuía, por pertencer a um país considerado – à época – assim como os territórios palestinos, de Terceiro Mundo: “O paralelo surge naturalmente, produzido por uma vontade de testemunho cujos impulsos saem de gestos profissionais, de jornalista, com uma consciência de Terceiro Mundo presente em cada página deste livro-reportagem” (Carlos, 1977). No caso de *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*, a narrativa de Adriana Mabilia é apresentada pelo jornalista José Arbex Júnior. Para ele, a jornalista é generosa, permitindo que o texto revele “seus próprios medos, perplexidades e incertezas” (Arbex Júnior, 2013, p. 7).

As obras analisadas foram publicadas com 36 anos de diferença. Salem, em 1977, dedicou parte considerável do texto a reconstruir minuciosamente o histórico da relação árabe-judaica na Europa e no Oriente Médio. Como elemento transversal já revelado pelo título da obra, relembra a segregação cultural que os judeus sofreram durante o século XIX e metade do século XX, comparando-a à evacuação sofrida pelo povo palestino depois da chegada dos judeus sionistas ao território, desde então, em disputa. Já Mabilia – em 2013 – dedicou-se mais a uma análise da realidade social e geográfica do povo palestino; assim como Salem, todavia, demarca o fio condutor

do relato já no título. A “prisão a céu aberto” exalta os limites à liberdade em um país que sofreu um processo de oclusão.

A sensação que transparece é a de que as duas autoras buscam tomar o leitor pela mão e levá-lo ao espaço experienciado por elas no contexto da reportagem, ou seja, de permitir-se conhecer a Palestina pela narrativa de uma maneira mais complexa: “[...] travei contato com a Resistência e os refugiados, agora mais profundo, mais revelador. Foi então que me surgiu, pela primeira vez, a ideia de fazer um livro sobre os palestinos” (Mabilia, 2013, p. 10). Enquanto Mabilia apresenta personagens a quem escolhe dar voz, bem como uma cartografia dos lugares, centralizando a causa da mulher palestina para demonstrar seu ponto de vista, Salem transporta o leitor – ao contexto palestino – por meio de informações históricas, cartográficas e sociais que culminam nos fatos e ponderações acerca do que ela viveu estando lá, sendo a Resistência Palestina o eixo principal da narrativa.

Manifesta-se na escrita de ambas um desejo de desafiar o leitor a uma compreensão mais alargada da causa palestina. Até por isso – como reflexo de uma visão histórica – tecem críticas ao jornalismo que não aborda com mais propriedade o tema: “[o livro] pretende contribuir para o conhecimento do problema palestino em nosso país, onde é tão precária a literatura a respeito, sobretudo de autores nacionais” (Salem, 1977, p. 11), salienta a primeira autora nos momentos iniciais da obra. Além disso, são também levadas a tomar tal posição pela própria política de fontes que adotam – no contato com as personagens que acessam e dão a ver, a seguir – no relato:

O meu constrangimento é tamanho que a minha única reação é um sorriso contido e envergonhado. Na minha pequenez, me sinto representante de toda a comunidade internacional, incluindo as Nações Unidas, que, apesar de todas as resoluções contrárias à ocupação, aos

assentamentos e aos ataques, em sessenta anos não deteve o governo de Israel (Mabilia, 2013, p. 138).

Como ressalta Carvalho (2012, p. 178), quem escreve tem “intencionalidade de criar efeito, ao que sempre corresponderão formas tão múltiplas quanto à própria quantidade de leitores”. Mabilia reporta abertamente seus sentimentos, inclusive de medo, como nos intervalos em que se vê em manifestações e situações de emoção nas ruas: “[...] sinto que deve ser um momento de reflexão. A manifestação talvez tenha sido para mim o que percorrer a caminho de Santiago de Compostela ou meditar num templo budista na Índia seja para alguns” (Mabilia, 2013, p. 89), demonstrando um envolvimento até espiritual com o tema e a proposta que escolhe desenvolver. Em outro trecho, afirma: “A primeira coisa que me vem à mente é que estou justamente dentro de um alvo em potencial para um atentado terrorista: um ônibus cheio de israelenses e soldados. Por alguns segundos eu me desespero” (2013, p. 132).

Helena Salem – por sua vez – costura o próprio tempo cronológico, formando uma teia. O leitor atento ao texto, quando conclui a leitura, provavelmente terá muito mais elementos para se convencer da necessidade de apoio à causa. Na apresentação, ela anuncia:

Quero deixar bem claro que não me coloco contra o povo judeu e a favor dos árabes. Como jornalista, e sobretudo como ser humano, sinto-me tão próxima dos judeus quanto árabes enquanto povos [...]. A minha origem judaica e o meu conhecimento dos árabes permitem-me afirmar, com segurança, que se tratam de povos irmãos, artificialmente opostos por interesses exteriores aos seus. (Salem, 1977, p. 11).

Na narrativa das duas jornalistas, a importância da informação para a mudança que pretendem é central. Salem

apresenta-se com vontade de testemunho de alguém pertencente ao Terceiro Mundo, estando no século XX; no passar para o século XXI, Mabilia apresenta-se também como alguém que busca testemunhar e que trará à tona o relato de mulheres para contar a realidade palestina. Salem e Mabilia se permitem partilhar – abertamente – uma experiência de mundo que mescla diferentes contextos temporais e espaciais e que se quer forte a ponto de poder participar da experiência dos seus leitores no modo de compreender a questão que move o gesto de narrar de cada uma.

O posicionamento que as autoras tomam para narrar pode ser lido como um posicionamento humano, que ultrapassa uma curiosidade jornalística e nasce – inclusive – no contexto dessa experiência de vida. É exemplar a passagem em que Adriana Mabilia mescla a posição de profissional do jornalismo com a de filha, rerepresentando a intencionalidade do livro e do seu gesto:

- Mãe, imagina que essa casa aqui que você e o papai compraram, onde hoje nós moramos, seja invadida por outra família. Eles chegam armados; por isso são mais fortes. Como nos recusamos a sair, eles matam o papai, batem em você e nos colocam para fora, sem nada, sem móveis, sem roupas, sem dinheiro. E eles são em maior número, porque já compraram a casa do vizinho da frente e do vizinho de trás. Mas, como nem todos querem vender suas casas, eles vão tomar a força as demais casas e terras. A nós, resta aceitar e ir embora para outro lugar. Assim aconteceu em larga escala em 1948 e 1967. (Mabilia, 2013, p. 129).

Posicionamento como jornalista

A decisão de escrever um livro sobre a Palestina e a região de conflitos é objetivo em comum entre as autoras, mesmo

estando elas distantes temporalmente. Helena Salem e Adriana Mabilia buscam apresentar ao leitor um conhecimento embasado do problema palestino, bem como “suscitar a discussão, trazer um pouco mais para perto de nós, brasileiros, essa realidade que aparentemente nos fica tão longe, estranha e confusa” (Salem, 1977, p. 11). Tais escolhas também demarcam um modo de fazer jornalismo e de narrar das autoras.

Para introduzir o leitor nas temáticas a serem tratadas, Salem (1977) conta o que a instigou a conhecer a região, vontade que nasceu ainda quando era redatora da editoria internacional do *Jornal do Brasil*:

Durante dois anos especializara-me em assuntos do Oriente Médio – isto é, especializara-me tanto quanto é possível fazê-lo à distância, sem conhecer vivencialmente o povo de quem falava. Por isso mesmo, quando, em 1972, ganhei uma bolsa de estudos de aperfeiçoamento em Política Internacional para a Itália, decidi que ao final do meu curso faria uma viagem pelo mundo árabe e Israel, com o objetivo de conhecer de perto o que conhecia relativamente bem em teoria. (1977, p. 1).

É marcante nos livros a aproximação e a identificação das autoras com o povo e o lugar. Adriana Mabilia (2013, p. 210) registra: “[...] desde que pisei na Palestina, senti a magia do lugar. É uma energia tão forte que posso tocar. É uma troca. É uma energia que emana dentro de mim e interage com o lugar”. Helena Salem (1977, p. 8) – por sua vez – reitera, em diferentes momentos, a comparação do povo árabe com o povo latino-americano, bastante parecidos, afirma: “[...] é uma gente tremendamente hospitaleira no geral, simples, com características de comportamento semelhante às nossas, apesar das diferenças culturais. Solidarizei-me muito com os problemas, com o seu sofrimento, tão comum ao nosso”. Temos – nos dois

casos – direções importantes para a escrita que levam a cabo em cada obra.

Por meio dos apontamentos e impressões próprias de quem está vivendo em outro país, podemos observar alguns aspectos que se diferenciam e se assemelham na forma de narrar das autoras. Elas relatam suas experiências, as percepções e os procedimentos de apuração no período em que estiveram no Oriente Médio: fotos, tabelas ilustrativas e ainda registros e dados históricos são referência para compreensão do assunto. As informações que utilizam vêm também do jornalismo, de publicações e de amigos jornalistas, fontes para as autoras, mostrando um modo de utilização da rede informativa que o próprio jornalismo oferece, acionada como documento e como elemento de investigação para certificação, exemplificação ou apoio na costura dos argumentos sobre a causa; reafirmando, por esse uso, seus argumentos.

A forma de narrar deixa claro o posicionamento de Helena Salem. Em diversos trechos do livro, seus procedimentos como jornalista emergem, nomeando pessoas, fontes de pesquisa e lugares por onde passou: “A visita valeu pela oportunidade que tive de conhecer novos campos de refugiados e sentir o descontentamento velado da população refugiada palestina” (Salem, 1977, p. 7). O trecho a seguir também é destaque:

À parte a realidade argelina, a Conferência de Cúpula em si proporcionou-me um momento muito emocionante. Como jornalista do Terceiro Mundo, foi com profundo orgulho que vi, pela primeira vez, Estados subdesenvolvidos afirmarem uma posição, colocando em perigo o mundo desenvolvido, apavorado com a crise do petróleo que abalou diretamente seu *modus vivendi* confortável, conseguido até então às custas do desconforto de tanta gente. [...]. Como latino-americana, também deste sofrido Terceiro Mundo, não pude deixar de sentir-me emocionada e orgulhosa, o que causou

certo espanto e estranheza aos colegas europeus, para quem o mais importante era saber se os árabes iriam ou não abrir as torneiras de petróleo. (Salem, 1977, p. 6-7).

Do mesmo modo, Adriana Mabilia (2013) – ao se referir ao aumento considerável dos assentamentos em terra palestina –, revela processualidades do seu trabalho: “E, desta vez, eu não soube disso por meio de agências de notícias internacionais ou por relatos de outros jornalistas; estou vendo. Ninguém me contou, eu estou vendo” (Mabilia, 2013, p. 92). Mesmo desaprovando o caso, Mabilia (2013, p. 186) faz questão de acentuar seu papel lá: “Não estou aqui para julgar, promover, defender ou denegrir nenhum dos lados”. Não deixa de reiterar, porém, a dificuldade de lançar mão de uma pretensa isenção, como citamos anteriormente: “[...] é difícil me manter isenta, como se eu fosse desprovida de sentimentos e emoções. Não está certo, não é humano, não está dentro das leis internacionais manter um povo confinado. Estamos falando de mulheres, crianças, homens, gente” (2013, p. 186). Ao construir seu relato, em meio ao material apurado, a experiência vivida se encaixa com a experiência jornalística. O modo de fazer jornalismo novamente aparece perspectivado no relato:

Entregar-me a essas sensações às vezes me causa culpa, pois o jornalista tem de manter o mínimo de distância dos acontecimentos para relatá-los de maneira imparcial e precisa. Tenho pleno conhecimento dessa regra e concordo com ela, mas, ao mesmo tempo, penso que estou aqui justamente para entender o que é viver num território ocupado. Então, vivenciar essa experiência pela metade e bloquear os meus sentimentos, talvez, de alguma forma, também signifique ignorar e dar as costas aos fatos (Mabilia, 2013, p. 53).

Como ressaltado no início do presente texto, as narrativas jornalísticas são formas de experimentação do mundo, sondagens que permitem tecer novas notas sobre o tempo e o espaço vivido. Como demarca Motta (2013), é no cotidiano que as múltiplas realidades são filtradas, e nele são buscadas as referências para a constituição do senso comum.

Comentários finais

Tendo como horizonte empírico os livros *Palestinos, os novos judeus*, de Helena Salem (1977), e *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*, escrito por Adriana Mabilia (2013), consideramos que o percurso de leitura aqui registrado reinstala a problemática da comunicação, conforme proposição de Michel de Certeau (2000). Para ele, tem centralidade o ato de assumir um lugar de fala, bem como o compromisso de uma “língua por fazer”. Desse modo, reconhecer que a perspectiva da narrativa permeie o jornalismo, permite não só entender que ele é entrelaçado por disputas de sentidos; também, que é possível redescobrir – ininterruptamente – a potencialidade do relato em sua qualidade de promover algum tipo de ruptura sobre nosso tempo e nosso espaço, residindo aí uma de suas grandes riquezas como partícipe da costura da nossa experiência de mundo.

Ao estudar o jornalismo por tal viés conseguimos renovar ininterruptamente a pergunta sobre como se narra o mundo hoje, sabendo, de antemão, que há diferentes modos de fazê-lo, e tendo em mente que as narrativas jornalísticas estão vinculadas a um mundo em movimento: elas afetam e são afetadas por ele. O reconhecimento do tempo presente que aí pode emergir – como fruto de uma prática e um modo de dizer – reitera a função social do jornalismo, atrelada, primordialmente, ao

interesse público. Essa narrativa jornalística, no contexto da reportagem ampliada e permeada pela relação entre sujeitos, convida-nos a novas problematizações.

Se tomarmos como problemática de nosso campo a existência de um déficit de abrangência das narrativas jornalísticas (Medina, 2008), seremos obrigados a procurar elementos que permitam novos espaços para tensionar nossos objetos de investigação e nossas questões no campo do jornalismo. O estudo de livros de repórteres anima a pesquisa nessa direção, abrindo possibilidades de leitura.

A partir do que procuramos empreender aqui, percebemos aspectos estruturantes do narrar jornalístico na visão das autoras trabalhadas, modos de ação que demarcam uma escrita que pretende liberdade de estruturas padronizadas de tematização do assunto central de ambas as obras, negando a simplificação da realidade. Em Adriana Mabilia e Helena Salem, o esforço de investigação de ambas permite materializar uma narrativa jornalística mais próxima das complexidades sociais; nas palavras de Medina (1991, p. 196), uma comunicação que permita “identificar, compreender e participar do presente histórico em toda a sua dinâmica e complexidade”.

O leitor – ao se permitir descobrir as camadas de texto que compõem os dois relatos – pode visualizar diferentes épocas da questão Palestina, sem esquecer a realidade sempre presente: a ocupação, a dor do conflito e o descaso de parte da comunidade internacional. Uma história contínua sobre a qual ainda há muito a se ouvir, a se dizer.

Referências

ARBEX JÚNIOR, José. Prefácio. In: MABILIA, A. *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 7-9.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

CARLOS, Newton. Prefácio. In: SALEM, H. *Palestinos, os novos judeus*. Rio de Janeiro: Eldorado-Tijuca, 1977.

CARVALHO, Carlos A. [Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur](#). *Matrizes*, São Paulo, v.6, n.1-2, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne M. *História e narração em Walter Benjamin*. 5 reimpr. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LIMA, Edvaldo P. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

MABILIA, Adriana. *Entrevista aos autores e autoras*, nov. 2014.

MABILIA, Adriana. *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MAROCCO, Beatriz. [Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas](#). *Revista Contracampo*, Niterói, n. 22, fev. 2011, p. 116-129.

MEDINA, Cremilda. [Déficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade](#). *Matrizes*, ano 2, n. 1, 2008.

MEDINA, Cremilda. *Jornalismo e a Epistemologia da Complexidade*. In: MEDINA, C. (Org.) *Novo pacto da ciência. A crise dos paradigmas*. Seminário interdisciplinar. *Anais*, USP, 1991.

MOTTA, Luiz G. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Luiz G. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade. In: PEREIRA, F. H.; MOURA, D. O.; ADGHIRNI, Z. L. (Orgs.). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012, p. 219-241.

RODRIGUES, Luciane V.; STASIAK, Leticia; RIGO, Larissa B.; NASI, Lara. Procedimentos e rotinas jornalísticas em livros de repórteres acerca da Palestina. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 16., 2015, Joinville. *Anais*. Joinville: Intercom, 2015.

SALEM, Helena. *Entre árabes e judeus: uma reportagem de vida*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SALEM, Helena. *Palestinos, os novos judeus*. Rio de Janeiro: Eldorado-Tijuca, 1977.

ZAMIN, Angela; NASI, Lara; SCHWAAB, Reges. [De como o acontecimento se torna: reflexões sobre experiência e partilha](#). *Interin* (UTP), v. 22, p. 58-73, 2017.

ZAMIN, Angela; RICHTER, Taiz; MILANI, Tatiane; SANTOS, Tonie. [“O mundo tem que saber disso de alguma maneira”: crítica das práticas jornalísticas na reflexão de jornalistas brasileiras](#). *Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Santa Maria, v. 14, n. 28, p. 239-255, 2015.

.....
Publicado originalmente em:

Verso e Reverso, v. 33, n. 82. 2019. E-ISSN 1806-6925.
.....

Crítica às práticas jornalísticas no livro de repórter: exemplo a partir da cobertura sobre a Palestina

Tássia Becker Alexandre
Tatiane Milani
Beatriz Marocco

A crítica do jornalista sobre o fazer jornalístico ainda é uma atividade pouco comum nos grandes veículos de mídia do Brasil, o que é corroborado com o fato de que a figura do *ombudsman*¹ está presente em apenas um jornal no país (*Folha de S. Paulo*). Os controles discursivos que atravessam o processo de produção das notícias (Foucault, 1996; Marocco, 2016), bem como a pressão do tempo, as condições de trabalho precárias, a exigência de múltiplas competências dos profissionais e as equipes cada vez mais enxutas (Nunes, 2016) estão entre os fatores que contribuem para que a interpretação crítica seja deixada em segundo plano. Esta reflexão é importante, pois é ela que permite ao jornalista rever e avaliar processos.

¹ No jornalismo, o *ombudsman* é responsável por ouvir as demandas do público e desenvolver uma análise reflexiva sobre a prática do veículo.

Além do *ombudsman*, é possível identificar no jornalismo os chamados livros de repórter (Marocco, 2011; 2016), produções que vão de encontro a este cenário ao abordar o conteúdo jornalístico em conjunto com a interpretação crítica dos jornalistas. Estes livros também se configuram como um espaço à construção de uma autoria individual e à abertura às subjetividades dos sujeitos. Entre os exemplos de livros de repórter estão os títulos *O olho da rua* (2017), de Eliane Brum, *O nascimento de Joicy* (2015), de Fabiana Moraes, e *Entre árabes e judeus* (1991), de Helena Salem.

Este trabalho insere-se neste contexto e apresenta uma pesquisa exploratória sobre os livros de repórter. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 51-52), a pesquisa exploratória “tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto”, e em geral envolve levantamento bibliográfico e análise de exemplos que ajudem a compreender o fenômeno pesquisado. Para ilustrar os livros de repórter, analisamos a obra *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*, de Adriana Mabilia (2013), na qual a jornalista aborda sobre o conflito entre palestinos e israelenses a partir de histórias de mulheres palestinas, tendo como objetivo contar “como é viver num território ocupado por décadas” (2013, p. 46). O livro é perpassado do início ao fim pela reflexão crítica da repórter sobre a sua prática e à cobertura do conflito realizada pela imprensa de modo geral. Além disso, a autora expõe críticas produzidas pelas próprias fontes, bem como apresenta as operações e métodos utilizados na apuração e na escrita do texto. Ainda, *Viagem à Palestina* traz indícios da experiência da repórter no âmbito pessoal e profissional.

O texto está dividido em cinco seções, incluindo introdução e considerações finais. Na segunda seção, apresentada a seguir, abordamos sobre os controles discursivos que coagem a ação dos jornalistas e o livro de repórter como um modo de resistência dos profissionais a esses controles. A terceira seção trata da crítica das práticas jornalísticas, enquanto a quarta é

dedicada às análises das críticas exógena e endógenas – sobre o fazer jornalístico –, presentes no livro de repórter.

A subjetividade como suporte para um novo formato jornalístico

O discurso jornalístico tem entre suas características a de representar a realidade da maneira mais fidedigna possível. Charron e Bonville (2016) explicam que, devido à necessidade de convicção do real, o jornalista é submetido a um imperativo de verossimilhança, a qual implica tanto em uma conformidade com a realidade como na veracidade das informações, em que aquilo que se diz é tido como verdade. Os autores esclarecem que essa imposição de adequação ao real está ancorada na instituição midiática, perpassando desde as técnicas de apuração e elaboração da notícia até os agentes envolvidos na produção jornalística. Estabelece-se, desta maneira, um contrato de comunicação entre jornalistas e demais agentes sociais que garanta essa correspondência ao real e à verdade (Charron, Bonville, 2016).

Por um longo período, essa exigência de conformidade com o real esteve atrelada à noção de objetividade, a qual foi convencionalizada como a descrição dos fatos, sem intervenção dos sujeitos no relato da realidade (Lage, 2001; Sponholz, 2009). Ainda na década de 1970, Tuchman (1999) já destacava que o jornalista, a fim de alcançar a objetividade e prevenir críticas e outras formas de questionamento sobre o seu trabalho, adota uma série de estratégias, como uso do *lead*, uso das aspas e apresentação de ideias conflitantes: as fontes e os dados estão ali para comprovar que o que se diz é o real, a verdade.

Embora este entendimento de objetividade venha sendo refutado na academia (Rodrigo Alsina, 1995; Sponholz, 2009) e

pelos próprios profissionais – já que a realidade é sempre vista a partir de um ponto de vista, por um sujeito que é perpassado por valores – ainda hoje predomina a ideia de que o jornalista precisa ser objetivo nas suas atividades e manter-se neutro em relação aos acontecimentos que cobre, o que pode ser evidenciado a partir do livro analisado para este trabalho. Em *Viagem à Palestina*, Adriana Mabilia (2013, 2013, p. 93) comenta sobre o dilema em deixar seus sentimentos e percepções aflorarem durante a apuração das informações:

Entregar-me a essas sensações às vezes me causa culpa, pois o jornalista tem de manter o mínimo de distância dos acontecimentos para relatá-los de maneira imparcial e precisa. Tenho pleno conhecimento dessa regra e concordo com ela, mas, ao mesmo tempo, penso que estou aqui justamente o que é viver num território ocupado. Então, viver essa experiência pela metade e bloquear os meus sentimentos, talvez, de alguma forma, também signifique ignorar e dar as costas aos fatos.

Marocco (2016) propõe ir além do debate sobre a objetividade/subjetividade no fazer jornalístico e remete os controles discursivos pensados por Foucault (1996) ao campo do jornalismo, a fim de investigar os controles que coagem a ação subjetiva e a resistência do jornalista. Para Foucault (1996, p. 8-9), a produção dos discursos é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos, os quais têm a função de “[...] conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Nesta direção, Marocco (2016) associa à prática jornalística três formas de controle discursivo: procedimentos externos (sistemas de exclusão definidos por Foucault: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade), procedimentos internos (comentário, autoria e disciplinas) e

procedimentos que não são nem totalmente externos, nem totalmente internos (hierarquia organizacional).

Especificamente no que se refere aos procedimentos internos, a pesquisadora evidencia a ausência do comentário² no jornalismo, isto é, a escassez de uma análise reflexiva do próprio jornalista sobre a sua prática (Marocco, 2016). Enfatizamos que na era digital e multiplataforma o tempo para essa reflexão é ainda menor, tendo em vista as redações cada vez mais enxutas, a exigência de múltiplas competências dos profissionais, além da demanda pela instantaneidade dos conteúdos.

Ainda referente aos procedimentos internos, Marocco (2016) explica que no jornalismo tradicional diário não é possível identificar a função de autor como proposta por Foucault (2009), o qual vê o autor como aquele que permite reagrupar e relacionar um certo conjunto de textos,³ bem como os autores “transdiscursivos”, que elaboram teorias, tradições ou disciplinas nas quais outros autores podem se colocar. Nesses textos, a “[...] autoridade é diluída no coletivo da redação, ou mesmo no nome do jornal, em uma não autoria individual regida pelo terreno da verdade que exclui do jornalístico tudo o que não o seja” (Marocco, 2016, p. 16).

A disciplina, por sua vez, controla a produção dos discursos, definindo o “terreno da verdade” e regulando as proposições que não estejam ligadas a textos ou autores (Marocco, 2011, p. 119). No jornalismo, a disciplina pode ser vista “[...] como requisito de autonomia em relação a saberes como a literatura, e

² O comentário, na perspectiva de Foucault (1996, p. 25), refere-se ao “desnível entre texto primeiro e texto segundo que, por um lado, permite construir indefinidamente novos discursos e, por outro, anuncia que o comentário não tem outro papel que não seja o de dizer o que estava articulado, silenciosamente, ao texto primeiro”.

³ Foucault (2009) salienta que a atribuição de um texto a um autor não se dá de forma espontânea, mas por meio de uma série de operações específicas e complexas.

como uma regulação com vistas a produzir efeitos de poder sobre a recepção” (2011, p. 119).

Marocco (2011, 2016) reconhece, porém, que existe um movimento no jornalismo que aciona um giro autoral, uma ação de resistência, em que o jornalista traz o comentário para o texto, exerce a autoria individual e, acrescentamos, vai de encontro à objetividade como um apagamento/distanciamento do jornalista na apresentação da realidade: o chamado livro de repórter. Segundo a autora (2011, p. 121),

Trata-se de um tipo de texto que se ocupa do jornalismo, para dele elaborar outros textos que oferecem o desvendamento de certos modos de fazer jornalismo, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará um exercício de interpretação criativa daquilo que é considerado norma no jornalismo, quer seja em suas práticas, quer seja no âmbito acadêmico.

A expressão livro de repórter é utilizada por Marocco (2011, 2016) para demarcar a oposição deste tipo específico de produção em relação ao “livro-reportagem”. Como destacado, o livro de repórter tem como característica a autoria individual do jornalista e a crítica à prática jornalística. Já o livro-reportagem pode ser compreendido, nas palavras de Lima (2017), como o “veículo jornalístico impresso não-periódico contendo matéria produzida em formato de reportagem, grande-reportagem ou ensaio”. O livro-reportagem garante liberdade na abordagem da pauta e também é um veículo para a prática do jornalismo literário (Lima, 2017), contudo, não contém, necessariamente, essa análise reflexiva do repórter sobre o seu fazer.

A crítica à prática jornalística no livro de repórter situa-se no âmbito do reconhecimento do presente e na acontecimentalização, como veremos na seção a seguir.

Crítica das práticas jornalísticas como característica do livro de repórter

Entendemos que a noção de livro de repórter se caracteriza pela construção da crítica da prática jornalística, e é visto como um lugar em que é possível expressar a autoralidade do jornalista. Mesmo com o uso da subjetividade, Marocco (2016, p. 18) explica que a crítica construída no livro de repórter “[...] não rompe com o jornalismo, embora o “repórter autor” construa com seu trabalho um lugar de contrajornalismo, voltado ao exercício da crítica como reconhecimento do presente”.

O reconhecimento do presente, conceito apresentado por Foucault(2014, p. 34), corresponde a um trabalho de escavação, de arqueologia, em que se visa “dizer o que somos hoje e o que significa, hoje, dizer o que nós dizemos”. No jornalismo, o reconhecimento do presente passa pela complexificação do acontecimento materializado na figura de um poliedro de inteligibilidade, em que se dá a composição, decomposição e recomposição dos acontecimentos a fim de auxiliar em sua produção e na compreensão de como estes “[...] se engendram, acionando e revelando uma rede discursiva que lhe é anterior e exterior” (Marocco; Zamin; Boff, 2012, p. 95).

A partir dos estudos de Marocco (2016) e da análise do livro de repórter *Viagem à Palestina* (Mabilia, 2013), propomos dois tipos específicos de crítica das práticas jornalísticas: a endógena e a exógena. Estas são caracterizadas, respectivamente, pela crítica feita pelo próprio profissional sobre o seu fazer jornalístico e pela crítica sobre o discurso do jornalista feita por outros sujeitos (crítica exógena).

Na análise da obra, percebemos que a crítica está presente nas histórias contadas pelas fontes, que cobram dos jornalistas maior preocupação com a cobertura de conflitos na região da

Palestina. Cabe ressaltar, porém, que conforme o contexto da cobertura de um conflito, o jornalista precisa se ajustar e adaptar o seu modo de apuração. É nesse ambiente que Zamin (2011, p. 390) assinala que o jornalismo é constituído “não apenas como lugar de acolhimento destes conflitos, mas como o espaço onde os mesmos têm ocorrência discursiva”.

Os riscos existentes em um conflito bélico geram insegurança tanto para os cidadãos, como para os repórteres. As notícias, porém, raramente relacionam os conflitos com a insegurança enfrentada pelos primeiros, que vivem o dia a dia dos conflitos, como pelos jornalistas, na realização do seu trabalho (Zamin, 2011, p. 400).

Nesse contexto, a partir da leitura do livro *Viagem à Palestina*, percebemos a maneira como Mabilia (2013) se coloca no texto, explicitando a apuração e a produção, bem como sua experiência pessoal. No livro, Mabilia relata o contexto de guerra em que está inserida e o seu medo em estar em um território ocupado, o que resulta na omissão da sua identidade como jornalista – condição esta que permite relatar os fatos sem ser percebida pelo exército israelense. Além disso, a escolha do livro como plataforma do texto também lhe garante mais liberdade em relação aos veículos tradicionais de imprensa para relatar informações contextuais.

Viagem à Palestina: “O mundo tem que saber disso de alguma maneira”

Antes de detalhar os procedimentos metodológicos e a análise, explicamos brevemente sobre a jornalista, a obra e as motivações da profissional na elaboração do livro. Adriana Mabilia é jornalista e especialista em assuntos do Oriente Médio (PUC-SP). A ideia para a produção do livro surgiu das

inquietações pessoais relativas ao conflito israelo-palestino, acumuladas em mais de 15 anos de experiência na editoria de Internacional, e, também, após o término do trabalho de conclusão de sua especialização. Ela conta que a dificuldade para encontrar informações sobre a população feminina da Palestina durante a pesquisa na pós-graduação fez surgir a ideia do livro e da viagem. Para produzir a obra, a jornalista viajou quatro vezes ao país e contou com uma rede de apoio no Brasil e também no Oriente Médio (Mabilia, 2013, 2017).

A análise foi desenvolvida a partir de dois níveis: 1) crítica exógena: crítica das fontes ao jornalismo; e 2) crítica endógena: crítica da jornalista à prática. No primeiro, apresentado a seguir, identificamos alguns trechos da obra que apontam as reflexões sobre a cobertura jornalística acerca do conflito entre Palestina e Israel desenvolvidas pelas fontes entrevistadas pela autora. O segundo nível é subdividido em a) exemplos de momentos em que Mabilia realiza a análise reflexiva da sua prática e a dos meios de comunicação em relação à abordagem da temática em questão; e b) indicação de passagens nas quais a autora manifesta a sua experiência no processo de produção e redação do livro. As reflexões são relacionadas ao próprio fazer, narrado pela autora, que perpassam experiências e processo de produção.

a) Crítica das fontes à cobertura sobre a Palestina

No livro, Mabilia (2013) nos mostra outro modo (exógeno) de crítica das práticas jornalísticas, a que chega pelas fontes. No jornalismo, as fontes são selecionadas preferencialmente em função de três particularidades: autoridade, produtividade e credibilidade. Por esta razão, as fontes conhecidas como oficiais acabam sendo preferidas em relação aos demais sujeitos, pois estão associadas a esses aspectos (Marocco, 2016). Em *Viagem à Palestina*, a autora não utiliza essa padronização das fontes, mas propõe uma forma própria de escolher quem irá entrevistar, e à

sua maneira. Como acentua Marocco (2016, p. 63), alguns jornalistas “conscientes da relação de uso da fonte proposta pelo cotidiano profissional, inventaram métodos próprios para se relacionar com o outro na entrevista e para se relacionar com o leitor, pondo em jogo o próprio corpo”. Mabilia relata a forma como se colocou no lugar de observadora nas entrevistas:

Bom, é um exercício incrível esse, o de se colocar como observador de algo que está de fato acontecendo. É meio como uma ficção, como uma viagem no tempo e como se você fosse imune aos riscos e perigos do que está acontecendo. Faz parte da profissão de jornalista. E eu tenho o maior respeito por isso. Talvez seja até o que mais me satisfaz na minha profissão (Mabilia, 2017, s/p).

As entrevistas realizadas por Mabilia (2013) são com mulheres palestinas, ou descendentes de palestinos, e a crítica à cobertura internacional chega por meio delas. Suheir, diretora⁴ da organização não governamental *TAM – Women & Media Development*, voltada às mulheres palestinas, comenta que quando foi presa, aos 17 anos, trabalhava como fotógrafa e fazia “papel de jornalista”: “Na época, jornais e revistas não mandavam seus jornais para cá, pois era muito arriscado. Então, alguns de nós, palestinos, fazíamos o papel da imprensa” (Suheir em Mabilia, 2013, p. 48)

Riam Dias, filha de palestinos e nascida no Brasil, viveu na Palestina por 12 anos e se revolta ao falar sobre o caso das mulheres-bomba que, para ela, são mulheres que perderam tudo – família, filhos, casa –, e se rebelam pois não têm mais nada a perder. Lembra que essas informações não são noticiadas pela mídia. “A imprensa brasileira não informa os dois lados. Quando Israel ataca, a justificativa é que foi resposta à violência dos palestinos. Quando um palestino ataca, não há justificativa,

⁴ Cargo descrito por Mabilia (2013), referente ao período da obra.

é como se ele tivesse atacado porque é selvagem, terrorista” (Riam Dias em Mabilia, 2013, p. 60).

O sentimento de revolta também é ressaltado pela advogada Jamile Abdel Latif, quando conta sua experiência como filha e mulher de palestinos. Afirma que a imprensa não parece ter interesse nas causas e no porquê de o conflito ter iniciado.

A sensação de revolta e impotência dos palestinos é imensa. Os judeus têm a mídia, a ONU, o banco mundial, o FMI, o dinheiro do mundo e repetem à exaustão que somos os bandidos. As pessoas parecem não estar interessadas em perguntar como começou o conflito: judeus e ameríndios invadiram nosso país e não quiseram conviver conosco porque se acham superiores. Sempre que acontece um ataque palestino, falta a imprensa dizer que o ataque é uma resposta natural palestina aos crimes cometidos por Israel na ocupação contra a Palestina. (Latif em Mabilia, 2013, p. 62-63).

Mabilia (2013) se cerca das mulheres relacionadas ao conflito para se aproximar da realidade enfrentada em um território sob ocupação. A entrevista com Ahlan Nader Samhan, filha de palestinos, por exemplo, corrobora com Riam Dias, e salienta que a imprensa brasileira e internacional não mostra os dois lados do conflito. Durante a conversa com Adriana Mabilia, ela relembra o caso de uma mulher-bomba em outubro de 2003, e explica: “O fato que levou essa mulher a cometer esse atentado foi a morte de seu esposo por soldados israelenses. Os jornais não disseram isso. Então, falta dar esse enfoque, pois para ela ter feito isso foi por algum motivo muito grave” (Samhan em Mabilia, 2013, p. 64).

A contradição entre o que se passa na região e o que é comunicado em outros países é criticada também por mulheres estrangeiras que acompanham a situação mais de perto, como

explicita a italiana Rosella, integrante de uma ONG responsável por um projeto social no local:

A informação que chega para nós é totalmente distorcida. O povo palestino tem todos os motivos do mundo para ser revoltado e violento. É um povo ocupado há décadas. Vive numa prisão a céu aberto. Mas consegue conter a calma. É um povo pacífico. E estou aqui há dois meses. O que Israel faz aqui é crime. O mundo tem que saber disso de alguma maneira. (Rosella em Mabilia, 2013, p. 110-111).

Desta forma, é possível perceber que a crítica exógena praticada pelas fontes e evidenciada no livro de repórter elaborado por Adriana Mabilia realça justamente a parcialidade e a falta de contextualização na cobertura jornalística do conflito entre Israel e Palestina, em que principalmente as mulheres (mas também outros sujeitos com quem a jornalista dialoga durante a viagem) ressaltam um sentimento de injustiça pelo modo como a mídia brasileira e estrangeira retrata os palestinos e a realidade da região. Tal crítica exógena junta-se na obra de Mabilia à análise reflexiva que a própria jornalista faz em relação ao seu trabalho e ao de colegas da imprensa.

b) O jornalista como crítico do seu próprio fazer

No livro de repórter *Viagem à Palestina*, Adriana Mabilia (2013) explica que se trata de um projeto pessoal que surgiu após anos de trabalho pesquisando e escrevendo sobre o assunto: “De tanto ler, ler e ler, passei a gostar do tema e não parei mais de estudá-lo” (Mabilia, 2017, s/p). Embora assuma o interesse em compreender o conflito e a vida das mulheres no cenário de guerra a partir da perspectiva dos palestinos, e exponha seus sentimentos e sensações de experienciar aquela situação, Mabilia se vê diante de um “impasse”, pois coloca-se durante todo o texto como repórter, embora essa identidade

tenha ficado resguardada durante a viagem, e acredita que a função de jornalista implica em seguir alguns preceitos, como buscar a neutralidade na cobertura dos fatos e ouvir outras fontes envolvidas no conflito.

Uma das situações em que Adriana Mabilia revela o embate entre como deveria agir e como ela se sente em relação à situação ocorre, por exemplo, quando entrevista o político e médico Mustafá Barghouthi, fundador do partido laico Al-Mubadara (Iniciativa Nacional Palestina).⁵ Na conversa, ela pergunta como o entrevistado avalia os ataques à Faixa de Gaza. Ao Barghouthi responder “O que aconteceu em Gaza é crime de guerra”, Mabilia se manifesta: “Eu interrompo e questiono: mas Israel afirma que o alvo era o Hamas. Não que eu acredite de fato na justificativa do governo israelense, mas é obrigação do repórter confrontar os dois lados” (Mabilia, 2013, p. 146).

A experiência de Mabilia com a cobertura do tema e a vivência no cenário de conflito durante as visitas à Palestina, no entanto, tornam ainda mais difícil manter-se neutra e alheia ao sofrimento dos palestinos. Em alguns momentos, a repórter se coloca na narrativa e relata as sensações que tem ao vivenciar aquele contexto, como nos trechos sobre a sua participação em uma manifestação contra o muro erguido por israelenses para dividir o território palestino: “É verdade que estou aqui como observadora e não como militante, mas é difícil não se deixar envolver pela energia que começa a tomar conta dessa gente” (2013, p. 83). No segundo trecho, a autora descreve o sentimento de medo que a envolve durante a manifestação:

É um momento de tensão. Os soldados, então, jogam a cerca de arame farpado em cima de nós para nos afastar. Eu corro, com medo, as crianças também, mas o resto

⁵ Adriana Mabilia realiza essa entrevista à edição especial Oriente Médio da revista *Caros Amigos*, que circulou em maio de 2009.

do pessoal não arreda pé, então eu volto. Alguns rapazes estão com as mãos sangrando. Machucaram-se na cerca. Mas eles continuam. (Mabilia, 2013, p. 85).

A autora faz uma autocrítica do seu papel como jornalista e coloca que essas situações lhe causam culpa devido a sua condição de repórter, mas, ao mesmo tempo, defende que o objetivo de mostrar como os palestinos vivem em um território ocupado demanda o seu maior envolvimento na pauta. Há também trechos do livro em que a jornalista desenvolve uma crítica em relação a sua relação com as fontes, expondo o constrangimento por tocar em questões muito pessoais e notar a expressão de tristeza das entrevistadas. “Aliás, isso tem sido um tanto constrangedor para mim. Estou levando essas pessoas a mexer em feridas ainda abertas e isso dói” (Mabilia, 2013, p. 166). Mabilia relata o desconforto e o medo ao se sentir vulnerável, pois está em condições que são mais embaraçosas para mulheres. “A situação é cada vez mais incômoda [...]. Claro, sou vítima perfeita: mulher, sozinha, com aparência ocidental, logo, estou distante de casa, vulnerável. Só consigo pensar que estou perdida, mesmo. Ele vai me assaltar” (2013, p. 17-18).

Nestes momentos em que se questiona sobre o seu trabalho e o papel do jornalista na cobertura dos acontecimentos, a autora comenta que busca inspiração no trabalho de outra jornalista que admira, Helena Salem.⁶ Mabilia carrega consigo um texto de Helena Salem referente ao fazer jornalístico e o lê nas situações em que tem dúvida sobre os limites de tudo o que vivenciou.

Há no jornalismo um aspecto particularmente bonito, que não se prende ao “furo”, à grande notícia. Ao fazer uma reportagem, o jornalista deve revelar, da melhor

⁶ Autora dos livros de repórter: *Entre árabes e judeus: uma reportagem de vida* (1991); e *Palestinos, os novos judeus* (1977).

maneira e com a maior fidelidade possíveis, o pensamento, as palavras do outro que entrevista, ou o clima, a complexidade da realidade que focaliza. Em síntese, ser um fiel, e criativo, intérprete do que ouve e vê [...]. O jornalista deve ser *out* o suficiente para duvidar, e *in* o bastante para compreender, saber questionar. (Salem em Mabilia, 2013, p. 94).

Mabilia não só reflete sobre o seu papel como jornalista e os questionamentos que se faz ao abordar os conflitos, como também analisa o fazer dos meios de comunicação de modo geral. Ela aponta que os limites de espaço e de tempo na cobertura midiática da ocupação acabam prejudicando a compreensão do problema, tornando as informações desconexas e fora de contexto.

A maneira como a maior parte da imprensa mundial trata esses ataques é normalmente, no mínimo, irresponsável, pois contribui para que a ocupação dos territórios palestinos pelos israelenses continue sem solução.

E eu não me eximo de culpa, apesar de que sempre tento explicar, mas o editor-chefe vai lá e corta o texto, por falta de tempo no jornal. A informação tem que caber em 30 segundos, e, por mais que o jornalista domine a técnica da síntese, palavra curta tem limite.

Com raras exceções, e raríssimos editores-chefes, em geral o que vai para a lixeira é o que dá contexto ao factual. O telespectador só fica sabendo que uma mulher-bomba explodiu e matou. O comentário é: nossa, que povo louco, são terroristas, gente violenta. (Mabilia, 2013, p. 128).

Nesta direção, finaliza o livro comentando que a sua intenção não é denegrir ou defender nenhum dos lados do conflito, mas contar “[...] o que acontece com um povo que vive sob ocupação de outra nação há cerca de sessenta anos” (2013,

p. 186). E é a partir do convívio com a realidade dos palestinos que a autora percebe que os próprios fatos subvertem a cobertura comumente realizada pela imprensa; e reflete sobre o papel do jornalista na sociedade.

Não há como negar os fatos. Por mais que os poderosos tenham mais acesso à mídia, à propaganda, e com isso tenham instrumentos para manipular e distorcer informações, o que aconteceu ninguém muda e a verdade aparece. E, por mais que essa verdade pareça ter perdido a importância e o valor entre os homens que mandam no mundo, alguém tem que zelar por ela, porque, senão, o que será de nós? (Mabilia, 2013, p. 202).

Considerações

O livro de repórter *Viagem a Palestina: prisão a céu aberto*, de Adriana Mabilia (2013), apresenta uma interpretação crítica que não costuma ser identificada na rotina diária das redações jornalísticas. Percebemos que este tipo de produção se configura como um espaço de resistência aos controles discursivos (Foucault, 1996; Marocco, 2016) impostos diariamente à prática dos profissionais por este ser um projeto mais elaborado, que dá lugar à expressão da autorialidade do repórter, oferecendo mais liberdade na escrita e apuração dos fatos, e também por ter um tempo de produção mais flexível em relação aos veículos diários.

Retomando o que Rüdiger (2010, p. 221) destaca sobre a crítica, é importante compreender que “o reconhecimento da função cognitiva exercida pelo jornalismo em nosso meio precisa ser considerado criticamente, sem ilusões, mantido a certa distância”. Em nossa percepção, Mabilia (2013) consegue desenvolver esse distanciamento crítico, refletindo sobre si mesma, acerca do que a experiência de estar no cenário de

conflito representou, e, ao mesmo tempo, refletindo sobre o mundo a partir do tempo presente. A autora apresenta ao leitor uma oportunidade de conhecer o conflito em uma perspectiva de abordagem mais aprofundada, que não costuma ser apresentada na mídia tradicional, fornecendo, assim, subsídios para que o público desenvolva a sua própria análise da problemática em pauta. Mabilia se abre para ouvir o que o outro tem a dizer, com o objetivo de saber quais são as condições das pessoas que vivem na Palestina, e não apenas relatar os fatos por meio de procedimentos mais “fáceis” ou usuais, como através de agências de notícia ou da escuta das fontes oficiais, por exemplo.

Apesar de a crítica às práticas e a autonomia do jornalista (Marocco, 2016) estarem avançando no campo jornalístico a partir dos livros de repórter, devemos buscar que essa ação não fique restrita apenas a este tipo de produção, mas que possa também ser ampliada e inserida ao fazer diário do jornalismo nas redações. Acreditamos que o incentivo à análise pode e deve surgir ainda na graduação, estimulando o hábito nos estudantes (e futuros profissionais do mercado) de rever a sua postura e de colegas na cobertura dos fatos. Pensamos que, assim, também conseguiremos formar jornalistas mais humanos, conscientes e responsáveis, capazes de se colocar no lugar do outro e exercer a alteridade.

Referências

BRUM, Eliane. *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real*. Porto Alegre: Arquipélago, 2017.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e escritos, 3).

FOUCAULT, Michel. *Filosofia, diagnóstico do presente e verdade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. (Ditos e escritos, 10).

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

LIMA, Edvaldo Pereira. [Verbetes elaborados por Edvaldo Pereira Lima. Livro-reportagem](#). [2017?].

MABILIA, Adriana. [Autora de “Viagem à Palestina” conversa com o blog: “Não há mais o que proibir”](#). Entrevista concedida a Ricardo Ballarine, Blog Capítulo Dois.

MABILIA, Adriana. *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MAROCCO, Beatriz. *Ações de resistência no jornalismo: “Livro de repórter”*. Florianópolis: Insular, 2016.

MAROCCO, Beatriz. [Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas](#). *Revista Contracampo*, Niterói, n. 22, fev. 2011, p. 116-129.

MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; BOFF, Felipe. [Os grandes acontecimentos e o reconhecimento do presente](#). *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 26, n. 62, p. 92-102, maio-ago. 2012.

MORAES, Fabiana. *O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

NUNES, Pedro (Org.). *Jornalismo em ambiente multiplataforma*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RODRIGO ALSINA, Miquel. *Los modelos de la comunicación*. 2. ed. Madri: Tecnos, 1995.

RÜDIGER, Francisco. [Elementos para a crítica do jornalismo moderno: conhecimento comum e indústria cultural](#). *Revista Famecos*, v. 17, n. 3, p. 216-227, set./dez. 2010.

SALEM, Helena. *Entre árabes e judeus: uma reportagem de vida*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SPONHALZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular, 2009.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (Org.). 2. ed. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

ZAMIN, Angela. [Livros de repórter, saberes de entremeio: relatos jornalísticos sobre a cobertura de conflitos](#). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 389-405, jul-dez. 2011.

.....
Publicado originalmente em:
Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 15, n. 1, jan-jun. 2018. E-ISSN 1984-6924.
.....

DAS ESCRITURAS de
Alexandra Lucas Coelho e Eliane Brum

O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas

Marcia Veiga da Silva
Beatriz Marocco

Uma região privilegiada para a análise da prática jornalística pode ser esboçada no livro de repórter (Marocco, 2011, 2015, 2016). O conceito, formulado a partir das regularidades que foram se acumulando nos exemplares examinados durante a pesquisa *O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas*,¹ foi a base definidora do corpus da pesquisa de pós-doutorado *O nós e o Outro nas práticas jornalísticas de excelência: a história de vida de jornalistas reconhecido/as no Brasil como parte dos conhecimentos para o exercício da alteridade no jornalismo*, em desenvolvimento.² Partindo do levantamento realizado na

¹ A pesquisa foi desenvolvida sob a coordenação da professora Beatriz Marocco, do PPGCOM/Unisinos, com recursos do CNPq.

² Pesquisa desenvolvida por Marcia Veiga da Silva, sob supervisão da professora Beatriz Marocco, no PPGCOM/Unisinos, com financiamento PNPd-CAPES (2015-2020).

pesquisa desenvolvida por Marocco, as obras produzidas contemporaneamente por repórteres-autor/as vêm sendo esquadrihadas a fim de identificar, de acordo com os objetivos da investigação em curso, práticas jornalísticas mais afeitas ao encontro com as alteridades. No escrutínio destes livros, uma saliência ficou evidenciada. Um grupo de jornalistas mulheres, cuja proximidade era o feminino – para além de suas identidades de gênero – compartilhava um modo de objetivação jornalística que provoca uma subversão das lógicas moderno-positivistas-masculinistas do jornalismo (Veiga da Silva, 2015). No exercício reflexivo aqui proposto, partindo dos depoimentos de três autoras, o jornalismo será observado pelo prisma de gênero focalizando um conjunto de práticas, expressas também em seus respectivos livros de repórter, sobre o qual operamos uma análise enunciativa.

Com base na proximidade que se manifesta neste achado, em relação a uma mirada de gênero, tomamos de empréstimo as lentes da crítica feminista à ciência para analisar as ações de Eliane Brum,³ Fabiana Moraes⁴ e Alexandra Lucas Coelho⁵ –

³ Autora dos livros *Coluna Prestes: o avesso da lenda* (1994), *A vida que ninguém vê* (2006), *O olho da rua – uma repórter em busca da literatura da vida real* (200; 2017), *Uma duas* (2011), *A menina quebrada* (2013), *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com palavras* (2014). Ganhou mais de 40 prêmios nacionais e internacionais de reportagem, como Esso, Vladimir Herzog, Ayrton Senna, Libero Badaró, Sociedade Interamericana de Imprensa e Rei de Espanha. Em 2008, recebeu o Troféu Especial de Imprensa ONU. Foi escolhida entre os Top 10 dos +Admirados Jornalistas Brasileiros, em 2014 e 2015, segundo apuração do J&Cia, em parceira com a Maxpress. É também uma das mais premiadas jornalistas do País, ficando em primeiro lugar no ranking realizado pelo Portal dos Jornalistas no ano de 2016.

⁴ Autora dos livros *Os Sertões* (2009), *Nabuco em pretos e brancos* (2011), *No país do racismo institucional* (2013), *O nascimento de Joicy* (2015). É ganhadora do Prêmio Esso de Jornalismo 2009 (*Os Sertões*), Prêmio Esso de Reportagem 2011 (*O nascimento de Joicy*); Prêmio Esso Regional 2007 (*A Vida Mambembe*), Prêmio Petrobras de Jornalismo 2014, prêmio

expoentes do jornalismo brasileiro e lusitano, reconhecidas por suas trajetórias tanto na chamada imprensa tradicional quanto na literatura. Partindo das reflexões feitas nos livros que publicaram e referidas quando foram entrevistadas como interlocutoras da pesquisa de Marocco (2012),⁶ organizamos um mosaico de elementos em que as três subvertem as lógicas dominantes e elaboram uma exegese do saber jornalístico no âmbito dos livros de repórter.

Gênero é aqui compreendido numa perspectiva epistemológica, perpassada pelo conceito de poder (Scott, 1990; Bonetti, 2011). Por este prisma conceitual, gênero “perpassa e marca as mais diversas ações sociais, não se restringindo, portanto, à relação corpo biológico-sexo-gênero, antes, abarca e dota de sentido a organização da vida social” (Bonetti, 2011, p. 62). Assim, o jornalismo será observado pelo prisma de gênero focalizando um conjunto de práticas expressas nos livros de repórter, que sugerem uma ruptura com determinados regimes de verdade que historicamente circunscrevem o jornalismo como masculinista, moderno e positivista.

Embratel de Cultura 2011 (*Quase brancos, quase negros*). Ainda ganhou dois prêmios Cristina Tavares (*Os Sertões*, 2009, e *Quase brancos, quase negros*, 2010).

⁵ Autora dos livros *Caderno Afegão* (2009), *Viva México* (2010), *Tahrir!* (2011), *E a noite roda* (2012; 2017), *Vai, Brasil* (2013), *O meu amante de domingo* (2014), *Deus dará* (2016). Recebeu prêmios de reportagem do Clube Português de Imprensa, Casa da Imprensa, Grande Prêmio Gazeta 2005, Grande Prêmio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores (2012) em Portugal.

⁶ Eliane Brum e Alexandra Lucas Coelho foram interlocutoras na pesquisa *O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas*. Seus depoimentos estão reunidos junto aos demais jornalistas entrevistados na publicação *O jornalista e a prática* (Marocco, 2012). Já os depoimentos de Fabiana Moraes foram selecionados do livro *O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites éticos entre repórter e personagem* (2015).

Masculino, o gênero do jornalismo

O jornalismo hegemônico, como um produto do século XIX, é parte do que Foucault denominou episteme, um sistema coerente de ideias e valores formulados pelo conjunto dos contextos discursivos que servem como matriz das formas coletivas de representação da realidade (Crespi, Fornari, 2000). Situado numa racionalidade cujas origens remetem ao paradigma Moderno, o jornalismo pode ser pensado por analogia com os modos de produção do conhecimento científico, conhecimento este não apenas compreendido de forma moderno-positivista-iluminista, que estaria nas bases do modo de objetivação jornalística e no delineamento de suas práticas, mas também como parte de um sistema-mundo capitalista e masculinista (Grofoguel, 2012). A partir de uma mirada epistemológica de gênero, através da crítica feminista à ciência, há um caminho para refletir sobre as bases da racionalidade predominante no jornalismo contemporâneo e, igualmente, para perceber as resistências dentro do campo.

Nas bases da racionalidade moderno-positivista, que serviu (e ainda serve) como um modelo totalitário que pauta princípios epistemológicos e regras metódicas para a validação dos conhecimentos que se pretendem verdadeiros, encontra-se pistas de onde o jornalismo se organizou para produzir conhecimentos sociais e se credenciar como conhecimento credível junto à sociedade (Veiga da Silva, 2015). Os modos de produção das notícias – em especial as práticas e a cultura profissional – entram em confluência com os modos de produção da ciência, sobretudo, como diz Ijuim (2013), pela inspiração nos modos de captar e “discursivisar” a realidade com o intuito de agregar valor de verdade aos saberes construídos. Além disso, “o positivismo é a vertente que influencia [no jornalismo] a ascensão da objetividade e analogias

do exercício de apuração e redação ao método científico” (Pontes, 2010, p. 3-4).

Os fundamentos da objetividade jornalística aproximam-se das visões científicas que, na “busca pela ‘objetividade’ [...] tentam garanti-la por meio de um delineamento reducionista” (Silvino, 2007, p. 286), dentro de um sistema de pensamento binário, que expressa o apartamento da subjetividade em todos os procedimentos que delimitam a prática e forjam a retórica da impessoalidade como própria do “bom jornalismo”. A aproximação do jornalismo com a ciência se deu também com o intuito de “ganhar o reconhecimento da sociedade, não mais como um discurso de impressões e opiniões do jornalista sobre o cotidiano, mas como um discurso 'objetivo', 'neutro’” (Marocco, 2011, p. 4). Desta forma, se expressa impregnado por uma estrutura de pensamento dominante:

Prenhe da razão dualista, cartesiana, característica do pensamento iluminista, tal estruturação é baseada numa lógica binária, construída a partir de pares de opostos, por exemplo: sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, transcendente/imanente, cultura/natureza, ativo/passivo etc. (Sardenberg, 2002, p. 95).

Os fundamentos do bom jornalismo, inspirados nos fundamentos do cientificismo, se constituíram, também, de acordo com a normatividade social hierárquica que, numa analogia de gênero, aproxima do poder e do prestígio os atributos convencionados como masculinos:

Para as feministas, o ponto chave é que essas dicotomias se constroem, em analogia, com base nas diferenças percebidas entre os sexos e nas desigualdades de gênero. Assim, os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade, transcendência, cultura, dentre outros, que

estruturam os princípios da Ciência Moderna, foram identificados com o “masculino”, ao passo que os demais termos das dicotomias – objeto, corpo, emoção, subjetividade, imanência, natureza, etc., sobre os quais os primeiros se impõem hierarquicamente – fazem parte do que historicamente se constituiu como “feminino” (Lloyd, 1996). Em outras palavras, tal qual sugeriu Joan Scott (1988), também nas construções científicas as categorias de gênero aparecem como instrumentos de representações do poder. (Sardenberg, 2002, p. 96).

O caráter androcêntrico da epistemologia moderno-positivista é percebido a partir da crítica feminista à ciência que, sobretudo, coloca “em questionamento os parâmetros científicos definidores de quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, do que pode consistir como conhecimento ou mesmo o que pode ser conhecido” (Sardenberg, 2002, p. 93):

[...] os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. [...]. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental. (Rago, 1998, online).

O encontro entre o feminismo e as filosofias pós-modernas “tem propiciado o forjar-se de uma crítica feminista à ciência que a fere no seu cerne, sobretudo ao revelar as categorias de gênero implícitas na construção das noções de sujeito,

racionalidade, objetividade e de outros semelhantes ‘princípios’ e estratégias epistemológicas associados ao pensamento iluminista” (Sardenberg, 2002, p. 95). Tal racionalidade orienta a forma como a realidade e os sujeitos podem ser compreendidos e discursivizados, obedecendo às lógicas dominantes e aos regimes de poder-saber (Foucault, 2012) que, em última instância, transformam diferentes em desiguais. O jornalismo pode ser refletido criticamente a partir destas perspectivas e estratégias epistemológicas tanto em suas práticas quanto em suas relações de poder e nos discursos e saberes que produz. Uma mirada de gênero pode ampliar essas compreensões, uma vez que

[...] tem-se no conceito de gênero um instrumento de análise do impacto das ideologias na estruturação não apenas do mundo social, mas também do intelectual, na medida em que gênero é também um elemento central na constituição do self, bem como um princípio classificatório de organização do universo (Heilborn, 1991). Trata-se, assim, de uma categoria de pensamento e, portanto, de construção do conhecimento – daí porque os conceitos tradicionais de epistemologia devem ser reavaliados e redefinidos, no sentido de possibilitarem “[...] análises dos efeitos do gênero no e sobre o conhecimento” (Flax, 1990). (Sardenberg, 2002, p. 93).

As lógicas positivistas-masculinistas se evidenciam no jornalismo hegemônico tanto nas relações de poder quanto no delineamento das práticas e nos tipos de conhecimento social que produz (Genro Filho, 1987; Meditsch, 1992). Observando a organização das notícias, a hierarquia nas redações e os discursos sobre a realidade é possível perceber o quanto as relações de gênero e poder se equivalem à norma dominante na sociedade. Na hierarquia das notícias, as denominadas *hardnews*,

ou seja, notícias “duras”, “fortes”, que numa analogia de gênero seriam masculinas, são aquelas que ocupam o lugar de maior prestígio. Não por acaso, política, polícia, economia, campos historicamente convencionados como masculinos, são os que ofertam as *hardnews* (Veiga da Silva, 2014). Do mesmo modo, são os representantes destes lugares de poder que são majoritariamente convidados a servir como fonte e reproduzir os regimes de verdade nos discursos do jornalismo.

O viés androcêntrico pode ser percebido também na forja da identidade, nos valores e na cultura profissional como um todo. A mitologia em torno do jornalista, por exemplo, obedece à mesma norma masculinista: o furador – aquele que persegue o furo, o caçador, o herói, o defensor da democracia. A disputa, a competitividade, a proatividade, a autoridade-autoritária e a dominação são valores envoltos nesta mística. Tais valores incidem nas relações de poder e na hierarquia das redações, uma vez que se aproximam do poder e do prestígio os profissionais que reúnem os atributos convencionados como masculinos, o que em grande medida favorece os homens, mas não exclui as mulheres reconhecidas por reunirem tais atributos em suas características. Em consonância com a cultura da sociedade da qual é parte, o jornalismo possui uma cultura profissional que compartilha das convenções de gênero que delegam ao feminino um lugar inferior, de menor poder e prestígio (Veiga da Silva, 2014). É nesse sentido que também a subjetividade é interdita, inferiorizada nos fundamentos da objetividade jornalística.

A subjetividade (e todos os elementos que estariam relacionados a ela, tais como a sensibilidade, o corpo, as visões de mundo dos sujeitos-profissionais), atributo convencionado como feminino, ocupa as bases da hierarquia no jornalismo. Compreendida como alijada da objetivação jornalística, por não ser considerada “prenhe da razão dualista e cartesiana”, a subjetividade é suprimida não apenas na linguagem, que visa à impessoalidade no discurso com fins de assegurar neutralidade,

totalidade e valor de verdade. É suprimida também, em grande parte, nas reflexões críticas sobre as práticas, tanto pelos profissionais que as desempenham quanto por boa parte dos estudos sobre o campo. A exemplo de outros campos de conhecimento, a crítica nos estudos do jornalismo por muito tempo seguiu aproximada do “predomínio prolongado da História Social, de tradição marxista [que] secundarizou demais o campo da subjetividade e da dimensão simbólica” (Rago, 1998, online).

Nos procedimentos de apagamento do sujeito nos discursos pretensamente objetivos e neutros, a escolha das fontes é parte das estratégias que norteiam as práticas discursivas no jornalismo. “Nos limites da informação, a palavra do jornalista não poderia mais ser autorizada a não ser se evidenciasse a sua entrada em uma ordem do discurso jornalístico pela presença, entre outros elementos, do testemunho da fonte de informação e da ‘confissão da verdade’ (Dent, 2008) que a mesma supõe” (Marocco, 2011, p. 3).

Os livros de repórter são um dos espaços em que as resistências e a subversão destas lógicas podem ser percebidas, e através da reflexão crítica sobre as práticas das jornalistas-autoras deste “gênero” jornalístico, pode-se sugerir uma ruptura paradigmática e uma virada epistemológica, como passamos a discutir a seguir.

O livro de repórter e a crítica das práticas

A objetividade jornalística estabeleceu-se como um conceito cuja finalidade era produzir a verdade como “correspondência, descrição ‘fiel’ dos fatos e, com este sentido, ultrapassou o limiar da sociedade midiática” (Vattimo, 2016, p. 11). Para que fosse estruturada, além do rompimento com a literatura, outras

estratégias de objetivação do real foram estabelecidas. Assim, em meados do século XIX, *news* e *comments* ganharam espaços diferentes no jornal, qualificando a informação (notícia) e o comentário (opinião). A reflexividade sobre a prática, ensaiada na imprensa daquela mesma época (Marocco, 2004), tornou-se sem espaço em suas estruturas basilares, o que de algum modo salientará a possibilidade de ocorrência de brechas.

Nos livros de repórter identificamos discursos sobre as práticas jornalísticas que retomam a possibilidade de “comentário”⁷: são mais do que uma “opinião” ou outro suporte para a reportagem, no caso o livro. Estes materiais, à semelhança das teorias, geralmente se descolam da natureza institucional do jornalismo, e, igualmente, se descolam de um gênero endógeno, como o *ombudsman*. Às margens do jornalismo e de suas teorias, na medida em que reconhecem a existência de um texto primeiro, que já havia sido publicado nos jornais, ou está cristalizado nas teorias, materializam a experiência que havia sido sonogada nos jornais e incidem sobre as práticas jornalísticas (Marocco, 2012). Em ambos os sentidos, seja na apuração, seja no estilo, o comentário que se realiza sobre as práticas e as teorias promove certa utopia do jornalismo, um devir jornalismo. Os livros de repórter formalizam a existência do comentário à medida que cumprem um duplo papel: a) atualizam os textos que regulam o jornalismo (quer estejam nas teorias, quer nos manuais de redação); e b) auxiliam a compreensão da formação discursiva jornalística e do que estava articulado silenciosamente no texto primeiro (Marocco, 2011).

O livro de repórter, como um exercício de crítica das práticas jornalísticas, para além do comentário, apresenta a ação

⁷ Comentário é aqui entendido como decifração dos textos fundamentais do jornalismo (Foucault, 1996; Marocco, 2015).

subjetiva e de resistência de um “repórter-autor”.⁸ A expressão livro de repórter qualifica um tipo de autoria e um conjunto de práticas que elevam o jornalismo a um novo patamar epistemológico. Designa uma autoria individual que se distingue do *ethos* profissional e da autoria coletiva própria do tempo e do espaço do jornalismo. Essa prática em novas bases espaço-temporais não rompe com o jornalismo, entretanto, permite com que o “repórter-autor/a” constitua um espaço de criação dentro do jornalismo contemplando a reflexividade sobre as práticas e o exercício da crítica como reconhecimento do presente. Nesse novo patamar epistemológico, o repórter resgata a ação subjetiva em uma perspectiva de auto-reponsabilização sobre as práticas, e seus efeitos na construção dos acontecimentos, e aciona movimentos de investigação que projetam o acontecimento em sua complexidade.

Pode-se argumentar que os livros de repórter apresentam o exercício do jornalismo de outro modo e que são importantes para a constituição de um saber das práticas jornalísticas. Um saber que, ao romper com os modos de objetivação jornalística, resgatando a subjetividade, ampliando as vozes que compõem uma polifonia de fontes e possibilitando uma reflexividade sobre a prática, rompe com a hierarquia masculinista e positivista, fazendo emergir uma epistemologia mais afeita à diferença do que à totalização. Ou seja, ao ampliar as lentes e as escutas pelas quais a realidade e os sujeitos são observados, levando em consideração a subjetividade nos processos cognitivos envolvidos, potencializa um maior exercício de alteridade na prática jornalística: aqueles considerados outros não são enquadrados e narrados, por parte dos repórteres-autores, na lógica binária e maniqueísta do “bem e do mal”, que via de regra

⁸ Expressão cristalizada por pensadores franceses para designar uma geração de repórteres do século passado que se evidenciaram na prática do jornalismo.

transforma a diferença em desigualdades a partir dos padrões normalizadores da sociedade e que servem como parâmetro na leitura da realidade a partir dos valores objetivos-subjetivos do jornalismo e dos jornalistas. Indica a emergência de um sistema de pensamento e de práticas que preveem a complexidade, e não a simplificação e o reducionismo, e cuja noção de objetividade se aproxima da objetividade feminista defendida por Donna Haraway (1995).

Com a perspectiva da objetividade feminista, Haraway trata da “localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto e indica os modos como podemos nos tornar responsáveis por aquilo que aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 21). Ou seja, sinaliza os significados possíveis a partir de uma visão que se constitui a partir de sistemas de percepção ativos que constroem traduções, interpretações e modos específicos de ver. Deste modo, Donna Haraway sugere como afastarmo-nos das perspectivas da totalização e do pleno relativismo, considerados por ela como “truques de Deus”, por serem entendidos como perspectivas que igual e inteiramente prometem uma visão de toda a parte e de lugar nenhum, comuns na ciência e no jornalismo. Por essa perspectiva, “a objetividade não diz respeito a desengajamento, trata de assumir riscos num mundo no qual nós somos permanentemente mortais, isto é, não detemos o controle final. Por último, não temos ideias claras e precisas” (1995, p. 41).

Eliane Brum, Alexandra Lucas Coelho e Fabiana Moraes, três jornalistas-autoras de livros de repórter, nos parecem expoentes das rupturas paradigmáticas e epistemológicas do jornalismo: de um jornalismo moderno-positivista-masculinista para um jornalismo pós-moderno-complexo-feminino; de uma objetividade positivista a-corpórea para uma objetividade situada e corporificada; de uma visão que se promete totalitária para uma visão declaradamente localizada; de um pensamento binário para um pensamento complexo sobre a realidade; de uma ética

construída sobre um ideário deontológico, prescrito por uma racionalidade fixa e tecnicista, que interdita a subjetividade e a reflexividade sobre a prática (e acaba por reproduzir relações desiguais de poder), para uma ética que prevê a subjetividade como caminho para a permanente reflexividade sobre a prática e em constante dialogia entre o eu e o outro (o que permite a alteridade e diminui o potencial de transformação de diferenças em desigualdades). Os depoimentos destas jornalistas nos ajudam a refletir e repensar as práticas, aproximando de um devir do jornalismo, especialmente em seu potencial transformador e democratizador na sociedade.

O feminino que dá novo corpo ao jornalismo

A leitura dos livros de repórter das brasileiras Eliane Brum e Fabiana Moraes, assim como da jornalista portuguesa Alexandra Lucas Coelho, ajudaram não apenas na elaboração da ideia de livro de repórter, vinculada à crítica das práticas jornalísticas, mas sobretudo para abertura da escuta sobre como essa reflexividade é feita pelas jornalistas, o que possibilita entrever pistas sobre a forja das identidades profissionais e do conjunto de saberes que orientam suas práticas, tomando a interdita subjetividade como *locus* privilegiado para a constituição da autoridade e de uma exegese sobre o campo.

Uma objetividade situada pressupõe que se possa deixar claro de onde se fala, se enxerga, se escuta – nossa “posição de sujeito”. No acionamento da memória discursiva sobre a forja das identidades profissionais, Eliane Brum, nascida em Ijuí, interior do Rio Grande do Sul, em 1966, e Alexandra Lucas Coelho, nascida em 1967, em Lisboa, capital portuguesa, ao serem entrevistadas, “falaram ao mesmo tempo de si e da profissão que escolheram. Isso nos ajuda a ter acesso a quem

elas são – ou, no jogo travesso da memória, quem interpretam que são – mas também as significações que circulam no cotidiano do jornalismo” (Vieira, Veiga, Furtado, 2012, p. 130). Já Fabiana Moraes, nascida em 1974, no Recife, capital de Pernambuco, exercita sua reflexividade sobre si e sobre a prática jornalística na narrativa do livro *O nascimento de Joyci...*, dedicando um dos capítulos do livro para a defesa de “um jornalismo de subjetividade”. Ao descreverem suas práticas e trajetórias profissionais, as jornalistas resgatam suas histórias de vida e subjetividades (lugares e famílias de origem, visões de mundo, valores, sentimentos) como se fossem parte dos fios que tecem suas identidades profissionais. Não apartam o sujeito do profissional, nem o profissional das entranhas do jornalismo. Indicando suas posições de sujeito, nos dizem não apenas de onde e a partir de que lugar a realidade é percebida. As três nos dão pistas de uma prática “corporificada”:

Desde pequena sempre fui uma escutadeira e uma olhadeira, nunca fui faladeira. Então, sempre preferia, em vez de ficar brincando, escutar os meus parentes mais velhos, o pessoal da comunidade. O meu tio tinha um bolicho (armazém), que era o bolicho da comunidade, onde o pessoal jogava cartas, comprava salame, tinha aquelas balas que só se encontrava lá. E eu ficava ouvindo histórias. **Então eu comecei a me tornar repórter lá [...].** (Brum, 2012, p. 72, grifo nosso).

Eu nunca quis ser outra coisa, eu sempre soube que queria escrever. A forma prática a partir daí era ser jornalista. [...]. **Esse desejo vem desde sempre. Eu venho de quê? Venho de um desejo de escrita e de conhecer o mundo. Então, o jornalismo, ele abre essas duas coisas: a vontade de escrever e a vontade de viajar.** Então, essas eram as duas porções decisivas desde o início, desde que eu me lembro [...]. Sei lá, **desde que eu tinha 10, 11, 12 anos. [...]. O jornalismo foi uma travessia que me permitiu fazer essa ponte entre a escrita e o mundo, que me permitiu viajar e ver o mundo.**

E aprender a ouvir as pessoas e aprender a olhar as pessoas. A questão do **olhar é uma questão decisiva** porque o jornalista é também aquele que consegue ver o maior número de coisas numa situação. Não há dois jornalistas que escrevam o mesmo texto em uma mesma situação, e **a riqueza de um trabalho relaciona-se também com aquilo que aquele olhar traz, ou seja, nem toda a gente vê a mesma coisa.** (Coelho, 2012, p. 158, grifo nosso).

Os sentidos – o olhar, a escuta –, as sensações, a intuição (atributos convencionados como femininos), normalmente aliados das prescrições para uma prática que se pretende objetiva e neutra, são elementos reiterados nas descrições das ações. O corpo e as emoções são discursivizados como parte da racionalidade no processo de cognição para a leitura e narração da realidade, e dão indicativos de serem um dos modos de deslocamento da objetivação jornalística. Em analogia com o pensamento de Eliane Brum, podemos pensar que talvez esses elementos subjetivos que caracterizam suas práticas sirvam como sementeira de um jornalismo menos “árido”, menos duro, menos masculino.

O que sinto cada vez mais é que no fundo, e aqui no Brasil isso é muito verdade, a tática é uma experiência sensorial. É como se o jornalismo fosse o corpo, fosse um corpo do leitor; fosse uma espécie de enviado especial do leitor. O jornalista é o enviado especial do leitor, então **o corpo do jornalista é um corpo para ser trespassado por uma experiência sensorial, cognitiva, com o cheiro, com o que vê, com o que ouve. E essa experiência sensorial deve ser depois transmitida através do texto.** (Coelho, 2012, p. 163, grifo nosso).

Acho que **todo o meu processo foi muito intuitivo.** Eu sempre chego chegando. E hoje eu sempre falo que nunca chego num lugar direto, chego lá saio do carro e entro no Mc'Donalds, por exemplo. Eu fico sempre num canto, porque eu **acho que esses cinco minutos que eu fico num canto olhando para a cena antes de**

interferir na cena é o que faz toda a diferença. Eu acho perfeitamente possível fazer isso no jornalismo diário e eu fazia isso durante 11 anos. (Brum, 2012, p. 75, grifo nosso).

Os mesmos cuidados mantidos para realizar uma boa reportagem devem estar na cabeça, no coração e nas mãos dos jornalistas na produção noticiosa diária [...]. É preciso também perceber que até mesmo a justificativa da pressa e da falta de tempo tem seus limites: matérias tóxicas (ainda que não aparentemente), que difundem preconceitos e naturalizações, que alienam em vez de esclarecer, como coloca Moretzsohn, são muito mais produções de um jornalista cujo olhar sobre o mundo tem limitações não possíveis para quem se habilita a ser um mediador social. (Moraes, 2015, p. 219, grifo nosso).

A resistência aos controles discursivos pode ser percebida nos relatos em que a subjetividade é matéria-prima da prática. Os mitos relacionados ao tempo e a uma submissão às regras deontológicas prescritas para as relações com as fontes, por exemplo, são desmontados pelo exercício de uma prática guiada por outras condições de possibilidade na condução dos métodos.

Talvez ainda presos a **um paradigma tão heróico quanto o da objetividade que quer se transmutar em verdade**, deixemos de simplesmente reconhecer e trazer para a prática e para a escrita jornalística aquilo que foi abraçado sem medo pelo cineasta Eduardo Coutinho em seus documentários. Em uma entrevista, ele sintetiza: “eu não filmo apenas pessoas, filmo uma relação entre mim e o entrevistado”. Significa dizer que, **para dar conta de uma escrita que tente captar as pessoas em sua integralidade, o jornalista precisa estar também aberto ao que acontece enquanto ele se aproxima do personagem, ao potencial transformador desse encontro. Sem estar aberto à compreensão de suas próprias limitações e contentando-se em escrever o já previamente e precariamente escrito, aquilo que, em lugar de transformar,**

mistifica, ele perde a chance de promover a ação do próximo – e de si mesmo. Afinal, ao lado das exigências técnicas e vitais que formam o lastro do jornalismo, não podemos perder de perspectiva: emoção também é informação. (Moraes, 2015, p. 27, grifo nosso).

Como repórter, a gente tem dois instrumentos que são os mais importantes: que é o olhar e a escuta. Eu me considero uma escutadeira da realidade. Hoje, inclusive, eu quase não faço perguntas. Claro, tem matérias e tem matérias, mas eu nos últimos anos comecei a perceber que as perguntas já são uma forma de controle. (Brum, 2012, p. 76, grifo nosso).

Eu tenho trabalhado um pouco nessa linha hoje, aprimorando essa questão da escuta, eliminando as perguntas. Eu vou perguntando depois, assim como quando eu chego em uma comunidade. Eu faço matérias e vou morando em alguns lugares e tal e sempre peço para as pessoas: “Mostra o teu mundo”. Porque o que a pessoa me mostra e o que ela não me mostra são coisas muito importantes para começar a entender como ela entende aquele mundo. Porque eu não sei nada desse mundo. Se eu vou com os meus preconceitos no sentido de achar que eu sei sobre esse mundo, eu só vou aumentar a minha ignorância. Então eu tenho que descobrir como aquela pessoa enxerga aquele mundo. Por que ela me mostra isso e não me mostra aquilo? Por que ela deixa de me mostrar tal coisa? Essas são questões importantes que eu só descubro dessa maneira. Esse é o jeito que eu fui entendendo e aprendendo intuitivamente, no fazer reportagem, no fazer jornalístico. É o jeito que eu trabalho e estou sempre descobrindo alguma coisa nova assim, a partir da experiência mesmo. Eu sou uma repórter muito mais da experiência do que de algum manual ou de qualquer coisa assim, duma experiência acadêmica. A minha construção é muito mais pela experiência, pela intuição. (Brum, 2012, p. 79, grifo nosso).

O jornalismo pode recorrer a recursos literários e cinematográficos e musicais e o que seja para contar uma história. Aquilo que se chama o

jornalismo literário ou novo jornalismo fez uso de técnicas literárias para contar a história. **No caso de “Tahir: os dias de revolução no Egito”, nunca, em nenhum momento, pensei: tenho, por exemplo, a obrigação de ir ouvir a polícia sobre este ponto.** Então, nesse sentido, foi inteiramente livre. **O objetivo era transportar a experiência física de estar na Praça Tahir.** [...]. **Nem sempre é possível contrastá-las [as fontes].** Se estamos fazendo uma reportagem numa praça, quer dizer, vamos contrastar as fontes como? Vamos pensar em ouvir o Hosni Mubarak? Há muitas situações em que isso não faz sentido, é ridículo, até porque **há muitas situações em que as autoridades já tem o seu espaço, o seu espaço midiático.** [...]. Mas há um momento em que eu saio da praça e vou às pirâmides. [...]. **Nas pirâmides os separatistas são críticos em relação à Praça Tahir. E para mim isso foi importante, porque criou uma situação de exterior em relação àquele espaço em que eu estava.** Portanto, saio dali e vou olhar deste outro lugar para a Praça. E isso é importante. (Coelho, 2012, p. 172, grifo nosso).

No jornalismo brasileiro, a fonte tem ocupado uma função previamente concebida com base na posse de três qualidades: autoridade, produtividade e credibilidade. Geralmente tais qualidades são preenchidas pelas fontes oficiais, que ocupam posições institucionais, fornecem a informação mais rapidamente, a baixo custo. Sem proximidade teórica reconhecida a Michel Foucault, as três parecem dele tomar de empréstimo uma certa epistemologização da prática. Desde uma perspectiva foucaultiana, a fonte não corresponde à autoridade, não tem o ônus da prova, nem da verdade e nem terá uma forma jornalística prescrita nos livros de estilo. Em ações dentro e fora das redações, cada uma destas jornalistas desenhou táticas para dar sequência ao trabalho que tem como ponto de convergência a resistência ao modo de objetivação jornalística dos acontecimentos. São ações que se evidenciam na leitura das reportagens e livros de repórter de cada uma das autoras, nas

quais personagens e fontes localizados à margem da sociedade (e do próprio jornalismo) emergem como protagonistas de relatos que igualmente dão uma dimensão mais profunda e permitem uma reflexão crítica de questões mais amplas de nossa sociedade. Em suas relações – via de regra horizontais – com as fontes, essas profissionais dão mostras da capacidade do jornalismo em cumprir com o papel de ampliação e diversificação de vozes que ajudariam a democratizar o espaço público. Mais do que isso, indicam o quanto essa diversificação é potencializadora de melhores encontros com a alteridade e, conseqüentemente, menos amplificadora de preconceitos:

Quando me pedem para me definir, eu digo que **eu sou uma repórter de desacontecimentos**. Eu falo isso como uma provocação. Porque **eu trabalho com as pessoas ditas comuns. Com as pessoas supostamente comuns. As pessoas que nunca seriam notícia**. Em geral, esse é o meu trabalho, é provocar. Porque o que é dado, o que é notícia, não é um dado da natureza como muita gente parece entender. É uma escolha histórica, é uma escolha cultural, uma escolha política, uma escolha econômica. Se assim é, e se eu também sou um ser histórico, eu também posso mudar. E é o que eu tento fazer no meu trabalho. É mostrar porque é que a morte de uns é mais importante do que a morte de outros. Porque é que a morte de uns é estatística e a de outros é manchete. **Então, ao contar histórias de gente comum eu faço essa provocação. Por isso eu digo: eu trabalho com desacontecimentos. E na minha coluna eu tento, e isso parte de uma reflexão comigo mesma, de resistência comigo mesma, porque às vezes eu fico muito mal com algumas coisas, mas eu tento me recuperar.** (Brum, 2012, p.86-87, grifo nosso).

Há, no entanto um fato poderoso que merece ser sublinhado nesse cenário de turbulência e questionamento sobre o jornalismo (fala-se inclusive, sabemos, de seu próprio fim): **estamos diante da possibilidade de um quase renascimento da prática** – e digo

quase porque, é claro, centenas de jornalistas espalhados no Brasil sempre privilegiaram a escuta integral do Outro e a busca pela construção da notícia que tivesse, em sua composição, tanto a apuração precisa quanto o respeito. Jornalistas que sempre entenderam, apesar de pressões e mal-entendidos, que a rotina e as práticas naturalizadas dentro de uma redação não podem subjugar nossa humanidade. Esses profissionais **percebem que o não cuidado com o que mediamos provoca algo extremamente danoso não só para o profissional em si e para a sua fonte ou seu personagem mais direto, mas para a sociedade como um todo. Ao agir de forma apressada e instrumental com o próximo, o repórter termina não trazendo visibilidade a questões que precisam ser discutidas constantemente para serem, então, ultrapassadas, tais como racismo, classismo, homofobia, machismo.** (Moraes, 2015, p. 182, grifo nosso).

A dimensão ética, para essas jornalistas, é sempre perpassada pela relação de alteridade, pelos encontros com os que são considerados outros à margem da sociedade. Uma ética que reconhece explicitamente a dimensão da interpretação de um eu/nós sobre um-outro. Uma ética que reconhece as visões de mundo dos sujeitos-profissionais imbricadas nos processos simbólicos do jornalismo, o que demanda uma permanente crítica e auto-crítica a fim de evitar que, nesses processos, as diferenças sejam transformadas em desigualdade. A ética não é estanque, é movimento e processo dialético; é a reflexividade permanente sobre a prática, o que nos permite exercitar a empatia e a alteridade.

Eu me coloco, não sou daquele tipo de jornalista que acha que paira sobre a realidade, que está acima da realidade. Eu me considero o que eu sou, um ser histórico, inscrito na cultura, falho, portanto, e assim eu vou pra rua. Acho que o movimento do repórter como eu vejo é um movimento de tentar se esvaziar de si o máximo possível, claro que a gente nunca se esvazia por completo. Mas se esvaziar dos nossos preconceitos, das nossas

visões de mundo, do nosso julgamento. A gente sempre tem que lembrar que jornalista não é juiz. E se deixar possuir pela história do outro. Ser preenchida pela história do outro. Se tu vais cheia, não tem como ser preenchida. (Brum, 2012, p.77, grifo nosso).

Eu acho que no jornalismo, na reportagem, os limites devem ser questionados todos os dias, porque não é fácil saber os limites, não tem fórmula pra isso, é uma reflexão constante. Todo dia tu tens que pensar se tu estás infringindo, se estás passando dos limites com as pessoas. Hoje, o meu limite é muito mais claro. **O meu limite é me colocar no lugar do outro.** (Brum, 2012, p. 80, grifo nosso).

[...] o jornalismo não pode refletir apenas sobre seus limites e práticas, mas também sobre que limites e práticas são estes e quais são as possibilidades de rompê-los. [...]. Para absorver essas questões e, mais ainda, colocá-las em prática no exercício diário da profissão, o jornalista – aqui estamos falando de ética, filosofia, subjetividade – deve estar atento a si mesmo, confrontando continuamente seu cabedal ético e moral, ou seja, sua visão particular de mundo, com aquilo que está posto no cotidiano, os fenômenos que nem sempre podem ser explicados de acordo com princípios morais específicos. Dizer isso não é negar nossa própria constituição, nosso histórico de socialização, aquilo que nos torna seres distintos uns dos outros; é, antes, entender nossas limitações para chegar a conclusão de que tal “neutralidade” está tantas e tantas vezes permeada exatamente por esse nosso histórico, ou seja, nunca é neutra em si. Essa reflexão nos ajuda a alcançar com mais amplitude os conflitos impostos no dia a dia e dentro do próprio jornalismo, evitando, assim, o que Karan chama de “tragédia intelectual”, percebida em um sem-número de matérias e reportagens feitas sob o signo da universalidade jornalística, mas que, na verdade, possuem bases fincadas em noções extremamente individuais do(a) profissional. É a noção de uma ética discursiva – ou ética da discussão – que precisa emergir e ser colocada em prática, iniciando e alimentando um processo de alargamento da

consciência individual do jornalista, simultaneamente a uma ampliação do grau de cidadania e de participação política dos indivíduos. Um fenômeno está extremamente imbricado ao outro. (Moraes, 2015, p. 200, grifo nosso).

A horizontalidade é ferramenta de encontro com o outro, a quem se pretende *escutar* e de quem não se *pretende arrancar nada* (Brum, 2012, p.80), muito menos “furar” ou qualquer tipo de ação impositiva ou dominadora. O mundo, a partir do prisma adotado por essas profissionais, não é mais percebido de forma simplista; é um mundo complexo, na qual o pensamento binário se dissolve. A “Verdade” abre espaço para um mosaico de verdades com a *responsabilidade [de] produzir [um] documento de qualidade, que dê toda a complexidade da história que contamos, o maior número possível de verdades e de nuances* (Brum 2012, p. 85, grifo nosso). Em suas práticas, essas jornalistas rompem com o ideário iluminista de “esclarecer”, “explicar” o mundo a partir de uma “verdade” totalitária desvelada por um método apoiado no pensamento binário (os “dois lados”) e baseada num ideário de simplificação e reducionismo que igualmente é autoritário (masculinista) e predomina no jornalismo hegemônico. Ao contrário, ajudam a complexificar os acontecimentos e dão a dimensão do que classificam como um “bom jornalismo”:

Para mim, o jornalismo é tão substantivo que não precisa de adjetivo. Há o bom jornalismo e o mau jornalismo. O que é o bom jornalismo? **O bom jornalismo é aquele que entende que a realidade é muito mais complexa do que aquilo que é dito. Infelizmente boa parte dos repórteres se deixaram reduzir a aplicativos de hábitos em série. E a vida não é isso. Quando tu estás fazendo jornalismo assim, tu estás fazendo algo meio criminoso, reduzindo a vida, reduzindo a complexidade do real. Então, o bom jornalismo é aquele que faz o dito e o não dito, faz os silêncios, que sabe que os gestos, os cheiros, são coisas tão importantes quanto a**

palavra. Então o bom jornalismo trabalha com tudo que é da realidade e leva ao leitor o mais próximo dessa complexidade, para que o leitor possa ir onde ele não foi e o repórter foi e, a partir daí, o leitor faça suas próprias escolhas. (Brum, 2012, p. 89, grifo nosso).

Entre as tantas e diferentes práticas que identificamos como modos de deslocamento da objetivação jornalística, as quais pensamos que esses excertos sejam capazes de demonstrar, salientamos as rupturas paradigmáticas e epistemológicas que as tais práticas parecem indicar, sobretudo com as condições limitantes de pensamento delineadas pelo ideário modernopositivista-masculinista do jornalismo hegemônico. Sugerem pensar um tipo de objetividade capaz de cumprir a função democratizadora das vozes pelo jornalismo. Nesse sentido a subjetividade é resgatada como potencializadora e, nessa ação, o feminino se eleva nas hierarquias de valores como uma racionalidade – e uma prática – subversiva ao masculino hegemônico no jornalismo:

É preciso pensar em um jornalismo que se utilize, sem constrangimentos, de subjetividade, reconhecendo-a como um ganho fundamental na prática da reportagem e mesmo na notícia cotidiana. Nela, são considerados, e não negados, os elementos que escapam da “rede técnica” dessa área do conhecimento. Assume-se que não é possível domar o mundo exterior – e o Outro – em sua totalidade (independente de estarmos lidando com um “fato” ou “acontecimento”), mas que devemos, antes, incorporá-lo, dentro de nossas limitações, às práticas jornalísticas. Assim, englobamos as fissuras e as subjetividades inerentes à vida – o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. É, certamente, um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo. Reconhecer que não somos capazes de guiar comportamentos, falas, sentimentos e situações, aliás, não

prejudica a narrativa jornalística; ao contrário, pode enriquecê-la. Parece óbvio, mas o fato é que grande parte da produção desse campo midiático funciona a partir de um imenso e terrível ato de manipulação e autoritarismo, no qual as pessoas e grupos são praticamente obrigados a se comportar, a responder e mesmo a sentir aquilo que o jornalista – quase sempre apressado ou ansioso para dar conta de algo que está em sua cabeça – quer. **A inclusão daquilo que escapa ao nosso controle não significa o fim do respeito a uma prática/teoria na qual diversas regras da objetividade são vitais, mas acarreta seu necessário amadurecimento e o entendimento de limites teóricos, profissionais e individuais. Significa, enfim, pensar na produção dessa área de conhecimento de maneira dialética** (e aqui não me refiro à dialética marxista, e sim em seu aspecto filosófico, **como pensamento dinâmico que procura explicar a realidade levando em consideração sua complexidade e constante instabilidade. É importante levar em conta que objetividade e subjetividade não podem ser extraídas da produção noticiosa, uma vez que estão imbricadas [...]. A notícia é feita a partir de uma articulação entre essas duas dimensões. Assim, numa prática que reconhece a subjetividade, não são colocados de lado elementos vitais do jornalismo – tais como a pertinência da informação, a checagem minuciosa de dados e fatos, a clareza na escrita – e, importante, não se assume a distorção deliberada do acontecimento (ou fenômeno). Afinal, é no campo da realidade socialmente compartilhada que o jornalismo estabelece seu índice, e, mesmo com a adoção de vários elementos da literatura na escrita, é essa a pedra fundamental da prática jornalística e o que a separa, no fim, da ficção. Dar conta dessa lógica no momento da produção não implica um jornalismo que deixa de lado a “Verdade”, maiúscula palavra vastamente utilizada para exprimir a ideia de excelência e que serve, há séculos, para blindar o próprio jornalista (Apenas relatei a verdade). Aliás, um dos motivos para a resistência em agregar essa prática subjetiva ao trabalho talvez seja a própria desmistificação do papel do profissional da imprensa, fenômeno que vem ocorrendo há muito, quer ele queira ou não (Moraes, 2015, p. 159-160, grifo nosso).**

Algumas considerações mais

Em tempos nos quais se insiste em um possível fim do jornalismo, estamos aqui preferindo discutir a vida que pulsa, se renova e se reinventa em uma mescla entre passado e futuro, mas que no presente talvez esteja sendo opacificada pelas lentes com as quais historicamente aprendemos a enxergar. Neste sentido, destacamos as ações de três jornalistas nos livros de repórter. Para além de uma crítica das práticas, as ações de suas autoras expoentes são transformadoras: dão lugar à autoralidade individual. Nos interessa, igualmente, situar a crítica das práticas jornalísticas e, por diferentes prismas, empreender ações de crítica das práticas. Ao situarmos a crítica das práticas jornalísticas no nível da análise, outros vieses epistemológicos emergem e entendemos como importantes de serem compartilhados como saberes que dão corpo a essa vida que vibra no jornalismo.

Trazer a crítica das práticas jornalísticas no trabalho de Eliane, Fabiana e Alexandra é dar a ver não apenas um conjunto de práticas bem-sucedidas em atuação no jornalismo – o que se confirma pelo amplo reconhecimento profissional das autoras tanto pelo público quanto por seus pares. É igualmente uma oportunidade de perceber que essas boas práticas, essas resistências, essa capacidade de agência, já estão em ação, e em consonância com o que se costuma pensar sobre um devir do jornalismo: ajudam a ampliar e complexificar o olhar, a diversificar vozes e democratizar o espaço público, incitam o pensamento crítico, dão corpo e alma ao jornalismo. Em seus depoimentos, as jornalistas trazem um conjunto de saberes acumulados e, sobretudo, permanentemente refletidos sobre a prática jornalística que permitem novos conhecimentos para o campo, novas perspectivas de pensamento que demonstram uma maior e melhor aproximação com o real.

Estas jornalistas, através de suas práticas (e da crítica das práticas jornalísticas) indicam uma ruptura paradigmática e epistemológica nas concepções sobre o real, a verdade e a objetividade no jornalismo. Responsabilizam-se por aquilo que veem e sabem que o que são capazes de enxergar nunca é a totalidade ou a “Verdade”, mas fragmentos de realidade possíveis de ter sido lidos dentro das condições limitadas e situadas de seus conjuntos de conhecimentos. Ao responsabilizarem-se por aquilo que veem, aproximam-se da objetividade feminista defendida por Haraway (1995, p. 12), para quem “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados”, indicando a perspectiva parcial e limitada do conhecimento que produzem. Fazem emergir os “saberes sujeitos” no campo, nos moldes do que Foucault nos ensina:

[...] blocos de saber históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pode fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição. [...] Por ‘saberes sujeitos’, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. (Foucault, 2000, p. 11-12).

Em uma perspectiva de gênero, as práticas jornalísticas desempenhadas pelas autoras fazem emergir o feminino interdito e inferiorizado nas hierarquias de valores do jornalismo, o que nos indica outras possibilidades de prática. E, igualmente, sugerem lentes mais complexas pelas quais a realidade e os sujeitos podem ser observados, demonstrando a incapacidade que as lentes forjadas no século XIX possuem para uma leitura do mundo no século XXI. Por esse prisma, certamente não se dá ao acaso que tal regime de pensamento e

lógicas seja descrito e operado por mulheres que, assim como o feminino, historicamente ocupam as bases das estruturas de poder e de prestígio no campo. “Não por acaso”, significa dizer que para as mulheres talvez seja menos diicultoso fazer emergir os atributos historicamente convencionados como femininos (a cooperação, o cuidado, a subjetividade, a emoção, a escuta, etc.) em função do processo de socialização e modos de subjetivação na cultura dominante. Entretanto, cabe ressaltar que, na perspectiva de gênero aqui adotada, nos interessa discutir o fato de que os atributos convencionados como masculinos (força, razão, objetividade, verticalidade, dominação, etc.) são aqueles que possuem melhor valor, maior poder e maior prestígio, tanto na sociedade de modo geral, como no jornalismo em particular, independentemente de se exercitados por homens ou mulheres. Nesse sentido, pode-se compreender que, apesar de o jornalismo brasileiro ser composto majoritariamente por mulheres (64%), as desigualdades de gênero permanecem na distribuição do poder e do prestígio. Esse dado pode ser observado tanto em relação aos rendimentos entre homens e mulheres, como na observação de quais os atributos de gênero (independente do sexo/gênero dos jornalistas) são mais bem valorizados para que se possa chegar ao topo.

Em relação aos rendimentos dos jornalistas, por exemplo, a pesquisa “Quem é o jornalista brasileiro?”⁹ (2012), ao indicar que 64% do/as profissionais são mulheres, demonstra uma desigualdade com relação aos homens: as mulheres eram maioria em todas as faixas de até cinco salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a cinco salários mínimos. Os dados apontam que, enquanto 50% dos homens ganham menos de 5

⁹ A pesquisa “[Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no Brasil](#)” foi realizada em 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

salários mínimos, essa é a realidade de 65,5% das mulheres; bem como o percentual de quem recebe mais de 5 salários é de 46% para os homens enquanto apenas 31,9% das mulheres têm ganhos acima de 5 salários.

Na pesquisa de Veiga da Silva (2014) pode-se perceber que os atributos de gênero convencionados como masculinos eram parte das características reconhecidas como capazes de dar maiores e melhores condições para ocupação dos cargos de poder e de prestígio nas hierarquias do jornalismo, o que majoritariamente privilegiava os homens, mas também eram atributos acionados ou reconhecidos em mulheres que chegavam ao topo. Nessa mesma pesquisa pode-se perceber que não apenas os sujeitos eram reconhecidos pelos atributos masculinos na ocupação do poder e do prestígio, mas as próprias notícias são constituídas de gênero e obedecem à mesma hierarquia vigente nas convenções de gênero e poder da sociedade, cujo masculino ocupa o topo: na hierarquia das notícias, as que possuem maior valor são as *hardnews* (notícias duras, fortes, relacionadas a campos historicamente masculinos, tais como economia, política, polícia) e preferencialmente eram indicadas para serem realizadas por homens, mas não quaisquer homens, e sim aqueles reconhecidos por seus pares pelos atributos da coragem, da força, da competitividade, enfim, daquilo que socialmente associamos ao masculino. As poucas mulheres indicadas igualmente eram identificadas como detentoras de tais atributos “masculinos”.

Tomar gênero como uma categoria epistemológica e perpassada pelo conceito de poder nos ajuda a pensar as relações de poder inclusive e para além dos corpos e identidades dos sujeitos, e assim perceber como todas as coisas do mundo possuem um valor relativo a gênero. Conceitualmente, significa retirar o foco “das origens da opressão universal feminina”, vastamente privilegiada pelos estudos de gênero, e que, segundo Rosaldo (1995, p. 23), “acabaram apenas contrastando e

insistindo repetidamente em diferenças presumivelmente dadas entre homens e mulheres, [para um prisma que privilegie] perguntar como essas diferenças são elas mesmas criadas por relações de gênero”. Nesse sentido, o conceito é aqui utilizado “com referência não a limitações biológicas, mas sim [focalizando as] formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social” (Rosaldo, 1995, p. 22).

Compreendemos, portanto, que as práticas jornalísticas aqui analisadas demonstram uma resistência aos regimes de poder-saber masculinistas vigentes de forma predominante na sociedade, na cultura, na ciência e também no jornalismo. Fazem emergir com maior valor atributos historicamente convencionados como femininos e inferiorizados nas hierarquias do jornalismo e, ao subverter a lógica positivista-masculinista dos modos de objetivação jornalística, dão pistas de práticas jornalísticas capazes de proporcionar melhores encontros com a alteridade e melhores condições de não transformar diferenças em desigualdades. E suas práticas nos parecem ser um bom “receituário” para os novos e necessários óculos (Bourdieu, 1997) a serem utilizados no – e para as leituras do – jornalismo.

Referências

BONETTI, Aline. Antropologia feminista: o que é esta antropologia adjetivada? In: BONETTI, A.; SOUZA, Â.M.F.L. (Orgs). *Gênero, mulheres e feminismos*. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011, p. 53-67.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRUM, Eliane. Eu sou uma escutadeira. In: MAROCCO, B. (Org.). *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 71-92.

COELHO, Alexandra Lucas. Uma ponte entre a escrita e o mundo. In: MAROCCO, B. (Org.). *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 157-179.

CRESPI, Franco; FORNARI, Fabrizio. *Introdução à sociologia do conhecimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012

GENRO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê! 1987.

GROSGOUEL, Ramón. [Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial](#). *Contemporânea*, Revista de Sociologia da UFSCar, v. 2, n. 2, 2012, p. 337-362.

HARAWAY, Donna. [Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial](#). *Cadernos Pagu*. v. 5. Campinas: Ed. Unicamp, 1995, p. 07-41.

IJUIM, Jorge Kanehide. [Imprensa e preconceito: o pensamento abissal nos meios de comunicação e a deslegitimação de grupos sociais](#). *Revista Estudos em Jornalismo*, n. 2, p. 48-60, dez. 2013.

MAROCCO, Beatriz. *Ações de resistência no jornalismo*. Livro de repórter. Florianópolis: Insular, 2016.

MAROCCO, Beatriz. *O jornalista e a prática: entrevistas*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

MAROCCO, Beatriz. [Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas](#). *Revista Contracampo*, Niterói, n. 22, fev. 2011, p. 116-129.

MAROCCO, Beatriz. [Os procedimentos de controle e a resistência na prática jornalística](#). *Galáxia*, São Paulo, n. 30, p. 73-85, dez. 2015.

MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: UFSC, 1992.

MORAES, Fabiana. *O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

PONTES, Felipe. [Teoria e história do jornalismo: confluências e divergências das teorias do jornalismo e da história](#). *Interin*, Curitiba, v. 10, n. 2, 2010.

RAGO, Margareth. [Epistemologia feminista, gênero e história](#). In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

ROSALDO, Michelle. [O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural](#) *Revista Horizontes Antropológicos*, Dossiê Gênero, n. 1, 1995.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, A.A.A.; SARDENBERG, C.M.B. (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.

SCOTT, Joan W. [Gênero: uma categoria útil de análise histórica](#). *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez., 1990, p. 5-22.

SILVINO, Alexandre Magno Dias. [Epistemologia positivista: qual sua influência hoje?](#) *Revista Psicologia, ciência e profissão*, v. 27, n. 2, 2007, p. 276-289.

TEMER, Ana Carolina Rocha; ASSIS, Francisco de; SANTOS, Marli dos. [Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito.](#) *Revista Media e Jornalismo*, v. 14, n. 2, Coimbra, 2014.

VATTIMO, Gianni. *Adeus à verdade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade*. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – UFRGS.

VIEIRA, Karine M.; VEIGA DA SILVA, Marcia; FURTADO, Thaís. As narrativas de si e os modos de operar na construção das práticas jornalísticas por jornalistas. In: MAROCCO, B. (Org.). *Entrevista na prática jornalística e na pesquisa*. Porto Alegre: Libretos, 2012.

.....
Publicado originalmente em:

Brazilian Journalism Research, Brasília –DF, v. 14, n. 1, abr. 2018. ISSN 1981-9854. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1029>.

.....

O jornalista e o Outro: sobre os vestígios da sondagem e da escrita

Reges Schwaab
Angela Zamin

Não sei o que seja a nossa gente, mas a minha gente inclui brasileiros, palestinos, israelitas, afegãos, mexicanos, açorianos ou transmontanos, e é com todos eles que escrevo, seja de onde for. (Coelho, 2014, s/p).

As travessias que caracterizam o fazer do repórter e possibilitam que algo seja dito sobre o tempo e o espaço tomam forma pelo apoio em vestígios recolhidos pelo caminho, o que reacende, permanentemente, o desafio de pensar a escrita jornalística e as outras escrituras possíveis pela necessidade de dar conta do contemporâneo e das suas emergências. Reside aí significativa parcela do algo que “inter-essa”, na expressão de Bhabha (2002), ou seja, do movimento reflexivo em torno de uma ação mais respeitosa para com as coisas do mundo.

O narrar como ação convida a pensar de forma radical a inter-relação entre os sujeitos e a essência da comunicação. Assim, ao trilhar os caminhos do jornalismo, a tarefa “é encontrar uma forma de dar conta da comunicação que não

apague o curioso fato da alteridade que está no seu centro, nem a possibilidade de fazer coisas com as palavras” (Peters, 1999, p. 21).¹ A situação de interação e a consciência da percepção do Outro “cria um novo coletivo – na relação com o outro já não se trata de um e de outro, mas dos dois tomados em conjunto” (França, 2010, p. 46). Há, portanto, um elemento fundador inescapável: “a existência do olhar do outro, a imprevisibilidade da intervenção do outro e a possibilidade/necessidade dos sujeitos de se colocar no lugar do outro” (2010, p. 47).

No espaço teórico intercalar que tais proposições permitem, o intuito é trabalhar a relação do jornalismo com questões do contemporâneo. Para tal, tomamos como eixos conceituais o Outro, o tempo e a narrativa. Neste texto, o recorte considera o trabalho da jornalista e escritora portuguesa Alexandra Lucas Coelho em três livros – *Caderno Afegão* (2009), *Viva México* (2013) e *Tabrir: os dias de revolução no Egito* (2011) – explorando o que essas obras nos dizem sobre o jornalismo e seus processos.

“O jornalismo foi uma travessia que me permitiu fazer esta ponte entre a escrita e o mundo, que me permitiu viajar e ver o mundo. E aprender a ouvir as pessoas e aprender a olhar para as pessoas”, contou a jornalista em entrevista (Coelho, 2012, p. 158). Foi a vontade de escrita, alimentada pela leitura, bem como o desejo de trilhar o mundo que a levaram ao jornalismo periódico. Na época, em 2011, refletiu ela, seu movimento era tomar de volta o caminho dos livros como espaço de produção, já que neles seria possível dar conta, com mais amplitude, das complexidades do nosso tempo. Pistas como essas alimentam a “fundação de possíveis edifícios outros” (Bhabha, 2002) para tensionar o jornalismo como objeto.

¹ The task is to find an account of communication that erases neither the curious fact of otherness at its core nor the possibility of doing things with words (Peters, 1999, p. 21).

Escrita e mundo

“A raça humana é / uma semana / do trabalho de deus”. A canção de Gilberto Gil marca o final de *Caderno Afegão* (2010), relato da viagem de Alexandra Lucas Coelho ao Afeganistão, em 2008, como enviada especial do jornal português *Público* e da rádio *RDP Antena 1*, e publicado inicialmente em 2009. As imagens da capital Cabul, já no voo de retorno, se mesclam aos versos do cantor brasileiro e dão os últimos acordes de um movimento da jornalista por narrar de forma privilegiada a vida civil que resistia aos anos de conflito.

Já em *Viva México* (2013), originalmente publicado em 2010, Coelho vai ao sul da América do Norte ouvir histórias que transcendem às contadas pelos guias oficiais. O tempo que ela registra na empreitada é fruto da experiência do que viria ser, para ela, o tempo mexicano, um cruzamento da chegada dos conquistadores, da violência, da *fiesta*, do movimento humano gravado nas pedras das catedrais e praças, da fala anônima, um presente-passado a girar. “Não sei nada sobre o México e tenho uma mochila” (Coelho, 2013, p. 19), conta ao abrir o livro. “Não sei nada sobre o México *aborita* [...], mas tenho alguns amuletos” (2013, p. 22), completa após o primeiro dia. É um lugar em que tudo coexiste, registra a jornalista, onde o próprio corpo faz parte daquela amálgama.

Alexandra define seu gesto de narrar pela força do encontro e da voz que encontra lugar, localizando o potencial da narrativa jornalística que se abastece e se deixa afetar pela presença do Outro:

Aquela pessoa tem uma história. Então, este é um sentido político, se quisermos ter um sentido político, que é que não existe eu e o outro, não existimos nós e eles, porque cada pessoa é cada pessoa. É ela. E acho que se percebe isso no movimento de ir ao mundo e

voltar. É perceber isso, é perceber como, em cada um, existe uma história inteiramente digna e profunda e com lições e com reações e com medos e com afeto. [...] o jornalismo tende a perpetuar umas ficções, uns borrões da realidade que não são o real; e a tentativa que o jornalismo deveria ainda praticar [...] é de justamente, tocar esse real que fica escondido e que fica oculto nesse borrão em que as pessoas não se destacam. Em que as pessoas ficam na massa, uma espécie de argamassa, em que são todas iguais, ou então são simplesmente uns, umas generalizações, ou muçulmanos ou os judeus, os favelados. O que me interessa é recortar cada fragmento dessa imagem e, com uma espécie de lupa, olhar para ela, com uma noção do seu contexto, mas tendo a noção de que ela é absolutamente singular. E isto é político. Ao dar dignidade a cada pessoa, independente do seu contexto, temos que estabilizar um valor inteiro, e isso é político. Isso retira da ficção, do borrão. (Coelho, 2012, p. 160-161).

A reflexão registrada nesse trecho se dá alguns meses depois da experiência de fevereiro de 2011, ainda incumbida da apresentação ao público do livro *Viva México*. É quando a jornalista pede férias do jornal *Público* e vai ao Cairo misturar-se ao movimento popular que emergiu no princípio daquele ano, tendo uma praça como lugar, experiência que resultou em *Tabrir: os dias de revolução no Egito* (Coelho, 2011). Segundo ela, a cobertura jornalística dá lugar a um relato diário dos dias antes, durante e depois da queda de Hosni Mubarak, na comunhão da praça, das barracas, do sinal de internet emprestado, da resistência e do triunfo humano, em uma narrativa que quer captar o efeito político e ético da “insatisfação”. Alexandra esteve na Praça Tahir entre 5 e 14 de fevereiro de 2011. Apesar da ressalva da autora de que não se trata exatamente de uma cobertura jornalística, parte do texto, antes do livro, foi

publicada pela revista alemã *Lettre International*. Nos dias no Cairo, a rede *Facebook* foi o canal usado pela portuguesa para compartilhar imagens e comentários.

Dos livros

Ao tomarmos os livros escritos por jornalistas como lugar para a observação e análise da relação entre a narrativa, o tempo e o espaço do qual se ocupa, partimos da noção de “livros de repórter”,² proposta por Marocco (2001) a partir de dois conceitos foucaultianos: prática e comentário. Em Foucault (2005, p. 136), o conceito de prática liga-se aos espaços institucionais, como as prisões e hospitais, e às práticas discursivas que deles se originam, possibilitando discutir dimensões de exterioridade, regularidades que organizam o fazer, sistemas de ação. Aqui, interessam-nos as redações jornalísticas. “La racionalidad de una práctica es el conjunto *abierto* de acontecimientos históricos múltiples – conjunto en que se anudan formas de pensar y formas de hacer – que la hacen aceptable o evidente en un momento dado, es decir, que la hacen existir históricamente” (De La Higuera, 2013, p. XVI-XVII, grifo no original). Junto está a noção de comentário, “a forma da *repetição* e do *mesmo*” (Foucault, 2006, p. 29), que o francês localiza em textos religiosos e jurídicos; algo que Marocco (2008, 2011) desloca para os textos fundantes do jornalismo, os manuais que moldam o fazer, as normas do trabalho.

² É usual que o estudo de livros escritos por jornalistas seja demarcado, de modo não consensual, pelas noções de livro-reportagem, romance reportagem, jornalismo literário, literatura de realidade, jornalismo narrativo, novo jornalismo e jornalismo gonzo. Aqui, todavia, os livros são tomados pelo conceito de livro de repórter justamente porque se ocupam criticamente do próprio jornalismo.

Objetivados como prática e comentário, os “livros de repórter” permitem acessar o saber jornalístico, por uma parte; condições de possibilidade, relações entre domínios do saber, por outra. Importante considerar que a mediação exercida pelo jornalismo lhe permite produzir um determinado saber. Segundo Castro (2009, p. 394), “Foucault entende por saber as delimitações das relações entre: a) aquilo que se pode falar em uma prática discursiva (o domínio dos objetos); b) o espaço em que o sujeito pode situar-se para falar dos objetos (posições subjetivas); c) o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados, em que os conceitos aparecem, são definidos, aplicam-se e se transformam; d) as possibilidades de utilização e de apropriação dos discursos”. O termo saber, assim como poder, não tem outro papel que o metodológico para evitar jogar com a perspectiva de legitimação como fazem os termos conhecimento e dominação.

Saber aponta para regras normativas que são aceitáveis num momento dado e em um domínio preciso; integrando relações de poder que recobrem toda uma série de mecanismos particulares, definíveis e definidos, efetuadas por meio do discurso, dos valores que preceituam normas de conduta. Não há saber sem poder.

O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. [...] O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu. (Foucault, 2004, p. 183-184).

É interessante contrapor essa perspectiva com o esforço que o próprio Foucault faz para que o jornalismo se desloque de

seu lugar hegemônico e possa abarcar o presente por outra lógica. No artigo *As reportagens de ideias*, publicado originalmente em novembro de 1978 no jornal italiano *Corriere della Sera*, Foucault (2008, p. 50) afirma que “é preciso assistir ao nascimento das ideias e à explosão da força delas [...] dentro dos acontecimentos nos quais elas manifestam sua força, nas lutas que se travam pelas ideias, contra ou com elas”. Aponta, conforme Marocco (2008), para dois movimentos: (a) uma modificação na concepção de fonte jornalística e no trabalho a ela dispensado, e (b) uma crítica à ordem hegemônica; conseqüentemente, ao saber e ao conjunto de práticas jornalísticas que, em seu interior, se impõem. Assegura que, no mundo contemporâneo, fervilham ideias “em escala mundial e entre as minorias ou entre os povos que a História até hoje não deixou falar nem se fazer escutar” (Foucault, 2008, p. 50). Para tanto, experimentou um movimento em que jornalistas e intelectuais, juntos, trabalharam na confluência de acontecimentos e ideias. Experimentou narrar.

Aqui, os livros escritos pela jornalista Alexandra Lucas Coelho são debatidos a partir do duplo deslocamento em relação ao jornalismo proposto por Foucault (2008). Se o jornalismo assume, com todos os seus riscos, um compromisso inescapável com o tempo, pensar o fazer e o narrar que tomam forma nos espaços midiáticos como empreendimento em singular relação com o próprio tempo e as questões intrínsecas a ele é salutar. A herança foucaultiana pode falar mais uma vez, no sentido de que se faça trabalhar a narrativa pela força de uma produção heterotópica, em busca dos possíveis fragmentários, alimentando lugares e espaços inerentes a uma outra escrita jornalística, o que completa um círculo de entendimento sobre os livros de repórter. Eles poderiam ser tomados como “outros espaços” (Foucault, 2009), lugares de fuga que permitiriam alargar a compreensão sobre discursos e sujeitos. Por heterotopia, Foucault designa um “espaço possível”, a

coexistência de um “grande número de mundos possíveis fragmentários”, ou simplesmente espaços incomensuráveis que são justapostos ou superpostos.

Para Harvey (1996), a heterotopia é a imagem apropriada para capturar o que a ficção, em geral, esforça-se por descrever. E na esteira da narrativa, o encontro da ficção e do jornalismo é, justamente, um dos pontos mais explorados no estudo dos livros escritos por jornalistas.³ À luz das proposições de Ricoeur (2010a; 2010b), com o deslocamento de suas construções para a comunicação, podemos dizer que o jornalismo se entrelaça e ganha forma pela herança e reconfiguração de aspectos das narrativas histórica e ficcional que, por sua vez, bebem uma na outra, exatamente naquilo que o pensador nomeia como o campo mais largo do discurso narrativo.

Narrar e fazer

No âmbito da experiência partilhada, a narrativa sonda, de forma intermitente, o tempo e o espaço, alimentando a produção de novos sentidos no círculo hermenêutico que dá base para a ação dos sujeitos. Tomar o contemporâneo como horizonte significa que o jornalismo pode distender o presente em todos os seus tempos e relacionar-se com outras questões, uma vez que o ato de narrar se articula na relação entre o tempo do mundo e o tempo vivido (Ricoeur, 2010b). Assim como outras modalidades de dizer, o jornalismo também consegue transpor esse tempo por conexões específicas que o tornam

³ Schneider (2013) explora as “ficções sujas”, cotejando o romance-reportagem, o livro-reportagem e a combinação de técnicas de apuração jornalística e recursos estilísticos da literatura.

maleável.⁴ A narrativa é a possibilidade do discurso estendido sobre a ação, permitindo falar de coisas que acontecem não apenas no tempo, mas também ao longo do tempo, incluindo causas e consequências, mesmo que distantes cronologicamente. Ela é, desse modo, o grande comutador de sentido que opera em todos os níveis da realidade.

As ações narrativas, como os eventos narrativos, transcendem o fato de que alguma coisa acontece: tratam de algo que é feito de coisas que acontecem e que têm consequências para a história contada. Para Pellauer (2013, p. 77), “é o fato de que as ações narradas criam uma diferença, trazem alguma mudança à história sendo contada que sugere pensarmos nelas como um ponto em uma sequência”. Essa dimensão da narrativa no universo da comunicação requer profundidade e empatia com a alteridade, afirma Petters (1999), solicitando entender até que ponto estamos prontos para encarar o humano inevitavelmente como o que é diferente.

É por isso que a dimensão da alteridade continuamente se apresenta como tema crucial para o jornalismo. Como relembra Marcos (2007), a comunicação humana nunca deixará de ser fato tensional. Sua questão será sempre o Outro, um inquieto que convida ao fim da distância ao mesmo tempo em que se constitui como limite à aproximação.

À luz deste desafio, o narrar deve ser tomado pela sua possibilidade de ruptura do mesmo, quando interrompe o que estava, quando “abre a possibilidade do possível” (Marcos, 2007). O Outro permanece no horizonte como o que não é absolutamente transparente, infinitamente *Outro*; sondar, narrar e reconhecer, no entanto, são gestos inerentes e ininterruptos no cotejamento da distância, permitindo que os quadros de referência se abram. A reciprocidade do reconhecimento entre

⁴ Ricoeur não discute mídia e jornalismo, trata-se de um olhar tentativo posterior da área de comunicação.

os sujeitos é a exigência ética mais profunda, ou o que resta a ser pensado, ressignificando uma proposição de Bhabha (2002, p. 21), num “desejo repetido de nos reconhecermos duplamente como descentrados dos processos solidários e como agentes de mudança conscientemente comprometidos”, o que certamente interroga nossos objetos de outro modo.

No jornalismo, a presença do Outro requer habilidade, como quando é necessário dosar a curiosidade e a necessidade de perguntar com o risco a que se pode expor a fonte, o que vemos representado por alguns dos sujeitos que a jornalista encontra. É o caso, por exemplo, da troca dos nomes de médicas e parteiras afegãs como forma de proteger suas identidades. Ou neste, também em *Caderno Afegão*: “No meio destas 20 camas de um hospital do governo não há condições para lhe perguntar, através de tradutor, se a sua aldeia apoia os *taliban* e qual é a sua própria posição” (Coelho, 2010, p. 198). Em *Viva México*, são os imigrantes e refugiados reunidos na cidade de Ixtepec, vindos da Guatemala, Belize, Honduras e El Salvador, que sintetizam o rosto do Outro quando a jornalista é a eles apresentada:

“Hoje temos aqui uma pessoa que tem algo em comum convosco: é a primeira vez que está no México”. Apresentam-me. “Quantas pessoas aqui estão pela primeira vez no México?”. Praticamente todos levantam a mão. “Então, já são companheiros em algo”.

Alejandro Solalinde sabe que todas estas pessoas terão razões para não confiar em ninguém. Explicar-lhes quem é a estranha que toma notas é uma forma de respeito. [...] E assim a estranha pode ficar invisível.

Não seremos companheiros, mas já estivemos mais longe. Volto as costas, porque me caem lágrimas pela cara. (Coelho, 2013, p. 283).

Em *Tabrir*, a sensibilidade de captar o que está para além das palavras aflora, e o encontro com as fontes rompe com uma lógica de coleta de dados. O mais importante requer tempo, não se traduz em números, como no diálogo com o manifestante Mahmud, de 24 anos:

Pausa. Está a fazer um esforço para não se emocionar. É a falta de sono, o alerta constante, a adrenalina de mudar o próprio destino, de subitamente ser soberano.

“Ficaremos aqui até a morte. Estou falando a sério”.

Mal diz isto fica com os olhos cheios de lágrimas, mas continua a olhar em frente, como um jovem soldado apertando os músculos do rosto. E as lágrimas a caírem, sem uma palavra. (Coelho, 2011, p. 21).

Os relatos emergem por uma capacidade de percepção que tira força dos personagens que encontra, mas não nega a eles dividir o protagonismo na estruturação do que contar: “Revolução também é isso: o rosto do Novo Oriente Médio ser Gigi, Medo, Obada, Khaled. O Ocidente descobrindo que pode ser o Outro. Mais, que gostava de ser o Outro” (Coelho, 2011, p. 76-77). Também é presente em seu trabalho, reiteradas vezes, o olhar para o jornalista enquanto Outro; recortes que vão revelando não só maneiras de construção do trabalho, mas uma busca pela ampliação de suas redes informativas e pela diversidade de relatos que possam compor a experiência de reportagem:

Perto das 6h, aparece um jornalista da TV Índia. “Isto não é espantoso?”, diz, naquele inglês que só se fala na Índia. Mas eu sou a única que lhe dou réplica. Do ponto de vista destes jovens, a Índia não é a Turquia nem o Brasil, e nem sequer tem um Cristiano Ronaldo. Sobretudo, tem estado do lado errado, politicamente. (Coelho, 2011, p. 60).

Eu fiz contacto para um *embedment* em Kandahar, quero ver o que as tropas fazem, mas também quero fazer uma viagem a Kandahar para estar entre os afegãos. Imagino que Jean [McKenzie] tenha contatos. (Coelho, 2010, p. 61, acréscimo nosso).

Se às redacções do mundo estão a chegar *takes* da Associated Press com as últimas notícias de Kandahar, foi Nur Khan quem os mandou. Recomendaram-no como o melhor jornalista da região. Pago-lhe 200 dólares por cinco horas de guia-intérprete a partir de agora. Não tenho medo, estou tranquila. (Coelho, 2010, p. 221).

Os dois irmãos [Yaqub Ibrahim, 27 anos, e Sayed Parwez Kambakhsh, 23 anos, o afegão condenado à morte], ambos jornalistas, escreveram artigos que não terão caído bem entre grupos de poder local [...]. Crê que a verdadeira causa é política, e que foram sobretudo os seus textos que levaram o irmão a ser preso. Já fora ameaçado antes. (Coelho, 2010, p. 280, acréscimo nosso).

Expressa-se com grande autoconfiança Yaqub [Ibrahim]. Não será possível aos jornalistas afegãos sobreviverem de outra maneira. Vários foram ameaçados, despedidos e mesmo mortos. (Coelho, 2010, p. 284, acréscimo nosso).

Nos dias anteriores à minha chegada foi pior. Muitos dos jornalistas estrangeiros que tentavam entrar na praça Tahrir tornaram-se presas de caça. A ofensiva do regime incluiu apelos sanguíneos nos meios de comunicação, destruição de equipamentos, detenções e agressões. Um jornalista egípcio foi morto. (Coelho, 2011, p. 17).

Ao configurar o acontecimento em sentido, à luz de uma tríplice mimese (Ricoeur 2010a; 2010b), a narrativa instaura a

relação entre o mundo do autor, do texto e do leitor (Resende, 2009). E na singularidade que permeia o narrar jornalístico, essas conexões mais amplas com o particular e com o universal (Carvalho, 2012) surgem como potencializadores da mediação.

Ao dizer que o “passado não tem preço, o presente está em saldo” (Coelho, 2013, p. 29), quando se refere ao México, a jornalista portuguesa sublinha que o choque entre o velho e o novo mundo serão marcas da narrativa que apresenta. Suas experiências anteriores, igualmente, aparecem nos livros, a somar força para que contextos diversos se completem para o leitor e pontos entre diferentes espaços e tempos possam ser ligados. Sua viagem a Gaza, por exemplo, narrada em *Oriente Próximo*, de 2007, permite conexões com vivências no Egito de 2011:

As Pirâmides estão fechadas e os camelos bocejam. Conseguem imaginar um milhão de turistas fugindo? Foi o que aconteceu no Egito.

Mas e este homem com sua câmera digital entre as grades do portão, a ver se as duas Pirâmides maiores cabem no enquadramento?

[...]

“Estamos há 16 dias no Egito. Íamos ficar apenas duas semanas, mas com esta situação não sabemos quando voltaremos ao meu país”.

Que, na verdade, não é um país.

“Vimos da Palestina. De Gaza”.

Talvez só mesmo alguém de Gaza possa tirar fotografias das Pirâmides em pleno estado de emergência, pois o que é um estado de emergência para quem só conhece o estado de emergência? (Coelho, 2011, p. 41-42).

Nos livros, encontramos exemplos de um trabalho interpretativo, de mediação, que faz um cotejamento entre o particular e o universal, reiterando as singularidades da escuta

que a jornalista portuguesa promove. Em diversos momentos, as percepções são por ela amarradas, talvez, na tentativa de captar reflexos do presente que irrompe:

E tudo aqui é tão menos assustador por ser a vida de todos os dias. Cabul parece perigoso visto da Europa, depois Kandahar parece perigoso visto de Cabul, depois Arghandab parece perigoso visto de Kandahar. E no fim de tudo há sempre homens que vendem bebidas de lata ou têm pomares, homens e crianças descalças a tentarem viver num país sacudido por 30 anos de guerra fria e quente. (Coelho, 2010, p. 225).

À Al Qaeda interessa dividir. O que vejo na praça Tahrir, desde o primeiro momento, é o contrário: jovens mas também os pais deles, e os avós; muçulmanos mas também cristãos; religiosos e laicos; pobres e ricos; analfabetos e intelectuais; homens e mulheres. Pensando bem, creio que nunca via uma praça que fosse tanto um microcosmo humano. E isso tem lugar exatamente aqui, na capital de um mundo que desde o 11 de Setembro é visto como inimigo da civilização. (Coelho, 2011, p. 20).

Claro, o mundo inteiro viu a praça [Tahrir] na televisão. Mas agora pensem em meio milhão de pessoas querendo ser um milhão, e no som disso à nossa volta. A praça é um cânone de canções e *slogans*, gritos e discursos, apelos e anúncios, constantemente entrelaçados. (Coelho, 2011, p. 24).

O olhar da jornalista para os lugares e seus sujeitos é construído para além dos procedimentos da entrevista. Alexandra preserva como fontes de pesquisa material ficcional e não ficcional sobre os lugares que visita. É assim que vão despontando em seus relatos trechos, ideias e referências a poetas, romancistas, historiadores e jornalistas. Os livros não são

apenas um modo de preparação para o trabalho, mas participam de todo processo, revelando traços do seu método de sondagem da realidade:

Então, a segunda vez que aterrei no Cairo foi em novembro de 2002, com a mesma mala cheia de Durrell, Kavafis, Forster, Plutarco. (Coelho, 2011, p. 14).

Reconheço nomes [de lugares] dos livros de viagens. (Coelho, 2010, p. 21, acréscimo nosso).

Escreveu Ibn Nattuta, viajante dos viajantes, lá no século XIV. (Coelho, 2011, p. 13).

Leio *The Mirage of Peace*, o livro de Jolyon Leslie e Chris Johnson, o capítulo em que eles descrevem o impacto da globalização na cultura afegã: TV, pornografia, música *pop*, numa nação que assenta na família e assentava na rádio para saber do mundo exterior. (Coelho, 2010, p. 277-278).

Leonardo lembra um livro de Paz que justamente tenho comigo porque faz parte da edição alargada de *El Laberinto de la Soledad* que em Lisboa meti na mochila (Coelho, 2013, p. 37).

Leio o livro de Glória Muñoz sobre os zapatistas enquanto o ecrã passa desenhos animados de abelhas, naturalmente dobradas em espanhol. (Coelho, 2013, p. 263).

Octavio Paz descreve os mexicanos como o mais solitário dos povos, perpetuamente incapaz de transpor e ser transposto. Por isso, e por tudo e por nada, existe a *fiesta*. É uma necessidade orgânica, a descarga. (Coelho, 2013, p. 363).

Os apontamentos sobre o trabalho de Alexandra Lucas Coelho permitem visualizar o espaço de entremeio que caracteriza o jornalismo e nos remete a outras possibilidades narrativas, algo que, justamente, se materializa pela estreita relação do jornalismo com a história e a ficção,⁵ temas bastante debatidos na literatura da área da comunicação. Ao mesmo tempo, um retrabalho da crítica de Benjamin (1994) sobre a perda da narrativa tradicional em detrimento do discurso informativo pode ser alimentado por uma escuta aproximada daquelas construídas a partir dos restos e das sobras. Para Gagnebin (2013), os “cacos” e as “migalhas” como objeto de interesse são a representação da força da narrativa vinda dos vestígios. A despeito de grandes discursos, as pequenas coisas são potência para a narrativa, algo que os livros escritos por jornalistas, pelo seu duplo movimento e suas características, podem dar a ver.

Em *Viva México* (2013), Coelho traz o tempo como possibilidade de compreensão de um país que ela não encontra na abordagem cotidiana do jornalismo, tampouco nos guias oficiais. É um cruzamento da chegada dos conquistadores, da violência, da *fiesta*, do ritmo das praças, da fala anônima das ruas:

E quando enfim chegamos à praça, o extraordinário é que vemos as três culturas juntas e cada uma delas parece não ver as outras: o recinto relvado cheio de templos aztecas, um pouco abaixo do chão; a igreja colonial ao

⁵ Ricoeur (2010b) encara o tempo como algo humano, fruto da ação e do sofrimento na história contada. No caso da disciplina História, o tempo humano pode ser relacionado ao tempo histórico, que se coloca entre o tempo vivido e o tempo cósmico pela inscrição daquele neste. A ficção permite a percepção de como a narrativa reconfigura o tempo. A variedade narrativa do romance amplia a esfera social na qual se desenrola a ação por dar atenção a pessoas comuns, com ênfase na complexidade social e psicológica, proporcionando um entendimento maior sobre o mundo.

fundo, como se tivesse acabado de cair do céu; a enorme praça ao lado, entre edifícios contemporâneos.

Três imagens no mesmo espaço, mas não no mesmo tempo. No tempo europeu, as construções vão-se somando, no tempo mexicano parecem existir em paralelo. Não há sequência, há simultaneidade. Somo nós a ligação entre elas.

Octavio Paz chamou-lhes “três desmesuras numa desolação urbana”. (Coelho, 2013, p. 92).

Ao fechar o relato da experiência em diferentes regiões mexicanas, reflete: “A Europa está morta, e eu sou europeia [...]. O México dá vontade de chorar, um choro de séculos em que não percebemos porque choramos, se somos nós que choramos, se não seremos nós já eles” (Coelho, 2013, p. 363). E termina: “Este Novo Mundo começa no extermínio, e isso há-de significar qualquer coisa. No tempo indígena, significa que o extermínio faz parte do presente” (Coelho, 2013, p. 363).

A obra é mais um passo na consolidação do lugar que ela construirá para a escrita que propõe e, em especial, dará mais força ao livro como espaço para se tornar sujeito do próprio trabalho. No fazer de Alexandra Lucas Coelho emergem, em diferentes matizes, os movimentos de resistência do/no jornalismo. Seu movimento se dá, muito especialmente, nos deslocamentos da escrita do espaço periódico para outros, nos quais a alteridade seja elemento inescapável. Outras das produções da jornalista portuguesa em livro, tais como *Caderno Afegão* (2009) e *Tabrir: os dias de revolução no Egito* (2011), igualmente nos permitem compreender mais das travessias do sujeito jornalista e sua escrita para produção da diferença. Isso se traduz também em aspectos como sua desvinculação de instituições jornalísticas de grande porte, por exemplo.⁶

⁶ Tal afirmação não invalida a possibilidade de que, nos chamados espaços tradicionais, o exercício do jornalismo possa se desenvolver nos

No embate de ideias que promove, não é negligenciado ao leitor conhecer o peso de suas escolhas, seu modo de ver o jornalismo e de demarcar os rostos que têm apelo na sua busca. “Raramente há algo sobre o México nos jornais portugueses além de relatos das agências sobre narcotráfico” (Coelho, 2013, p. 19), diz ao voar para a América do Norte. O narcotráfico está presente no livro, mas na medida da sua presença no imaginário e no cotidiano da população, reflete.

Para Coelho (2012, p. 158), o ofício da reportagem permite a ela uma ponte entre a escrita e o mundo. Depois de anos de exercício do jornalismo diário, seus passos decidiram retornar aos livros, mas agora como principal espaço de sua produção. Trata-se de um gesto bastante relevante e revelador, pois os livros foram, durante toda sua vida, uma das vias primordiais de formação, uma forma eficaz de conhecer o mundo antes de viajar por ele.

Assumindo o jornalismo e a escrita dessa forma, as singularidades da escuta do mundo que a jornalista portuguesa produz são reflexo de uma subjetividade que não é mascarada, como em alguns espaços da prática jornalística hegemônica:

Isso significa lutar para imprimir o produto das invenções subjetivas no cotidiano das relações sociais. E, para isso, cabe-nos a difícil tarefa de acolher a diferença como parte integrante da vida. Diferença a partir da qual o outro, em seus movimentos de diferenciação complexa e na sua dimensão mais viva, possa existir sem ser reduzido a um cumpridor de novas normas universalizadas. (Mansano, 2009, p. 116).

termos do que aqui discutimos. É inegável, porém, que o livro é lugar privilegiado.

Vista desse modo, a produção em livro de Alexandra Lucas Coelho conforma circuitos em direção a uma experiência partilhada, inclusive de resistência. O esforço de reconhecimento do presente, desdobrando-o pelos rastros dos sujeitos, é elemento que cresce nas fronteiras da prática e se reitera pela crítica à ordem social, incorporada como traço operativo do seu fazer jornalístico e em seu dizer.

O que resta

Nunca comprem um Guia Routard do México no aeroporto Charles de Gaulle. Por exemplo, o que o Routard tem a dizer sobre Tlatelolco – a praça que se tornou a Tiananmen dos estudantes mexicanos – é que se formos contra-revolucionários é uma praça dispensável. Franceses, nada de pessoal me anima contra vós, mas Tlatelolco é dos lugares mais fascinantes da Cidade do México, sejamos revolucionários, contra-revolucionários ou trapezistas. (Coelho, 2013, p. 91).

Conferir aos acontecimentos seu caráter histórico e singular possibilita feri-los na temporalidade contingente do significante, afirma Bhabha (1998, 2002). Assim pode ser para o jornalismo. Ao narrar, temos a possibilidade de evitar que sujeitos e eventos sejam obliterados por uma “cadeia de acontecimentos” ou por uma ontologia sobredeterminante das “causas”, no verdadeiro testemunho do que “resta” para a história global, reitera o pensador.

Sendo a relação entre sujeitos problemática central da reflexão em Comunicação, o estatuto que impõe deve ser assumido sem receio. O Outro como compromisso primeiro e como perspectiva para a produção do conhecimento em jornalismo é, sem dúvida, marca do atual período histórico e dos

objetos que o caracterizam, em especial na tentativa de debater distintos modos de pensar o jornalismo no contemporâneo.

Se consideradas as características dos livros de repórter, levando em conta os apontamentos aqui reunidos, podemos entender que os processos de sondagem e escrita do tempo e do Outro não deixam de ser objetivos num sentido prático do uso da linguagem, ou seja, o caráter de interesse jornalístico é mantido e reafirmado no trabalho detalhado que o livro permite. Ao mesmo tempo, o livro se reveste como “espaço outro” para a narrativa, pois é dado ao jornalista dizer explicitamente da sua presença, das suas escolhas e de seus caminhos no desvendamento dos acontecimentos.

À medida que seu papel de agente se sobressai, não é negado aos demais atores sociais que seu lugar também possa ser perspectivado, uma vez que o deslocamento do jornalismo periódico para o livro se dá sem os controles cotidianos do fazer jornalístico. Em outra espessura, o ritmo do livro permite um dizer mais panorâmico, mas também requer o exercício da síntese do acontecido. Essa recomposição, todavia, solicita um recolhimento de vestígios e dizeres, animado pela possibilidade de que relações mais ampliadas possam ser estabelecidas.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BHABHA, Homi. Democracia des-realizada. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 148, p. 67–80, jan./mar. 2002.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, Carlos A. [Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur](#). *Matriçes*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, 2012.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COELHO, Alexandra Lucas. *Caderno Afegão*. Um diário de viagem. Lisboa: Tinta da China, 2009.

COELHO, Alexandra Lucas. [Corta-e-cola até à derrota final](#). *Atlântico Sul*, blog. 2014.

COELHO, Alexandra Lucas. *Tarbir: os dias da revolução no Egito*. Rio de Janeiro: Língua geral, 2011.

COELHO, Alexandra Lucas. Uma ponte entre a escrita e o mundo (entrevista). In: MAROCCO, B. *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2012, p. 157-179.

COELHO, Alexandra Lucas. *Viva México*. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2013.

DE LA HIGUERA, JAVIER. Estudio Preliminar. In: FOUCAULT, M. *Sobre la ilustración*. 13. reimp. Madrid: Tecnos, 2013. p. IX-LXVII.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. As reportagens de ideias. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. *Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias*. Porto Alegre: Libretos, 2008, p. 49-51.

FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e Escritos, 3).

FRANCA, Vera. Impessoalidade da experiência e agenciamento dos sujeitos. In: LEAL, B. S.; GUIMARÃES, C.; MENDONÇA, C. (orgs.). *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 39-54.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 5 reimpr. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.

MANSANO, Sonia R. V. [Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade](#). *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 8, n. 2, 2009, p. 110-117.

MARCOS, Maria Lucília. *Princípio da relação e paradigma comunicacional*. Lisboa: Colibri, 2007.

MAROCCO, Beatriz. [Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas](#). *Contracampo*, Niterói, n. 22, fev. 2011, p. 116-129.

MAROCCO, Beatriz. Reportagem de transgressão, um giro no tratamento da fonte jornalística. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. *Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias*. Porto Alegre: Libretos, 2008, p. 33-47.

PELLAUER, David. Ações narradas como fundamento da identidade narrativa. In: NASCIMENTO, F.; SALLES, W. (Orgs.). *Paul Ricoeur: ética, identidade e reconhecimento*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2013, p. 57-79.

PETERS, John D. *Speaking in the air – a history of the idea of communication*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

RESENDE, Fernando. [O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro](#). *Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a. (A intriga e a narrativa histórica, v. 1).

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010b. (O tempo narrado, v. 3).

SCHNEIDER, Sabrina. *Ficções sujas: por uma poética do romance-reportagem*. 2013. Tese (Doutorado em Letras) – PUCRS.

.....
Publicado originalmente em:
Brazilian Journalism Research, v. 1, n. 1, 2015. ISSN 1981-9854.
.....

Trajetórias de vida como ingrediente de práticas jornalísticas afeitas à alteridade

Marcia Veiga da Silva

Discuto aqui alguns caminhos percorridos na pesquisa de pós-doutorado intitulada *O nós e o Outro nas práticas jornalísticas de excelência: a história de vida de jornalistas reconhecido(a)s no Brasil como parte dos conhecimentos para o exercício da alteridade no jornalismo*.¹ O objetivo dessa pesquisa é conhecer práticas jornalísticas menos etnocêntricas, mais afeitas ao encontro com o Outro (em especial aqueles considerados à margem da sociedade) a partir da escuta da história de vida de jornalistas reconhecidos pelo desempenho destas práticas. No exercício reflexivo aqui proposto apresento o delineamento do estudo e trago alguns dados referentes a dois possíveis interlocutores de pesquisa no que se refere aos aspectos subjetivos-objetivos que circunscrevem suas identidades e práticas profissionais. Parto das narrativas autobiográficas proferidas pelos jornalistas Caco

¹ Pesquisa de pós-doutorado desenvolvida sob supervisão da professora Beatriz Marocco, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (Unisinos), com financiamento PNPd-CAPES (2015-2020).

Barcellos e Eliane Brum em entrevistas concedidas, bem como expressas em seus livros de repórter.²

No escrutínio dos discursos há pistas de como suas posições de sujeito e trajetórias pessoais influenciaram nas ações de resistência e subversão aos modos de objetivação jornalística que historicamente interdita a subjetividade e vem transformando diferenças em desigualdade. Para este exercício analítico, inspirei-me nas categorias que Daniela Manica (2010, p. 70) descreve como “questões colocadas para uma etnografia da trajetória: o que é narrado, que relações são evidenciadas a partir dessas narrativas, como as associações estabelecidas com demais atores ao longo da narrativa podem elucidar processos sociais e alteridades”. Início a discussão apresentando as origens e o delineamento da pesquisa em desenvolvimento. Num segundo momento, apresento fragmentos dos discursos dos repórteres em que são evidenciadas as conjunções entre as vivências pessoais e as trajetórias profissionais que indicam a subjetividade como parte de um tipo de objetividade localizada (Haraway, 1995) constituidora destas práticas jornalísticas.

As origens da pesquisa

Há alguns anos meus interesses de pesquisa se circunscrevem aos temas que relacionam Jornalismo e Cultura, numa perspectiva que privilegia as operações simbólicas que os

² Neste artigo trabalho com as entrevistas concedidas por estes jornalistas à pesquisa *O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas* (2010-2011), coordenada pela professora Beatriz Marocco, da Unisinos, e realizadas respectivamente em março e julho de 2011, consultadas nos registros das decupagens. Também são consultadas as entrevistas concedidas por Caco ao programa [Dráuzio Entrevista](#) (postado em fevereiro de 2017). *O olho da rua*, de Eliane Brum, prefaciado por Caco Barcellos, também é utilizado neste exercício.

interseccionam, a fim de pensar nas implicações sociais que resultam do entrelaçamento destes campos. O jornalismo como uma forma de conhecimento social (Meditsch, 1992), cujas práticas revelam uma intrínseca relação com os regimes de poder (Foucault, 2012) e os modos como simbolicamente são (re)produzidos e circulam valores culturais, vem sendo um caminho importante para refletir não apenas sobre como se dão essas construções no âmbito das práticas jornalísticas, mas também nas possibilidades de construção de um jornalismo mais afeito a transformar do que reproduzir os sistemas de valores excludentes. No centro da produção das notícias, os jornalistas – membros de uma “tribo” (Traquina, 2005) com valores culturais, profissionais e subjetivos – se destacam, pois são um dos caminhos por onde o simbólico se manifesta, por onde os fatos se transformam em notícias, contribuindo na construção da realidade, em especial pela predominância de uma condição mais conservadora do conhecimento jornalístico no encontro com o Outro e na narração da realidade. Para tanto, realizei pesquisas de inspiração etnográfica, com o uso da técnica da observação participante tanto junto aos profissionais no mercado (no mestrado), quanto no ensino do Jornalismo em âmbito universitário (no doutorado), com o propósito de perceber como os padrões normativos hegemônicos perpassam os processos produtivos das notícias, acionados como um tipo de conhecimento situado na bagagem cultural dos jornalistas.

No mestrado,³ entre as principais conclusões, a pesquisa demonstrou que as convenções de gênero (classe, raça, sexualidade, etc.) dominantes são pervasivas dos valores

³ Pesquisa empírica realizada através do acompanhamento das rotinas produtivas de um programa telejornalístico de uma grande empresa de comunicação, ao longo de três meses, como parte do mestrado em Comunicação e Informação (UFRGS), finalizada em 2010, que resultou na dissertação *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias* (Insular, 2014).

culturais e visões de mundo presentes na subjetividade dos jornalistas, e como tal incidem nas estruturas organizacionais e hierárquicas da empresa e nas próprias notícias. Igualmente foi possível perceber os modos como o jornalismo está relacionado à reprodução de saberes selecionados por serem reconhecidos como podendo ou devendo dar lugar àquilo que uma sociedade considera digno de ser conhecido (Louro, 1997) a partir dos regimes de poder e de saber vigentes.

A ligação entre cultura profissional, subjetividade e plano de valores da sociedade se desvelou. Os jornalistas apareceram caracteristicamente autorreferentes e pouco reflexivos sobre suas práticas, refletindo um etnocentrismo na maioria das vezes relacionado aos valores da cultura hegemônica vigente. A percepção da falta do exercício reflexivo sobre as práticas jornalísticas e sobre a alteridade no exercício da profissão demonstrou não apenas o quanto os jornalistas percebem e narram o mundo a partir das suas subjetividades (que inclui seus valores culturais, majoritariamente em consonância com os dominantes), dos lugares sociais que ocupam. Mas, também, a forma como os profissionais refletem ou rechaçam aquilo que possa ir de encontro às suas “verdades”, o que permeará os discursos jornalísticos na forma de notícias. O etnocentrismo desses profissionais revelou como eles mesmos podem, inconscientemente, contribuir para que a diferença seja transformada em desigualdade, uma vez que demonstraram pouca abertura para conhecer o “estranho” e, deste modo, praticaram juízo de valor que interfere na forma como as notícias serão construídas e, em última instância, nos modos como a sociedade passa a conhecer (ou desconhecer) aquilo que é diferente do que foi convencionado como normal (Veiga da Silva, 2014).

No doutorado⁴ investiguei de que maneira a formação universitária dos jornalistas estaria ou não contribuindo para que os profissionais assumissem uma postura mais afeita ao encontro com o Outro, tendo suas visões de mundo colocadas em perspectivas a partir da reflexão crítica a que se propõe o ambiente universitário. Interessava-me compreender o que e como os jornalistas (em formação e docentes) conhecem para tentar entender o que e como dão a conhecer na forma de notícias. Ao observar a formação, foram perceptíveis algumas das formas pelas quais a Universidade imprime suas marcas nos conhecimentos sociais dos jornalistas. A falta de reflexividade sobre a prática profissional e sobre o conjunto de valores sociais imiscuídos nos processos cognitivos não era prerrogativa apenas da produção do conhecimento jornalístico, mas foi percebida como uma característica observada nas instituições públicas de ensino superior pesquisadas. Entendi que essas limitações se davam a partir de três principais pontos conectivos entre Universidade e Jornalismo: os modelos paradigmáticos e epistemológicos dominantes nas práticas de ensino e nos saberes teóricos e práticos de profissão; a prevalência das racionalidades do sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista) (Grosfoguel, 2012) nas relações de poder e de saber no âmbito universitário; e a dificuldade da práxis sobre as ingerências destes modelos de pensamento hegemônicos nas atividades de construção do saber que envolvem as formas de conhecer do jornalismo sobre a realidade e a alteridade (Veiga da Silva, 2015).

⁴ Pesquisa empírica realizada em duas universidades federais de dois diferentes estados brasileiros, com permanência de dois meses em cada instituição, como parte do doutorado desenvolvido no âmbito do PPCOM-UFRGS, finalizado em 2015, que resultou na tese *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade*.

Em ambas as pesquisas, mestrado e doutorado, chamou a atenção o quanto os regimes de poder-saber permeiam as formas de conhecer do jornalismo, sendo pouco refletidos em relação às práticas discursivas e profissionais desempenhadas, seja no âmbito do mercado, seja na universidade. Havia pouco espaço para um exercício de práxis, como também eram turvadas as possibilidades de reflexão acerca do assujeitamento e dos elementos que obstaculizavam a tomada de consciência, em especial quando não questionadas no percurso de ensino e de exercício profissional. Entretanto, havia indícios de que, tanto no mercado quanto na academia, havia resistência. Ainda que os sistemas de valores e relações de poder hegemônicos predominassem nas interações observadas nas pesquisas e se refletissem nos discursos e nas práticas jornalísticas, pude perceber que alguns profissionais conseguiam não apenas refletir sobre suas práticas, mas sobretudo que essas práticas se diferenciavam no modo como a realidade era observada e descrita, abrindo margem para um melhor encontro de alteridades também nas narrativas sobre o Outro.

Esses indicativos também foram percebidos com a participação na pesquisa *O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas*,⁵ a partir do acompanhamento e da análise das entrevistas realizadas. Os depoimentos dos jornalistas indicavam que os modos de conceber e praticar a profissão, especialmente na produção de narrativas menos etnocêntricas, estão relacionadas com a trajetória pessoal. Para além do aprendizado das práticas, obtidos na universidade ou no mercado, as histórias de vida de alguns profissionais são parte de seus discursos, principalmente quando dissertam sobre seus diferenciais e reconhecimentos na profissão. O encontro com

⁵ A pesquisa foi desenvolvida sob a coordenação da professora Beatriz Marocco, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, com recursos do CNPq.

diferentes atores sociais, instituições e vertentes de pensamento, para além do espaço formativo da universidade e do mercado, assim como os lugares de origem, foram delineando caminhos que não apenas constituíram o ser jornalista para esses profissionais, mas também serviram como diferenciais para o trato com alteridade.

A partir das pistas fornecidas por essas pesquisas, passei a ensejar uma nova perspectiva de olhar sobre essas práticas a partir do discurso e reflexão dos sujeitos sobre elas. Meu olhar se desloca agora para os profissionais a partir de suas histórias de vida, a fim de perceber de que forma as bagagens culturais subjetivas são permeadas por uma trajetória capaz de dar mostras de uma pedagogia do fazer jornalístico afeita ao encontro com o Outro. Há também o interesse em perceber como o conjunto de saberes culturais e institucionais foi sendo (re)elaborado a partir de suas posições de sujeito e percursos pessoais, criando brechas para um fazer jornalístico menos reprodutor dos sistemas de valores dominantes. Penso que se possa encontrar caminhos para a elaboração de práticas pedagógicas que contribuam para que o jornalismo possa, mais amplamente, cumprir sua função social. Função esta que vem sendo dificultada especialmente pela predominância de narrativas que tem servido para reproduzir e reafirmar os valores dominantes e excludentes, (re)produzindo estereótipos e estigmas a grupos historicamente vulnerabilizados em nossa sociedade.

Neste sentido, a pesquisa do pós-doutorado identificou jornalistas cuja trajetória profissional vem sendo marcada por práticas e narrativas que demonstrem capacidade de escuta, de alteridade e de trato com a diferença, que sejam reconhecidos por seus pares como exemplares no exercício da profissão. Uma região privilegiada para a análise da prática jornalística pode ser esboçada no “livro de repórter” (Marocco, 2011). O conceito de livro de repórter foi a base definidora do corpus desta pesquisa.

Nos livros de repórter, identificamos discursos sobre as práticas jornalísticas que retomam a possibilidade de “comentário”: são mais do que uma “opinião” ou outro suporte para a reportagem, no caso, o livro. Estes materiais, à semelhança das teorias, geralmente se descolam da natureza institucional do jornalismo, e, igualmente, se descolam de um gênero endógeno, como o *ombudsman*. Às margens do jornalismo e de suas teorias, na medida em que reconhecem a existência de um texto primeiro, que já havia sido publicado nos jornais, ou está cristalizado nas teorias, materializam a experiência que havia sido sonhada nos jornais e incidem sobre as práticas jornalísticas. (Veiga da Silva, Marocco, 2018 p. 37).

Obras produzidas contemporaneamente por repórteres-autores foram esquadrihadas e, a partir destes livros, foram sendo delimitados possíveis interlocutores. Eliane Brum e Caco Barcellos são dois dos cinco repórteres-autores selecionados para integrar esta pesquisa. Tendo acompanhado as entrevistas feitas com eles presencialmente por ocasião da pesquisa de Marocco (2012) e através do levantamento da reflexividade dos autores e autoras sobre suas práticas nos livros de repórter, também venho acompanhando as entrevistas concedidas pelos mesmos em outros espaços. Para este artigo, selecionei fragmentos dos discursos autobiográficos presentes nestes livros e entrevistas.

Trajetórias do Eu na forja do olhar para a compreensão do Outro

A leitura dos livros de repórter de Caco Barcellos e Eliane Brum contribuiu para pensar como a reflexividade e a crítica das práticas jornalísticas são feitas pelos jornalistas. Aliada ao

escrutínio das entrevistas, torna possível entrever pistas sobre a forja das identidades profissionais e do conjunto de saberes que orientam suas práticas, tomando a subjetividade, historicamente interdita nos modos de objetivação jornalística, como locus privilegiado para estas constituições e elaborações. Algumas destas pistas compartilho a partir de agora.

Caco Barcellos (2017b) se encontra com a conterrânea gaúcha Eliane Brum na escrita do prefácio do livro da repórter, *O Olho da Rua*, experiência em que relata a admiração de longa data pela autora que, nos seus termos, é “escritora de uma obra imune ao tempo”, e cujos fundamentos sobre o jornalismo, com os quais concorda integralmente, até então eram para ele desconhecidos. No prefácio, Caco descreve passagens do livro que dizem muito sobre como os elementos subjetivos vão dando os contornos das práticas jornalísticas de Eliane entendidas como exemplares e responsáveis por subverter lógicas dominantes:

São práticas de conduta simples, mas simbolicamente corajosas por se oporem, nestes tempos, à corrente dominante nas redações brasileiras, reféns da arrogância e de maniqueísmos [...]. Os métodos rigorosos de pesquisa da autora representam, para meu entusiasmo, o avesso da dinâmica tecno-burocrática predominante [...]. Escrever como ato físico, “carnal”, com obstinada busca pela precisão das palavras, distribuídas como se fossem compor uma melodia, com ritmo e sentimento. Criar texto por música. Mas o melhor deste livro transcende a beleza das frases, o rigor do método, o valor dos fundamentos. O que mais emociona é o olhar, a sensibilidade da autora para a descoberta de histórias de um “mundo em dissonância”. Eliane Brum vê grandeza até nos pequenos feitos de pessoas despercebidas”. (Barcellos, 2017b, p. 10-11).

Neste fragmento de pensamento entendo residirem alguns elementos que marcam o que venho compreendendo como subversão dos modos de objetivação jornalística a partir da emergência e valoração de elementos da subjetividade. Ao destacar a escrita da autora como um ato *físico, carnal* e ao atribuir o maior valor *ao olhar e à sensibilidade* da autora como instrumentos que qualificam suas práticas, Caco enfatiza princípios que dão conta de formas específicas de ver e de pensar em que a subjetividade – e não o tecnicismo e a razão cartesiana – se destaca como diferencial fundamental. São práticas capazes de romper com noções de mundo maniqueístas e de dar a dimensão complexa dos sujeitos e das diversas realidades, sem objetificar, nem reduzir.

A marca carnal de um Eu/sujeito que perpassa a identidade profissional de repórter, suas práticas e a relação com o Outro também é reconhecida pela própria Eliane: “Minha única certeza, talvez, é de que sou repórter. *Ser repórter é algo visceral, definitivo, do que sou. Algo que eu vivo com o corpo [...]*” (Brum, 2017, p. 13, grifo meu). Reconhece em seu fazer o olhar como algo positivo e atuante no escrutínio das realidades que narra e, sobretudo, na relação deste Eu com o Outro: “**Meu ofício** é encontrar o que torna a vida possível, a delicadeza nas horas brutas. É esse o mistério que me fascina. Para buscá-lo, *escolhi meu farol: meu olhar que carrego pelos Brasis é aquele que reconhece no outro a fratura que já adivinhou em si mesmo*” (2017, p. 13, grifo meu).

O reconhecimento do Eu que enxerga o Outro parece ser fruto de uma intensa reflexividade que vai dando os contornos da forja da identidade profissional e das práticas destes repórteres. É nas memórias da infância, das diferentes interações e relações vividas, que o desejo de escutar e contar histórias emerge, delineando o olhar e as sensibilidades que lhes constituem tanto como sujeitos quanto como profissionais:

Eu sou repórter há 23 anos. Então já refleti bastante sobre porque me tornei repórter, sobre o fazer jornalístico. Hoje eu consigo identificar que eu começo a me tornar jornalista, que eu vejo a profissão da gente como eu sou, uma contadora de histórias reais, como repórter. E que ser jornalista é ser historiador do cotidiano [...]. Comecei a me tornar jornalista quando eu era criança, porque eu sou de Ijuí, no interior do RS. Boa parte da minha família é da zona rural, são agricultores de um lugar chamado Barreiro. Desde pequena sempre fui uma escutadeira e uma olhadeira, nunca fui faladeira. Então eu sempre preferia, ao invés de ficar brincando, escutar os meus parentes mais velhos, o pessoal da comunidade. O meu tio tinha um bolicho que era o bolicho da comunidade, onde o pessoal jogava carta, comprava salame, tinha aquelas balas que só se encontrava lá. E eu ficava ouvindo histórias. Então eu acho que eu comecei a me tornar repórter lá. (Brum, 2011).

Não tinha ninguém na família com atividade intelectual, não tinha nenhum escritor na família. Mas tinha grandes contadores de história. Trovadores. No Sul isso é muito comum. O trovador é um contador de história acompanhado de um violão. Meu avô era carroceiro, e eu era o auxiliar dele, a gente vendia frutas pelo bairro. Meu avô e todos os filhos eram trovadores. Acho que a primeira noção de reportagem que eu tive, sem saber que era reportagem, era essa atividade dos trovadores. Eles saiam pelo bairro, observando as cenas que aconteciam, e eu observava junto, como auxiliar que era. E na hora da trova, geralmente final de semana, regado a caipirinha, eles começavam a contar as histórias. Eu ficava observando. Eu observava que eles contavam histórias que eram trágicas, e eles contavam com grande humor. Ou o contrário disso. E eu pensava: mas como é que pode? E reportagem é isso, o que você busca na rua é olhar, é o olhar dos outros. Acho que eu fui muito influenciado por eles, eu gostava de contar histórias. A minha mãe também é uma grande contadora de histórias. (Barcellos, 20017a).

A noção de contadores de histórias é comum a ambos. Vivenciando na infância as sociabilidades que envolviam

parentes e a comunidade, seja no bolicho, seja na carroça ou nas trovas, resgatam essas passagens como parte do tornar-se jornalista – mais especificamente, repórteres. O gosto por contar histórias é permeado pelo desejo de conhecer lugares, pessoas. Pessoas que o jornalismo de então não costumava refletir:

Eu gostava muito de escrever. Quando eu era menino, tipo uns dez anos, eu tinha um cachorro vira-lata que era preguiçoso, passava o dia dormindo, Mas à noite, ele se ligava. Eu sou assim também. Eu saía com ele, para conhecer alguma coisa, pelo bairro, voltava e escrevia. (Barcellos, 2017a).

Eu sempre gostei muito de história, meu pai é historiador e sempre teve muita preocupação em contar a história da comunidade. A história da nossa família. A gente fazia as pequenas viagens da família e ele sempre ia contando histórias no caminho então eu cresci nesse mundo. Mas nunca pensei em ser jornalista, porque eu achava jornal uma coisa muito chata. Por que eu achava chato? Porque eu não encontrava gente, eu não encontrava aquelas histórias que eu gostava de ouvir. Era uma coisa que naquela época era árida para mim. Eu gostava de literatura (Brum, 2011).

A relação da constituição da identidade profissional com a trajetória de vida evidencia-se o tempo todo. Perguntado por Dráuzio Varella sobre onde estava quando escreveu *Rota 66*, Caco responde:

Eu estava na minha infância. Quando eu corria da polícia para evitar castigos. E alguns amigos também. Alguns amigos honestos, de famílias honestas, como era a minha, mas tinha também, evidentemente, meninos ladrões, e tal, que eram muito surrados, torturados alguns, dependendo da gravidade da situação. E naquele tempo ali, eu corria pra fugir. Pra fugir de algum castigo. Naquele tempo eles deixavam a gente dentro da viatura pra pegar calor, sabe? Ou pra passar a noite, de castigo mesmo. Não exatamente dentro de um xadrez, mas ali em frente do delgado, sendo o tempo todo humilhado. E sabia, por amigos de infância, o quanto podia ser grave aquela situação. E

também na família. Eu tive também um tio que foi torturado, se envolveu em confusões, e foi torturado. Então, era uma coisa que eu conhecia relativamente bem. Na minha infância, a garotada corria para evitar o castigo, uma surra, uma tortura. E hoje, como repórter, eu percebo que correm para evitar os tiros. Os tiros pelas costas. Os tiros na nuca. A situação tinha se tornado muito mais grave. E também por dever de ofício, acompanhando as histórias mais graves. Eu vi que tinha coisas jamais vistas na história da humanidade. Nunca tinha havido uma polícia que havia matado tanto. Era um volume muito grande, de 12 mil pessoas que eles haviam matado, quando eu decidi escrever. Eu tava em crise, já muito grave na profissão, achava que eu não deveria continuar repórter, e se essa cena acontecesse diante de mim, todos os dias. [...] Quando eu conseguia provar que tinha sido execução, que as pessoas estavam humilhadas, ajoelhadas, com as mãos na cabeça, assim, eles puniam o soldado, o que aperta o gatilho. Eu sabia já que era um sistema: o esquadrão da morte financiado pela sociedade brasileira. O estado brasileiro. Então, eu queria fazer uma denúncia contundente. (Barcellos, 2017a).

Nas narrativas destes jornalistas percebo o quanto descrevem suas práticas jornalísticas sempre relacionadas com as dimensões que envolvem diretamente a subjetividade. Tanto a escuta quanto o olhar são instrumentos de apuração que pressupõem uma localização e uma limitação do sujeito pouco abordada nos manuais de redação e técnicas do jornalismo. Em oposição à noção positivista de objetividade impressa nestes manuais, o sujeito-repórter aparece na narrativa destes profissionais como elemento fundamental no processo cognitivo de interpretação da realidade – vastamente apagado da deontologia dominante. Percebe-se a possibilidade do rigor do método sem que a prática se restrinja ao cumprimento tecnicista e burocrático que, além de apagar o sujeito-repórter, muitas vezes se limita às fontes oficiais e à superfície dos

acontecimentos. O corpo, a intuição, os sentidos são parte intrínseca às práticas jornalísticas.

Perguntada por Marocco (2012) sobre a diferença na apuração para jornal, revista e livro, Eliane responde:

Como repórter, a gente tem dois instrumentos que são os mais importantes: que é o olhar e a escuta. Eu me coloco e me considero uma escutadeira da realidade. Hoje, inclusive, eu quase não faço perguntas. Claro, tem matérias e tem matérias, mas eu nos últimos anos comecei a perceber que as perguntas já são uma forma de controle. Então em geral quando eu consigo, chego para as pessoas e digo: “Me conta” e o que ela me conta primeiro e como ela me conta é uma informação importante que eu não saberia se eu tivesse feito a primeira pergunta. Porque a primeira pergunta já direciona. Mesmo a pergunta honesta ela já direciona, né? Tenho feito algumas experiências nesse sentido e tenho percebido como muda a apuração. Eu me coloco. Não sou daquele tipo de jornalista que acha que paira sobre a realidade, que está acima da realidade. Eu me considero o que eu sou, um ser histórico, inscrito na cultura, falho, portanto, e assim eu vou pra rua. Acho que o movimento do repórter como eu vejo é um movimento de tentar se esvaziar o máximo possível, claro que a gente nunca se esvazia por completo. Mas se esvaziar dos nossos preconceitos, das nossas visões de mundo, do nosso julgamento. A gente sempre tem que lembrar que jornalista não é juiz. E se deixar possuir pela história do outro. Ser preenchida pela história do outro. Se tu vais cheia, não tem como ser preenchida. (Brum, 2011).

Ao perceber-se como sujeito que carrega em si visões de mundo, preconceitos e julgamentos que, se não percebidos e colocados em suspenso, interferirão na leitura do Outro, Eliane nos ensina o quanto a subjetividade está intrinsecamente relacionada nos procedimentos de interpretação da realidade. Há nesse relato ensinamentos sobre suas práticas, sua ética e sobre como um jornalista pode proceder para melhores encontros com as alteridades. E há também indicativos de como romper

com os modos de objetivação jornalística. O mesmo pode-se perceber no discurso de Caco:

Hoje, no Profissão Repórter eu frequentemente lembro aos jovens repórteres um aprendizado. Talvez tenha sido o primeiro aprendizado da minha carreira. A importância do envolvimento com a história que você quer contar. Primeiro ter uma equipe aberta pra enxergar as pessoas com as suas diferenças, sem nenhum tipo de preconceito. O que a gente faz então, quando vamos às ruas e falamos com as pessoas? Pedimos o seguinte: por favor, invés de falar da sua história, por favor, mostre a sua história. Permita que a gente acompanhe a sua história. Por isso ficamos três, quatro meses às vezes atrás de uma história. É o tempo que precisamos para provar que tudo que foi dito é verdadeiro. (Barcellos, 2011).

Mais do que escrever eu gosto de conhecer pessoas novas, conhecer pessoas que eu já conheço há muito tempo, que é uma oportunidade maravilhosa que a gente tem de aprender com o outro, a todo instante, a todo momento. [...] toda pessoa tem uma grande história pra contar, depende de você usar esses instrumentos, os olhos, os ouvidos. Se tem alguma importância o nosso trabalho é em dar importância à história dos outros. (Barcellos, 2017a).

Nas narrativas de vida destes jornalistas algumas peças parecem se encaixar. Talvez não seja por acaso que Eliane, que quando criança preferia ficar escutando as histórias do boliche, seja a mesma que hoje se autodenomina uma escutadeira, e que ao produzir suas matérias não mais faz perguntas e apenas pede que as pessoas *contem suas histórias*. Tampouco seja coincidência que Caco, que na infância pobre corria cada vez que a polícia subia o morro onde morava, seja o mesmo que se dedicou a fazer reportagens sobre a polícia, as favelas, os modos de vida pouco dados a conhecer pelo jornalismo. E nos rastros de suas vivências, das narrativas do Eu, pode-se encontrar pistas sobre melhores possibilidades de encontro com o Outro.

Algumas considerações

Através destes breves excertos que compõem os dados da pesquisa em andamento, trago alguns vestígios do que venho mapeando no sentido de compreender o que torna os interlocutores profissionais capazes de uma ação subversiva ao jornalismo hegemônico, que contribui para a transformação das diferenças em desigualdades. Há em suas ações uma dimensão ética, fruto de uma permanente reflexividade, que resulta em práticas mais afeitas a alteridade.

A subjetividade (e todos os elementos relacionados, como as posições de sujeito, as visões de mundo, marcadores sociais, bagagens culturais, os sentidos, a emoção, a sensibilidade) ocupa as bases da hierarquia no jornalismo. Compreendida como alijada da objetivação jornalística, por não ser considerada prenhe da razão dualista e cartesiana, a subjetividade é suprimida não apenas na linguagem, que visa à impessoalidade no discurso jornalístico, com fins de assegurar neutralidade, totalidade e valor de verdade. É suprimida também nas reflexões críticas sobre as práticas. O apagamento do sujeito nas práticas e nos discursos jornalísticos hegemônicos é parte dos procedimentos adotados a partir de uma deontologia que se baseia predominantemente na noção positivista de objetividade que interfere na restrição da condição de reflexividade sobre a prática (Veiga da Silva, 2015).

Um encontro com o Outro também pressupõe um encontro com o Eu, sempre em relação. E essa relação precisa ser compreendida no sentido de que o Outro é uma construção do Eu, mas se o Eu é alijado dos procedimentos, e parte-se do ideário de uma possível neutralidade, impede-se a condição de um exercício de alteridade. Impede-se também a condição de crítica, autocrítica e reflexividade sobre as próprias práticas, posto que igualmente envolve o reconhecimento da

subjetividade nos processos cognitivos de objetivação do real. A compreensão da relação Eu/Outro contribui para a subversão dos modos de objetivação jornalística. Resgata a condição de agência e a responsabilidade social dos profissionais para o cerne de suas práticas. E, em última instância, potencializa a ruptura com o processo de reprodução de valores sociais dominantes nos processos simbólicos de leitura da realidade, que transforma diferenças em desigualdades a partir dos sentidos gerados nos jornalistas quando na condição etnocêntrica.

O reconhecimento da subjetividade como parte da objetivação do real remete à noção de objetividade feminista, definida por Donna Haraway (1995), que trata da localização limitada, corporificada e situada do conhecimento, e não divisão entre sujeito e objeto. Objetividade esta que, no sentido sugerido pela autora, nos sugere condições de responsabilização por aquilo que se pode depreender da realidade. Por essa perspectiva, “a objetividade não diz respeito a desengajamento, trata de assumir riscos num mundo no qual nós somos permanentemente mortais, isto é, não detemos o controle final. Por último, não temos ideias claras e precisas” (1995, p. 41). Na esteira do pensamento de Haraway, as práticas de Eliane e Caco, parecem se circunscrever e sugerir caminhos para pensar melhores encontros com as alteridades.

Referências

- BARCELLOS, Caco. *Entrevista*. São Leopoldo, Unisinos. 11 mar. 2011. Entrevista concedida a Beatriz Marocco, Christa Berger, Thais Furtado.
- BARCELLOS, Caco. *Entrevista*. [Dráuzio Entrevista](#), 9 fev. 2017a. Entrevista concedida a Dráuzio Varella.

BARCELLOS, Caco. Prefácio. In: BRUM, Eliane. *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real*. Porto Alegre: Arquipélago, 2017b, p. 9-12.

BRUM, Eliane. *Entrevista*. São Leopoldo, Unisinos. 08 jul. 2011. Entrevista concedida a Beatriz Marocco, Angela Zamin e Julia Capovilla.

BRUM, Eliane. *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real*. Porto Alegre: Arquipélago, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: GRAAL, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. [Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial](#). *Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.

HARAWAY, Donna. [Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial](#). *Cadernos Pagu*, v. 5, n. 1, p. 7-41, 1995.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MANICA, Daniela. [Autobiografia, trajetória e etnografia: notas para uma Antropologia da Ciência](#). *Espaço Acadêmico*, v. 1, n. 105, p. 69-77, 2010.

MAROCCO, Beatriz (Org.). *O jornalista e a prática – entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 157-179.

MAROCCO, Beatriz. [Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas](#). *Revista Contracampo*, Niterói, n. 22, fev. 2011, p. 116-129.

MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: UFSC, 1992.

TRAQUINA, Nelson. *A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*. v. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade*. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – UFRGS.

VEIGA DA SILVA, Marcia. MAROCCO, Beatriz. [O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas](#). *Brazilian Journalism Research*, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 30-55, abr. 2018.

DAS ESCRITURAS de
Fabiana Moraes

O encontro entre subjetividade e alteridade na crítica das práticas jornalísticas

Marcia Veiga da Silva

Encontrei na leitura do livro *O nascimento de Joicy*, da jornalista Fabiana Moraes, um caminho para começar a escrutinar meus interesses de pesquisa, ou seja, conhecer práticas jornalísticas mais afeitas ao encontro com a alteridade. Além de destacar o encontro com o Outro como um desafio cada vez mais necessário de ser invocado e tensionado nas práticas hegemônicas do jornalismo, o livro traz outros elementos que me levaram a incluir a autora no rol de possíveis interlocutoras: a discussão da subjetividade como parte dos deslocamentos dos modos de objetificação do jornalismo, a reflexividade acerca das próprias práticas profissionais. Havia, porém, o desafio de saber por quais caminhos empreender uma análise desta narrativa, o que significaria pensar nas lentes pelas quais a compreenderia e que daria corpo a esse experimento de ideias.

Optei por relacionar o livro com as práticas jornalísticas compreendidas como “os novos jornalismo investigativos” (Neveu, 2016), bem como com as características que delimitam

o conceito de livro de repórter (Marocco, 2011). Decidi, ainda, refletir sobre as descrições da jornalista sobre suas práticas como um deslocamento do modo de objetificação jornalística circunscrita num tipo de autoralidade individual (Ringoot e Marocco, 2015). Considerando também a posição de sujeito da jornalista por um viés de gênero, faço uma leitura da reflexividade sobre as práticas e um devir do jornalismo a partir da epistemologia feminista. Nas tecituras dessas leituras pretendo destacar as questões relativas a alteridade, desafios e possibilidades de encontro com o Outro no fazer jornalístico.

Uma aproximação com a jornalista-autora a partir do livro de repórter

O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem é o quarto livro¹ da jornalista pernambucana Fabiana Moraes, fruto de uma grande reportagem vencedora do Prêmio Esso. Segundo a autora, esta publicação tem como elemento unificador com seus demais livros “o esforço de superar o discurso geral empreendido pelo jornalismo, no qual o senso comum é uma forte realidade” (Moraes, 2015, p. 174). Isso se expressa na escolha das temáticas e nas fontes/personagens situadas nas bases da hierarquia social. O Outro, de acordo com Fabiana, tem sido parte integrante das escolhas das pautas, e serve como um caminho para a reflexividade sobre as práticas profissionais, pessoais e sobre o jornalismo como um todo.

Idealizado com o objetivo de pensar sobre “as proximidades e distanciamentos que se impõem entre jornalistas e personagens, entre quem observa e quem é observado, entre

¹ Os anteriores são: *Os sertões* (2010), *Nabuco em pretos e brancos* (2012) e *No país do racismo institucional* (2013).

quem quer ouvir e quem espera ser ouvido” (Moraes, 2015, p. 24), o livro é dividido em três partes. Na primeira, consta a reportagem, publicada originalmente em série,² sobre a transexual Joicy, cabeleireira de Perpétuo Socorro, interior do estado de Pernambuco, a quem a repórter acompanha ao longo de quatro meses, antes, durante e depois da cirurgia de redesignação sexual. Na segunda, é apresentada a vida pós-reportagem, “que fala sobre como se deu a produção da série, os encontros com a transexual, sua família, seus vizinhos, as discussões, os desentendimentos, os limites do jornalismo na sua prática diária, as premiações” (Moraes, 2015, p. 23). A terceira parte propõe a discussão de “um jornalismo de subjetividade” a partir das reflexões sobre a relação jornalista-personagem, “pensando essa aproximação como dotada de elementos riquíssimos para compreender a carne tantas vezes instável de uma profissão na qual, durante décadas, o ‘ser objetivo’ foi regra por excelência” (Moraes, 2015, p. 23).

Na primeira seção do livro, conhecemos Joicy a partir da reprodução da reportagem. A saga da cabeleireira do sertão em busca do direito a sua identidade de gênero e existência civil dá os contornos de um sujeito, mas sobretudo de uma sociedade e suas normas excludentes. Mais do que o nascimento de um corpo e de uma identidade “estranhos” à normatividade vigente, a trajetória de Joicy convida o/as leitor/as a vivenciar dores viscerais do “parto” que é ser mulher (cis ou transgênero³), pobre, parda e nordestina nas hierarquias de nosso país. Afinal, trata-se do nascimento de uma mulher cuja identidade de gênero feminino, num corpo convencionado como masculino, sequer

² Série publicada durante três dias, na versão impressa do *Jornal do Commercio*, de Pernambuco, em abril de 2011.

³ Cisgênero: pessoas que se identificam com o gênero/sexo que lhes foi atribuído ao nascer (mulheres cis, homens cis). Transgênero: pessoas que não se identificam com o gênero/sexo que lhes foi atribuído ao nascer (travestis, transexuais, homens trans, pessoas não binárias).

reúne os atributos do feminino hegemônico, e cuja condição de classe a delimita em extrema condição de pobreza interferindo inclusive nos rumos da sonhada adequação corporal.

Pela narrativa, percebe-se a riqueza dos detalhes típicos de um processo de imersão da jornalista no convívio com a personagem a partir da descrição densa derivada das observações e interações. Tanto a reportagem quanto os demais capítulos do livro se aproximam do que Neveu (2016, p. 30-31) vem chamando de “novos jornalismo investigativos”, “cuja novidade se soma a ancestralidade dos *muckcrackers*,⁴ dos escritores-jornalistas como Hemingway ou Steinbeck, dos padrões narrativos do *New Yorker* desde 1925”. Para Neveu, esses novos jornalismo podem ser observados a partir de quatro características principais:

Em primeiro lugar, as reportagens de campo podem ser associadas a muito investimento de tempo, e podem durar meses ou se estender por anos até que se transformem em uma publicação editorial. [...] em segundo lugar, são empreendimentos que exploram a base da vida social. Elas visam observar o ponto de vista dos agentes sociais comuns sobre os fatos relacionados a problemas políticos, mudanças nos costumes, ou no cotidiano dos microcosmos sociais sem prestígio ou opacos [...]. Falar de reportagens longas é, em terceiro lugar, explicitar um critério de formatação dos textos dessas investigações. [...]. Um quarto critério decorre dos anteriores. Tanto por seu volume e temas quanto pelos problemas de representação do que foi observado, essas reportagens dão origem a uma intensa reflexão sobre formas adequadas de escrita. De forma bastante

⁴ Em nota de tradução, *muckcrakers* seria “investigador de sujeira. Refere-se aos jornalistas estadunidenses do início do século XX que se dedicam a investigar e a escrever sobre problemas sociais, tais como trabalho infantil, corrupção” (Neveu, 2016, p. 30).

resumida: questionar e transgredir os limites, as censuras e as impotências expressivas que podem causar uma escrita jornalística codificada pelos princípios da objetividade e neutralidade e pela retórica da pirâmide invertida. As respostas a esses desafios variam. A maioria dos autores reivindicam a utilização de técnicas romanescas [...]. Outros valorizam uma *mise en scène* de sua própria presença como pesquisadores. Outros ainda questionam as possibilidades vindas de tradições de escritas mais etnográficas. (Neveu, 2016, p. 31-32).

Licenciada do jornal para a escrita da tese, a jornalista não deixa de realizar a reportagem. Investe seu tempo e sua vida pessoal. Acompanhando a cabeleireira nas atividades do cotidiano, nas relações afetivas, nas sociabilidades com vizinhos, nos percalços do acesso ao Estado e aos direitos humanos básicos, Fabiana imerge na vida de Joicy. Vivencia com os sentidos as vivências da personagem:

Era comum ver as pessoas primeiro se espantando, depois rindo e fazendo troça. Sua [de Joicy] cuidadosamente cultivada aparência era tanto seu orgulho quanto, em relação ao outro, sua marca de desprestígio mundano. Uma realidade compartilhada por milhões de gays, travestis e transexuais em todo o mundo. Senti minimamente esse desprestígio sendo transferido para mim, o que me trazia algum constrangimento, principalmente por ‘forçá-la’ a passar por aquilo com uma espectadora – eu – ao seu lado. (Moraes, 2015, p. 19-20, acréscimo meu).

Fabiana e Joicy mantiveram sua relação, crivada de pessoalidade, por período maior do que os quatro meses reportados na série. Houve uma imersão que, após o retorno à superfície (com a publicação da reportagem), seguiu produzindo sentidos e sentimentos na jornalista, caminho que pavimentou a

escrita do livro. Esse movimento é bem descrito, especialmente no segundo capítulo. Mas a obra como um todo é a expressão do movimento completo de imersão e retorno à superfície, a partir da reflexividade da autora, e encontra uma boa forma de compreensão sobre esse processo nas palavras de Le Blanc (em Neveu, 2016, p. 31):

Imagine a reportagem como uma imersão na água. Uma vez que você está debaixo d'água, você não vê muito, exceto formas e imagens desfocadas. Mas quando você retornar à superfície, verá com mais clareza. Quando você sair da água, estará mais consciente da temperatura e da qualidade do ar. Há certas sensações que só podem ser realmente sentidas quando você estiver na água e, reciprocamente, quando você retorna à superfície, pode pensar mais claramente sobre o que era visível quando estava dentro.

Ao emergir e descobrir novos prismas, Fabiana traz a alteridade como elemento central para refletir sobre as práticas jornalísticas. As experiências desse encontro entre um eu e um Outro trouxeram inquietações motivadas pelas emoções vividas no exercício profissional – numa clara referência à intrusão da subjetividade. As dificuldades entre alteridades serviram como matéria-prima para uma reflexão crítica (e autocrítica) sobre as práticas jornalísticas, seus valores sociais e o jornalismo de modo geral, o que delimita os contornos do livro.

O eu e o Outro, que constituiu a relação de Fabiana e Joicy, envolve diferenças que vão desde a constituição da identidade de gênero – uma é mulher cisgênero, outra mulher transgênero – até as suas distinções de classe, geração, entre outras. A jornalista, também pernambucana, nasceu na capital, Recife, em 1974, enquanto a cabeleireira nasceu na caatinga, na área rural de Alagoinha, sertão pobre do estado, 51 anos antes da publicação da reportagem. As diferenças, principalmente de classe, se

impuseram – o que fica fortemente reiterado nas descrições que ao longo do livro revelam os embates travados entre ambas.

As dificuldades financeiras de Joicy se imiscuíram nestas relações. Fabiana descreve em distintas passagens do livro as doações de dinheiro que fez a Joicy, afetada pela condição social da cabeleireira que, muitas vezes, passava o dia alimentada apenas por água e pipoca. As doações foram feitas não apenas pela percepção da condição de necessidade de sua interlocutora, mas porque as lamentações daquela sobre sua situação financeira eram constantes nas interações entre as duas. Inclusive parte da verba recebida com o *Prêmio Esso* foi compartilhada com Joicy. As dificuldades da transexual sensibilizaram outras pessoas, além da jornalista. A publicação da matéria despertou o interesse do público e de outros jornalistas em doar dinheiro à cabeleireira que, segundo a autora, não conseguia entender que tais doações eram pontuais.

As relações perpassadas pelas questões financeiras fizeram com que as duas se desentendessem em diversas ocasiões. E foram, segundo Fabiana, motivadoras de suas principais mágoas:

Minha mágoa era a de que aquela reportagem e o cuidado da equipe com a própria Joicy eram coisas secundárias, e que minha importância se dava apenas no âmbito financeiro. Aquela não era uma leitura errada, mas também não era exatamente justa com Joicy. Eu não podia responsabilizá-la de saída por não conseguir entender as várias dimensões de nossa proximidade. Ao mesmo tempo, aquilo tudo me doía um bocado. (Moraes, 2015, p. 141-142).

Percebi esses desentendimentos como importantes dificuldades de encontro destas alteridades, conforme mais adiante discuto. Entretanto, Fabiana não transforma as diferenças em desigualdades nas produções simbólicas da matéria, nem do livro. Sequer adota um viés sensacionalista ou

reprodutor de esterótipos. Persegue a normativa jornalística no cumprimento das técnicas, como as da apuração. Adota uma escrita que dá uma dimensão aproximada das técnicas da descrição densa e da observação participante como parte do processo de construção da narrativa.

Os demais capítulos dão os contornos de uma publicação cujas características circunscrevem *O nascimento de Joicy* ao conceito de livro de repórter formulado por Marocco (2011, p. 121):

Trata-se de um tipo de texto que se ocupa do jornalismo, para dele elaborar outro texto que oferece o desvendamento de certos processos jornalísticos, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará um exercício de interpretação criativa do que é considerado jornalismo.

A organização, narrativa e, muito especialmente, os tensionamentos e reflexões sobre as práticas profissionais articuladas às experiências corpóreas, vivenciadas antes, durante e após a realização da reportagem, bem como acerca do jornalismo como um todo, cumprem com uma das principais funções identificadas nos livros de repórter: denotam a capacidade de formular “questões que permitem problematizar o regime das práticas e complexificar a compreensão do próprio jornalismo” (Zamin, 2011, p. 394). Não apenas o livro em análise delimita seus contornos como um livro de repórter como também indica ser esta uma característica das demais obras da jornalista, trazidas na narrativa como elementos para refletir criticamente sobre as práticas jornalísticas.

Pensando no “conjunto da obra”, a jornalista pode ser compreendida a partir de um perfil que expressa uma noção de “autoralidade individual” (Ringoot, Marocco, 2015) que, na

contracorrente da autoralidade coletiva – espaço em que o jornalismo seria delimitado a partir de Maingueneau (2010) –, e em consonância com a noção de “testemunho-embaixador” (Muhlman, 2004 em Ringoot, Marocco, 2015),

[...] materializou um ‘repórter-autor’ que se cristalizou no seio das mídias jornalísticas na troca de sensações com o público; historicamente, esta figura vem se desenhando como o signo de um modo singular, resultado de um conjunto de estratégias individuais que se deslocam do modo de objetivação jornalística. (Ringoot, Marocco, 2015, p. 12).

São muitas as descrições das estratégias que se deslocam do modo de objetivação jornalística. Nas reflexões que seguem nos capítulos seguintes ao da reportagem, estas estratégias são pormenorizadamente descritas, discutidas e problematizadas à luz das práticas jornalísticas e dos conceitos da área do jornalismo em diálogo com outras disciplinas. A subjetividade é matéria-prima para pensar sobre a prática, ressaltando a prevalência destas formas de conhecer, que envolvem também o corpo e as emoções, no processo de cognição envolvido no dar sentido à realidade, tarefa essencial nas produções simbólicas do jornalismo. É, sem dúvida, uma marca e uma estratégia de deslocamento da objetivação jornalística.

Por um jornalismo subjetivo

A percepção da jornalista sobre intrusão da subjetividade nas formas como uma realidade pode ser percebida e narrada parece ter se dado a partir da reflexividade sobre o encontro com o Outro. Afinal, um encontro com o Outro também pressupõe um encontro com o eu, sempre em relação. E essa

relação é pensada no contexto do jornalismo, a partir da crítica sobre as práticas, resultando em uma pertinente discussão teórica. Mais do que isso, a autora contribui para uma discussão que parece longe de se findar no campo do Jornalismo: os ideários de uma objetividade positivista que, ao negar a presença da subjetividade, acaba dificultando a reflexividade dos profissionais e contribuindo para a reprodução de valores sociais dominantes nos processos simbólicos – que ocorrem nas produções jornalísticas a partir dos sentidos gerados nos jornalistas. Colocando-se em perspectiva, a autora mostra o quão difícil é o encontro de diferenças, mas também ensina o quão fundamental é refletir permanentemente sobre ele no exercício da profissão. Os juízos de valor, por exemplo, acionados inconscientemente por nossos valores pessoais, por mais cuidado que se possa ter, insistem em nos escapar nas relações humanas.

Mesmo com um permanente exercício de alteridade, Fabiana ainda assim explicita o quão difícil é evitar um juízo de valor e se preencher pelo Outro. Ao decidir, por exemplo, onde a cabeleireira investiria o dinheiro recebido por doações, a jornalista demonstra como, inconscientemente, transformamos o Outro em desigual, por mais que nossa intenção consciente seja oposta. Guiada por seus valores, Fabiana julgou saber melhor do que Joicy o que era mais adequado para a personagem. Agiu como numa ação de tutela, de quem se considera mais capaz que o outro, como se pode perceber no fragmento a seguir.

[No início de maio de 2011, Fabiana, Rodrigo Lobo e Kennedy Anderson (fotógrafo e o motorista) voltaram a Alagoíinha]. O intuito era tanto entregar as doações a Joicy quanto mostrar como ela estava meses após a cirurgia, o enfrentamento do dia a dia naquele lar com problemas de esgotamento, de falta de espaço e de

higiene em relação ao banheiro, onde também funcionava uma cozinha. **Lobo e eu decidimos**, em vez de entregar o dinheiro a ela, comprar material de construção para reformar o banheiro, instalar um chuveiro e realizar o serviço de saneamento do esgoto. Antes, a ideia era pagar os óculos e o colchão pelos quais ela devia nas lojas locais. Mas o funcionamento de um chuveiro acoplado a um balde (que, antes de cada banho, era enchido pela própria Joicy com água comprada em tonéis carregados por burros) não era mais viável na situação no qual ela estava. [...]. **Havia também, tanto de minha parte quanto da parte de Lobo, o medo de que, se déssemos o valor arrecado a Joicy, o dinheiro facilmente fosse para Dorneles** [com quem Joicy mantinha uma relação afetiva]. **Sei que houve de nossa parte uma “interferência”** que pode ser questionada. **Mas sabíamos** que estávamos garantindo para ela algo de estrutural, de extrema importância, que era vital para a manutenção de sua saúde. (Moraes, 2015, p. 138-19, grifo meu, acréscimo meu).

Do lugar social que estão a jornalista e o fotógrafo em relação à cabeleireira, a “interferência” demonstra o quanto podemos reafirmar nosso diferente em posição desigual. E talvez esse tipo de intrusão não seja uma tarefa jornalística, como também questiona a jornalista ao refletir criticamente sobre a prática. Por mais que as intenções sejam boas, decidir impositivamente pelo outro o torna incapaz de si, o que gera tensão entre as alteridades. Talvez de algum modo Joicy tenha se sentido “roubada” por Fabiana, o que ajuda a entender as insinuações feitas à jornalista, as mágoas e a reflexividade sobre alteridade nas práticas jornalísticas geradas na autora e que resultaram no livro de repórter:

[Em uma das ligações de Joicy para Fabiana, aquela insinua que a jornalista estaria ficando com o dinheiro

que as pessoas doavam a ela – doações feitas a partir da reportagem e que foram depositadas na conta de Fabiana para serem entregues a Joicy. Fabiana diz como se sentiu e o que disse quando recebeu essa ligação]. Eu só queria desligar – de preferência, para sempre. “Joicy, você tem ideia da gravidade do que você falou? Você me acusou de algo muito sério. Eu não me sinto à vontade de continuar conversando com você. Um abraço”. Depois disso, o nome da transexual piscou três ou quatro vezes na tela do meu celular. Não atendi a nenhuma chamada. Ela parou de telefonar e parecia que nós duas finalmente iríamos nos afastar depois de meses de uma intimidade quase obrigatória. A distância era algo de que, profissionalmente e pessoalmente, eu precisava: **me sentia extremamente frustrada pelo fato de, depois de tentar ajudá-la de várias maneiras (um ato que sempre oculta alguma vaidade, é claro), terminar ouvindo suas queixas sobre minha inabilidade em fazê-la, de algum modo, feliz. Durante muito tempo, não entendi que aquela não era uma tarefa minha.** (Moraes, 2015, p. 92, grifo meu, acréscimo meu).

Perceber o quanto sua subjetividade interferia na leitura da realidade e na forma como a mesma é narrada dava mostras de que um jornalismo pensado e praticado pelo viés da objetividade positivista seria impossível. Mais do que isso, negar a participação da subjetividade acabava por impedir a tão necessária reflexividade dos profissionais e por contribuir para a reprodução de estereótipos e do senso comum. E é assim que Fabiana roga uma mudança epistemológica no jornalismo, uma virada subjetiva em prol de um melhor cumprimento de suas funções sociais e éticas.

O diálogo com diferentes autores do jornalismo faz do último capítulo do livro uma sessão mais conceitual sobre um devir jornalístico e relaciona esse devir aos encontros de

alteridades permanentemente presentes nas práticas profissionais. Mas desde a introdução essa mescla é apresentada a/os leitora/es:

Li diversos livros abordando as teorias do jornalismo [...] e, infelizmente, não encontrei em nenhum deles qualquer referência à dor e ao suor, ao assombro e à alegria que invariavelmente estão presentes na relação estabelecida entre jornalista e personagem – principalmente quando essa relação ultrapassa um breve encontro permeado por algumas perguntas, um “muito obrigada” e um ilusório “até logo”. De fato, “personagem”, termo emprestado da literatura e que sobretudo vê o Outro sob um aspecto técnico no momento em que o coloca como objeto de observação (e de desejo) do repórter, é ofuscado pela ideia de “fonte”, esta dominante nos livros e manuais adotados nas universidades e faculdades de jornalismo do país. O conceito parece engessar ainda mais o lugar tantas vezes indomável daqueles que buscamos no momento de escrever. [...] nossas teorias ainda não exploram a contento uma relação na qual os atores em questão, jornalistas e fonte/personagem, nunca são estanques e nem passivos. Eles podem facilmente sair de suas peles para transmutar-se naquilo que o outro não conhecia – e é justamente aí que reside boa parte do assombro, da dor, do suor e da alegria. (Moraes, 2015, p. 17-18).

Nomeado *O subjetivo como elemento político*, o capítulo dá as marcas de um devir do jornalismo capaz de incorporar os elementos subjetivos e políticos. Propõe uma subversão às práticas dominantes baseadas na tríade objetividade/neutralidade/imparcialidade que até hoje sustentam os modos de objetificação jornalística e cujos efeitos têm mais servido a contribuir com o *status quo*. Compreendendo o jornalismo como forma de conhecimento (Genro Filho, 1987;

Meditsch, 1992), a autora coloca em xeque o paradigma moderno-positivista, ainda vigente nas práticas profissionais e no ensino do jornalismo (Veiga da Silva, 2015), que norteia os saberes sobre a prática. A adoção dessas perspectivas por Fabiana – mulher, jornalista, nordestina e uma das pouquíssimas jornalistas a receber o Prêmio Esso⁵ – encontra-se em consonância com uma ruptura epistemológica proposta pela teoria feminista, que há décadas propõe

[...] o questionamento da produção do conhecimento entendida como processo racional e objetivo para se atingir a verdade pura e universal, e a busca de novos parâmetros da produção do conhecimento. Aponta, então, para a superação do conhecimento como um processo meramente racional: as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão. [...] o pensamento feminista trouxe a subjetividade como forma de conhecimento. ‘We all see feelingly’, afirma, o que se opõe radicalmente ao ideal de conhecimento objetivo trazido das Ciências Naturais para as Ciências Humanas. Entranto num mundo masculino, possuído por outros, a mulher percebe que não detém a linguagem e luta por criar uma, ou ampliar a existente: aqui se encontra a principal fonte do aporte feminista à produção do conhecimento, à construção de novos significados na interpretação do mundo. Portanto,

⁵ Valorizando trabalhos feitos *in loco*, o Prêmio Esso laureou praticamente apenas homens em suas primeiras décadas – de 1956 até o final de 1980 –, na “categoria principal”, qual seja, a de melhor reportagem especial. A presença feminina só surge mais vigorosa na década de 1990, com cinco prêmios, e se torna consistente a partir dos anos 2000 (Santos, 2014). De 2000 para cá, foram premiadas três reportagens com autoria única feminina e cinco com autoria conjunta, sendo que, destas, quatro com mulheres na autoria principal (Temer, Assis, Santos, 2014, p. 75).

o feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática. (Rago, 1998, online).

O livro dá os contornos das marcas da repórter-autora que, sobretudo, reivindica um tipo de objetividade capaz de cumprir a função democratizadora das vozes pelo jornalismo.

É preciso pensar em jornalismo que se utilize, sem constrangimentos, de subjetividade, reconhecendo-a como um ganho fundamental na prática da reportagem e mesmo na notícia cotidiana. Nele, são considerados, e não negados, os elementos que escapam da “rede técnica” dessa área do conhecimento. Assume-se que não é possível domar o mundo exterior – e o Outro – em sua totalidade (independente de estarmos lidando com um “fato” ou “acontecimento”), mas que devemos, antes, incorporá-lo, dentro de nossas limitações, às práticas jornalísticas. Assim, englobamos as fissuras e as subjetividades inerentes à vida – o resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. É, certamente, um caminho para minar clichês e lugares-comuns que tantas vezes só engessam nosso olhar sobre o mundo. Reconhecer que não somos capazes de guiar comportamentos, falas, sentimentos e situações, aliás, não prejudica a narrativa jornalística; ao contrário, pode enriquecê-la. Parece óbvio, mas o fato é que grande parte da produção desse campo midiático funciona a partir de um imenso e terrível ato de manipulação e autoritarismo, no qual as pessoas e grupos são praticamente obrigados a se comportar, a responder e mesmo a sentir aquilo que o jornalista – quase sempre apressado ou ansioso para dar conta de algo que está em sua cabeça – quer. A inclusão daquilo que escapa ao nosso controle não significa o fim do respeito a uma prática/teoria na qual diversas regras da objetividade são vitais, mas acarreta seu necessário amadurecimento e o entendimento de

limites teóricos, profissionais e individuais. Significa, enfim, pensar na produção dessa área de conhecimento de maneira dialética (e aqui não me refiro à dialética marxista, e sim em seu aspecto filosófico, como pensamento dinâmico que procura explicar a realidade levando em consideração sua complexidade e constante instabilidade. É importante levar em conta que objetividade e subjetividade não podem ser extraídas da produção noticiosa, uma vez que estão imbricadas [...]. A notícia é feita a partir de uma articulação entre essas duas dimensões. Assim, numa prática que reconhece a subjetividade, não são colocados de lado elementos vitais do jornalismo – tais como a pertinência da informação, a checagem minuciosa de dados e fatos, a clareza na escrita – e, importante, não se assume a distorção deliberada do acontecimento (ou fenômeno). Afinal, é no campo da realidade socialmente compartilhada que o jornalismo estabelece seu índice, e, mesmo com a adoção de vários elementos da literatura na escrita, é essa a pedra fundamental da prática jornalística e o que a separa, no fim, da ficção. Dar conta dessa lógica no momento da produção não implica um jornalismo que deixa de lado a “Verdade”, maiúscula palavra vastamente utilizada para exprimir a ideia de excelência e que serve, há séculos, para blindar o próprio jornalista (Apenas relatei a verdade). Aliás, um dos motivos para a resistência em agregar essa prática subjetiva ao trabalho talvez seja a própria desmistificação do papel do profissional da imprensa, fenômeno que vem ocorrendo há muito, quer ele queira ou não. (Moraes, 2015, p. 159-160).

Pelas discussões propostas, não pude deixar de entender a subjetividade reivindicada por Fabiana com o conceito de objetividade de Donna Haraway. Com a perspectiva da objetividade feminista, Haraway trata da ideia da localização e limitação das condições do conhecimento, “não da

transcendência e da divisão entre sujeito e objeto” (Haraway, 1995, p. 21), e indica os modos como podemos nos tornar responsáveis por aquilo que aprendemos a ver. Ou seja, sinaliza os significados possíveis a partir de uma visão que se constitui a partir de sistemas de percepção ativos que constroem traduções, interpretações e modos específicos de ver. Deste modo, a autora consegue ensinar como nos afastarmos das perspectivas da totalização e do pleno relativismo, considerados por ela como “truques de Deus” por serem entendidos como perspectivas que igual e inteiramente prometem uma visão de toda a parte e de lugar nenhum, comuns em torno na ciência (Haraway, 1995) e, pelo que pude perceber, também no jornalismo.

Considerações finais

O nascimento de Joicy foi um caminho interessante para começar a circunscrever os objetos de pesquisa e indica fortemente Fabiana Moraes como interlocutora. O objetivo da investigação é conhecer e refletir sobre práticas jornalísticas menos etnocêntricas, mais afeitas ao encontro com o Outro. A partir da escuta da história de vida de jornalistas reconhecidos pelo desempenho destas práticas, pretende perceber como essas trajetórias pessoais contribuem para uma bagagem de conhecimentos culturais e profissionais que resultam em práticas diferenciadas e que podem servir de pedagogia para um devir do jornalismo. Há o intuito de mapear e divulgar através da pesquisa práticas profissionais que contribuam para formar profissionais mais consoantes com uma atividade intelectual tão relevante na chamada sociedade do conhecimento: jornalistas capazes de propor novas perguntas, pautar novas perspectivas de pensamento e provocar mais indagações do que respostas simplistas e definidoras para os complexos acontecimentos da

realidade, produzindo conhecimentos que possam permitir mais reflexão e criticidade ao público e melhores encontros com a alteridade. Pois a alteridade e a noção de que o Outro é construído a partir de um nós pode ser revolucionário como uma noção central nos processos simbólicos do fazer jornalístico, e nisso os jornalistas passariam a ser entendidos e a se entender em suas centralidades nesses processos.

Referências

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, n. 1. Campinas: Unicamp, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. Autor. A noção de autor em análise do discurso. In: SOUZA E SILVA, M. C.; POSSENTI, S.. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

MAROCCO, Beatriz. [Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas](#). *Revista Contracampo*, Niterói, n. 22, fev. 2011, p. 116-129.

MORAES, Fabiana. *O nascimento de Joyci*: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: UFSC, 1992.

NEVEU, Erik. [“Novos” jornalismo investigativos e ciências sociais: pensando empréstimos, diferenças e hibridizações](#). *Revista Parágrafo*, v. 4, n. 1. São Paulo: FIAM-FAAM, 2016.

RAGO, Margareth. [Epistemologia feminista, gênero e história](#). In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

RINGOOT, Roselyne; MAROCCO, Beatriz. A individualização autorial em jornalismo: Séverine, Eliane e Alexandra repórteres a flor da pele. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, 2015, Campo Grande. *Anais*. Campo Grande: SBPJOR, UFMA, 2015.

SANTOS, Marli dos. [Revelando a presença feminina no jornalismo investigativo](#). In: Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, 1., 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Abrají, 2014.

RINGOOT, R; MAROCCO, Beatriz. A individualização autoral em jornalismo: Séverine, Eliane e Alexandra, repórteres à flor da pele. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13., 2015, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: SBPJor, UFMS, 2015.

TEMER, Ana Carolina R.; ASSIS, Francisco de; SANTOS, Marli dos. [Mulheres jornalistas e a prática do jornalismo de imersão: por um olhar sem preconceito](#). *Revista Media e Jornalismo*, v. 14, n. 2. Coimbra, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade*. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – UFRGS.

ZAMIN, Angela. [Livros de repórter, saberes de entremeio: relatos jornalísticos sobre a cobertura de conflitos](#). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 389-405, jul-dez. 2011.

.....
Publicado originalmente em:
Revista Observatório, Palmas, v. 4, n. 1, p. 398-417, jan-mar. 2018. ISSN
2447-4266. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p398>.
.....

A subjetividade nas narrativas jornalísticas e suas implicações em *O nascimento de Joicy*

Dayane Barretos

A jornalista Fabiana Moraes, em seu livro *O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem* (2015), reúne reflexões acerca da investigação jornalística efetuada para a produção de uma série de reportagens sobre o processo de redesignação sexual da transexual Joicy, veiculada em 2011 pelo periódico pernambucano *Jornal do Commercio*. A repórter acompanhou Joicy, transexual de Alagoinha, na zona rural de Pernambuco, em sua luta para conseguir a cirurgia, seus dias no hospital e a sua recuperação em casa. Moraes (2015) destaca as dificuldades pelas quais Joicy passa para se afirmar perante os moradores do pequeno lugarejo e as relações que estabelece com eles e com a família. A obra consiste na reportagem veiculada no jornal, transposta na íntegra, além de outros dois capítulos sobre inquietações da repórter. Desse modo, nos parece que o formato livro permitiu uma ampliação da discussão proposta na série publicada no impresso, possibilitando um movimento de reflexão acerca do próprio fazer jornalístico vivenciado por Fabiana Moraes.

Entre as principais contribuições dessa produção para os estudos em jornalismo estão as considerações que a jornalista tece acerca do desafio de narrar o Outro e dos riscos da aproximação entre jornalista e personagem durante a apuração e a escrita. Moraes (2015, p. 22) define como proposta central do trabalho “refletir sobre as proximidades e os distanciamentos que se impõem entre jornalistas e personagens [...] entre quem quer ouvir e quem quer ser ouvido”. Essa relação é por vezes problemática, provocadora de tensões que não vão para o jornal, mas que trazem implicações para o relato final. Ao abrir-se e se propor questionar, a repórter traz questões elucidativas sobre esse vínculo, nos permitindo conhecer um pouco mais da realidade bruta da atividade jornalística, para então problematizá-la com maior propriedade, diminuindo o hiato entre a teoria e a prática – enfermidade de que sofre o campo do jornalismo.

Em seus apontamentos, a autora (2015, p. 24) utiliza o termo jornalismo de subjetividade para tratar de um jornalismo “no qual não são negados, e sim considerados, os elementos que escapam à técnica jornalística”. Tais elementos dizem respeito ao caráter subjetivo inerente a qualquer produção narrativa, afinal, as escolhas do narrador durante a investigação, as entrevistas e a escrita, além do viés que determina a abordagem, delimitam o produto final. Moraes (2015) pondera que falar de jornalismo de subjetividade não é rejeitar a dimensão objetiva por completo, mas levar em conta também a importância da dimensão subjetiva nas produções jornalísticas, admitindo que o sujeito que escreve exerce uma inegável influência no modo como os fatos são apresentados ao leitor.

Para Berger (2010), as questões que motivam os estudos em jornalismo são provenientes do exercício da profissão. “O primeiro movimento na direção do conhecimento sobre o jornalismo vai do saber pelo exercício da profissão a um saber formulado como conhecimento, prescrição ou orientação”

(2010, p. 19). É, portanto, para dar conta das inquietações que nascem na prática diária do jornalismo que são desenvolvidas críticas e teorias no ambiente acadêmico. Desse modo, este texto pretende abarcar um aspecto da produção jornalística abordado na obra da jornalista Fabiana Moraes que levanta questionamentos tanto no âmbito da prática, como no reduto da teoria: a subjetividade no jornalismo.

A partir de uma leitura crítica de *O nascimento de Joicy* adentramos nas reflexões que o livro suscita a partir de três dimensões: a construção textual da reportagem; a autoanálise que a autora efetua sobre os limites da relação entre jornalista e personagem; a discussão que a autora propõe acerca da subjetividade como elemento político no jornalismo. O intuito é buscar pistas para a compreensão de uma narrativa jornalística que se propõe a lançar luz sobre sujeitos, além de trazer à tona os desafios desse narrar, a fim de abarcar as implicações que essa mudança de perspectiva, que promove a valorização de aspectos subjetivos, pode acarretar para o campo do jornalismo. De saída, compreendemos que tais potencialidades estão intimamente ligadas às possibilidades que o formato “livro de repórter” (Marocco, 2018; Zamin, 2011) traz consigo, como se constituir enquanto espaço que não se limita a veicular as produções jornalísticas, tornando-se também um lugar privilegiado para tratar de reflexões e inquietações do sujeito que narra acerca da sua própria experiência da prática jornalística.

Jornalismo e subjetividade: um percurso

O jornalismo como discurso de atualidade se legitimou durante a modernidade, período em que os ideais positivistas ganhavam força ao buscar dar sentido a um contexto conturbado, a uma vida que passava a ser pautada pelo ritmo

das fábricas. É dentro dessa lógica que a prática jornalística define o seu papel dentro da sociedade que se constituía então: dar a saber os fatos e acontecimentos do mundo. Segundo a pesquisadora Cremilda Medina (2008, p. 25), esses ideais positivistas exerceram forte influência na constituição do jornalismo; para ela, “a moldura ideológica, fixada no jornalismo, está representada nas palavras-chave da bandeira brasileira: ordem e progresso”. A proposta era então organizar o campo das ideias, os costumes e as instituições sob esse ditame (Medina, 2008). No âmbito do discurso jornalístico, ele se traduziu na primazia pelos números, dados verificáveis e fontes oficiais, em detrimento do testemunho, de forma a evitar lacunas. Era preciso buscar uma lógica no horizonte de incertezas que se delineava.

Essa ideia de que seria possível alcançar uma lógica verificável, uma ordem que promoveria o progresso, reflete na própria compreensão errônea do cotidiano como algo linear e coerente. Tal desejo de ordenamento culmina em um regime de invisibilidade que hora apaga a diferença, hora a exalta a fim de excluir o outro, de modo a garantir uma suposta homogeneidade. No entanto, ao partirmos do pressuposto de que o cotidiano é caótico, permeado de pequenos conflitos e que a realidade é formada por várias camadas e não apenas por dois lados, é possível romper com esse ideal superficial de ordenamento e promover a visibilidade.

Nesse esteio, Medina (2008, p. 31) coloca a seguinte questão: “Como narrar histórias de vida dos protagonistas sociais anônimos, deserdados, ocultados pelos heróis do poder estabelecido, sem o toque sensível da aventura humana?”. Assim, da mesma forma que a busca por um ordenamento acaba por segregar, os dados objetivos e as falas oficiais não dão conta da complexidade dos processos que são a matéria viva do jornalismo, há sempre aspectos que ficam de fora por não se enquadrarem na lógica proposta por uma abordagem que reduz

e simplifica em prol de uma inteligibilidade limitadora. A sensibilidade, os aspectos de ordem emocional, os impasses e a multiplicidade da vida humana são encobertos, uma vez que o interesse é cercar os sentidos, de forma que, ao leitor seja dada uma única possibilidade interpretativa, não permitindo lacunas para a inserção de experiências diversas, de compreensões outras.

Em contrapartida, o contexto social, o protagonismo anônimo, a identidade cultural e raízes históricas, os diagnósticos e prognósticos especializados são citados por Medina (2008) como pistas que devem ser percorridas para a compreensão do que ela chama de arte de tecer o presente. Uma mudança de perspectiva mostra-se, portanto, essencial para que possamos aprofundar as discussões do jornalismo no que diz respeito a uma valorização dos sujeitos e à visibilidade. “Hoje a epistemologia relacional sujeito-sujeito desconstrói a operação mental da epistemologia positivista sujeito-objeto” (2008, p. 64). Já seguindo essa linha da epistemologia relacional, o debate deve avançar nas reflexões acerca das implicações que essa visada traz consigo no que diz respeito à relação com o outro e a possibilidade de torná-lo visível.

Em se tratando da produção de reportagem, como é o caso deste texto, partindo do pressuposto de que esse formato permite um maior aprofundamento das temáticas, pensando a reverberação de determinados acontecimentos e processos, além de seus desdobramentos na vida dos sujeitos, a problemática da relação se destaca e pode ser pensada de forma mais contundente. Para Márcio Serelle (2014, p. 36), “a reivindicação de determinadas reportagens de romper com esse estado excludente é também a de deslocar uma forma considerada acomodada de jornalismo”. Desse modo, apropriar-se da reportagem enquanto gênero que diz sobre a possibilidade de uma maior visibilidade, é também pensar a prática jornalística de uma nova forma, com menos amarras e um maior engajamento.

Nas palavras de Serelle (2014, p. 36), é preciso olhar para a reportagem de modo a revelar “sua orientação sensível para ‘outro’ e sua imediaticidade, bem como seu modo e leitura e os usos sociais e culturais”.

No entanto, é necessário ponderar que admitir a subjetividade não exclui a necessidade de uma investigação rigorosa. Não se pode esconder uma investigação malfeita atrás de uma narrativa humanizada em primeira pessoa. Há uma dimensão reveladora do jornalismo que não deve ser negligenciada, e que faz com que objetividade e subjetividade se articulem, não sendo necessário negar uma para ressaltar a importância da outra.

Beatriz Sarlo (2007) salienta que há uma espécie de enaltecimento exacerbado da verdade testemunhal. “Se há três ou quatro décadas o ‘eu’ despertava suspeitas, hoje nele se reconhece privilégios que seria interessante examinar” (2007, p. 21), afirma. A pesquisadora denomina o processo de revalorização da identidade dos sujeitos de guinada subjetiva, movimento com o qual devemos ter cautela, uma vez que testemunho também é discurso e como discurso é permeado por intencionalidades, tanto como aqueles que se dizem objetivos. Serelle (2009) toma o termo emprestado e o transporta para o campo do jornalismo.

Neste cenário, vêm à tona, como dissemos, a princípio na condição de arestas, uma série de relatos jornalísticos em primeira pessoa, em que a perspectiva do sujeito não apenas molda a matéria narrada, mas a própria experiência do narrador torna-se parte do fato a ser comunicado. Podemos apreender essas manifestações como relatos resultantes, no jornalismo, da guinada subjetiva, que, principalmente a partir da década de 1970, deu a voz, por meio do testemunho, àqueles até então excluídos dos discursos majoritários. (2009, p. 39).

Aliando o rigor investigativo à experiência do repórter, a subjetividade desponta no jornalismo de forma a agregar sentidos à narrativa jornalística, além de possibilitar relatos mais autorais. Por outro lado, há também o risco de se reproduzir os próprios valores e visões de mundo por meio de uma narrativa com um maior teor do sujeito. Riscos à parte, é inegável o destaque que os relatos tecidos a partir da própria experiência do jornalista vêm ganhando no jornalismo contemporâneo. Segundo Moraes (2015, p. 130), em sua obra, ao explorar o que ela chama de jornalismo de subjetividade, foi possível “observar o mundo não a partir do ponto de vista de Joicy (seria muita pretensão), mas a partir do ponto de vista de alguém que estava continuamente ao lado de Joicy”. Nesse sentido, a própria relação entre jornalista e personagem mostra-se reveladora das subjetividades em jogo. Indo ainda mais fundo, a própria proposta da repórter de trazer a sua experiência durante a produção dessa reportagem e questionar-se descortina uma outra subjetividade que habitaria essa narrativa e se localizaria no âmbito da autorreflexão.

O “livro de repórter” e os sujeitos do jornalismo

O formato livro é comumente visto enquanto um lugar privilegiado para a veiculação da reportagem, pela sua maior disponibilidade de espaço, que propiciaria produções mais longas, com abordagens aprofundadas, como grande-reportagens que não teriam mais que se limitar pela área destinada a ela nas páginas dos jornais e revistas. Segundo Lima (2009, p. 26), “o livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos”. Para o autor, esse maior

grau de amplitude pode ser entendido tanto no âmbito horizontal, de extensão, quanto no que diz respeito a um maior aprofundamento do tema. Fora a amplitude, o livro-reportagem, ainda que tenha a linguagem jornalística proeminente, possibilita uma maior liberdade na construção narrativa do tema ou acontecimento, evidenciando o seu caráter autoral.

No entanto, nos parece que as potencialidades que o formato carrega não se limitam ao que Lima (2009) aponta como características do livro-reportagem. Ele permite também uma ampliação e uma complexificação da narrativa pela via do compartilhamento da experiência do repórter ao apurar e narrar determinada realidade. É nesse esteio que autores como Beatriz Marocco (2018) e Angela Zamin (2011) desenvolvem a discussão sobre os chamados “livros de repórter”, produções que, além das reportagens, apresentam também reflexões dos próprios jornalistas sobre a sua prática, como é o caso da obra de Fabiana Moraes.

Segundo Zamin (2011, p. 329), “quando ocorre o deslocamento do jornalismo periódico para o livro, o que é dito adquire outra espessura sem, contudo, deixar de ser jornalístico porque se fundamenta no exercício profissional”. Desse modo, os relatos que tratam do fazer jornalístico promovem uma reflexão sobre o jornalismo, tanto em sua dimensão profissional, como a partir de uma experiência específica, que carrega inquietações e reflexões do próprio sujeito que narra. Tal formato seria, então, aquilo que “se reveste como ‘espaço outro’ para a narrativa, pois é dado ao jornalista dizer explicitamente da sua presença, das suas escolhas e de seus caminhos no desvendamento dos acontecimentos” (Schwaab e Zamin, 2015, p. 217). Assim, as possibilidades trazidas por esse modelo contribuem para destacar as amarras a que são submetidos os textos jornalísticos tradicionais, na mesma medida em que se permite ao jornalista que relate a sua própria experiência de apuração.

Há, ainda, uma outra dimensão do “livro de repórter” que nos interessa especialmente aqui: a autoria. Para Marocco (2018), nessas produções o autor descola-se do nome do jornal, de uma autoralidade coletiva, passando a constituir uma autoria individual. Sendo assim, “como um exercício de crítica das práticas jornalísticas, o ‘livro de repórter’ apresenta a ação subjetiva e de resistência de um ‘repórter-autor’” (2018, p. 72). Resistência subjetiva frente a um objetivismo, que permite um olhar crítico para o campo, a partir da experiência da prática jornalística vivenciada pelo repórter.

Assim, ao revelar seus questionamentos e as reflexões que permearam a produção de *O nascimento de Joicy*, Moraes (2015) nos permite problematizar aspectos que cercam a perspectiva da subjetividade no jornalismo. As questões que a repórter levanta serão tratadas no item a seguir, de modo a elucidar aspectos dessa proposta de produção jornalística, ampliando o debate que já superou o embate entre objetividade e subjetividade e avança em discussões sobre a representação do outro e das diferenças, a relação que se estabelece, com suas aproximações e distanciamentos, e a problemática da visibilidade.

O jornalismo de subjetividade em *O nascimento de Joicy*

O livro *O nascimento de Joicy* (2015) além de trazer a reportagem homônima, publicada no *Jornal do Commercio* e vencedora do Prêmio Esso em 2011, na sua primeira parte, também é composto por outras duas partes. Na segunda, que dialoga com a introdução, Moraes (2015) fala sobre a sua relação com Joicy, já na terceira, o foco é o jornalismo de subjetividade e suas implicações. Para dar conta de todas as questões pertinentes para este trabalho nas três partes, optamos por

separá-las, de modo a construir considerações específicas para cada tipo de discussão.

a) Subjetividade e a construção textual da reportagem

A reportagem não é construída utilizando a primeira pessoa, no entanto, os traços de subjetividade podem ser notados nas descrições das situações e dos ambientes, que denunciam a presença da repórter. Como no trecho: “Incomodada com o fato de continuar na berlinda, e logo como objeto do risível, a cabeleireira pede licença e vai para a rua” (Moraes, 2015, p. 68). Aqui a jornalista descreve uma cena a que assiste, destacando sua percepção acerca do que Joicy estaria sentindo, ao mesmo tempo em que dá pistas sobre o cotidiano da personagem, o modo como ela era vista pelos moradores da região e sua relação com eles. Este último aspecto é mais evidente no seguinte excerto: “é interessante como apenas homens bêbados têm coragem de chegar perto” (2015, p. 69). A posição da autora fica evidente, bem como a abordagem da pauta e seu objetivo de colocar questões, provocar uma reflexão.

Em contrapartida, a jornalista por vezes utiliza a primeira pessoa do plural de modo a acionar o leitor, como em: “foi o que aconteceu, já vimos, com a própria Joicy” (2015, p. 47).

Outra ferramenta que a repórter explora para reproduzir a realidade vivenciada por Joicy e testemunhada por ela durante o tempo que passaram juntas para a produção da reportagem é a transcrição de diálogos representativos que diriam por si, sem necessitar de uma intervenção por parte da jornalista. Como no exemplo a seguir:

- Soubesse que tinham te dado como morto, João?
- Agora é Joicy, mulher.
- Desculpa, eu esqueço. Soubesse? (2015, p. 68).

De forma a contextualizar a discussão proposta pela pauta, para além do aspecto humano que lhe é destaque, Moraes (2015) aborda o direito à cirurgia de redesignação sexual, garantido por lei, e a polémica tanto na medicina como no congresso que gira em torno do assunto. Para tanto, ela traz a fala de cirurgiões especialistas, de um psicanalista e, de modo a fomentar o debate, o questionamento de um deputado de um partido cristão, que é contra o direito. A inserção de questões, que tangenciam a temática, agrega sentido e informação à narrativa, ampliando a reflexão para a qual aponta a produção jornalística e tornando a personagem representativa de uma realidade compartilhada por outras pessoas, da mesma forma que evoca outros campos, como a medicina, a psicologia e a política.

b) Os desafios que não estão nos manuais

Já na introdução, a autora inicia as suas ponderações sobre os limites da aproximação entre jornalista e personagem e as tensões que surgem a partir dela. Moraes (2015) articula o seu relato pessoal sobre o caso específico de Joice com inquietações que permeiam o fazer jornalístico como um todo. A repórter tece observações sobre a ausência de uma teoria nos livros sobre jornalismo que faça referência “a dor, e ao suor, ao assombro e a alegria que invariavelmente estão presentes na relação estabelecida entre jornalista e personagem” (2015, p. 17). A compreensão de que todos esses aspectos estão presentes durante a produção de uma reportagem e que podem ser problemáticos só é alcançada pelos anos de prática. O trecho traz à tona a dissonância entre um discurso que prega o distanciamento, por meio de artifícios como a objetividade, a imparcialidade, como parte da natureza da prática jornalística e o dia-a-dia da profissão. Moraes (2015, p. 25) é incisiva sobre a importância de se estabelecer um diálogo verdadeiro entre jornalista e personagem, para ela “o mero aproximar-se e testemunhar não pode sustentar a produção noticiosa”.

O que está em jogo aqui é a dimensão relacional do jornalismo. Em se tratando de uma pauta que tem como base o sujeito, que depende de uma relação mais profunda que se estenda para além de uma tarde de entrevista, é impossível prever quais serão as implicações para além da reportagem que será construída. A jornalista Eliane Brum, uma das autoras que Moraes (2015) utiliza para tratar do jornalismo de subjetividade, também discorre sobre o potencial transformador desse encontro com o outro durante a apuração. Nas palavras de Brum (em Mariano, 2011, p. 312): “Eu sou transformada por aquilo que eu conheço, que acontece, que eu faço. Eu me recrio a cada reportagem. E disso fazem parte as relações”.

Uma visada que leva em conta o encontro, a relação e o diálogo como fundamentais no jornalismo, passa por uma outra mudança de paradigma que insere a prática em uma perspectiva interacional da comunicação, em detrimento de uma ideia de transmissão de informação. Assim, em vez de um movimento linear, de uma mensagem que vai de um produtor para um receptor (mesmo que se leve em conta os ruídos e outros obstáculos) a ideia é pensar a produção jornalística, principalmente as reportagens de cunho mais subjetivo, a partir da interação entre os sujeitos envolvidos nesse processo.¹

A pesquisadora Vera França (2006) contribui sobre esse aspecto ao propor uma abordagem que dê conta dos sujeitos para pensar a produção narrativa, integrando as etapas do processo comunicativo, o que possibilitaria uma ampliação do olhar.

Analisar os sujeitos em comunicação é, simultaneamente, achar nos textos as marcas que os interpelam e no

¹ Partimos do pressuposto de que essa interação ocorre em dois níveis: entre o jornalista e o personagem e entre o jornalista e o leitor. Pensar a integridade do processo comunicativo de que faz parte o jornalismo é tratar desses dois níveis de forma articulada.

posicionamento e falas desses sujeitos a maneira como eles respondem, atuam, produzem. [...]. Não se trata, portanto, da análise de um texto, ou da caracterização de um sujeito, mas do movimento dos textos (narrativas, discursos, representações) no contexto das interlocuções. É nesse movimento que os sujeitos (agentes e pacientes dos processos comunicativos) ganham existência – e é onde podem ser apanhados. (França, 2006, p. 86).

Dessa forma, a partir da epistemologia relacional citada por Medina (2008) e da abordagem sugerida por França (2006) é possível pensar a construção do outro pela narrativa de forma mais ampla. Para Brum (em Mariano, 2011, p. 310), o cerne da questão é a escuta, a disponibilidade de escutar verdadeiramente o outro. “Eu acho que cada reportagem, cada entrevista te exige isso: é tu te despir daquilo que tu é, dos teus preconceitos, da tua visão de mundo e chegar o mais vazia para aquele momento e conseguir realmente escutar com todos os sentidos o que aquela pessoa está dizendo”. Nessa linha, Moraes (2015) expõe as dificuldades que ela teve em manter os próprios valores distantes da situação da apuração e que estão diretamente relacionadas com o processo de escuta e com as tensões que advém do encontro. “Brigamos várias vezes [...]. Censurei-a outras tantas, principalmente pelo modo pouco suave com a qual lidava com a família. Hoje, vejo que ali eram os meus valores os atingidos negativamente” (2015, p. 20).

Despir-se de si durante essa relação com o outro no jornalismo é uma tarefa tão necessária quanto árdua. Ao evidenciar a dificuldade em deixar os próprios valores de lado, Moraes (2015) nos convida a refletir sobre as implicações que a aproximação entre jornalista e personagem traz consigo. É importante ressaltar que se apagar durante a escuta não significa uma anulação do eu-narrador na escrita, uma vez que o movimento durante a apuração e a entrevista é de deixar que a

realidade do outro te preencha, enquanto que durante a escrita o movimento é inverso, é através do eu-narrador que o outro fala. Assim, se está dado que falar do outro é também, de algum modo, falar de si, negar essa dimensão subjetiva e a dificuldade em se apagar durante a entrevista é ser negligente com o leitor. Assumi-la, no entanto, não é tornar a legitimidade da prática alvo de dúvida, mas sim se aproximar da realidade da profissão. Conforme indaga a repórter (2015, p. 22), “no fim, o que é mais importante? Respirar fundo e colocar esses “ruídos” de lado em nome do preconizado e quase mítico distanciamento? Ou torná-los parte de uma escrita que, de saída, se reconhece múltipla de sentidos e, é claro, imperfeita?”.

Na segunda parte da obra, que a autora nomeou como *Aproximação e distanciamento*, Moraes inicia as suas considerações sobre o processo de produção da reportagem, mais especificamente no que se refere ao convívio com Joicy. O relato é tecido a partir das impressões e inquietações vivenciadas pela repórter durante o tempo que passou com a personagem. O eixo de problematização trata desses dois aspectos – aproximação e distanciamento – no âmbito do jornalismo, centrada nessa produção em específico. Essa parte, junto da terceira em que a autora problematiza o subjetivo como elemento político, foram adicionados exclusivamente para a versão em livro, de modo a propiciar uma discussão sobre a prática jornalística que levasse em conta tudo aquilo que não vai para a reportagem final, mas que a afeta, seja os bastidores da produção ou as reflexões que a jornalista constrói.

Moraes (2015) descreve os telefonemas que ela e Joicy trocaram, as discussões, as tentativas de ajudá-la até financeiramente. A jornalista relata que após a publicação da reportagem no jornal os leitores passaram a entrar em contato com a redação a fim de enviar dinheiro para Joicy, no entanto, uma vez que os depósitos cessaram, Joicy passou a telefonar constantemente para a repórter, questionando se ela estaria

ficando com o dinheiro para si (Moraes, 2015). O intuito da repórter ao narrar episódios como esse é trazer a realidade vivenciada por ela para a discussão acerca do quão delicada e desgastante pode ser a relação de aproximação entre jornalista e personagem, da qual não se pode escapar em um trabalho como este.

Um outro exemplo, nesse sentido, ocorreu quando a jornalista decidiu alertá-la para tomar cuidado com a relação que mantinha com um rapaz. Sobre a decisão de precavê-la a repórter pondera: “Minha atitude não estava dentro do citado círculo técnico do jornalismo, mas era totalmente compatível com meu sentimento de responsabilidade” (Moraes, 2015, p. 102).

Ainda nessa parte do livro, Moraes (2015) descreve o processo de escolha da personagem que ela acompanharia. De início a ideia era buscar a próxima paciente a realizar a cirurgia, o que a levou até Joicy. Contudo, a jornalista percebeu que Joicy era excluída do próprio grupo do qual fazia parte enquanto transexual, por não usar cabelos longos nem maquiagem, retrato do feminino que as colegas valorizavam. Moraes (2015) reproduz um diálogo que teve com o cirurgião que operaria Joicy e a ajudou a reafirmar a sua decisão.

- Por que você escolheu logo Joicy? Há outras transexuais aí com a aparência mais feminina, seria bem melhor.

-Mas Joicy não é mulher? Não é a próxima a ser operada pelo senhor?

- Sim, mas é uma paciente difícil, não tem as características mais femininas, é um pouco embrutecida, ignorante.

Em vez de me desencorajar, o cirurgião terminou me instigando ainda mais: afinal, pensei, o que exatamente nos transforma em mulheres? (2015, p. 95).

A discussão de Moraes (2015) sobre a escolha de um personagem que destoava entre as próprias colegas, toca na problemática da visibilidade, tratada no início deste artigo. A ideia de que mesmo dentro de um grupo pertencente a uma minoria existiria um padrão que garantiria uma coerência exclui Joicy. Em contrapartida, ao escolhê-la como personagem central de uma reportagem que fala de uma realidade compartilhada por todo o grupo, a jornalista tensiona essa questão. Ainda mais ao relatar as suas motivações na obra, apresentando o modo como ela enxerga a prática jornalística como lugar de embates, mas também de reflexão e de visibilidade.

c) Por um jornalismo de subjetividade

Na terceira parte do seu livro, Moraes (2015) se volta para o tema da subjetividade no jornalismo. Nesta seção chamada *O subjetivo como elemento político*, a autora utiliza a sua experiência como repórter, principalmente a partir da produção de *O nascimento de Joicy*, e a articula com trabalhos recentes de pesquisadores. Uma vez que ela mesma transita entre a prática jornalística e a academia, o diálogo entre esses dois cenários traz questões pertinentes para pensarmos uma nova proposta para o jornalismo contemporâneo a partir de uma perspectiva que leve em conta o sujeito.

Moraes (2015, p. 159) destaca que “é preciso pensar em um jornalismo que se utilize, sem constrangimentos, da subjetividade, reconhecendo-a como um ganho fundamental na prática da reportagem e mesmo na notícia cotidiana”. Dessa forma, para Moraes, longe de ser um obstáculo para a prática, a subjetividade mostra-se potente de sentidos, contribuindo para o amadurecimento de uma atividade essencial para a sociedade, além de possibilitar um melhor entendimento dos limites teóricos e profissionais. Ao deixarmos de negar a dimensão subjetiva da narrativa jornalística, outras reflexões mais condizentes com a realidade da prática entram em cena, como as

implicações de uma aproximação maior do entrevistado, o processo de escuta do outro, a construção das diferenças por meio da narrativa, entre outras questões que admitem a subjetividade inerente a esse discurso, tensionando-a.

Ao limitar o entendimento da realidade ao sujeito que a vivenciou e se propôs a narrá-la, a narrativa se isentaria da pretensão de se alcançar uma suposta verdade, passando a compartilhar um relato da experiência de um sujeito, uma faceta das tantas que um acontecimento possui – a despeito da ideia dos dois lados. Nas palavras de Resende (2009, p. 38):

O jornalista como protagonista do ato, quando se reposiciona no lugar do humano, cria possibilidades de encontro. Articulando-se no tecido da vida, ele deixa, através do texto, de ocupar o lugar de dono da lei, para tornar-se um observador, tanto quanto o é aquele para quem escreve.

Sobre esse aspecto, Moraes (2015, p. 230) afirma: “Para mim, esse testemunho passa a ter maior relação com essa verdade uma vez que as limitações da(o) repórter e as negociações realizadas entre jornalista e personagens são expostas”.

Entre *compartilhar* uma visão de mundo e *transmiti-la* há uma linha tênue que modifica completamente os propósitos da prática jornalística. Enquanto o compartilhamento prevê a visibilidade dos sujeitos, a transmissão tende a um engessamento da realidade. Ao caracterizar as suas produções, Moraes (2015, p. 174) considera que “todas – algumas em maior grau – possuem como elemento unificador o esforço de superar o discurso geral empreendido pelo jornalismo, no qual o senso comum é uma fonte de realidade”. Essa busca pela fuga do senso comum, pelos questionamentos ao invés das afirmações incisivas contribuem para provocar reflexões no leitor, que

podem tanto modificar a sua visão de mundo, como reforçá-la. “O fato é que o que escrevemos, falamos e mostramos tem, independentemente de estar em meio impresso ou digital, o poder de fomentar e cristalizar preconceitos e inverdades, e, por outro lado, de ajudar a desmontá-los ou, ao menos, trincá-los” (2015, p. 175). Esse é o poder da narrativa transformadora, que se entenda como partilha.

Nessa linha, Serelle (2014, p. 31) salienta que a reportagem, quando bem-sucedida “não é acompanhada de ‘é assim que as coisas são, isso é a vida’, mas de ‘não é possível que as coisas sejam assim’”. Abordar a questão da visibilidade na produção jornalística, partindo da concepção de um jornalismo de subjetividade é, portanto, olhar além, imergir na realidade para depois narrá-la a partir das suas próprias percepções, expondo seus incômodos e ponderações para, assim, chegar o mais perto possível da complexidade do outro e, em contrapartida, do papel social do jornalismo.

Considerações finais

A construção de saberes sobre o campo do jornalismo é um movimento que deve ir “da prática da profissão para a prática científica e, desta, retornar para a prática da profissão. É um *continuum* entre práticas e fazeres” (Berger, 2010, p. 24). A partir dessa ótica, a contribuição da obra de Fabiana Moraes não consiste apenas em tocar em questões pertinentes para os estudos em jornalismo atuais, mas também (re)conciliar o saber da prática com o saber teórico. A obra se configura enquanto um local de discussão sobre o jornalismo, ultrapassando a ideia de uma reportagem veiculada em livro, tornando-se também um livro sobre reportagem, sobre o fazer jornalístico e seus percalços, dilemas e implicações. Nesse sentido, nos parece que

a potencialidade do formato “livro de repórter”, no que se refere à produção de uma reflexão sobre o fazer jornalístico, se efetiva.

Ao evidenciar o processo de produção da reportagem a autora deixa claro que o produto jornalístico possui o caráter de construção, o que podemos estender para o jornalismo como um todo, uma vez que toda produção jornalística é fruto de escolhas, de subjetividades, de um modo particular de apropriação de determinada realidade. Tal característica nos chama atenção principalmente no que tange à relação entre repórter e personagem que se constitui durante a apuração, que habita a narrativa, e que Fabiana Moraes escolhe transparecer.

Os pontos levantados neste artigo sobre as questões exploradas no livro dizem respeito a uma subjetividade que está além do uso da primeira pessoa em um relato jornalístico, que nos desperta para um novo olhar para a prática a partir do sujeito, das relações e da visibilidade. A intenção aqui foi problematizar as questões que ela ilumina, destacando suas principais contribuições para os estudos que se apropriam da subjetividade, tanto ao direcionar o olhar para as ferramentas utilizadas pela autora na construção textual da reportagem, como ao destacar as inquietações que ela expõe.

Segundo Moraes (2015, p. 127), “colocar-se no meio da vida dos outros, da dor dos outros, dos anseios dos outros tem um custo alto”. Conforme vimos, esse movimento traz também diversas implicações para a produção jornalística. Assim, assumir o seu caráter subjetivo por si só não soluciona os problemas da prática, cujo modelo tradicional se esgota a cada dia, mas, pelo contrário, amplia as questões. Nesse sentido, os “livros de repórter” nos auxiliam na compreensão da multiplicidade de processos que são parte do fazer jornalístico, uma vez que, a partir do momento que eles são tensionados nos relatos dos próprios repórteres, torna-se possível discuti-los com base na experiência diária dessa atividade. Assim, a reflexão passa a ser desenvolvida sem a intenção de excluir as dimensões subjetivas

e autorais, mas tomando-as enquanto fundamentais para tratar dessas questões.

É nesse caminho que a discussão deve avançar, não de modo a substituir uma visada limitadora por outra, mas sim a partir de uma perspectiva plural de jornalismo, que leve em conta os vários *eus* e os vários *outros* que se articulam no emaranhado complexo do cotidiano.

Referências

BERGER, Christa. [O conhecimento do jornalismo no círculo hermenêutico](#). *Brazilian Journalism Research*, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2010, p. 15-25.

FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. (Orgs.). *Na mídia na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 61-88.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri: Manole, 2009.

MARIANO, Agnes. [Eliane Brum e a arte da escuta](#). *Em Questão*, v. 17, n.1, p. 307-322, 2011.

MAROCCO, Beatriz. [Giro autoral no “livro de repórter”](#). *Galaxia*, São Paulo, n. 37, p. 66-79, jan-abr. 2018.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MORAES, Fabiana. *O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

RESENDE, Fernando. [O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades de encontro](#). *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 31-43, 2009.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. [O jornalista e o Outro: sobre os vestígios da sondagem e da escrita](#). *Brazilian Journalism Research*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 204-221, 2015.

SERELLE, Márcio. Formas bastardas: reportagem e vida anônima. *Rumores*, v. 8, p. 27-38, 2014.

SERELLE, Márcio. [Jornalismo e guinada subjetiva](#). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, ano VI, n. 2, p. 33-44, 2009.

ZAMIN, Angela. [Livros de repórter, saberes de entremeio: relatos jornalísticos sobre a cobertura de conflitos](#). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 389-405, jul./dez. 2011.

A crítica das práticas em *O Nascimento de Joicy*: o jornalismo como vocação no livro de repórter

Vivian Augustin Eichler
Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Associado ao ideal iluminista de esclarecimento, o jornalismo, tal como o concebemos, é uma forma de conhecimento que tem o dever ético de buscar a complexidade na representação e interpretação da realidade, o que requer adesão a princípios e senso de responsabilidade. O complexo, na perspectiva de Morin (2005), opõe-se à simplificação, inclui o incerto, o ambíguo, o contraditório, e revela-se no exercício de pensar contra os fatos, como propõe Moretzsohn (2007b).

Na pesquisa que resultou no livro *O nascimento de Joicy*, a jornalista Fabiana Moraes (2015) assume esse dever e analisa alguns elementos de complexificação da pauta e da relação com a fonte/personagem, fazendo da reportagem um exercício de subjetividade ante a pluralidade da vida e os imperativos éticos da profissão. De um lado, a autora problematiza valores tradicionais, como a objetividade, associada à suposta imparcialidade nos relatos e a uma distância ritualística das fontes e dos sentimentos; de outro, defende um jornalismo de

subjetividade, marcado pela transparência das dúvidas e dos dramas de consciência do repórter.

Para além do espaço da reportagem, Moraes expõe os tensionamentos da profissão e, ao mesmo tempo, cria um modo de produção autoral. Essas características inscrevem *O nascimento de Joicy* no conceito de livro de repórter, descrito por Marocco (2011, 2016) como um novo patamar epistemológico, em que o repórter conjuga o exercício da crítica sobre a prática e consegue projetar o acontecimento em sua complexidade.

Neste ensaio, sob inspiração de Max Weber (2011), propõe-se um outro olhar teórico sobre os livros de repórter, tomando como referência o livro *O nascimento de Joicy*. Sugere-se que a reflexão crítica de Fabiana Moraes permite-nos circunscrevê-la à condição de jornalista vocacionada, aquela que, no exercício da profissão, ora articula os imperativos éticos da convicção, ora os da responsabilidade. Assim fazendo, suas práticas lhe permitem a compreensão da realidade e da tarefa do jornalista também em termos complexos, na acepção de Morin (2005, p. 114), autor para quem a ética complexa “não aceita reduzir o outro a um único aspecto e o considera na sua multidimensionalidade”.

Nas seções a seguir, descreve-se sinteticamente a estrutura do livro, primeiramente, e, depois, argumenta-se em favor do conceito de “jornalista vocacionado”. Na sequência, discute-se o conceito de livro de repórter no âmbito da crítica de uma prática complexa para, por fim, destacar exemplos que evidenciam essa articulação de princípios e de responsabilidade nas escolhas e reflexões da autora.

O nascimento de Joicy

No livro publicado pela Editora Arquipélago, de Porto Alegre, em 2015, a jornalista e socióloga Fabiana Moraes

reproduz reportagem publicada pelo *Jornal do Commercio*, de Pernambuco, e expõe os conflitos e dilemas que encontrou para contar a história de uma transexual nordestina que, nascida no agreste pernambucano, é encontrada na fila das cirurgias de redesignação sexual do Hospital das Clínicas de Recife. O livro está dividido em três partes. Na primeira, reproduz as reportagens publicadas durante três dias no site e na versão impressa do jornal, em abril de 2011. A segunda relata a vida da personagem, Joicy, depois de publicada a série de reportagens, momento em que a autora conta como se deu a produção da série, os encontros com Joicy, sua família, seus vizinhos, seus conflitos familiares, seus amores, e expõe os conflitos éticos que enfrenta na relação repórter-fonte, incluído o período em que viajam juntas para São Paulo para participar da cerimônia de entrega do Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade. Nessa parte, mostra os bastidores da reportagem, explicita aquilo que o texto publicado poderia sugerir, mas não revelava. “Não são passagens épicas nem heroicas, como tantas vezes os relatos presentes nos livros-reportagem costumam ser, mas repletas de desafios, incoerências e, inegavelmente, bem-querer” (Moraes, 2015, p. 23). Na terceira e última parte do livro, a autora discute a relação jornalista-personagem, refletindo sobre essa interação para além da ideia de fonte, chamando para isso o aporte de disciplinas externas ao campo jornalístico, sobretudo filosofia, sociologia e antropologia. Embora reconheça não ter encontrado respostas para muitas das questões surgidas nesse processo, propõe um caminho que chama de “jornalismo de subjetividade”, no qual sejam reconhecidos e levados em consideração os elementos que escapam à técnica jornalística. A autora/repórter assegura não desconsiderar as estratégias fundamentais para a realização de uma boa reportagem (clareza, checagem rigorosa das informações, busca de respostas para esclarecer o que perturba o mundo sensível e a objetividade), mas assume não ser possível “domar” o ambiente a ser

reproduzido, como sugere a pretensão que enfraquece a própria prática. Ela recomenda utilizar o que se considera “fora da curva” em favor da narrativa.

Essa compreensão da prática confere complexidade ao trabalho da reportagem e evidencia por parte da autora/repórter uma relação com a profissão maior que a implicada em uma simples ocupação. Para Fabiana Moraes, o jornalismo é uma vocação.

O jornalismo como vocação: valores e responsabilidades

O termo “vocação” tem vários sentidos e contém alguma ambiguidade, porque envolve aspectos da natureza humana geralmente aceitos como tendências naturais. Para se desenvolverem, no entanto, esses aspectos dependem de como as pessoas interagem socialmente e de como fazem suas próprias escolhas. Conforme Coelho (2000), três são os usos mais frequentes do vocábulo: um sentido religioso, originado dos conceitos do cristianismo paulino, que significa chamamento, predestinação; um sentido pragmático, pedagógico, que significa propensão para uma ocupação, profissão ou atividade; e um sentido subjetivo, que exprime atração e talento para determinada atividade, que, em circunstâncias adequadas ou favoráveis, desenvolve-se de forma singular. É esse terceiro sentido que se atribui a certo tipo de repórter que vive para descobrir e contar histórias que não cabem nos parâmetros jornalísticos convencionais da cobertura do dia a dia. Fabiana Moraes, Eliane Brum, Daniela Arbex e Caco Barcellos, para ficar em poucos exemplos, compõem um grupo profissional que se caracteriza, sobretudo, por viver para o jornalismo e não apenas do jornalismo.

A ideia de vocação para falar do jornalismo praticado por esse tipo de repórter é, aqui, tomada de empréstimo de Max Weber e de sua célebre conferência *A política como vocação*, proferida em Munique no inverno de 1919. Nessa conferência, o sociólogo situa o jornalismo no âmbito privilegiado do fazer político e faz uma análise da questão ética na política e na imprensa. Ao falar sobre a direção política no Estado moderno, um dos principais temas de sua teorização, o autor aproxima a ação política à ação da imprensa ao afirmar que “atualmente a política é feita predominantemente no âmbito público, por meio da fala ou da escrita” (Weber, 2011). O jornalismo seria parte do “fazer político” pelo uso político que faz da imprensa, e aqueles que exercem uma e outra atividade combinando vontade individual e experiência seriam aqueles que têm atração e se dedicam com gosto e amor a uma causa (vocação). O jornalista vocacionado seria assim, como o político vocacionado, do ponto de vista moral, aquele capaz de articular convicção e responsabilidade.

Os conceitos “ética da convicção” e “ética da responsabilidade” foram introduzidos pelo sociólogo nessa conferência. Seus intérpretes dizem que, ao fazê-lo, Weber acaba relativizando o imperativo categórico kantiano, ao assegurar que qualquer conduta ética no âmbito público implica sempre a articulação entre esses dois preceitos básicos.

A suposta relativização decorreria da tendência à adoção de dois critérios excludentes no julgamento moral das ações na história da teorização da Ética: de um lado, a perspectiva deontológica, que encontra fundamento filosófico em Kant e elege como critério de julgamento moral as ações baseadas em princípios (máximas), em valores, em deveres, ou nas intenções do agente em relação aos outros; de outro, as perspectivas consequencialistas, ou teleológicas (finalistas), que elegem como critério de ação e de julgamento moral os resultados das ações, suas consequências.

Max Weber chama de *Ética da Convicção* aquela que atribui vigência forte aos valores, que funcionam como critérios para a determinação da ação. Esses valores têm caráter absoluto e correspondem às ações de quem coloca em primeiro plano as suas crenças e objetivos que julga irrenunciáveis. Já a *Ética da Responsabilidade* atribui maior valor às consequências da ação. Esta é a ação de quem age politicamente, segundo o autor. É uma ética da ação política.

Weber afirma, assim, que a *Ética da Convicção* é válida para quem age na esfera privada; e a que a *Ética da Responsabilidade* é a que guia as ações de quem age na esfera pública. O sociólogo adverte, no entanto, que não falta responsabilidade à *Ética da Convicção*, assim como não faltam princípios (valores) à *Ética da Responsabilidade*. Nessa perspectiva, por exemplo, alguém pode ser contra o aborto, por princípio, mas a favor da sua legalização, sob certas condições, sem com isso ser contraditório. Dessa forma, convicção e responsabilidade não são excludentes, mas complementares, e juntas moldariam o “homem autêntico”, aquele que tem vocação para a política.

O mesmo vale para a ação no campo do jornalismo, que, a exemplo da política, se dá na esfera pública e tem implicações na vida das pessoas. O mesmo vale para organizações jornalísticas e para os jornalistas, como indivíduos, que quotidianamente se defrontam com a dúvida, a incerteza e o dilema de ter de fazer escolhas e de responsabilizar-se por elas.

A crítica de uma prática complexa

O nascimento de Joicy enquadra-se no conceito de livro de repórter, definido por Marocco (2016, p.18) como um exercício de crítica da prática jornalística, o qual “apresenta a ação subjetiva e de resistência de um ‘repórter autor’”. Essas obras,

na sua concepção, costumam realizar um duplo deslocamento da prática: em direção a uma hermenêutica jornalística por meio da crítica e, desta, à criação de um modo de produção autoral. Marocco (2016, p. 97) destaca que os livros de repórter se desviam “do discurso vigente no jornalismo e, embora não deixem de fazer jornalismo, neste outro espaço, os profissionais são agentes de um modo jornalístico de objetivação autônomo, que pode ser conjugado ao exercício da interpretação crítica no comentário”.

Os livros de repórter também se distinguiriam do conceito de livro reportagem, porque estes exploram a reportagem em profundidade, mas não trazem necessariamente uma crítica do jornalismo. Segundo Marocco (2016, p. 18), os livros de repórter são um “lugar de contrajornalismo”. Nesse conceito, a autora analisa oito obras – *Abusado* (2003) e *Rota 66* (1998), de Caco Barcellos, *Bar Bodega: um crime de imprensa* (2007), de Carlos Dorneles, *Instinto de repórter* (2005), de Elvira Lobato, *Jornalismo e desinformação* (2001), de Leão Serva, *Olho da rua* (2008), de Eliane Brum, *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios* (2008), de Luiz Cláudio Cunha, e a coletânea *50 Anos de Crimes* (2007), organizada por Fernando Molica. *O nascimento de Joicey* não estava nessa relação, mas é circunscrito à categoria em outro texto, sob a perspectiva de gênero, de Veiga da Silva e Marocco (2018). Uma terceira autora que também se dedicou a estudar os livros de repórter define-os da seguinte forma:

Em tais livros, os repórteres narram a construção da reportagem e, ao fazer isso, desvelam as práticas – quer de apuração, de observação ou de coleta de dados – e tecem comentários ao elaborarem formulações para além do que está cristalizado no âmbito do saber jornalístico. Deste modo, tomados como objetos de estudo, os “livros de repórter” suscitam questões que permitem problematizar o regime das práticas e complexificar a

compreensão do próprio jornalismo. (Zamin, 2011, p. 394).

A complexidade é compreendida por Marocco a partir da “caixa de ferramentas” de Michel Foucault, autor do qual utiliza conceitos como “poliedro de inteligibilidade” e “acontecimentalização” (2016, p. 15).¹ A partir da perspectiva foucaultiana, afirma que os livros de repórter contribuem para a compreensão da formação discursiva jornalística, assim como para entender o que está articulado silenciosamente no texto publicado nos jornais.

Pode-se argumentar que os livros de repórter apresentam o exercício do jornalismo de outro modo e que são importantes para a constituição de um saber das práticas jornalísticas. Um saber que, ao romper com os modos de objetivação jornalística, resgatando a subjetividade, ampliando as vozes que compõem uma polifonia de fontes e possibilitando uma reflexividade sobre a prática, rompe com a hierarquia masculinista e positivista, fazendo emergir uma epistemologia mais afeita à diferença do que à totalização. (Veiga da Silva; Marocco, 2018, p.38).

Por outro viés teórico, Moretzsohn (2007a), apoiando-se em Lukács, observa que o discurso crítico penetra pelos momentos de suspensão da cotidianidade. Esse movimento seria “capaz de

¹ A forma geométrica multifacetada dos poliedros desencadeia inúmeras possibilidades de compreensão da realidade, abrindo uma perspectiva crítica, afirma Marocco (2016). Nesse sentido, a perspectiva crítica interroga a verdade e as suas formas (Foucault, 1978). O conceito de acontecimentalização, por sua vez, dá materialidade a um movimento de crítica que, no jornalismo diário, conforme Marocco, Zamin e Boff (2012, p. 93), desvia-se da construção do acontecimento segundo as normas da disciplina jornalística e insinua uma espécie de “contrajornalismo”.

levar à reflexão e de fornecer, no movimento de retorno ao cotidiano, elementos que contribuam para um novo senso comum” (2007a, p. 12). Em *O nascimento de Joicy*, a repórter e pesquisadora expõe a realidade multifacetada do universo da reportagem e do exercício jornalístico. Ao fazê-lo, defende que o repórter deve se opor a um jornalismo simplificador, que apenas reproduz o senso comum do cotidiano.

O fato é que o que escrevemos, falamos e mostramos tem, independentemente de estar em meio impresso ou digital, o poder de fomentar e cristalizar preconceitos e inverdades, e, por outro lado, de ajudar a desmontá-los ou, ao menos, trincá-los. Para que isso seja uma realidade, é necessário um contínuo combate à simplificação, algo que, a meu ver, é fundamental para o exercício do jornalismo, que se propõe a apresentar seu recorte da realidade. A questão é que esse embate não é algo fácil de ser travado, prevalecendo uma série de práticas e de discursos que confinam continuamente um jornalismo mais integral e dialético em um espaço reduzido. (Moraes, 2015, p. 175-176).

E em oposição à simplificação, defende um “jornalismo de subjetividade”:

É preciso pensar em um jornalismo que se utilize, sem constrangimentos, da subjetividade, reconhecendo-a como um ganho fundamental na prática da reportagem e mesmo na notícia cotidiana. Nele, são considerados, e não negados, os elementos que escapam da “rede técnica” dessa área do conhecimento. Assume-se que não é possível domar o mundo exterior – e o Outro – em sua totalidade (independentemente de estarmos lidando com um “fato”, “fenômeno” ou “acontecimento”, mas que devemos, antes, incorporá-lo, dentro de nossas limitações, às práticas jornalísticas. [...])

O resultado é uma produção na qual o ser humano é percebido em sua integralidade e complexidade, com menos reduções. (2015, p.159).

A autora propõe que se pense a produção jornalística de maneira dialética, como pensamento dinâmico que procura explicar a realidade levando em consideração sua complexidade e constante instabilidade.

Parece óbvio, mas o fato é que grande parte da produção desse campo midiático funciona a partir de um imenso e terrível ato de manipulação e autoritarismo, no qual pessoas e grupos são praticamente obrigados a se comportar, a responder e mesmo a sentir aquilo que o jornalista – quase sempre apressado ou ansioso para dar conta de algo que está em sua cabeça – quer. **A inclusão daquilo que escapa ao nosso controle** não significa o fim do respeito a uma prática / teoria na qual diversas regras da objetividade são vitais, mas acarreta seu necessário amadurecimento e o entendimento de limites teóricos, profissionais e individuais. (Moraes, 2015, p. 160, grifo nosso).

Suas reflexões permitem vislumbrar a complexidade da ação ética no jornalismo, na medida em que configuram um exercício de crítica das práticas, bem como constituem um modo de criação autoral, materializando o que a autora denomina de “jornalismo de subjetividade”.

Na sequência, pontuam-se alguns elementos que evidenciam decisões de natureza ética imbricadas no jornalismo de subjetividade que permitem definir Moraes como uma jornalista vocacionada que articula ora convicções (valores, princípios), ora responsabilidades.

- a) O recorte da pauta

A própria escolha da personagem já evidencia a opção pelo caminho mais árduo, que foge de estereótipos, como observa Moretzsohn (2015) no prefácio do livro. Joicy era a primeira da fila para a cirurgia de redesignação sexual no Hospital das Clínicas de Recife, mas destoava da aparência feminina dominante e, por isso, sofria duplo preconceito, “tanto daqueles que não experimentam a sua condição quanto das próprias transexuais” (Moraes, 2015, p. 34-35). Como explica:

A ideia era escolher a próxima mulher na fila para realizar a cirurgia de redesignação sexual no Hospital das Clínicas, em Recife. Joicy era uma entre as nove mulheres que aguardavam na sala de espera para atendimento. Era a única que não usava cinto enfeitado, vestido de flor e cabelão... Parecia homem. Mas se chamava Joicy. (2015, p. 33).

No livro, a autora discorre sobre os motivos que reforçaram sua escolha. Joicy era a número um da fila para a cirurgia, primeiro critério adotado pela repórter para selecionar a entrevistada; no entanto, o médico responsável chegou a sugerir que, por conta da sua aparência masculinizada, não fosse ela a personagem, conforme demonstra o diálogo a seguir:

[...]

– Por que você escolheu logo Joicy? Há outras transexuais aí com a aparência mais feminina, seria bem melhor.

– Mas Joicy não é mulher? Não é a próxima a ser operada pelo senhor?

– Sim, mas é uma paciente difícil, não tem as características mais femininas, é um pouco embrutecida, ignorante.

Em vez de me desencorajar, o cirurgião terminou me instigando ainda mais: afinal, pensei, o que exatamente nos transforma em mulheres? Brincos, batom, vestidos?

Por que em Joicy o feminino era questionado ao não se associar aos elementos decorativos mais comuns relacionados às mulheres? Percebi que além de todos os obstáculos pelos quais precisaria passar – a falta de dinheiro, a falta de respeito, a falta de amor –, ela ainda teria que provar ao mundo que, apesar da cabeça quase careca (problema que acomete também mulheres biológicas) e das maneiras díspares do feminino socialmente construído, ela também era, sim, uma mulher. (Moraes, 2015, p. 95-96).

A escolha da pauta, mostrar a realidade de alguém que passa por uma cirurgia de redesignação sexual, e de uma transexual que foge ao estereótipo de transexual, pressupõe, por si só, uma decisão que contraria preconceitos e simplificações. Porém, é possível estar diante de um fenômeno complexo e tratá-lo de forma simplificada, como observam Fontcuberta e Borrat (2006), que analisam o jornalismo complexo com base em Morin.² A repórter poderia ter seguido o caminho da simplificação se optasse por ressaltar o pitoresco ou a posição de vítima de Joicy, para citar algumas das estratégias que costumeiramente servem de critério de abordagem no jornalismo e que contribuem para reforçar estereótipos. A autora, entretanto, afirma sua decisão de não vitimizar a protagonista, uma pessoa em situação de vulnerabilidade social, para não “[...] resvalar para o sentimentalismo no intuito de sublinhar a dor do Outro. É desnecessário sensacionalizar, espezinhar essa condição” (Moraes, 2015, p.133).

2 Fontcuberta e Borrat (2006, p.13) denominam jornalismo/sistema a prática adequada a uma sociedade complexa, em contraposição ao que chamam de jornalismo/mosaico. A aposta no jornalismo sistema, diz Fontcuberta, significa, por exemplo, a busca pela máxima transparência na produção das pautas.

Fugindo da fórmula simplificadora, descreve as características da personalidade de Joicy, não apenas sua condição de transexual, pobre, nordestina. Segundo a jornalista, a face questionadora, briguenta e desconfiada da personagem posta nas entrelinhas do texto ajudou “[...] a vê-la de maneira mais complexa, e não passiva; ajudava a sublinhar, isso sim, a sua ação – e toda ação, sabemos, é transformadora” (Moraes, 2015, p. 133).

b) A relação repórter-fonte

De maneira constante, a repórter evidencia sua condição de quem conta uma história a partir da perspectiva de alguém estranho àquele mundo, mas a seu lado. A autora tem consciência de que está construindo uma narrativa de Joicy, como se pode perceber neste trecho:

Nessa primeira visita, as unhas dos meus pés estavam pintadas de vermelho-tomate, enquanto as de Joicy apareciam pintadas de rosa-pitanga. Nossos pés aparecem juntos em um vídeo divulgado no site da reportagem. Nela, a cor contrastava dramaticamente com um ferimento no dedão direito, um corte aberto disputado por várias moscas. Aquela imagem não sairia da minha cabeça: era uma espécie de síntese da vida dura, com algumas pinceladas de sonho e cor, da cabeleireira. (2015, p. 98-99).

Em diferentes passagens, discorre sobre sua proximidade com Joicy e a interferência que fez na vida da cabeleireira e ex-agricultora. A jornalista expõe o dilema de provocar situações que possivelmente não ocorreriam sem sua presença. No início da apuração, conta que pediu para ser levada à casa de familiares de sua personagem. Em um dos encontros, a transexual manteve um diálogo desagradável com uma irmã e uma sobrinha. “Eu me sentia constrangida por constrangê-la [...]

Era, em grande parte, minha culpa tê-la feito ouvir aquilo” (Moraes, 2015, p. 104). O mesmo ocorreu quando ajudou Joicy a se reunir, após a cirurgia, com a mãe, dona Irene. Depois de breves trocas de palavras, a cabeleireira atende a um telefonema do namorado, Dorneles, e ignora a mãe. A idosa, que decidiu ir embora após esperar quase 40 minutos, morreu pouco tempo depois desse episódio. “Foi uma pequena bomba que ajudei a armar” (2015, p. 125-126). A cena é descrita da seguinte forma:

[...] Dona Irene retornou à sala, viu a filha sorrindo ao celular. Olhou para mim e disse que ia embora. Eu, que também era responsável por colocá-la naquela situação, disse que iria levá-la para casa. Eu estava intimamente horrorizada e admito que senti muita raiva de Joicy. [...] (2015, p. 126).

A jornalista também revela momentos em que se tornou confidente de sua personagem, sobre o então namorado, Dorneles, descrito na reportagem apenas como um amigo:

[...] tive a coragem de dizer para ela, com muito cuidado, que se cuidasse em relação àquele amor e, principalmente, guardasse algum dinheiro para si mesma, já que ela não poderia trabalhar durante algum tempo. Sabia que minha fala seria replicada para Dorneles mais tarde e que isso poderia provocar ruídos entre nós dois. Mas a espécie de obrigação em alertá-la falou mais alto: já me sentia comprometida com Joicy, acompanhava, apesar de há pouco tempo, sua vulnerabilidade. Minha atitude não estava dentro do citado círculo técnico do jornalismo, mas era totalmente compatível com meu sentimento de responsabilidade. (Moraes, 2015, p. 102).

Da mesma forma, a autora reconhece que poderia, na reportagem, ter retratado de outra maneira a relação de Joicy

com Dorneles, afirmando que a transexual dava ao namorado “algum dinheiro para garantir algum amor”.

Hoje percebo que essa parte da reportagem poderia ter se referido com mais ênfase ao fato de Dorneles ter permanecido naquele ambiente hospitalar durante quatro dias acompanhando a transexual, quando ninguém da família dela estava ali para lhe oferecer algum suporte. Não há incorreções no texto, mas a construção dada ali não permite que vejamos alguma fresta de carinho real do rapaz pela transexual. (2015, p. 112).

Em outros trechos, dá transparência à relação com outras fontes, como sua impressão sobre a psicóloga que acompanhou Joicy por anos, mas que demonstrava desconforto em falar sobre ela. Segundo a repórter, em determinado momento, a terapeuta negou-se a ajudar a paciente a obter a documentação necessária para mudança de nome – João para Joicy.

Esse sentimento (*que a jornalista nutre pela psicóloga*) foi se transformando em algo que até hoje carrego, uma antipatia bem cimentada, nascida precisamente no dia em que ela se recusou a falar com uma Joicy que passara horas esperando para ser atendida no HC. (2015, p. 115).

Entretanto, a autora descreve também situações de tensão entre ela e a personagem, inclusive momentos em que reconhece ter quase desistido da matéria ou desejado se afastar de Joicy. Relata como, por vezes, se irritava com seu temperamento e, em seguida, como ponderava sobre os dois mundos que as separavam e sobre as expectativas que também projetava sobre ela. Um dos momentos mais tensos ocorreu quando ambas viajaram a São Paulo para receber o Prêmio Cidadania e Respeito à Diversidade, da Associação da Parada do Orgulho LGBT, e dividiram um quarto de hotel. Joicy, que havia

recebido ajuda financeira da repórter e, na ocasião, roupas para usar na cerimônia, reclamava que o auxílio enviado por leitores após a publicação da matéria havia cessado. A cabeleireira ameaçou parar de falar com a repórter e com o *Jornal do Commercio*. As duas acabaram discutindo e Moraes se afastou. “Eu não aguentava mais um minuto ao seu lado. Sabia que, mais cedo ou mais tarde, me sentiria novamente insultada” (Moraes, 2015, p. 150). No final daquele ano, a repórter recebeu o prêmio Esso de reportagem e dividiu parte do valor recebido com a transexual.

c) A edição como um manifesto

No livro, Moraes descreve como defendeu, apesar de senões iniciais por parte da direção de redação, a capa do jornal, na qual Joicy aparece nua. A repórter observou que na fotografia da personagem feita por Hélia Scheppa, ela se escondia da mesma maneira que a *Vênus de Botticelli*. No trecho em que descreve seu posicionamento, a autora joga luz no subjetivo da edição – um processo cotidiano de escolhas:

Joicy estava nua, uma nudez essencialmente política de um corpo continuamente questionado. Joicy também estava, apesar de nossa atenção, só. Nossa permanência ao seu lado tinha prazo de validade. Mais ainda: Joicy, como citado, tinha imenso orgulho daquele corpo que ia pouco a pouco construindo, um corpo que não precisava se ancorar no feminino socialmente construído para se fazer valer. Não para ela. Assim, para mim, aquela capa era essencial, era necessária, era um manifesto, era Joicy olhando de frente e nos olhos de todos aqueles que sempre, durante toda a sua vida, estranharam a sua presença no mundo. (Moraes, 2015, p. 129).

A nudez provocou reação nos leitores, que enviaram cartas ao jornal ameaçando cancelar as assinaturas por causa da

abordagem da pauta e da nudez de Joicy, entendida como sensacionalista. A repórter justifica a sua opção como parte de uma ação transformadora: “[...] a nudez de Joicy não era, de maneira alguma, gratuita, mas incômoda, sim. Essa era sua intenção ali naquela capa, também. Por que as tantas imagens de mulheres nuas que havíamos publicado não tinham gerado tal reação?” (2015, p. 134).

Ao longo de sua reflexão teórica, questionamentos como esses desembocam na defesa de um profissional engajado com a ampliação do grau de cidadania dos indivíduos.

Para absorver essas questões e, mais ainda, colocá-las em prática no exercício diário da profissão, o jornalista – aqui estamos falando de ética, filosofia e subjetividade – deve estar atento a si mesmo, confrontando continuamente seu cabedal ético que está posto no cotidiano, os fenômenos que nem sempre podem ser explicados de acordo com princípios morais específicos. Dizer isso não é negar nossa própria constituição, nosso histórico de socialização, aquilo que nos torna seres distintos uns dos outros; é, antes, entender nossas limitações para chegar à conclusão de que tal “neutralidade” está tantas e tantas vezes permeada exatamente por esse nosso histórico, ou seja, nunca é neutra em si.

[...]. É a noção de uma ética discursiva – ou ética da discussão – que precisa emergir e ser colocada em prática, iniciando e alimentando um processo de alargamento da consciência individual do jornalista, simultaneamente a uma ampliação do grau de cidadania e da participação política dos indivíduos. (Moraes, 2015, p. 199-200).

A autora entende que “a rotina e as práticas naturalizadas dentro de uma redação não podem subjugar nossa humanidade” (2015, p. 18).

Esses profissionais percebem que o não cuidado com o que mediamos provoca algo extremamente danoso não só para o profissional em si e para sua fonte ou seu personagem mais direto, mas para a sociedade como um todo. Ao agir de forma apressada e instrumental com o próximo, a repórter termina não trazendo visibilidade a questões que precisam ser discutidas constantemente para serem, então, ultrapassadas, tais como racismo, classismo, homofobia, machismo. O ambiente que poderia ser mais democrático, pelo contrário, se alimenta em parte, de matérias que não só avançam em questões como as citadas, mas também fomentam mais distorções e preconceitos. (2015, p. 182).

Como vimos, todo esse exercício de reflexão e crítica sobre o seu próprio trabalho, permite que se veja na repórter/autora uma jornalista vocacionada que permanece atenta aos princípios (valores) da profissão, mas também às suas responsabilidades. Permanece, portanto, em postura semelhante à descrita por Weber ao discorrer sobre as qualidades que deve ter o homem que exerce o poder, por menor que seja esse poder, para estar à altura da responsabilidade que a posição lhe impõe.

O político vocacionado, argumenta o sociólogo, ou o jornalista vocacionado, argumentamos nós, é aquele que equilibra paixão (no sentido de propósito a realizar), sentimento de responsabilidade e senso de proporção. Só a paixão, mesmo que sincera, não basta para transformar o homem em um político vocacionado, afirma Weber (2011). É preciso sentimento de responsabilidade e senso de proporção. Na equação que faz conviver a convicção e a responsabilidade, o autor discorre sobre o *ethos* da política enquanto missão e questiona o lugar da ética. Esse é um dos pontos em que jornalismo e política se cruzam.

Em uma análise atualizada dessa perspectiva, entende-se o jornalismo como uma ação racional em relação aos fins – um negócio com objetivos claramente definidos – e também uma ação racional em relação a valores – pelas crenças expressas em uma cultura e em uma deontologia profissional (Fonseca, 2016). Como se observou em outro texto,

A adoção de uma perspectiva teórico-metodológica weberiana decorre da convicção de que o jornalismo não é apenas um setor dos negócios das grandes corporações de mídia, embora se reconheça seu caráter de mercadoria e a lógica capitalista predominante nessas organizações. A caracterização do jornalismo enquanto ação racional conforme os fins e conforme os valores nos permite ampliar o olhar analítico para uma prática socialmente institucionalizada e legitimada pelo público como fonte de informação relevante nas sociedades democráticas. (Fonseca, Seibt, 2015, p. 647).

O jornalista vocacionado, assim como o político moderno na perspectiva weberiana, equilibra convicção e responsabilidade. No extremo da ética da convicção, descreve Weber, está aquele que, quando as consequências de suas ações forem desagradáveis, não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à vontade de Deus. Por outro lado, o partidário da ética da responsabilidade entenderá que “não pode lançar a ombros alheios as consequências previsíveis de sua própria ação” (Weber, 2011, p. 120).

A ação motivada por convicções, valores e princípios profissionais, pode ser identificada na narradora da história de Joicy na sua busca por critérios objetivos para a seleção da personagem, “a primeira da fila”. Também no esforço de distanciamento e de equilíbrio na relação com ela, apresentando-a da forma mais realística possível, como um ser humano dotado de virtudes, desejos e limitações, momentos em que se

mostra centrada nos deveres que tem como jornalista. Em outras palavras, pode-se dizer que esses são esforços para se manter nos limites da objetividade, valor que permanece como traço distintivo na narrativa jornalística “até porque nenhum outro conceito emergiu, ainda, com força suficiente para substituí-la como norte” (Serelle, 2009, p. 38).

Por outro lado, diante das limitações da objetividade diante de uma realidade complexa, impõe-se o senso da responsabilidade – perante a própria personagem, perante o veículo para o qual trabalha e perante os leitores e a sociedade de maneira geral. Esse senso de responsabilidade reside no reconhecimento dos seus limites como repórter, na incorporação e na transparência de elementos e aspectos que escapam aos manuais de redação e às técnicas de reportagem. Guiada pela responsabilidade e pelo senso de proporção, o jornalista assume as consequências de seu trabalho para a fonte, para a sociedade e para consigo mesmo, e não atribui o resultado do seu trabalho a fatores externos, como às regras de neutralidade ou à pressão das chefias das redações. Esse equilíbrio permeia as pequenas e as grandes escolhas no seu processo de produção jornalística e seu reconhecimento se dá pelo exercício da crítica.

Assim, a subjetividade defendida por Moraes (2015) pode ser interpretada como senso de responsabilidade do jornalista em ponderar as consequências de suas ações. Essas consequências tanto podem cristalizar simplificações, como podem ser transformadoras.

Articulando valores sedimentados pelo ideal de objetividade jornalística e reconhecendo os seus limites, a autora aproxima-se do equilíbrio entre uma ética da convicção e uma ética da responsabilidade, convicção e senso de proporção. Como ela mesma afirma,

[...] numa prática que reconhece a subjetividade, não são colocados de lado elementos vitais do jornalismo – tais como a pertinência da informação, a checagem minuciosa de dados e fatos, a clareza na escrita – e, importante, não se assume a distorção deliberada do acontecimento. (Moraes, 2015, p. 160).

Assim, o jornalista vocacionado, cujos livros de repórter colocam em evidência a crítica e seu caráter de produção autoral, articula essas duas esferas da ética ao acionar valores e ao dar transparência às limitações da objetividade, revelando também as subjetividades das escolhas e as do próprio profissional. Potencializa-se, assim, o fazer complexo do jornalismo.

Considerações finais

A protagonista da reportagem, Joicy, é complexa, assim como suas relações com seus afetos e desafetos. A sociedade onde está inserida e o sistema de saúde que abriu as portas para sua cirurgia são igualmente permeados pelo incerto, pelo ambíguo, pelas contradições. Nesse ambiente, a relação entre a jornalista e a personagem tampouco poderia ser marcada pelo distanciamento. A partir de um olhar que reconhece essa complexidade, a repórter construiu um discurso crítico que, segundo ela própria, “traz mais incômodos do que respostas prontas” (Moraes, 2015, p. 175). Opondo-se à simplificação e ciente de sua responsabilidade desde a escolha do recorte da pauta até a edição, a autora percebe os efeitos da sua reportagem:

O que aconteceu depois que a reportagem começou a circular mostrou que meu sentimento e minha emoção me conduziram ao lugar correto: Joicy tornou-se paixão e assombro (principalmente por ter desejos e vontades

muito parecidos com os de qualquer um) de milhares de outras pessoas, dois sentimentos que, quando tratados com cuidado pelo jornalismo, mudam a perspectiva do mundo, das coisas, das gentes. (2015, p. 131).

Neste ensaio, elege-se o ponto de vista da autora que, por meio da crítica, reflete sobre o potencial transformador do jornalismo e reconhece os dilemas e os limites de sua atuação profissional. Principalmente, reconhece a presença do jornalista como um elemento importante no recorte midiático a ser contado. No caso de Joicy, essa presença tinha como premissa “[...] observar o mundo não a partir do ponto de vista de Joicy (seria muita pretensão), mas a partir do ponto de vista de alguém que estava continuamente ao lado de Joicy” (2015, p. 130).

Ao analisarem o gênero livro de repórter em três obras, entre eles *O nascimento de Joicy*, Veiga da Silva e Marocco (2018, p. 44) observam que a dimensão ética no trabalho de Moraes é perpassada também pela relação de alteridade, pelos encontros com os que são considerados outros à margem da sociedade:

Uma ética que reconhece explicitamente a dimensão da interpretação de um eu/nós sobre um outro. Uma ética que reconhece as visões de mundo dos sujeitos-profissionais imbricadas nos processos simbólicos do jornalismo, o que demanda uma permanente crítica e autocrítica a fim de evitar que, nesses processos, as diferenças sejam transformadas em desigualdade. A ética não é estanque, é movimento e processo dialético; é a reflexividade permanente sobre a prática, o que nos permite exercitar a empatia e a alteridade.

Nos exemplos trazidos pelo texto, que perfazem um recorte limitado da variedade de situações descritas, é possível reconhecer um exercício de crítica e um posicionamento próprio que atualiza a prática e a teoria. Dessa forma, atinge o que

Marocco (2011, 2016) chama de ação subjetiva e de resistência de um “repórter-autor”.

Fabiana Moraes pôs em evidência sua responsabilidade com o Outro transformado em personagem; mas também com os leitores, com o jornal e consigo mesma. Assim como Weber afirma que não falta responsabilidade a quem age por convicção e não falta convicção a quem age com responsabilidade, o jornalismo subjetivo proposto pela autora de *O nascimento de Joicy* tem senso de proporção, o que reforça o valor mais caro ao jornalismo: o dever de verdade, condição *sine qua non* para a sua credibilidade. Essa articulação ética entre a objetividade e a subjetividade se traduz no que podemos definir como jornalista vocacionado.

Referências

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. [vocação política e  tica da responsabilidade](#). In: Encontro Anual da ANPOCS, 24, 2000. Petrópolis, RJ: ANPOCS, 2000.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. [Jornalismo, a o racional conforme os fins e os valores](#). *E-Comp s*, v. 19, n. 1, jan./abr. 2016.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira; SEIBT, Taís. [A contribui o de Max Weber para os estudos do jornalismo: um ensaio teórico-metodológico](#). *Intexto*. Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 640-657, set./dez. 2015.

FONTCUBERTA, Mar de; BORRAT, Héctor. *Periódicos: sistemas complejos, narradores en interacción*. Buenos Aires: La Cruj a, 2006.

FOUCAULT, Michel. [O que   a crítica?](#) [Crítica e Aufkl rung]. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, v. 82, n. 2, p. 35-63, 1978.

MAROCCO, Beatriz. *Ações de resistência no jornalismo*. Livro de repórter. Florianópolis: Insular, 2016.

MAROCCO, Beatriz. [Os “livros de repórteres”, o comentário e as práticas jornalísticas](#). *Contracampo*, n. 22, p. 116-129, fev. 2011.

MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; BOFF, Felipe. [Os grandes acontecimentos e o reconhecimento do presente](#). *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 26, n. 62, p. 92-102, maio/ago. 2012.

MORAES, Fabiana. *O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORETZSOHN, Sylvia. [Jornalismo e esclarecimento: um cotidiano exercício de suspensão](#). In: Encontro da Compós, 16., 2007a. Curitiba: UTP, 2007a.

MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos*. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007b.

MORETZSOHN, Sylvia. Sensibilidade e senso crítico. In: MORAES, F. *O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015, p.11-15.

MORIN, Edgar. *O método: ética*. v. 6. Porto Alegre: Sulina, 2005.

SERELLE, Marcio. [Jornalismo e guinada subjetiva](#). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 33-44, nov. 2009.

VEIGA DA SILVA, Marcia. MAROCCO, Beatriz. [O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas](#). *Brazilian Journalism Research*, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 30-55, abr. 2018.

WEBER, Max. *Ciência e Política duas vocações*. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

ZAMIN, Angela. [Livros de repórter, saberes de entremeio: relatos jornalísticos sobre a cobertura de conflitos](#). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 389-405, jul-dez. 2011.

DAS ESCRITURAS de
Daniela Arbex e outros repórteres

Um acidente no relato, um atentado na edição; e outras reflexões acerca das práticas jornalísticas

Angela Zamin
Reges Schwaab

Procedimentos regulares, repetidos cotidianamente, formam um regime das práticas (Foucault, 2005) dos processos que estruturam e organizam rotinas, determinam o fazer, colocando-se como adequados a um modo de objetivação jornalística. É no exercício em organizações jornalísticas, com suas políticas editoriais e controles e em meio a valores profissionais e a regras que disciplinam a recolha e o relato dos acontecimentos que os jornalistas forjam-se enquanto tal.¹ Se o trabalho do jornalista é marcado por estas práticas, em alguma medida, é possível observá-las funcionando no interior das narrativas jornalísticas.

Sobre as práticas individuais, contudo, incidem controles empresariais e editoriais que silenciam temas, acontecimentos e territórios, alteram a linguagem e controlam condutas,

¹ De maneira sistemática, desde os anos 1970, os valores profissionais e as rotinas produtivas são objeto de estudo (Fishman, 1983; Gans, 1979; Molotch, Lester, 1999; Soloski, 1999; Tuchman, 1983).

estabelecendo as condições de produção de significados. Os estudos de Jornalismo, todavia, pouco têm se dedicado a localizar, nas narrativas, algum índice destes controles.² O texto se volta à apreensão do que não se diz; do silêncio sobre certas práticas jornalísticas cotidianas ao tomar para análise “espaços outros” (Foucault, 2009) que não os do Jornalismo seriado e periódico. Livros escritos por jornalistas são assumidos como instância de acolhimento de críticas ao jornalismo e de transgressão,³ enquanto o que escapa ao padrão, ao código, à norma. Os livros *Cuadernos de Cabul* e *Notas sobre Gaza*, respectivamente dos jornalistas Ramón Lobo e Joe Sacco, respondem a processos jornalísticos de edição, geralmente silenciados em meio às práticas jornalísticas cotidianas no ambiente das redações.⁴

² Recorrentemente pesquisadores e jornalistas dedicam-se a compreender os tensionamentos próprios ao sistema de produção jornalística. Fazem isso, especialmente, a partir de reflexões teóricas ou por meio de enquetes e entrevistas com jornalistas. Contudo, apesar da dificuldade de localizar na narrativa jornalística marcas que indicam controles, que assinalam processos de edição ou índices de autocensura, a presente pesquisa tem se dedicado a empreender este percurso para uma sondagem do Jornalismo contemporâneo.

³ A reportagem constitui-se em lugar para a transgressão (Boff, 2011), independentemente do suporte. Todavia, outros espaços narrativos, advindos ou não do jornalismo tradicional, por suas características, “desestabilizam algumas certezas da prática jornalística e colocam em questão algumas ideias consagradas a respeito do interior da profissão” (Martino, 2009, p. 271). Via exegese, permitem refletir sobre as práticas em meio à narrativa.

⁴ “[...] os mecanismos processuais e prescritivos de como trabalhar já contêm as formas de controle da expressão. Geram rotinas produtivas cujo sentido é o de neutralizar as especificidades e as características do fazer, do trabalhar de cada um” (Fígaro et al, 2015, p. 229). Pesquisadores têm se dedicado a tratar dos silêncios do Jornalismo (Marocco, 2012; Zamin, 2012; Fígaro, 2013), como da autocensura e de sua incorporação ao *ethos* do jornalista (Lima, 2011; Fígaro, Nonato, 2014; Rovirosa Olivé, 2012).

A crítica jornalística articulada à experiência é o elemento central deste artigo, que se debruça sobre fragmentos de textos em que os jornalistas elaboram apreciações das práticas do campo. O objeto da crítica de Lobo (2010) e Sacco (2010) não é o mundo, mas o discurso de um outro, que edita as reportagens, logo, os acontecimentos. Considera-se a crítica como um discurso sobre um discurso; uma linguagem segunda; uma metalinguagem, exercida sobre uma linguagem primeira (linguagem objeto).

Da experiência e da crítica jornalística

Desde Immanuel Kant, a crítica é uma atitude reflexiva diante do mundo,

[...] de confronto com o mundo, motivada ou não pela ação dos outros, que nasce da elaboração intelectual do sofrimento que eventualmente sentimos em nós e nos outros e que, pela via da exploração da nossa capacidade de raciocínio e imaginação criadora, procura entender suas origens, características e perspectivas de superação. (Rüdiger, 2014a, p. 122).

A tradição crítica inaugurada em 1784 pelo filósofo alemão no artigo de jornal *O que é a Aufklärung?*, que indaga acerca do presente, da atualidade e das experiências possíveis, levou Foucault a examinar “os problemas de nossa época a partir das margens [...] para estruturar uma atitude crítica diante do presente” (Rüdiger, 2014b, p. 204). Para Foucault (1990), a interrogação kantiana se configura em uma ontologia do presente, não uma analítica da verdade. Kant é o inaugurador dessa preocupação com o presente. Centra-se em um elemento

do presente, o acontecimento com valor de signo, colocando-se como alguém que tem papel a desempenhar nesse processo.

Como Kant, Foucault se utilizou do espaço dos jornais. Mas, para além de Kant, criticou o jornalismo e fez dele espaço de transgressão ao dedicar-se ao exercício da reportagem. Foucault sugere que se retire a carga negativa da transgressão, o corte ou afastamento deixando o que nela pode indicar diferença. Para ele (2009, p. 32), transgressão é “um gesto relativo ao limite; e aí, na tênue espessura da linha, que se manifesta o fulgor de sua passagem, mas talvez também sua trajetória na totalidade, sua própria origem”.

Marocco (2014, p. 392) afirma que “Foucault praticou e formulou um modo de fazer reportagem”. Por meio do que chamou de “reportagens de ideias”, sugeriu que o jornalismo se deslocasse de seu lugar hegemônico para abarcar o presente por outra lógica: “O que está acontecendo com nosso presente, que não chega até nós” (Marocco, 2008, p. 44). A exemplo de Kant, vislumbra-se, nessa interrogação, a preocupação com o presente.

A interrogação colocada pelo pesquisador francês pode ser objetivada como ferramenta de crítica das práticas jornalísticas, permitindo analisar o que escapa aos controles e silenciamentos que perpassam os processos da produção jornalística. Há no jornalismo sistemas de crítica como, por exemplo, a crítica literária; também a atividade profissional de crítica, a análise da mídia na própria mídia, o *ombudsman*. Interessa-nos, todavia, percorrer fragmentos de textos em que os jornalistas examinam como os acontecimentos se engendram. Se o jornalismo se legitima pela autoridade da fonte, quem pode afirmar determinada coisa? Se o jornalismo se movimenta a partir da atualidade do acontecimento, como abarcar a rede discursiva que ele aciona, uma vez que os acontecimentos existem quando submetidos à ordem do discurso, por uma interpretação que procura comunicar a experiência?

A mediação exercida pelo jornalismo permite-lhe produzir um determinado saber nos termos de Foucault (2010). Segundo Castro (2009, p. 394), “Foucault entende por saber as delimitações das relações entre: 1) aquilo que se pode falar em uma prática discursiva (o domínio dos objetos); 2) o espaço em que o sujeito pode situar-se para falar dos objetos (posições subjetivas); 3) o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados, em que os conceitos aparecem, são definidos, aplicam-se e se transformam; 4) as possibilidades de utilização e de apropriação dos discursos”. O termo saber, assim como poder, não tem outro papel que o metodológico para evitar jogar com a perspectiva de legitimação como fazem os termos conhecimento e dominação.

É interessante contrapor essa perspectiva com o esforço que o próprio Foucault faz para que o jornalismo se desloque de seu lugar hegemônico. No artigo *As reportagens de ideias*, publicado originalmente em novembro de 1978 no jornal italiano *Corriere della Sera*, Foucault (2008, p. 50) afirma que “é preciso assistir ao nascimento das ideias e à explosão da força delas [...] dentro dos acontecimentos nos quais elas manifestam sua força, nas lutas que se travam pelas ideias, contra ou com elas”. Para tanto, experimentou um movimento em que jornalistas e intelectuais – juntos – trabalharam na confluência de acontecimentos e ideias.

Não há reportagem, em nosso entendimento, que não se torne um fragmento de jornalismo, um pedaço que só existe porque existe em torno dele, antes e depois dele, algo como a continuidade do jornalismo, mas que, em suas margens e/ou com ele, pode formar duas figuras estranhas. Uma delas é a figura da transgressão, do modo transgressivo de reconhecimento da época em que se vive, na palavra ou na imagem transgressiva. (Marocco, 2008, p. 34).

Conforme enunciado por Marocco (2008), o modo transgressivo de reconhecimento do presente, uma das figuras estranhas que se formam nas bordas, se dá a ver se e quando os repórteres a incorporam à reportagem.

“Las palabras también son una arma de destrucción”

Ramón Lobo⁵ publicou no jornal espanhol *El País*, em 2009, textos sobre o Afeganistão, escritos em dois momentos: de 11 a 29 de agosto, véspera do primeiro turno das eleições naquele país, e de 2 a 17 de novembro, quando do segundo turno. No jornal, foram publicadas reportagens sobre as eleições presidenciais. Já a coluna *Cuadernos de Kabul*, cujos textos falam dos afegãos, de suas vidas e rotinas, de suas necessidades, foi publicada somente na versão digital. Ela difere, quanto ao conteúdo e ao formato, das reportagens factuais produzidas pelo correspondente no mesmo período. Também sob a designação de *Cuadernos de Kabul*, agora como antetítulo,⁶ o correspondente publicou textos semelhantes aos da coluna do jornal em seu blog pessoal, *En la boca del lobo*.⁷ No primeiro deles, informou que subiria ao blog o conteúdo da coluna porque acreditava que não teria energia nem palavras para os dois, porém apresentou um conjunto maior de textos no blog.⁸

⁵ Trabalhou no *El País* como redator de Internacional entre 1992 e 2012. Cobriu conflitos na Croácia, Sérvia e Kosovo, Bósnia-Herzegovina, Albânia, Chechênia, Iraque, Líbano, Argentina, Haiti, Ruanda, Nigéria, Guiné Equatorial, Serra Leoa, Uganda, Congo, Zimbábue, Namíbia e Filipinas.

⁶ Antetítulo, ou chapéu, ou cartola, é o elemento que precede o título principal. Consiste em uma definição temática.

⁷ <<http://www.ramonlobo.com>>.

⁸ Aqui, o termo coluna fará referência à sessão *Cuadernos de Kabul* em *El País*; o termo *post* será empregado quando se tratar do blog.

Em 2010, Ramón Lobo publicou as colunas – do jornal e do blog – em um livro que traz como nome a designação já empregada, *Cuadernos de Kabul*. Todavia, os textos não foram simplesmente deslocados de um lugar ao outro. Lobo (2010) os retocou, eliminando ou acrescentando descrições: “Los cuadernos, una mirada literária, personal y humana de la misma realidad, fueron un complemento novedoso, al menos para mí, a una información clásica”, destaca o jornalista na abertura do livro. No movimento de cruzar esses textos – porque o livro nos levou ao blog, que nos levou à coluna no jornal e assim sucessivamente, em ordem cronológica inversa às construções operadas por Lobo – descortina-se um “posso vir a ser”, do jornalista, forjado no encontro com o Outro e com os acontecimentos, tanto pela experiência do contato como por atribuir-lhe um sentido singularizado.

No blog, em *post* de 13 de agosto de 2009, Lobo faz referência a um acidente envolvendo um fotógrafo espanhol. Na coluna do jornal, na mesma data, em *Desagradable recordatorio para los testigos de la guerra*, a palavra acidente é substituída por atentado. Este mesmo termo já havia sido empregado pelo jornal no dia anterior, em matéria sobre o ocorrido assinada pela agência Reuters, *Un fotógrafo español, herido en un atentado en Afganistán*.⁹ Em *post* posterior, de 14 de outubro, *Verbos y sustantivos con carga ideológica*, Lobo fala da conotação política da linguagem, mas não relaciona o texto a algum acontecimento ou controle específico. É no livro *Cuadernos de Kabul* que fica evidente a relação entre este *post* e o mencionado anteriormente, uma vez que ali há a composição de um único texto. É no livro que Lobo revela a substituição do termo acidente por atentado por parte de um dos editores de *El País* digital. Os leitores da série *Cuadernos de Kabul*, no blog, acessaram um texto que

⁹ [UN fotógrafo español, herido en un atentado en Afganistán](#). *El País*, Internacional, 12 ago. 2009.

menciona um acidente, enquanto os leitores da coluna, no jornal de referência, leram atentado. Somente no livro o jornalista fala da troca de palavras e de como ela significa.

No jornal se lê:

La noticia del **atentado** sufrido por el fotógrafo Emilio Morenatti y el camarógrafo indonesio Andi Jatmiko en una carretera de Kandahar ha conmocionado a la creciente colonia de periodistas en Kabul (Lobo in El País, 2009, s/p, grifo nosso).¹⁰

No blog:

La noticia del **accidente** del fotógrafo Emilio Morenatti y del camarógrafo indonesio Andi Jatmiko en una carretera de Kandahar ha conmocionado a la creciente colonia de periodistas en Kabul. (Lobo, 2009, s/p, grifo nosso).¹¹

Apenas no blog, dois meses mais tarde:

En los medios de comunicación occidentales se califica de atentados los ataques contra objetivos militares en Afganistán. Es otra prueba de la carga política que tiene el lenguaje – contra la que los periodistas deberíamos estar alerta – porque una guerra consiste en atacarse y causarse bajas mutuamente. (Lobo, 2009, s/p).¹²

No livro:

¹⁰ RAMON, Lobo. [Desagradable recordatorio para los testigos de la guerra](#). *El País*, Internacional, Cuadernos de Kabul 13 ago. 2009.

¹¹ LOBO, Ramon. [Los empotrados y la guerra](#). *En la boca del lobo*, Cuadernos de Kabul, 13 ago. 2009.

¹² LOBO, Ramon. [Verbos e substantivos com carga ideológica](#). *En la boca del lobo*, 14 out. 2009.

La noticia del accidente del fotógrafo Emilio Morenatti y del camarógrafo indonesio Andi Jatmiko, ambos de la Agencia Associated Press, conmocionó el 12 de agosto a la creciente colonia de periodistas en Kabul. [...]

Cuando escribí <<accidente>> para referirme a lo que había sucedido a Emilio Morenatti en una carretera de Kandahar, un editor digital de mi periódico se sintió incómodo y la sustituyó por **atentado** [...]. Discutí semanas después el cambio, cuando ya no tiene remedio, pero discuto, que es una de las esencias de este trabajo: en una guerra no existen los atentados, sólo los ataques. Escribir atentado es tomar partido. Las palabras también son una arma de destrucción (2010, p. 27-30, grifo nosso).

Ao mencionar o trabalho de edição, Ramón Lobo revela para o leitor do livro parte importante das rotinas e condicionantes da produção da notícia. A edição jornalística envolve a tomada de decisões baseada na política editorial de cada meio de comunicação. O editor encontra-se na confluência de repórteres, diretores e leitores (ou telespectadores ou ouvintes) e zela pelos interesses dos meios, como empresa e como ator político. Repórter e editor são sujeitos do discurso: enquanto o repórter faz a primeira formulação da escrita de um texto, o editor faz a primeira leitura e adequação deste texto.

Segundo Silva (2011, p. 11), a prática do jornalismo desde o exterior, como corresponde, enviado, *freelancer* ou *stringer*, “amplifica as características e os problemas da profissão”, tanto para os jornalistas como para os editores. “A correspondência internacional [...] é a que dá mais dificuldade para os editores (porque estes estão distantes do local dos fatos e não conseguem exercer o mesmo tipo de controle que têm sobre os repórteres locais)”, acrescenta. Na edição do texto, todavia, um sutil exercício de controle pode emergir, como no caso citado.

Ao mostrar que o discurso é marcado por escolhas que visam a dotar de sentido os acontecimentos do mundo vivido; especialmente, ao assinalar sua discordância com a alteração de seu relato – o acidente descrito pelo jornalista se tornou atentado após a edição –, Lobo (2010) elabora, a seu modo, uma crítica das práticas jornalísticas, mais precisamente do processo de edição. Crítica que parte da e chega à experiência. O trabalho em áreas de conflito leva-o a uma compreensão distinta daquela de quem fica na redação. O objeto de sua crítica não são as ocorrências do mundo, mas o discurso que se impõe sobre o seu pelo processo de edição jornalística.

Lobo faz do blog pessoal e do livro lugares de crítica das práticas que acabam silenciadas porque cotidianas; de questionamento e subversão das relações de poder que perpassam o fazer jornalístico. Porque o jornalismo, a um só tempo, constitui-se de e constitui relações de poder, abre possibilidade para a resistência, nos termos de Foucault (2010). Ao interrogar-se acerca das condições de existência das relações de poder, permitindo-nos acessá-las, o jornalista espanhol transcende o modo de fazer, ou de narrar o acontecido e, a seu modo, indaga-se acerca do presente que chega pelo jornalismo. Há aí um ponto de contato com Foucault, quando este se interroga: “o que está acontecendo com nosso presente, que não chega até nós” (em Marocco, 2008, p. 44).

“Esse episódio [...] não merece ser relegado à obscuridade”

Interrogação semelhante foi a que moveu Joe Sacco a produzir reportagens em quadrinhos sobre a população palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, sobre a limpeza étnica sérvia na Bósnia, entre outros temas, como que “fadado a seguir os rastros de guerras e questões humanitárias” (Mena,

2011, s/p). Entretanto, poderíamos formular sua questão de outro modo: o que aconteceu em nosso passado que, mesmo tocando em nosso presente, não chega até nós?

Em 2001, quando Sacco e o repórter Chris Hedges se preparavam para ir à Faixa de Gaza como enviados especiais da revista estadunidense *Harper's*, durante os primeiros meses da Segunda Intifada, optaram pela cidade de Khan Younis. Ainda no momento que antecedeu ao da cobertura, Sacco lembrou-se de uma citação de Noam Chomsky de um documento da ONU sobre o assassinato de um número significativo de civis nesta localidade, em 1956,¹³ e propôs a Hedges que, caso “tivesse alguma validade e ressonância no contexto atual” (Sacco, 2010, p. VII), seria incorporado à reportagem, o que de fato ocorreu. Todavia, no processo de edição, “por alguma razão, esse trecho foi cortado pelos editores da revista” (2010, p. VII).

O incômodo que a situação provocou em Sacco, as pesquisas posteriores por ele realizadas e a crença de que o ocorrido em Khan Younis merecia vir à tona, levaram-no de volta a Gaza, em 2002 e 2003, para investigar o acontecido em 1956. A reportagem em quadrinhos *Notas sobre Gaza* (2010), publicada nos Estados Unidos em 2009, é resultado deste investimento. Há, nesta descrição, pontos de contato com Ramón Lobo, ao conceber o livro como lugar de crítica à ordem jornalística. Nele cabe falar da edição que altera a narrativa, tratar de acontecimentos que não encontram espaço na mídia periódica, trazendo aí fontes ignoradas de maneira sistemática, e buscar modos outros de constituir o jornalismo.

Fiquei bastante incomodado com isso. Esse episódio [...] não merece ser relegado à obscuridade. Porém, é lá que

¹³ Relatório Especial da Agência de Socorro e Trabalho da ONU para os Refugiados Palestinos no Oriente Próximo (*United Nations Relief and Works Agency – UNRWA*) sobre o período nov./dez. de 1956.

ele se encontra, junto com inúmeras tragédias históricas que ganham no máximo uma *nota de rodapé* no contexto mais amplo da história – ainda que [...] muitas vezes contenham as sementes do sofrimento e do ódio que dão forma aos acontecimentos do presente. (Sacco, 2010, p. VII).

Empregada anteriormente como metáfora, a nota de rodapé torna-se elemento recorrente no livro. Há um capítulo inclusive nomeado de *Notas de rodapé*. Nele se lê:

A história é capaz de sobreviver sem as notas de rodapé. Elas nem sempre são necessárias, e muitas vezes acabam desviando o foco da narrativa principal. De tempos em tempos, à medida que surgem edições mais abrangentes e atualizadas da história, algumas notas de rodapé são simplesmente descartadas. E dá para entender por quê... A história está sempre em movimento. Produz novas páginas a cada hora, a cada minuto. Digere os eventos do passado para abrir espaço aos mais recentes. (Sacco, 2010, p. 9).

Ao operar entre testemunhos orais – desgastados pela memória – e documentos escassos e de difícil acesso, Joe Sacco mostra a atualidade do passado e seu contrário. Segundo Sarlo (2005, p. 96), “recorremos a imagens de um passado que são, cada vez mais, imagens daquilo que é recente”. O registro da memória opera entre lembrança e esquecimento (Seligmann-Silva, 2003; Huyssen, 2000; Sarlo, 2005, 2007). Para Seligmann-Silva (2003), a memória existe por meio e a partir de leituras – no plural – do passado e de modos de enquadrá-lo. Sarlo (2005) fala em uma conjugação entre o instante e a rememoração, como modo de, pelo segundo, tornar coerente a primeira.

Ao se referir à cobertura jornalística sobre os ataques israelenses, que matam palestinos, e os atentados palestinos, que

matam israelenses, Joe Sacco (2010, p. 5) lança a indagação: “Eles poderiam usar a mesma matéria do mês passado – ou até do ano passado – e quem perceberia?”, o que aponta para a repetição do mesmo, mas, especialmente, para a crítica à ordem social que faz do passado presente e do presente passado nos Territórios Ocupados da Palestina. Aponta, também, à ordem que, pelo Jornalismo, se impõe, despiando de sentido histórico os acontecimentos, esvaziados pela repetição do modo de noticiá-los a partir de protocolos e enquadramentos já desgastados pelo uso. “O passado e o presente não podem ser dissociados com tanta facilidade; eles são parte da mesma sucessão implacável de eventos, uma distorção histórica”, conclui Sacco (2010, p. IX).

Se é verdade que no campo da memória atua a seleção dos momentos do passado e não o seu total arquivamento, ou seja, a memória só existe ao lado do esquecimento, por outro lado, cabe ao historiador – assim como individualmente a cada um de nós – não negar ou denegar os fatos do passado, mesmo os mais catastróficos. Como na figura do catador de trapos que Benjamin identificava com a do historiador: devemos salvar os cacos do passado e distinguir os mais valiosos dos aparentemente sem valor. (Seligmann-Silva, 2003, p. 77).

Sacco (2010) esboça reflexão similar ao se referir à memória e ao esquecimento, presente nos testemunhos que recolheu, e, também, aos documentos históricos que acessou. Sobre a “série de relatos pessoais sobre a matança desenfreada de jovens palestinos por soldados israelenses em Khan Younis, no dia 3 de novembro de 1956” relembra que “nem é preciso dizer que as lembranças mudam com os anos [...]. A memória torna os contornos difusos; ela adiciona e subtrai” (2010, p. 112) e conclui: “Só quero deixar claros os problemas de se depender do relato de testemunhas para contar nossa história” (p. 116).

Quanto às provas documentais, o jornalista afirma que “o relatório da ONU apresenta duas versões incompatíveis do ‘incidente’ em Khan Younis” (p. 118). Acrescenta que, além de escassos, os documentos estão “fora dos autos” ou “longe do alcance” (p. VIII).

A edição realizada pela *Harper’s*, que acabou por subtrair os parágrafos escritos por Chris Hedges sobre Khan Younis – Sacco foi o ilustrador da reportagem –, mobilizou Joe Sacco a ponto de fazê-lo retornar aos Territórios Ocupados da Palestina e, especialmente, à cidade e ao acampamento de refugiados de Khan Younis e a percorrer arquivos diversos. À crítica à edição da reportagem, que abre o livro *Notas sobre Gaza*, todavia, se sobrepõe uma autocrítica: Joe Sacco solicita que os leitores considerem como filtros as lembranças pessoais e a sua interpretação visual.

Considerações finais

Pela narrativa em “outros espaços” (Foucault, 2009), é possível ao jornalista contar acerca das atividades “sobre si mesmo”, além de dar a ver movimentos de afirmação ou resistência gestados no interior do próprio sistema. A crítica das práticas jornalísticas que toma forma nos “outros espaços” permite trabalhar de modo aproximado, e em via pouco explorada, os procedimentos e processos próprios desse fazer, ampliando a compreensão sobre os sujeitos e as mediações aí implicadas. Os livros e o blog, nos dois casos aqui citados, configuram-se em lugares de questionamento, crítica e transgressão da relação saber-poder que, historicamente, caracteriza o jornalismo e visibiliza a construção, a edição, o recorte e a disposição da narrativa. Assim, não só as ocorrências do mundo que ganham lugar pela prática jornalística são

colocadas em perspectiva, mas o discurso *sobre* o que acontece, produto primordial do exercício periódico do jornalismo, ganha *status* de objeto de análise dos repórteres. Como buscamos mostrar, a crítica jornalística que empreendem toma forma em articulação com a experiência, e seus contornos se desenham pelo deslocamento do jornalismo de um lugar hegemônico cujos processos se naturalizam sem que sejam suficientemente expostos, numa eventual transparência que mais encobre do que mostra se pouco dissermos sobre eles.

Além disso, conforme argumenta Temple (2009, p. 234), recolocando a leitura foucaultiana de Kant, o movimento da crítica será sempre necessário, uma vez que ela “tem o papel de definir as condições nas quais o uso da razão é legítimo para determinar o que se pode conhecer, o que é preciso fazer e o que é permitido esperar”. Do ponto de vista teórico-metodológico para o estudo do Jornalismo, cabe salientar, estamos imersos na questão da autonomia do sujeito e das “práticas de liberdade no âmbito das relações de poder” (2009, p. 244).

Em ambos os casos aqui tratados, vimos que o gesto de crítica partiu de uma iniciativa individual, fruto de reflexão e vigilância de cada um dos jornalistas. Tal investigação, decorrente de duas outras pesquisas maiores e complementares, tem mostrado que a criação de outros espaços de narrar é muito devedora de uma decisão do próprio sujeito jornalista em dar a ver o processo narrativo e laboral que torna o jornalismo possível de determinado modo e não de outro. Em muitos casos, como no que observamos em Ramón Lobo e Joe Sacco, o livro tem sido lugar privilegiado da crítica, mas também os espaços virtuais e o documentário aparecem. De um lado, tais produções servem para tensionar o próprio sistema jornalístico como se algo fosse dito “de fora” sem, todavia, sair dele. É uma escuta atenta dos processos que, apesar de nascida no interior de

iniciativas individuais, faz ecoar questões pertinentes ao desafio diário do trabalho de reportagem.

A crítica das práticas em outros espaços, como os livros de repórter, aparece, portanto, como objeto de pesquisa capaz de oferecer uma narrativa mais alargada, que dá a ver discrepâncias e conflitos entre sujeitos, regras e modos de operar, com reflexos *da* e *na* experiência coletiva do trabalho jornalístico. Produzidas em um espaço intervalar próprio, que herda elementos do Jornalismo, da filosofia, da literatura e das ciências sociais, propõem alguma referência não condicionada aos mesmos processos do jornalismo diário ou periódico. E mesmo em um espaço outro, não abandonam índices que qualificam como jornalisticamente válidas as leituras oferecidas. Servem também como importante sumário das questões que interessam aos próprios sujeitos do campo, pois são fruto das indagações e da experiência cotidiana dos trabalhadores da reportagem, sublinhando, mais uma vez, um terreno largo a ser cientificamente explorado e que congrega as práticas cotidianas, os controles, os silenciamentos, as linhas de fuga para a produção jornalística.

Referências

BOFF, Felipe. *Reportagem: transgressão nas fronteiras do jornalismo*. 2011. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Unisinos.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FÍGARO, Roseli. *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*. São Paulo: Atlas, 2013.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 37., 2014, Foz do Iguaçu. *Anais*. Foz do Iguaçu: Intercom, 2014.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; BULLA, Olivia. O silêncio como prescrição para o trabalho do jornalista. In: Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo, 3., 2015, Florianópolis. *Anais*. Florianópolis: Mejor, 2015, p. 228-241.

FISHMAN, Mark. *La fabricación de la noticia*. Buenos Aires: Tres Tiempos, 1983.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. As reportagens de ideias. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. *Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias*. Porto Alegre: Libretos, 2008, p. 49-51.

FOUCAULT, Michel. Mesa redonda em 20 de maio de 1978. In: *Estratégia, Poder-saber*. Rio Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. Prefácio à transgressão. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 28-45. (Ditos e escritos, 3).

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique?. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, Paris, t. LXXXIV, année 84, n. 2, p. 35-63, avr./juin. 1990.

GANS, Hans J. *Deciding what's news*. Londres: Constable, 1980.

HUYSEN, Andrés. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KANT, Immanuel. Beantwortung der frage: was ist aufklärung? In: *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1974.

LIMA, Venício A. de. [O silêncio como forma de censura](#). *Observatório da Imprensa*, São Paulo, 22 mar. 2011.

LOBO, Ramon. *Cuadernos de Kabul*. Barcelona: RBA Libros, 2010.

MAROCCO, Beatriz (Org.). *Entrevista na prática jornalística e na pesquisa*. Porto Alegre: Libretos, 2012.

MAROCCO, Beatriz. Michel Foucault. In: CITELLI, A. et al. *Dicionário de comunicação: escola, teorias e autores*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 388-393.

MAROCCO, Beatriz. Reportagem de transgressão, um giro no tratamento da fonte jornalística. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. *Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias*. Porto Alegre: Libretos, 2008. P. 33-47.

MARTINO, Luís M. S. *Teoria da Comunicação: ideias, conceitos e métodos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MENA, Fernanda. [Desenhar conflitos é perturbador, diz Joe Sacco, que vem para a Flip](#). *Folha de S. Paulo*. Ilustrada, 2 jul. 2011.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999, p. 34-51.

ROVIROSA OLIVÉ, Josep. A autocensura é um dos perigos do jornalismo. In: MAROCCO, B. (Org.). *O jornalista e a prática: entrevistas*. São Leopoldo: Unisinos, 2012, p. 225-231.

RÜDIGER, Francisco. Crítica. In: MARCONDES FILHO, C. *Dicionário da comunicação*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2014a. p. 122-123.

RÜDIGER, Francisco. Foucault, Michel. In: MARCONDES FILHO, C. *Dicionário da comunicação*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2014b. p. 204-205.

SACCO, Joe. *Notas sobre Gaza*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SARLO, Beatriz. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 59-89.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Correspondente internacional*. São Paulo: Contexto, 2011.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 91-100.

TEMPLE, Giovana Carmo. [*Aufklärung e a crítica kantiana no pensamento de Foucault*](#). *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, n. 14, v. 1, 2009, p. 225-246.

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

ZAMIN, Angela. O questionário, a escuta das práticas e os comportamentos regulares no jornalismo. In: MAROCCO, B. (Org.). *Entrevista na prática jornalística e na pesquisa*. Porto Alegre: Libretos, 2012. p. 117-128.

.....
Publicado originalmente em:

Galaxia, São Paulo, n. 34, jan-abr., 2017, p. 163-174. ISSN 1982-2553.
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554201727205>

Transgressões ao regime das práticas em *Todo dia a mesma noite*, de Daniela Arbex

Marlon Santa Maria Dias

Notas sobre o acontecimento em questão

Já passava das três horas da madrugada quando Marcelo de Jesus dos Santos, vocalista da banda Gurizada Fandangueira, acionou o fogo de artifício. Com a ajuda do produtor de palco Luciano Leão, o artefato – recomendado para uso em local externo – foi aceso e o show pirotécnico teve início. Aquele seria um dos grandes momentos da apresentação do grupo durante a festa “Agromerados”¹. Em instantes, as faíscas alcançaram o forro e as chamas rapidamente se alastraram pelo teto e pelas paredes, revestidos por uma esponja de isolamento

¹ O nome joga com os termos aglomerado e agro – este em referência aos cursos do Centro de Ciências Rurais, que junto com o curso de Pedagogia, haviam promovido a festa. O intuito dos estudantes, todos da Universidade Federal de Santa Maria, era angariar fundos para as solenidades de formatura a partir de um tipo de promoção que era comum àquela época. “O propósito de evidenciar que a festa seria um amontoado de alunos de escassas afinidades acadêmicas apostava no sucesso do compartilhamento da preferência musical pelo estilo gauchesco do grupo ‘Gurizada Fandangueira’” (Silveira, 2018, p. 17).

acústico fabricada com material altamente inflamável e tóxico. Na manhã daquele domingo, 27 de janeiro de 2013, os moradores da cidade de Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul, seriam acordados com a notícia do incêndio na Boate Kiss, que vitimou 242 pessoas.

O evento ganhou materialidade discursiva quando uma das jovens que estava na boate publicou uma mensagem em seu perfil num site de rede social. Ao pedir socorro, ela anuncia o incêndio e conecta o acontecimento ao mundo exterior (Fausto Neto; Ventura; Fabrício, 2018). Do lado de fora, os sinais de fumaça alertaram os taxistas que trafegavam no entorno do local e criou-se uma rede de comunicação e auxílio que, a partir daquele momento, iria mobilizar voluntários, bombeiros, policiais, socorristas e demais profissionais da saúde. Ainda naquela madrugada, sem terem noção da dimensão da tragédia, repórteres dos veículos de comunicação da cidade se deslocaram para a frente da boate. Juliana Motta de Oliveira (2016, p. 15), à época repórter da RBS TV, relata o caos encontrado: “muita fumaça, jovens desacordados, pessoas sendo reanimadas nas calçadas, o vaivém de ambulâncias, o desespero de voluntários e bombeiros que tentavam retirar do prédio frequentadores ainda com vida e, por fim, a aglomeração de corpos cobertos por lonas”.

Nas primeiras horas da manhã, notícias sobre o incêndio já apareciam em jornais online e em sites de redes sociais. Na televisão, a programação de domingo, habitualmente voltada ao entretenimento, foi rearranjada em torno do acontecimento, com sucessivas entradas ao vivo de repórteres que estavam em Santa Maria (Motta de Oliveira, 2016). As informações davam conta da morte de dezenas de pessoas – depois centenas, até chegar ao número de 200 no final daquele dia. Nos sites de redes sociais, a mobilização dos usuários gerou uma rede de solidariedade que prosseguiu nos dias subsequentes à tragédia – com o compartilhamento de uma diversidade de informações

que atualizavam a situação e convocavam formas de ajuda voluntária (Zago; Bastos, 2018). Essa articulação em rede teria sequência na mobilização das pessoas em torno de manifestações públicas de luto, homenagem às vítimas e luta por justiça (Silva; Brignol, 2013), em atos que tomaram as ruas de Santa Maria nas semanas seguintes ao incêndio.

A repercussão midiática da tragédia suscitou inúmeras análises sobre a cobertura do evento, publicadas tanto nas redes sociais digitais como em sites especializados de crítica midiática². A produção acadêmica também se voltou à análise do caso, nas mais diferentes áreas do conhecimento, resultando na publicação de centenas de artigos e na realização de pesquisas de maior fôlego, como teses e dissertações. Na área da Comunicação, essas análises detiveram-se principalmente na cobertura jornalística do acontecimento e nas articulações via redes digitais (Jácomo, 2013; Sousa, 2013; Silva, 2014; Boldrin, 2015; Kegler, 2016; Motta de Oliveira, 2016)³.

Ao analisar a cobertura feita pelo jornal Zero Hora sobre a tragédia, Marocco (2013, p. 210) identificou cinco movimentos que organizaram o conjunto de ações da prática jornalística:

- 1) resgate dos corpos, identificação sociocultural dos mortos e desespero dos parentes vivos, levantamento de suspeitas sobre a responsabilidade criminal, editorialização retórica da culpa; dimensionamento e regionalização da tragédia; 2) dramas dos sobreviventes, jornada dos heróis, primeiras evidências de culpabilidade,

² Moretzsohn (2018) afirma que entre os dias 28 de janeiro e 12 de fevereiro de 2013, o site Observatório de Imprensa, um dos mais conhecidos de crítica midiática do país, publicou 43 textos sobre o caso.

³ Ainda nesse escopo, destacam-se as coletâneas organizadas por Silveira (2018), que agrega uma diversidade de perspectivas de análises comunicacionais sobre o caso, e por Silveira e Schwartz (2018), que apresenta entrevistas com jornalistas que cobriram a tragédia para diferentes veículos de mídia.

nacionalização e internacionalização da tragédia, ações de solidariedade, acompanhamento da evolução dos feridos, recontagem dos mortos; 3) a dor dos jornalistas, autorreferencialidade; 4) contabilidade dos mortos e drama dos sobreviventes; 5) repercussões finais com a mudança do estatuto do acontecimento: de tragédia a crime. (Marocco, 2013, p. 210).

Os movimentos apontados pela autora sinalizam um ordenamento composto pela articulação de duas camadas: uma mais ampla, que se refere a práticas já consolidadas no jornalismo, inscritas no cânone interpretativo e convocadas quando ocorre uma situação-limite; e outra camada mais específica, que se forma a partir daquilo que o próprio acontecimento em questão reclama, de suas singularidades, de seus desdobramentos narrativos, dos circuitos informativos constituídos acerca do caso, de seus agentes e sua aparição na cena pública.

A observação da cobertura jornalística e a leitura das análises críticas sobre o caso demonstram as dificuldades de se narrar o trágico. Noticiar a dor implica constrangimentos e dificuldades, mas ao mesmo tempo insurge como necessidade (Moretzsohn, 2018). Essa necessidade de narrar o sofrimento não se limita ao tempo em que o acontecimento se mantém na agenda midiática. Aos poucos, as notícias sobre o ocorrido diminuem, mas a necessidade de contar sobre a experiência vivida permanece e se atualiza em novas formas. É sobre essas narrativas de sofrimento posteriores ao evento trágico, especialmente do acontecimento Kiss, que este artigo se detém.

No aniversário de cinco anos da tragédia, a jornalista Daniela Arbex lançou o livro *Todo dia a mesma noite*. O subtítulo da obra antecipa o que o leitor encontrará: *a história não contada da Boate Kiss*. À primeira vista, a frase pode soar como recurso propagandístico que chama a atenção pelo caráter trágico que

singulariza o caso e pela possibilidade de haver algo que ainda não se sabe sobre ele. O que é possível não saber sobre um acontecimento que teve tanta repercussão midiática? É na história de quem testemunhou o incêndio, de quem vivenciou as intermináveis horas daquele dia 27 e dos familiares das vítimas que a repórter vai buscar uma possibilidade de narrar o acontecimento e mostrar como todos, ainda hoje, sobrevivem cotidianamente à tragédia.

A partir da leitura do livro e de entrevistas concedidas por Daniela Arbex, este texto pretende discutir as possibilidades de transgressão ao regime de práticas jornalísticas consolidadas quando o acontecimento se refere a experiências de sofrimento. Partimos da compreensão de que existem procedimentos regulares que controlam e normatizam as práticas (Foucault, 2005). No jornalismo, esses procedimentos funcionam no ordenamento de um conjunto de práticas jornalísticas que se consolidam com o tempo (Marocco, 2015). Há, no entanto, espaços nos quais é possível observar um processo de autonomização dos sujeitos jornalistas, que elaboram métodos próprios e criativos, muitas vezes na contramão dos procedimentos padrões. Um desses espaços é o “livro de repórter” (Marocco, 2011, 2018; Zamin, 2011).

O objetivo deste exercício reflexivo, portanto, é perceber as aproximações do trabalho empreendido por Daniela Arbex à noção de “livro de repórter”, sinalizando a potencialidade crítica dessa escrita como um processo transgressivo de reconhecimento do presente (Marocco, 2008). Nesse sentido, utilizamos como chave de leitura a noção de “evento crítico” (Das, 1996, 2007) para a leitura do texto da repórter, afim de compreender as particularidades dessa crítica quando o sofrimento é um operador significante na construção narrativa do acontecimento.

Transgressão em “livros de repórter”

Na história do jornalismo, convencionou-se nomear de livro-reportagem “o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos” (Lima, 2004, p. 26). O livro-reportagem seria o formato ideal, ainda segundo Lima, para a circulação de grandes reportagens – não apenas em extensão, mas também em profundidade – e possuiria a capacidade de reciclar a prática jornalística por incorporar contribuições conceituais e técnicas provenientes de áreas como a literatura, a história, a filosofia, a antropologia e a sociologia.

À noção de “livro-reportagem”, inscrevem-se inúmeras obras – muitas delas já canônicas no campo – e tende-se, ainda que de modo não consensual, a enquadrá-las como jornalismo literário (ou ainda jornalismo de realidade, jornalismo narrativo, jornalismo gonzo, novo jornalismo, romance reportagem, dentre outras denominações). Sobre essas nomenclaturas e modos de entender os livros escritos por jornalistas, Zamin (2011, p. 393) considera que “compreender estes livros como uma possibilidade editorial ou como um expediente utilizado por alguns jornalistas é redutivo, assim como categorizá-los simplesmente como literários”. Para a autora, tais perspectivas “eliminam a possibilidade de aprofundar a compreensão do jornalismo a partir destas obras”.

Se as análises que trabalham com a noção de “livro-reportagem” se ancoram no deslocamento jornalismo-literatura, Marocco (2011) propõe estudar os livros escritos por jornalistas a partir de um deslocamento jornalismo-jornalismo (Zamin, 2011). Para tanto, a autora elabora o conceito de “livro de repórter”:

Trata-se de um tipo de texto que se ocupa do jornalismo, para dele elaborar outro texto que oferece o desvendamento de certos processos jornalísticos, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará um exercício de interpretação criativa do que é considerado jornalismo. (Marocco, 2011, p. 121).

Partindo de uma perspectiva foucaultiana, Marocco (2011) compreende o “livro de repórter” como atualização do “comentário”, um dos procedimentos internos de controle discursivo (Foucault, 1996). O livro de repórter é a materialização do comentário sobre práticas “que não tem lugar no jornalismo senão ali, onde os repórteres encontram tempo para proceder a uma análise epistemológica reflexiva” (Marocco, 2015, p. 84).

Nesse sentido, o livro de repórter pode ser pensado como um espaço de tensão entre os controles discursivos do jornalismo e a resistência com que os repórteres se opõem a eles (Marocco, 2015). É no estabelecimento dessa crítica ao jornalismo que a autora situa dois limiares: uma “hermenêutica jornalística” e uma “ação de criação em relação ao jornalismo” (Marocco, 2018, p. 67). Em ambos está implicado um deslocamento da disciplina jornalística em direção a uma autoralidade individual – “repórter-autor”. E é nesse processo de criação dentro do jornalismo que o repórter volta seu exercício de crítica como “reconhecimento do presente” (Marocco, 2018).

A noção aqui empregada de um jornalismo como “reconhecimento do presente” é oriunda de reflexão feita por Foucault (2008) em seu texto “As reportagens de ideias”. Como explicam Marocco, Zamin e Boff (2012, p. 93), é Kant quem inaugura um modo filosófico de reconhecimento e de crítica a certo elemento do presente, ao discorrer sobre a “repercussão

que teve no espírito dos homens que acompanhavam de longe [a Revolução Francesa], sem interesse, o desenvolvimento da trama”. A atitude crítica de Kant de reconhecimento do presente é deslocada da Filosofia para o Jornalismo por Foucault (2008), quando este vai ao Irã e, de lá, passa a escrever reportagens sobre o que ficou conhecido no Ocidente como “Revolução Islâmica”.

Originalmente publicado em 1978, no jornal italiano *Corriere della Sera*, o artigo de Foucault insurge como proposta de que o jornalismo trabalhe com o presente não de seu lugar hegemônico e simplesmente operacional, mas via outra lógica que reformule a concepção da fonte jornalística e o próprio processo interpretativo do jornalista-intelectual sobre o acontecimento que testemunha. Para o autor, “é preciso assistir ao nascimento das ideias e à explosão da força delas [...] dentro dos acontecimentos nos quais elas manifestam sua força, nas lutas que se travam pelas ideias, contra ou com elas” (Foucault, 2008, p. 50).

Em suas reportagens de ideias, Foucault “criticou o jornalismo e fez dele espaço de transgressão ao dedicar-se ao exercício da reportagem” (Zamin, Schwaab, 2017, p. 165). O gesto transgressivo é entendido aqui não em sua conotação negativa, mas em sua potência enquanto indicativo de diferença. O filósofo se vale das práticas e processos de produção jornalística, mas subverte o regime das normas que conformam o fazer jornalístico. A reportagem é vista, assim, como espaço potente para a transgressão.

Não há reportagem, em nosso entendimento, que não se torne um fragmento de jornalismo, um pedaço que só existe porque existe em torno dele, antes e depois dele, algo como a continuidade do jornalismo, mas que, em suas margens e/ou com ele, pode formar duas figuras estranhas. Uma delas é a figura da transgressão, do modo

transgressivo de reconhecimento da época em que se vive, na palavra ou na imagem transgressiva. (Marocco, 2008, p. 34).

A partir disso, os livros de repórter são “assumidos como instância de acolhimento de críticas ao jornalismo e de transgressão” (Zamin, Schwaab, 2017, p. 164), contrapondo-se às normatizações do regime das práticas. O gesto transgressivo de reconhecimento do presente torna-se perceptível na própria narrativa, a partir daquilo que o repórter oferta em seu texto, por meio de códigos outros incorporados à reportagem.

Tendo como horizonte as considerações apresentadas acerca da noção de “livro de repórter” e da potência transgressiva da reportagem, examinamos na sequência o livro *Todo dia a mesma noite*, bem como trechos de entrevistas concedidas pela autora, Daniela Arbex.

Todo dia é 27

Daniela Arbex é uma jornalista brasileira que, há mais de vinte anos, atua como repórter especial do jornal *Tribuna de Minas*. Vencedora de diversos prêmios nacionais e internacionais na área do jornalismo, Arbex ficou nacionalmente conhecida com o lançamento de seu primeiro livro, *Holocausto Brasileiro* (2013), sobre o genocídio que matou 60 mil pessoas no Hospício de Barbacena (MG). *Holocausto...* ocupa hoje a lista dos mais vendidos e é referência no campo profissional e nas escolas de jornalismo. Três anos depois, lançou seu segundo livro, *Cova 312*, em que narra como as Forças Armadas mataram pela tortura um jovem militante político, forjaram seu suicídio e sumiram com seu corpo. Ambos os trabalhos são marcados pela

apuração calcada na investigação e por histórias tramadas sob o signo do sofrimento.

Todo dia a mesma noite também apresenta as características que atravessam a produção jornalística de Arbex. Composto por 16 capítulos, o livro se propõe a contar, de uma perspectiva até então pouco explorada, a história do incêndio ocorrido em 27 de janeiro de 2013 na Boate Kiss, em Santa Maria (RS). O trabalho é fruto de um exaustivo processo de apuração, que contou com centenas de horas de entrevistas com sobreviventes, familiares de vítimas, profissionais da área da saúde e equipe de resgate.

A narrativa inicia com a calma no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que tinha atendido apenas uma ocorrência naquela semana. De modo sensível, Arbex nos transporta para aquele sábado em Santa Maria. Acompanhamos as personagens em suas rotinas: as vítimas antes de ingressarem na festa, os socorristas antes de receberem o alarme, as famílias antes do choque da notícia. Temos acesso a detalhes sobre como ocorreria o incêndio, sobre os procedimentos da equipe de socorro – da frente da boate até os hospitais, onde profissionais da saúde tentavam salvar vidas que se esvaíam –, sobre a busca dos familiares por seus filhos nos hospitais e no ginásio, para onde os corpos foram levados. Arbex não limita sua narrativa ao que ocorreria naquele dia; ela questiona sobre os dias seguintes, procura identificar as causas e explorar as consequências dos descuidos banalizados por agentes públicos e empresários. Frente a uma comunidade solapada pela catástrofe, a repórter questiona de que modo essas pessoas continuam, cotidianamente, sobrevivendo à tragédia.

Em entrevistas, Arbex conta que foi praticamente convocada para contar a história da Kiss quando Marcos Moreno, seu colega de trabalho, contou-lhe que havia conhecido uma enfermeira de Santa Maria e que, depois da conversa, estava convencido de que Arbex deveria escrever sobre a tragédia. A

repórter contrapôs: “mas todo mundo já contou essa história” (Arbex, 2018b). Moreno insistiu tanto que ela começou a pesquisar e, no primeiro contato com uma mãe que havia perdido o filho no incêndio, teve como resposta: “Que bom. Nós precisamos ser ouvidos” (Arbex, 2018b). Começava ali o processo de apuração. Logo veio a primeira das cinco viagens que faria à Santa Maria.

Mesmo sabendo que o incêndio na Boate Kiss teve grande visibilidade midiática, Arbex não se orientou pela ideia de que não haveria mais o que ser contado sobre o caso. Ela afirmou que existe uma “falsa ideia de que as histórias se esgotam, porque sempre existem coisas por serem ditas” (Arbex, 2018c). A repórter contraria o regime de normas que norteia o jornalismo pela atualidade do fato, pela cobertura simultânea, e se coloca em um outro espaço: “Minha palavra é sempre resistência” (Arbex, 2018c).

Ao refletir sobre seu trabalho como repórter, Arbex olha em retrospecto e inscreve *Todo dia a mesma noite* na sua biografia, enquanto parte de uma obra maior e que caracteriza o próprio processo de autonomização em relação à disciplina jornalística:

Eu precisei passar pelo *Holocausto [Brasileiro]* e pelo *Cova [312]* para estar preparada para empreender esse voo solo. Solo no sentido de que eu ia estar deslocada das minhas origens. [*Todo dia a mesma noite* é um] **livro do não esquecimento, para fazer lembrar, discutir o Brasil de hoje.** [...]. Eles se cruzam nesse sentido, nessa **luta pela construção da memória**, pra que a gente aprenda um pouco com todos esses eventos que nos marcaram. (Arbex, 2018b).

A Kiss entrou na minha vida como um dos maiores desafios da minha carreira. Como contar uma história tão recente? Com o tempo, percebi que os temas tinham muito em comum, porque, em todos os casos, **a**

construção da memória era necessária. (Arbex, 2018d).

No processo de reflexividade sobre seu trabalho, a repórter estabelece conexões entre um trabalho e outro, o que aponta uma característica de autoria – a existência de um tema que perpassa sua obra e que, pelos seus textos, é possível ter acesso. Se antes, Arbex discutia fatos ocorridos em décadas passadas, em *Todo dia...* ela aborda um acontecimento recente, mas já marcado pela necessidade de resgate de sua memória.

A relação entre memória e esquecimento é frequentemente evocada na fala da repórter, que interpreta seu trabalho como um empenho para a construção da memória sobre o acontecimento trágico. Marcelo Canellas (2018, p. 12) finaliza o prefácio do livro corroborando esse argumento e inserindo, inclusive, o leitor nesse trabalho: “Este livro é uma recusa ao esquecimento. Ao tomá-lo nas mãos, você estará participando do imenso esforço coletivo para fazer da memória um instrumento de conforto e de respeito à dor alheia”. Nesse sentido, a postura jornalística de Arbex opera impelida por um “dever de memória” (Ricoeur, 2007), empenho relacionado a um imperativo de fazer justiça, dever de fundo ético, uma luta contra o esquecimento⁴.

Observar como a repórter interpreta suas práticas nos ajuda a compreender os modos como a identidade profissional é forjada. Para além disso, dá-se a ver um conjunto de saberes,

⁴ Recordamos da frase “Para que nunca mais aconteça. Não ao esquecimento”, expressão cristalizada como referência a acontecimentos marcados pelo sofrimento e, especialmente, aqueles pelos quais se busca algum tipo de reparação e justiça. O objetivo e extensão deste texto não nos permite explorar essa questão aqui, mas Lage (2018) e Tomaim (2018) fazem uma importante reflexão sobre a relação mídia, memória e esquecimento analisando produtos midiáticos sobre a Tragédia de Santa Maria.

marcados pelo gesto transgressivo, que se contrapõe ao regime das práticas jornalísticas e passa a orientar o trabalho da repórter.

Todos os livros me causaram impactos profundos, mas nada mexeu tanto comigo quanto o mergulho no caso Kiss. **Fiquei tão abalada que passei a ter medo de perder meu filho. Isso afetou muito a minha rotina familiar.** Pela primeira vez, **precisei procurar ajuda especializada.** (Arbex, 2018d).

Eu chorei em todas as entrevistas, durante, depois, e enquanto escrevia. **Foi muito duro ouvir tudo aquilo,** compartilhar o tamanho da dor dessas pessoas. (Arbex, 2018e).

Nos trechos destacados, Arbex revela como o processo de produção da reportagem também a abalou. Vemos uma prática que é orientada pela subjetividade, situada a partir das próprias vivências da repórter, de suas concepções de mundo e da forma como se coloca frente às histórias que precisa narrar. Tal compreensão aproxima-se da noção de “prática corporificada” – quando “o corpo e as emoções são discursivizados como parte da racionalidade no processo de cognição para a leitura e narração da realidade, e dão indicativos de ser um dos modos de deslocamento da objetivação jornalística” (Silva; Marocco, 2018, p. 41). Se a subjetividade é interdita pelas prescrições de um jornalismo tecnicista que se pretende isento, imparcial e objetivo, no trabalho de jornalistas como Daniela Arbex a subjetividade se estabelece como orientação e também resistência aos controles discursivos.

Orientar o seu trabalho pela ação subjetiva não significa abrir mão de preceitos básicos do jornalismo sobre a apuração dos fatos. Pelo contrário, a abertura a uma postura mais

humanizada dimensiona a preocupação dos jornalistas em relação à coleta de informações e entrevistas. Arbex afirma que, após ter escrito o livro, ela leu para seus interlocutores os capítulos, a fim de identificar e eliminar possíveis erros.

A leitura é por tudo isso: pela necessidade de **checagem**, esse **rigor** tem que ser exaustivo. Você tem que **checar, checar e checar**. Eu liguei várias vezes para perguntar a mesma coisa depois que o livro já estava pronto. As pessoas me falavam: “Daniela, você já me perguntou isso”. E eu respondia: **“mas eu continuo com dúvida”**. (Arbex, 2018f).

O rigor a que se refere é justamente uma precisão necessária naquilo que se narra, porque narrar a vida do outro implica uma constante vigilância que não diz respeito apenas ao que se conta, mas também a como se conta. Não se busca uma verdade, porque uma história possui diferentes perspectivas e múltiplas entradas.

Quando você permite que o **outro habite em você** e **se deixa habitar pela dor do outro**, é possível enxergar o tamanho desse sofrimento. Você consegue sentir um pouco o que o outro está sentindo. Claro que eu nunca vou dimensionar o que é perder um filho, não dá para ter essa ideia, mas eu consigo me colocar no lugar daquelas pessoas. **Isso me afetou profundamente**, porque é algo insubstituível. [...] **A humanização é o grande caminho do jornalismo. Ao se colocar no lugar do outro, isso provoca mudança**. É algo que transforma o olhar e o sentimento das pessoas. **Tocar o outro é um grande caminho**, reforçar esse **papel do jornalismo como instrumento de transformação social**. (Arbex, 2018f).

Ao observarmos as entrevistas de Arbex sobre o exercício de sua prática profissional e, especificamente, sobre o processo de produção de *Todo dia a mesma noite*, notamos que o trabalho da repórter é marcado pela ação subjetiva e pela resistência. Ao refletir sobre a prática, Arbex oferta uma outra compreensão sobre o jornalismo, que foge às normatizações do sistema canônico. Em determinado momento, assevera a função do olhar, da escuta e da postura humanizada como caminho possível para um jornalismo mais afeito à alteridade. Sinalizar esse caminho não significa renegar os fundamentos epistemológicos do campo – antes disso, é um movimento que abre e amplia essas bases, possibilitando uma prática transgressiva e que se consolida às margens dos controles, da objetivação e da racionalidade tecnicista.

Nesse sentido, a repórter se lança na difícil tarefa de narrar um acontecimento trágico. É no processo de *habitar o outro* e *deixar-se habitar pelo outro* que encontra uma forma de produzir uma reportagem orientada pela alteridade e que tem nos testemunhos o centro de sua construção. É sobre esse processo de escrita que nos debruçamos a seguir.

O movimento da dor

Quando Daniela Arbex iniciou o processo de produção da grande reportagem que seria o livro *Todo dia a mesma noite*, ela se perguntou como faria para contar a história do incêndio na Boate Kiss. Suas dúvidas orbitavam em torno de duas problemáticas centrais: 1) a grande visibilidade do caso e 2) o componente trágico da narrativa em si. Como o caso teve visibilidade midiática mundial, surge a questão: o que poderia ser contado sobre esse acontecimento tão conhecido por todos? E, logo, por se tratar de uma tragédia, de que modo narrar esse

sofrimento? As respostas foram encontradas durante o próprio processo.

Eu só consegui entender o tamanho desse trauma quando eu cheguei lá, porque eu percebi a **magnitude da devastação**. Essa dor que a tragédia provocou é **uma dor que continua em movimento**. Eu digo que nunca cheguei em Santa Maria e encontrei as famílias da mesma forma que eu deixei. (Arbex, 2018f).

Narrar a dor do outro é um problema posto ao jornalismo. Isso porque, como nos lembra Ricoeur (1992, p. 8), “o sofrimento interpela”, rompe o fio narrativo ao estabelecer uma lacuna entre querer dizer e a incapacidade para o dizer. Esse sofrimento não apenas atinge aqueles expostos à tragédia no momento de sua eclosão, mas a todos que ainda hoje vivem essa fratura, inclusive a própria repórter. Interpelada pelo sofrimento, Arbex se vê obrigada a reorientar os modos como habita e narra o mundo – lidar com o medo de perder o filho, procurar ajuda psicológica, por exemplo.

A antropóloga Veena Das (1996, 2007) busca entender o que as pessoas fazem em meio à devastação deixada por aquilo que nomeia como “evento crítico”. Eventos críticos são grandes acontecimentos, possuem vários níveis e dimensões, caracterizados pela brutalidade pela qual não apenas afetam a vida daqueles que sofreram o evento, mas também deflagram transformações nos indivíduos que são historicamente ou imaginariamente atingidos por suas contingências e desdobramentos⁵.

⁵ Ainda que partam de orientações epistêmicas distintas, os conceitos de “evento crítico” (Das, 1996) e “acontecimento” – na perspectiva de Quéré (2005), especialmente – guardam similaridades. Ambos buscam dar conta de ocorrências que provocam fissuras na realidade, instauram descontinuidades que convocam formas de atuação e explicação – estas articuladas à experiência, ou seja, aos modos de afetação do evento. As

Jovens morriam na frente de todos, uma **cena insuportável** até mesmo para quem fora treinado para enfrentar situações-limite. (Arbex, 2018a, p. 20).

Embora não fizesse a menor ideia do que teria acontecido no interior da casa noturna, [o médico socorrista] Dornelles tinha certeza de que aquela madrugada de domingo, **marcada pelo barulho ensurdecedor das sirenes, mudaria para sempre a sua vida, a história da cidade e, quem sabe, a do país.** (Arbex, 2018a, p. 21).

A capitã da brigada caminhou pela Kiss atordoada não só pelo que viu, mas com o barulho dos celulares das vítimas. [...]. Aquela **sinfonia da tragédia** era tão **insuportável** quanto a cena que Liliane presenciava. **Como lidar com um evento dessa proporção?** (Arbex, 2018a, p. 34-35).

Em silêncio, o trabalho [de retirada dos corpos] foi reiniciado no interior da boate. Lá fora, porém, **a dor iria acordar o país.** (Arbex, 2018a, p. 36).

Como se tratava de uma tragédia humana sem precedentes na história recente do país, o emergencista intuía que as consequências seriam sentidas em ondas. As próximas chegariam tão fortes que **provocariam devastação semelhante a um tsunami. Ninguém em Santa Maria sairia ileso.** (Arbex, 2018a, p. 72).

formas como nos apropriamos dos acontecimentos também os configuram e é nesse processo de (re)configuração e afetação que as pessoas constroem formas de 'habitar o mundo', nos termos de Das (2007).

Nos excertos, notamos o movimento que a autora faz para dar ao leitor a dimensão da tragédia a partir dos relatos da equipe de socorristas. Os primeiros capítulos do livro reconstróem minuciosamente os momentos de horror daquela madrugada. A identificação do evento crítico é feita pela repórter através das impressões das pessoas, que naquela situação ainda não dimensionavam o acontecimento, mas intuíaam – pelas cenas insuportáveis que presenciavam – que suas consequências abalaríam a todos. Nesse movimento, Arbex faz o reconhecimento do evento que relata, examinando como o acontecimento se engendra.

Outra característica do evento crítico é romper com a cotidianidade e instaurar quadros que desestabilizam as referências que as pessoas possuem. Na tentativa de organizar o caos e conferir inteligibilidade ao evento crítico, a repórter busca um ordenamento que se dá, muitas vezes, recorrendo a imagens já cristalizadas em nosso imaginário sobre o sofrimento. É uma maneira de dar significado a um referente difícil de representar, como vemos a seguir:

Próximo a um poste de luz, conseguiu se enxergar pela primeira vez, percebendo que a pele de seu braço estava presa apenas pelo pulso. Por um instante, **pareceu a pequena Kim Puch, vítima da Guerra do Vietnã**, cujo povoado fora atingido 41 anos antes por um bombardeio. **Só que o corpo de Gustavo estava sendo consumido não por queimaduras provocadas por bombas de napalm, conforme mostra a famosa foto de Kim, mas pela onda de calor a que fora exposto dentro da boate minutos antes.** (Arbex, 2018a, p. 25-26).

É também notável o esforço da repórter em romper com a relação produtiva entre jornalista e fonte, que o regime de normas preconiza. Os entrevistados são centrais na escrita da

reportagem. Seus testemunhos dão a conhecer os momentos vivenciados naquela madrugada e nas horas que se seguiram ao incêndio. Na leitura do texto, percebemos o valor desses testemunhos – já que a repórter dificilmente teria acesso a maior parte do que ali está narrado se não fosse pelo que contam as testemunhas. No trabalho de narrar o outro, Arbex opta por não aparecer no texto – abre mão de marcadores autorreferenciais, não narra em primeira pessoa –, utiliza muitos diálogos – o que demonstra um exaustivo processo de apuração – e procura mostrar as personagens não de modo heroico ou sobre-humano – pelo contrário, é diante do torpor causado pela tragédia que emergem os indícios de humanidade.

Diante da pilha de corpos, o sargento [do Corpo de Bombeiros] **sentiu as forças de seus braços esvaírem**. [...] Nenhum treinamento o havia preparado para lidar com a dor que sentiu no momento em que se viu tomado pelo mais humano dos sentimentos: a compaixão. – **Nós não salvamos ninguém – repetia, em choque.** – Não salvamos ninguém”. (Arbex, 2018a, p. 30).

Conforme Das (1996), o evento crítico se une e se desdobra na vida cotidiana, em contínuos processos na tentativa de reconstruir suas vidas. As pessoas, afetadas pelo evento crítico e vivendo as rupturas por ele instauradas, não se refazem esquecendo dessa experiência, de seus sentimentos ou de seu passado. Elas constroem em cima da dor, na convivência com a experiência do sofrimento.

Arbex identifica esse trabalho de convivência com a dor que quando percebe que a tragédia “provocou uma dor que continua em movimento”. De diferentes formas, as pessoas que sofreram a fratura social se veem impelidas a reconstruir seus mundos a partir do evento crítico. À repórter é destinado o trabalho de descrever e interpretar tais movimentos – há uma dimensão

funcional e simbólica na tessitura do livro, que opera na materialização da memória da tragédia em narrativa.

Naquela segunda-feira, enquanto Silvinho era enterrado, os vizinhos do sítio de sua família realizavam o mutirão para dar andamento ao que o jovem havia iniciado: o cultivo da lavoura para a colheita do arroz que havia plantado. Seguiram o **projeto definido** anteriormente pelo rapaz. Com trator e pá, eles entraram na plantação. Não deixariam o **sonho** dele morrer também. (Arbex, 2018a, p. 159).

Sem rumo, a mãe de Thanise resolveu tirar a própria vida usando remédios. Foi parar no hospital. Tempos depois, olhou para [a outra filha] Camilly e quis matá-la. Pensava que, em seguida, se mataria. Partiu para cima da filha com uma faca, e como não teve coragem de feri-la cortou a si mesma várias vezes com a lâmina. Era sua segunda tentativa de suicídio, e ela foi hospitalizada mais uma vez. (Arbex, 2018a, p.189).

Os dois trechos sinalizam movimentos distintos de lidar com o trágico: dois projetos de vida interrompidos, um que é levado a frente, como forma de preservar a memória; outro cujo sentido se esvai pela ausência. O argumento sustentado pelo título da obra confirma-se ao final da leitura. A narrativa construída por Arbex nos leva novamente ao dia 27 e lá, junto com as personagens, permanecemos – ainda que alguns anos tenham se passado. O olhar atento da repórter a atitudes e comportamentos cotidianos de mães e pais de vítimas desvela os modos de resistência ao esquecimento. Quadros de sentido são reorganizados e pelo texto-reportagem temos acesso às formas como os sobreviventes encontram maneiras de “habitar o mundo”. (Das, 2007).

A consultora ótica Lívia Oliveira já não consegue lembrar o barulho do riso de Heitor. E isso a consome. Seu consolo foi ter, finalmente, descoberto na flor-do-campo um aroma familiar. Pouco depois da morte do jovem, ela recebeu um arranjo em casa. Foi tomada de surpresa ao perceber, pela primeira vez, que elas exalavam o tal cheiro de mel ao qual ele se referia. Era como se ele a presentearse depois da morte. (Arbex, 2018a, p. 228).

Vanda Dacorso também lida com o medo de ver o tempo apagar a imagem de Vitória de sua memória. Por isso recorre aos inúmeros vídeos da filha gravados por ela, porque o tempo é implacável até mesmo com o amor. (Arbex, 2018a, p. 228).

[A mãe] Também sofre por não ouvir o barulho vindo do galpão onde Silvinho recebia os amigos. No galpão vazio, um rádio antigo fica 24 horas ligado na tentativa de enganar o silêncio. (Arbex, 2018a, p. 229).

A dor que Natalício sente não o impede de construir pipas para filhos de outros pais. Foi a forma que ele achou para continuar enxergando [o filho] Lucas através dos olhos da criança que foi um dia. (Arbex, 2018a, p. 231).

Ao entrar em casa naquela noite, Ligiane ligou o interruptor do quarto de Andrielle, como faz todos os dias desde aquele 27. Durante as madrugadas, a luz do cômodo onde a filha dormiu por 22 anos permanece acesa. É sua forma de lidar com ausência dela. (Arbex, 2018a, p. 234).

Todo dia a mesma noite pode ser lido como um trabalho que possibilita a leitura de um evento crítico e de seus desdobramentos – identificados a partir das maneiras como a

autora relata as formas que as testemunhas habitam o mundo na situação do trauma. Nesse movimento, a repórter oferta aos leitores uma interpretação sobre o acontecimento narrado. Compreendemos esse gesto como transgressivo porque as operações da repórter, descritas e analisadas neste texto, não se limitam a organizar os fatos, mas problematizam os testemunhos, confrontam versões, apresentam mais de uma entrada possível para compreender a história narrada.

De alguma forma, **todos são sobreviventes dessa tragédia**, porque as pessoas que não morreram dentro da boate, que ficaram, foram profundamente, diretamente, afetadas por esse evento. A Kiss provocou uma devastação humana. **Da mesma forma que a fumaça seguiu agindo no organismo, essa devastação seguiu agindo nas pessoas.** (Arbex, 2018b).

Ela [a dor] continua agindo. **Não é uma dor que provocou aquela ferida e fechou. A ferida continua abrindo. É movimento porque você não consegue pedir superação.** Ninguém supera a morte de um filho. Exigir superação é uma total falta de empatia com a dor do outro. Se hoje eu for lá, talvez as pessoas estejam [bem]. Mas eu posso voltar daqui um tempo e aquela pessoa, que estava cheia de projetos, cai na cama, em depressão, como foi o caso da Carina (mãe de uma vítima). Eu cheguei para ler para ela (o capítulo do livro) e ela estava deitada, em uma depressão fortíssima. **A dor em movimento também tem muito a ver com a falta de justiça.** (Arbex, 2018f).

Se o evento crítico deixou o mundo devastado, é necessário pegar os pedaços e seguir em frente. Seguir em frente não significa superar a dor – algo impossível, como a própria Arbex afirma – mas construir em cima da dor. Das (2007) também

concorda que a dor não se supera, que existe um trabalho de construção que se realiza em função do trabalho do tempo. Não existe, portanto, a ideia de que tudo está (ou pode ficar) resolvido. Nesse sentido, Arbex é perspicaz ao perceber que a devastação segue agindo nas pessoas, às vezes de formas pouco acessíveis, tal qual a fumaça seguia agindo no organismo das vítimas que conseguiram sair do incêndio e que vieram a morrer horas depois, em decorrência de sua ação.

Algumas considerações

Como muitos dos moradores de Santa Maria, eu também fui acordado por um telefonema naquele domingo, 27. Era minha mãe que, aliviada por ouvir minha voz, me disse que uma casa noturna da cidade havia incendiado. Àquela hora – pouco antes das seis da manhã – não tínhamos ideia da dimensão da tragédia. Logo, outros familiares passaram a telefonar e mandar mensagens. Despertei assustado, liguei a TV, o rádio e acessei a internet em busca de informações. Poucas horas depois, vejo a mensagem de uma amiga para todos os seus conhecidos, dizendo que sua colega de apartamento saíra à noite para a festa e não havia retornado. Ela pedia que a avisassem se soubessem do paradeiro dela – depois soube que a moça era uma das vítimas. Pedidos desse tipo, com a foto das pessoas, se multiplicavam no *feed* das redes sociais. Eu tentava me comunicar com meus amigos e acompanhava atônito as notícias, enquanto ouvia o barulho dos helicópteros que sobrevoavam a cidade e a movimentação das pessoas que se aglomeravam em frente ao hospital próximo à minha casa, para onde muitas das vítimas foram levadas. Eu morava em Santa Maria desde 2009, quando ingressei na faculdade de Jornalismo, e estava prestes a me formar quando o incêndio aconteceu. Na manhã seguinte,

fui à emissora de TV na qual fazia estágio. No trajeto de ônibus, cerca de 30 minutos, as pessoas permaneceram emudecidas. Ninguém conversava, todos absortos pelo rádio que atualizava as informações sobre as vítimas. Responsável pela produção das matérias da cobertura sobre a tragédia, acompanhei o transporte das vítimas que eram levadas a Porto Alegre de avião e terminei o dia no ginásio para onde os corpos foram levados no domingo. Lá, ocorria um funeral coletivo. Repórteres de diferentes países cobriam o velório. Alguns cinegrafistas corriam para filmar os caixões que saíam em direção ao cemitério. Entrevistamos algumas pessoas, voluntários principalmente, mas faltavam palavras – estávamos ainda todos em choque.

Começo essa nota conclusiva com um relato pessoal porque ela situa o leitor sobre meu lugar como observador e testemunha do acontecimento e sinaliza minha implicação. Conheci pessoas que morreram na boate e outras que sobreviveram e que ainda hoje carregam em seus corpos e mentes as marcas da tragédia. O evento crítico causa uma fratura, mas ao mesmo tempo também estabelece um laço social de afetação. Refletir sobre a grande reportagem de Daniela Arbex não é simplesmente compreender recursos narrativos utilizados no texto ou estratégias que singularizam o trabalho da repórter. Este texto é mais uma das muitas formas de dar sentido ao evento que nos acometeu.

Quando Foucault realizou suas reportagens no Irã, ele partiu do questionamento: “O que está acontecendo com nosso presente, que não chega até nós?” (Marocco, 2008, p. 44). Sua interrogação é potente e ainda hoje reverbera quando pensamos no regime de práticas que orientam e normatizam o fazer jornalístico. Ainda que o jornalismo seja guiado por critérios e normas que se balizam pela presentificação do acontecimento – o aqui e o agora do que é estipulado como relevante –, o que o

filósofo nos faz refletir é sobre os acontecimentos que se escrevem nas marginais da História e, por conseguinte, do trabalho do jornalista na narração desses acontecimentos.

A indagação de Foucault é basilar na concepção do livro de repórter enquanto um outro espaço de crítica das práticas jornalísticas. Há nele espaço para a elaboração de uma hermenêutica do jornalismo e uma ação criativa por parte do repórter. Nesse sentido, o jornalista se inscreve no mundo enquanto um observador da realidade que reporta o presente através de um processo de reconhecimento – balizado pelo olhar atento, pela escuta sensível, pela afeição à alteridade, pela potência afetiva da narração, pelas histórias ordinárias, pelo que contam os rastros.

Por essa abordagem, consideramos *Todo dia a mesma noite* um livro de repórter que tem como orientação reconhecer o presente e, em seu fazer, estabelece práticas que se distanciam da norma. São os gestos transgressivos da repórter que a aproximam à noção de autora. Sua obra torna-se espaço de discussão do jornalismo e também dos temas que nele são inscritos. No caso do livro analisado neste texto, o sofrimento torna-se um operador central na constituição narrativa da trama e interpela a repórter, fazendo-a repensar sua atuação deontológica no mundo.

Para compreender como se dá a transgressão no trabalho de Daniela Arbex, realizamos uma leitura analítica de seu livro e também de suas entrevistas – entendidas aqui como espaços outros em que é possível identificar o exercício crítico do repórter em relação às práticas. Ainda que a tragédia tenha acontecido há cinco anos e que Arbex não a tenha vivenciado de perto, ela realiza um reconhecimento do presente no sentido de elaborar um exercício hermenêutico que se ocupa da constituição do evento crítico e do modo como a tragédia ainda reverbera na vida de todos os que foram afetados por ela. A repórter não se coloca no lugar de quem sofre, mas ao lado.

Potencializa ao máximo os testemunhos e tece, a partir deles, sua narrativa. Do evento crítico restam as migalhas, os escombros, os fragmentos. É nesses rastros que Daniela Arbex ajuda a compor uma narrativa sobre a partilha da dor.

Referências

ARBEX, Daniela. *Todo dia a mesma noite: a história não contada da Boate Kiss*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018a.

ARBEX, Daniela. [Daniela Arbex conta sobre novo livro, “Todo dia a mesma noite”](#). [Entrevista disponibilizada em 21 de janeiro de 2018]. *Tribuna de Minas*, YouTube. 2018b.

ARBEX, Daniela. [Escritora resgata histórias esquecidas para a construção da justiça](#). [Entrevista disponibilizada em 15 de abril de 2018]. *EBC Rádio*. 2018c.

ARBEX, Daniela. [“Esquecer seria negar a história”, diz autora de livro sobre a Kiss](#). [Entrevista disponibilizada em 19 de janeiro de 2018]. *GaúchaZH*. 2018d.

ARBEX, Daniela. [Escritora premiada, Daniela Arbex lança o livro “Todo dia a mesma noite”, sobre a tragédia da Kiss](#). [Entrevista disponibilizada em 25 de janeiro de 2018]. *G1*. 2018e.

ARBEX, Daniela. [“Falta de justiça provoca dor semelhante à da perda”, diz autora de livro sobre boate Kiss](#). [Entrevista disponibilizada em 2 de abril de 2018]. *Diário Catarinense*. 2018f.

BOLDRIN, Mariana Martins. *A imaginação melodramática no Jornal Nacional*. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2015.

CANELLAS, M. Prefácio: um inventário de afetos. In: ARBEX, D. *Todo dia a mesma noite: a história não contada da Boate Kiss*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018a, p. 9-12.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1996.

DAS, Veena. *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. University of California Press, London: England, 2007.

FAUSTO NETO; Antonio; VENTURA; Anaiara; FABRÍCIO, Laura. Luto no tapume: Andradas, 1925. In: SILVEIRA, A. C. M. (Org.) *Midiatização da tragédia de Santa Maria*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2014, p. 42-69.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. As reportagens de ideias. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. *Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias*. Porto Alegre: Libretos, 2008. p. 49-51.

JÁCOMO, Thiago Cordeiro. *Jornalismo e redes sociais: novas práticas e tendências a partir da cobertura do portal "G1.com" sobre o incêndio da Boate Kiss em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil*. 97 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Jornalismo), Universidade de Coimbra, Portugal, 2013.

KEGLER, Bruno. *Redes de comunicação pública, visibilidade e permanência do acontecimento público Tragédia Kiss (Santa Maria, Brasil, 2013)*. 2016. 231 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

LAGE, L. Mídias jornalísticas e o trabalho de memória: o incêndio da Boate Kiss na primeira página. In: SILVEIRA, A. C. M. (Org.) *Midiatização da tragédia de Santa Maria*. A catástrofe biopolítica. 2. ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018, p. 309-319. v. 1.

LIMA, Edvaldo P. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

MAROCCO, Beatriz. Reportagem de transgressão, um giro no tratamento da fonte jornalística. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. *Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias*. Porto Alegre: Libretos, 2008, p. 33-47.

MAROCCO, Beatriz. [Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas](#). *Revista Contracampo*, Niterói, n. 22, fev. 2011, p. p. 116-129.

MAROCCO, Beatriz. O acontecimento em curso, o jornalismo e os saberes subjugados. In: VOGEL, D.; MEDITSCH, E.; SILVA, G. (Org.) *Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais*. v. 4. Florianópolis: Insular, 2013, p. 205-221.

MAROCCO, Beatriz. [Os procedimentos de controle e a resistência na prática jornalística](#). *Galaxia*, São Paulo, n. 30, p. 73-85, dez. 2015.

MAROCCO, Beatriz. [Giro autoral no “livro de repórter”](#). *Galaxia*, São Paulo, n. 37, p. 66-79, jan-abr. 2018.

MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; BOFF, Felipe. [Os grandes acontecimentos e o reconhecimento do presente](#). *Verso e Reverso*, São Leopoldo, v. 26, n. 62, p. 92-102, maio-ago. 2012.

MORETZSOHN, Sílvia. D. Noticiar a dor: possibilidades e dificuldades do jornalismo na tragédia de Santa Maria. In: SILVEIRA, A. C. M. (Org.) *Midiatização da tragédia de Santa Maria*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2014, p. 89-107.

MOTTA DE OLIVEIRA, Juliana *Os testemunhos na cobertura ao vivo do incêndio da Boate Kiss*. 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

RICOEUR, P. [O sofrimento não é a dor](#). *Psychiatrie Française*, n. especial, p. 1-8, jun. 1992.

SILVA, Carolina Moro da; BRIGNOL, Liliane Dutra. [Redes sociais online e mobilização: usos do Facebook para ações coletivas no caso da Boate Kiss, em Santa Maria, RS](#). *Ação Midiática*, n. 6, p. 1-17, jul./dez. 2013.

SILVA, Carolina Moro da. *Mobilização Social no Facebook: conectando solidariedade e justiça no caso da Boate Kiss*. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

SILVEIRA, Ada C. M. A festa “Agromerados” e a catástrofe biopolítica. In: SILVEIRA, A. C. M. (Org.) *Midiatização da tragédia de Santa Maria*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2014, p. 10-29.

SILVEIRA, Ada C. M. (Org.) *Midiatização da Tragédia de Santa Maria*. A catástrofe biopolítica. Volume I. 2. ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018.

SILVEIRA, Ada C. M.; SCHWARTZ, Clarissa. (Org.). *Midiatização da Tragédia de Santa Maria*. A construção de relatos em meio ao caos. v. 2. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018.

SOUSA, Maíra de Cássia Evangelista de. *A dinâmica da notícia nas redes sociais na internet*. 2013. 285 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.

TOMAIM, C. S. O trauma atualizado na televisão e no cinema: entre o imediatismo do acontecimento jornalístico e a vontade de memória diante da “Tragédia de Santa Maria”. In: SILVEIRA, A. C. M. (Org.) *Midiatização da tragédia de Santa Maria*. A catástrofe biopolítica. 2. ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018, p. 321-346. v. 1.

VEIGA DA SILVA, Marcia. MAROCCO, Beatriz. [O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas](#). *Brazilian Journalism Research*, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 30-55, abr. 2018.

ZAGO, Gabriela da Silva; BASTOS, Marco Toledo. Jornalismo como sistema de alerta: integração entre mídia social e imprensa na tragédia de Santa Maria. In: SILVEIRA, A. C. M. (Org.) *Midiatização da tragédia de Santa Maria*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2014, p. 10-29.

ZAMIN, Angela. [Livros de repórter, saberes de entremeio: relatos jornalísticos sobre a cobertura de conflitos](#). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 389-405, jul-dez. 2011.

ZAMIN, Angela; SCHWAAB, Reges. [Um acidente no relato, um atentado na edição; e outras reflexões acerca das práticas jornalísticas](#). *Galáxia*, São Paulo, n. 34, 163-174, jan-abr. 2017.

.....
Investigação realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001.

.....
Versão revista e ampliada de artigo publicado originalmente em:
Galaxia, São Paulo, n. 42, set.-dez., 2019, p. 136-149. ISSN 1982-2553.
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-25532019339928>

A REPORTAGEM PELAS REPÓRTERES

Reportagem, um processo que envolve correção, empatia, sofrimento e reflexão

Adriana Mabilia

Caro leitor,

É importante que saiba que começar este texto levou alguns bons minutos. Eu deletei, reescrevi, deletei, reescrevi, deletei e reescrevi diversas vezes as linhas iniciais. Tem sido assim ao longo da minha carreira, as primeiras palavras são sempre as mais difíceis de botar no papel. As últimas também. Terminar um texto é sempre tão sofrido quanto começá-lo.

O que mudou ao longo dos anos é que hoje eu tenho consciência de que é assim mesmo que deve ser. Antes mesmo de a reportagem ir ao ar ou de ser publicada numa mídia impressa ou online, o jornalista precisa sentir o peso da responsabilidade sobre aquilo que ele escreve.

A pauta, a apuração, a palavra, a edição, as imagens, todo o processo de produção tem o seu espaço na composição da mensagem da reportagem, a começar pela definição do que será assunto, o que reflete o entendimento do que é importante para o veículo de comunicação e para o jornalista. A quase inevitável subjetividade que sempre traz risco à imparcialidade e à neutralidade, características atribuídas ao bom jornalismo, aparece já no primeiro momento, nas reuniões de pauta.

Uma vez escolhida a pauta, é hora da apuração e, numa breve “apuração” com os colegas da redação, essa foi citada como talvez a mais complexa e dolorosa, pois a precisão e a profundidade estão fortemente apoiadas nessa etapa do trabalho.

Tomando essa premissa como verdade, eu achei por bem entrevistar alguns jornalistas sobre o tema “reportagem”. As reflexões poderão ser lidas ao longo do texto.

Reportagem exige mais que diploma, ótimo português e domínio da técnica de jornalismo. Reportagem tem alma, tem o olho do repórter, a sensibilidade, a curiosidade e a capacidade de se indignar, muitas vezes. A proximidade dos fatos coloca o repórter numa posição privilegiada, ele passa a ser a testemunha daquela história – individual ou coletiva; tem acesso a documentos, pesquisas, gráficos, e pode meter o nariz onde não é chamado. Mas isso também aumenta a responsabilidade e torna o desafio maior. Nem as mais modernas tecnologias – que facilitaram e muito a vida dos apuradores, editores e repórteres - são suficientes para salvar uma reportagem mal apurada, com furos, detalhes sem resposta, faltando pedaço. Acima de tudo, a reportagem depende de quem narra a história, o que destaca, como conduz o leitor/espectador. Bons repórteres também têm faro pra boas histórias. E com elas, vão deixando marcas durante o seu trajeto profissional. Mas só conseguem fazer isso porque são talhados para a boa reportagem. Um bom livro reportagem, então, sobre um assunto que a gente acompanha, admira ou segue por razões profissionais, é ainda mais rico, mais amplo, contextualizado; alguns viram clássicos – cito dois que logo me vêm a cabeça: *A sangue frio*, do Truman Capote e o *Rota 66*, do repórter exemplar Caco Barcellos. (Luciana Bistane, jornalista).

Com a ressalva já feita sobre a importância de cada etapa da produção da reportagem, o texto tem o status de um nobre dentro do processo, pois é quem dá forma e corpo ao trabalho. A edição é o refinamento.

Um dos maiores desafios da reportagem é conseguir traduzir situações muitas vezes complexas para audiências que nem sempre estão familiarizadas com o tema. Principalmente em coberturas de assuntos como política e economia, além da precisão na apuração, o jornalista precisa empreender um grande esforço didático, colocar-se no lugar do público e se perguntar se o texto da reportagem seria compreensível por alguém que não acompanhou os bastidores de uma cobertura específica. O mesmo vale para explicar o impacto de algumas notícias na vida das pessoas. Aí reside um dos maiores desafios de quem se dispõe a fazer esse trabalho. (Marcelo Torres, jornalista).

Helena Salem (1991), no texto extraído do livro *Entre árabes e judeus: uma reportagem de vida*, traduz com precisão e harmonia de raciocínio o exercício do jornalismo. A jornalista faz reflexões que ajudam a pensar a reportagem:

[...] pude somar, aprender, escolher, sintetizar, reelaborar os olhares, vivenciar concretamente a profunda relatividade da prática jornalística. O suficiente para rejeitar qualquer fórmula definitiva. (Salem, 1991, p. 100).

A escolha de “rejeitar qualquer fórmula definitiva para reportagens” talvez reflita a capacidade de alguns jornalistas de ter um olhar para cada situação. A definição padrão que se aprende na Faculdade de Jornalismo é a sustentação e o ponto de partida de uma boa reportagem que deve responder às perguntas básicas (quem, o quê, onde, quando, por quê, como),

mas daí a gostar de sentir o gosto “gostoso desta arte de contar histórias”, é o que diferencia o profissional no dia a dia da redação.

Cada vez que eu vou para rua em busca de uma reportagem, por mais que a pauta seja a mais simples ou a mais batida de todas ou a pauta *repeteco* do *repeteco*, eu penso que tenho a obrigação de fazer tudo diferente. Penso que é a melhor pauta do mundo e eu tenho que fazer com que a reportagem chegue à casa do telespectador com atrativos. Só assim eu consigo ficar feliz. Exige mais esforço, é claro, mas aí é que está o gostoso desta arte de contar histórias. (Gilberto Smaniotto, jornalista).

Recorro às reflexões feitas por Helena Salem, mais uma vez, para entrar em outra questão, pois quanto maior o incômodo do repórter mais ele será capaz de dar precisão à interpretação dos acontecimentos e à verdade dos fatos:

O jornalista deve ser *out* o suficiente para duvidar e *in* o bastante para saber compreender, saber questionar. (Salem, 1991).

Existem matérias que se prestam a relatar um fato e a satisfazer às perguntas (quem, o quê, onde, quando, por quê, como), mas a reportagem não é feita só disso. Há situações que pedem explicação e testemunho do repórter. Nesses casos, quanto mais curioso for o profissional, mais abrangente será o resultado do trabalho.

Reportagem é o exercício da desconfiança. Foi desconfiando das versões prontas que eu aprendi a fazer jornalismo. A pressa e a falta de estrutura são muitas vezes a desculpa perfeita para justificar erros que não têm justificativas. É melhor expor a sua vida ao

leitor/telespectador do que alimentá-lo com uma falsa certeza. A reportagem requer necessariamente uma postura honesta. Como correspondente internacional, eu tenho muita dificuldade ao lidar diretamente com a fonte, inclusive, com as assessorias. Isso me causa certa angústia. O governo britânico e as instituições como a ONU e a OMC, por exemplo, têm uma lógica bem diferente da brasileira na relação com os jornalistas. Ainda assim, com todas as dificuldades, não dá para ser um mero repetidor. Além disso, na Editoria de Inter, contextualizar é tão importante quanto a notícia em si. É uma outra questão para lembrar o quão necessário é apurar, explicar, deixar claro pra agradar não ao colega jornalista, mas ao telespectador/leitor que, provavelmente, não tem o mesmo volume de informações que você. (Sérgio Utsch, jornalista).

O repórter tem o privilégio de testemunhar a história, muitas vezes em tempo real, e a ele cabe a responsabilidade de recontá-la na versão mais fiel e honesta que ele for capaz de enxergar. É uma missão que pede respeito aos fatos, aos envolvimento, ao receptor e ao jornalismo no que toca à sua razão de existir.

Há no jornalismo um aspecto particularmente bonito, que não se prende ao “furo”, à grande notícia. Ao fazer uma reportagem, o jornalista deve revelar, da melhor maneira e com a maior fidelidade possível, o pensamento, as palavras do outro que entrevista, ou o clima, a complexidade da realidade que focaliza. Em síntese, ser um fiel, e criativo, intérprete do que ouve e vê. (Salem, 1991, p. 94).

Também no aspecto da subjetividade, no dia a dia da redação, ao jornalista cabe olhar com sensibilidade e empatia

como as suas escolhas impactarão no receptor, seja ele o leitor ou telespectador ou os envolvidos.

Como exemplo, uma situação recorrente numa redação de TV e nos portais na internet. Reportagens sobre acidentes, crimes e violência nem sempre têm o flagrante. Em televisão usa-se o recurso das simulações feitas pelo Departamento de Arte para ilustrar tais trechos. Reflexão: quão verossímil precisa ou deve ser a simulação? Considerando-se que na outra ponta, assistindo à matéria, estão os envolvidos, ou a vítima ou familiares ou simplesmente crianças?

A mesma reflexão deve ser feita quando há imagens do flagrante. É de fato imprescindível exibi-las? Mostrar o vídeo prestará um serviço à sociedade ou se trata de uma decisão leviana, visando simplesmente atrair a audiência?

Independente do formato, seja numa reportagem factual ou num livro reportagem ou num livro de repórter, caberão sempre as reflexões colocadas no texto.

Como a proposta do texto foi construir uma reportagem sobre “reportagem”, vale terminar com a percepção dos receptores sobre o tema. A pergunta feita foi: o que é uma reportagem para você?

Reportagem é uma oportunidade instrutiva para as pessoas não ficarem alienadas e se saber o que se passa na vida, no mundo. (Dirce Soler, 77 anos, dona de casa).

Para mim, reportagem é uma ramificação do jornalismo, através da qual, o ato ocorrido é noticiado. A reportagem também é o conteúdo que estabelece a comunicação; tendo como principal objetivo, informar o leitor/ouvinte. Vários aspectos fazem com que uma reportagem fique interessante, mas principalmente: um texto bem organizado, claro e harmônico; seja falado ou escrito. Além disso, o assunto abordado não deixa de ser um atrativo, assim como a forma como é feita tal

abordagem. (Janaina Madusi Barbosa, 35 anos, professora).

Uma reportagem é a notícia de algo que tenha gerado muita repercussão ou de um acontecimento que muitas vezes sai da normalidade do dia a dia. Precisa ter um conteúdo interessante e um pouco de humor, quando possível. Precisa ser de fácil entendimento, não só para os adultos, mas também para os jovens, de modo que possa envolvê-los. (Maria Clara Barbosa Pereira, 12 anos, estudante).

A reportagem, no meu parecer, é um relato sobre um acontecimento e que de certa forma é imparcial, ou seja, um relato do fato sem julgamento ou opinião de quem faz a comunicação. Entretanto, a beleza da reportagem está na transmissão do conhecimento a um público maior para que assim todos estejam informados e possam, a partir da sua bagagem educacional, gerar suas próprias conclusões.

Para que uma reportagem ganhe atenção é necessário que o tema a ser exposto seja de alguma forma interessante ao público. O tema precisa então ser algo que faça parte do mundo particular de cada um. Há uma motivação em cada um de nós. Há uma curiosidade que nos motiva na direção do saber, em direção ao conhecimento que antes estava limitado. (Daniela Ruiz de Mendonça, psicóloga, 45 anos).

Reportagem para mim é uma forma de falar as notícias. Para que eu goste, ela deve ter um tema interessante para minha idade. Exemplos: Disney, jogos, brincadeiras, etc. (Ana Carolina Boffa Barsotti, estudante, 10 anos).

Se a reportagem for útil, eu me sinto bem e se for reportagem de violência não gosto. Política me deixa nervosa. Informações sobre saúde, divertimento,

costumes de outros países, gosto muito. (Maria Aparecida Soler Ruiz, aposentada).

É uma amostragem que o repórter consegue no assunto prender a minha atenção. Que o tema seja verdadeiro que me inspire a entender em suas minúcias, tanto visual quanto no tema e me leve a viajar no tempo e no espaço. (Sueli Martins Boffa, 74 anos, aposentada).

O que é uma reportagem pra mim? A reportagem é uma transcrição de um fato real, atual ou histórico, com o objetivo de informar e gerar opiniões ou pensamentos críticos. O que uma reportagem tem que ter pra eu achá-la interessante. Eu observo a idoneidade do escritor ou do veículo de comunicação, uma abordagem simples, porém que não sonegue conhecimento, que me agregue valor e cultura. (Rosana Aparecida Madusi Cassia, 58 anos, do lar).

Para mim, uma reportagem é um conjunto de informações coletadas sobre algum acontecimento relevante para a sociedade, que serão utilizadas em uma notícia, que será divulgada em jornais, revistas ou sites. Além de responder questões básicas como "onde?", "quando?", "quem?" e "por quê?", é importante conter autoridades que entendam do assunto falado, para concretizar melhor o fato. Dados estatísticos e de pesquisas feitas a respeito do tema também é algo que chama minha atenção. (Isabella Teixeira, 18 anos, estudante).

Reportagem é a narrativa de um acontecimento com todos os desdobramentos que envolvem a situação. Para que esta seja interessante, aos meus olhos, deve ter coesão e coerência, descrevendo os fatos em sua totalidade sem apelar para o sensacionalismo. (Fabiana Edwiges Martins, 39 anos, professora).

Reportagem é uma notícia abordada com maior profundidade, captando diversos pontos de vista. Para prender minha atenção é necessário que ela faça analogias com fatos semelhantes já ocorridos e respeite os indivíduos envolvidos. (Paola Helena Boffa Barsotti, 19 anos, estudante de Publicidade e Propaganda).

Um texto ou vídeo que aborde uma situação, um estilo de vida, um assunto. Normalmente, deverá ser abordada uma situação que mostre ao mundo o que ninguém vê ou percebe ou curiosidades de lugares, costumes, etc, que eu gostaria de vivenciar e que talvez eu nunca tenha tido oportunidade ou coragem de presenciar. (Ana Lúcia Barbosa Dantas, 50 anos, aposentada).

Referências

SALEM, Helena. *Entre árabes e judeus*: uma reportagem de vida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

Para que serve um jornalismo de subjetividade?

Fabiana Moraes

“A pureza é um mito”

Hélio Oiticica

Prática e reflexão

O debate em torno da objetividade e da sua pretensa antagonista, a subjetividade, não é novo nos estudos do jornalismo: autoras e autores diversos já problematizaram e entenderam como insustentável a possibilidade de uma abordagem asséptica, não-contaminada, realizada por um agente completamente isento. “Como pode o comunicador construir narrativas se contar somente com fatores objetivos, uma razão empobrecida pela supremacia da técnica e da eficiência?”, perguntam Ijuim, Suijkerbuijk e Schimidth (2008, p. 1). Christofolletti (2004), em um trabalho no qual analisa a questão da autoria do jornalismo, entende, recuperando Koshyiama (1985), que a defesa da objetividade também nasce para ocultar interesses específicos no processo comunicacional. “Isso porque o processo jornalístico não é apenas técnico, mas também

político” (Christofoletti, 2004, p. 88). Moretzshon (2001, p. 2) também dá conta dessa perspectiva, observando que as vozes ainda resistentes a essa crítica defendem a ideia de profissionalismo, do bom jornalismo, só possíveis com a máxima objetividade: [...] “a questão está deslocada, porque procura argumentos técnicos para enfrentar um problema político e ético, ocultando o papel que o jornalismo desempenha na construção social da realidade”.

Os caminhos parecem apontar para a superação – ao menos na teoria – da ideia de um profissional vazio que apenas relata os fatos. Mas não é dessa crítica da objetividade que esse artigo trata. Nossa proposta é pensar na potência de um jornalismo de subjetividade – um termo que carrega um certo diabo da provocação –, ferramenta que pode realizar três movimentos urgentes: **Movimento 1:** repensar o valor-notícia, questionando a manutenção das hierarquias que sustentam esses valores; **Movimento 2:** realçar o jornalismo de subjetividade como ferramenta para desestabilizar representações engessadas, estabilizadas, promovidas também pelo próprio campo noticioso; **Movimento 3:** pensar que essa forma de jornalismo pode se aproximar de um modo ativista de ação, sem desqualificar esse fato, entendendo que esta abordagem não é mais “contaminada” que o jornalismo cotidiano, fortemente calcado na lógica econômica. Os três movimentos, em suma, procuram repensar epistemologicamente os modos padronizados de narrar o mundo empregados pelo jornalismo.

A tarefa de refletir sobre a própria produção não é – ou não era – algo comum entre jornalistas, assim como entre outras produtoras e outros produtores de representação midiática. Como observou Moretzshon (2007), o dia a dia embebido de velocidade das redações de rádio, TV, jornais e portais ensinou historicamente que jornalista “não tem tempo para pensar”. Assim, a reflexão deixou de ser matéria necessária para parecer quase um defeito de quem não privilegiava o modo industrial de

fazer notícia. Mas foi justamente observando a manutenção de lugares comuns perigosos nos jornais do dia a dia que passei, no meu fazer jornalístico que perdurou durante 20 anos em uma mesma redação, a refletir sobre a minha prática.¹ A naturalização com a qual violências de diversos níveis surgia no discurso jornalístico do qual eu fazia (e faço) parte causava espanto: pessoas assassinadas sentenciadas como culpadas por terem “provável ligação com drogas”; mulheres vítimas de machismo mortas “por ciúme”; travestis que surgiam apenas nas páginas policiais ou se prostituindo; a questão racial sendo reduzida a efemérides; o sertão como o lugar dos famintos à espera de um milagre; a pobreza enquadrada como vítima, violenta ou “a que supera adversidades”.

A subjetividade como elemento para tratar destes temas tão recorrentes no âmbito do jornalismo passou a ser uma ferramenta importante na busca pela produção de representações mais integrais sobre pessoas e grupos. Ela traz de maneira mais ampla, profunda, as camadas de existência dentro desses ambientes – alguns deles bastante conhecidos por mim. Busquei, ainda sem nomeá-la, no recorte e feitura de reportagens como *A vida mambembe* (2007), *Os Sertões* (2009), *Quase brancos, quase negros* (2010) e *O nascimento de Joicy* (2011), entre outras. Foi a partir de uma reflexão mais densa sobre a última que desenvolvi, em livro (*O nascimento de Joicy*, 2015), o que chamei de jornalismo de subjetividade, nascido não para fazer uma oposição ao objetivo, mas sim como uma forma de demarcar a importância do termo, historicamente negado, rechaçado no campo noticioso. Essa negação da subjetividade não é algo que compete especificamente ao jornalismo, mas sim a um discurso maior, que modaliza a ciência, as relações sociais, o conhecimento – e também está relacionado ao gênero, como

¹ Trabalhei como repórter, colunista, editora-assistente e repórter especial no *Jornal do Commercio*, Recife, entre 1996 e 2016.

Veiga da Silva (2014) pontua, ao analisar o modo de produção masculina de notícias. Tem base, em resumo, em nosso projeto de racionalidade. Um trabalho da artista e teórica portuguesa Grada Kilomba (2015) é uma boa síntese dessa questão: nele, ela coloca de maneira poderosa as relações de poder estabelecidas entre os discursos, os autorizados percebidos como os lugares da razão; os não-autorizados como os das prováveis distorções:

Comentários e avisos parecem-me aprisionar-me
em uma velha ordem colonial
Inadvertidamente, dizem-me
o que conta como *a* verdade
e em *quem* acreditar
lembrando-me de uma estranha dicotomia:
o que eles falam é científico
quando nós falamos, é não científico.
Quando eles falam, é imparcial.
Quando nós falamos, é parcial.
Quando eles falam, é objetivo.
Quando nós falamos, é subjetivo.
Quando eles falam, é neutral.
Quando nós falamos, é pessoal.
Quando eles falam, é racional.
Quando nós falamos, é emocional.
Eles têm fatos, nós temos opiniões.
Eles têm conhecimento, nós temos experiências.
Não estamos a lidar aqui com um simples jogo de
p-a-l-a-v-r-a-s

Mas sim com uma violenta hierarquia que define:
quem pode falar
e *sobre* o que se pode falar.
(Enquanto Falo, Grada Kilomba, 2015)

É claro que entender emoção como falta de rigor, no jornalismo, é olhar assentado antes nessa racionalidade

denunciada por Kilomba (2015). Duas questões aqui se impõem: o entendimento da emoção como algo hierarquicamente menor que a razão e, ainda, o entendimento de que são as mulheres (negra, Kilomba também está sublinhando a questão racial) aquelas “naturalmente” ligadas ao primeiro, enquanto os homens comandam, servindo como referência, o barco da racionalidade. A desqualificação histórica da subjetividade/emoção também foi registrada em um simpático livro cujo texto original foi redigido para uma palestra voltada a adolescentes. Nele, Didi-Huberman (2015) mostra brevemente que a emoção foi relegada ao espaço do menos confiável – seguindo os levantamentos de Darwin, viu sua existência era coisa para os loucos, para os velhos, para as crianças e mulheres. Esticando a corda, ele percebe que a mesma desvalorização se dá entre os filósofos clássicos, totêmicos na cultura ocidental. A razão (*logos*) deveria ser o farol do mundo, o guia, enquanto a emoção (*phatos*) foi entendida como uma fraqueza, um defeito, uma incapacidade, o não confiável (o “patético”) (Didi-Huberman, 2015, p. 21). Entendemos assim que o jornalismo, antes de inventar essa dicotomia, foi um meio de ressonância da mesma, porém atuando fortemente na sua reprodução, difusão e manutenção.

De Melo (2007) propõe, seguindo Eugênio Bucci, um caminho não binário para pensar em um jornalismo que comungue com o subjetivo e o objetivo: a intersubjetividade. Esta, que não tenta encontrar uma verdade única ou assentar-se nos fatos como verdadeiros em si, tenta produzir o que ela chama de “uma narrativa equilibrada”. Os meios para isso: “ouvir as várias versões do fato, por diferentes fontes; apresentar a controvérsia; verificar documentos e dados que comprovem ou não o fato; buscar não tomar partido, entre outras condutas técnicas-éticas”. A autora elenca, assim, condutas espalhadas, clássicas e vitais na prática jornalística. É sem dúvida interessante ver um caminho que busca superar a

falsa dicotomia entre objetivo e subjetivo, entendendo que jornalismo não se faz sem ambos: “as críticas à objetividade costumam ser vistas como se propusessem o outro extremo, a completa – e também impossível – subjetividade total, o que implicaria a supressão do objeto” (De Melo, 2007, p. 2). No entanto, como o próprio nome do artigo indica (*Em defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade*), tal defesa parece namorar justamente com essa oposição, insistindo no objetivo como o farol que tudo ilumina: “O jornalismo é, assim, campo de disputa e luta simbólica e deve mais apresentar a diversidade de posições sobre um assunto do que focar um de seus aspectos” (2007, p. 6). É claro que apresentar uma diversidade de posições é saudável a essa forma de produção de conhecimento. Mas ela necessariamente supera a questão? “Ouvir os dois lados” ou mesmo “vários lados” basta? Essa prática significa uma escuta mais integral da sociedade?

É vital afirmar que os métodos de verificação elencados *não são condutas estranhas à prática de um jornalismo de subjetividade*, e a metodologia aplicada na realização das reportagens aqui citadas demonstra isso, conforme veremos no caso de *O nascimento de Joicy*. Um dos procedimentos recomendados (“buscar não tomar partido”) nos chama especialmente atenção. Ele será analisado no Movimento 3, quando tratarmos sobre subjetividade, jornalismo e ativismo. A subjetividade sobre a qual falo não repousa apenas na questão da emoção, essa importante também na feitura de tantas reportagens (e não estou falando do uso barato da mesma, traduzida em sensacionalismo). A emoção – aquilo o que surge nos encontros observados por Medina (1986) – não desqualifica nem torna menos crível a narrativa jornalística. Caso assumíssemos isso, como pensar no rigoroso e tocante relato-reportagem que Eliane Brum realiza depois de acompanhar, para a revista *Época*, em 2008, os últimos 115 dias de vida da merendeira Ailce de Oliveira Souza?

A subjetividade sobre a qual nos referimos neste jornalismo que busca ser mais integral se situa em critérios também objetivos: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular.

Assim, orientar pautas, abordagens, escritas e enquadramentos com esses pressupostos não significa estar com os sentidos embotados pela emoção: ao contrário, significa estar também guiado por critérios objetivos. Ou devemos ignorar o meio no qual vivemos e do qual extraímos nossas temáticas? A subjetividade não pode ser entendida como algo meramente interno, pessoal, do campo da vida privada – a subjetividade é também formada por um ambiente histórico dado, objetivo. Saviani (2004) aponta justamente para isso ao abordar a subjetividade em Marx. O filósofo alemão, em sua VI tese, afirma que “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em realidade, é o conjunto das relações sociais” (Marx, 1845/1998, em Saviani, 2004, p. 10). Escrevo com esse entendimento, escrevo sobre a subjetividade dos outros orientada também a partir da minha. Escrevo porque o subjetivo é tão necessário quanto o objetivo para a existência do propagado “bom jornalismo”, e a recusa do primeiro trouxe não só prejuízos para a prática (e teoria), mas principalmente para aqueles e aquelas que eram por este jornalismo traduzidos.

Caminhos teóricos

A questão do jornalismo de subjetividade começou a ser tratada por mim no livro *O nascimento de Joicy* (2015). Ali, percebi como três campos de conhecimento se faziam importantes nas reportagens que tinha até então desenvolvido: a Filosofia, a Sociologia e a Etnografia.² Atualmente, venho trazendo mais elementos de sustentação, absorvendo novas questões. É um caminho em construção. Uma questão que se coloca para o desenvolvimento da prática jornalística subjetiva está na própria forma de enquadramento da realidade: no jornalismo, aprende-se que o que deve ser levado ao conhecimento do público é o espetacular, o extraordinário. A questão é que este é um olhar muitas vezes exotificante, aquele que busca enquadrar o outro sempre pelo que ele apresenta como “diferente”. Essa assimetria proporciona aquilo o que Hall (2016) chamou de “espetáculo do outro”, termo feliz para pensar na vasta construção e difusão de estereótipos pelo equipamento midiático. A prática subjetiva vai em busca de um modo de apreensão da realidade não respaldado no espetacular, mas que se interessa também pelo banal; não pelo insólito, mas aquilo o que é evidente; não pelo exótico, mas pelo endótico (neologismo criado por George Perec (2010) para dar conta do evidente que não se vê). Segue-se, assim, aquilo o que o romancista e ensaísta francês classificou como infra-ordinário, um método de observação do mundo baseado naquilo o que não chama atenção, naquilo que jamais, em tese, poderia ser alvo do interesse de alguém.

Estranhamente (ou não), a prática etnográfica, vital para a reportagem, é ainda pouquíssimo presente no ensino da comunicação e do jornalismo, especificamente. Esta, no entanto, também já surgiu carregada pelo espetacular. Agier (2015), ao fazer uma análise dos enquadramentos antropológicos iniciais,

² Esse caminho está desenvolvido no terceiro capítulo do livro.

aponta para um olhar imensamente exotificante e eurocêntrico por parte dos que iam a campo – geralmente escolhendo aquilo o que era distante, “estranho”, aquilo o que melhor podia se configurar como sendo “o outro”. Esse enquadramento também transforma aquele que é visto em agente passivo, visto que é o meu olhar o que perscruta. Enquanto observo, não me uno, mantenho uma distância segura. Mas, quando abandonamos esse lugar (essencial também na prática jornalística) que não se fecha ao encontro, abro a possibilidade de meu olhar não ser o que domina, o entendido como não-contaminado, o isento. O objetivo, enfim.

É vital, aqui, também trazer a noção da visibilidade e de visibilidade distorcida, trabalhadas por Brighenti, (2007) enquanto categoria para as ciências sociais, como lugar de hierarquizações. Para o autor, visibilidade é uma propriedade que pode ser usada para dividir as pessoas. Nesse sentido, trazer focos de luz para grupos pouco ou mal representados também é importante não como “temas” em si, mas justamente pelo fato de, nas relações assimétricas midiáticas, estes ocuparem um lugar de desvantagem.

A visibilidade homogeniza as representações. Na ausência de mensagens dissonantes, as representações tendem a normatizar-se e estabilizar-se. É por isso que o acesso aos lugares de visibilidade é uma questão política central. Adentrar estes lugares é a condição prévia para se ter uma voz na produção de representações. Mais precisamente, não é simplesmente “acesso” o que importa, mas sim os estilos e modos de acesso (Brighenti, 2007, p. 333).

Afinal, para que (e quem) serve esse jornalismo? Alguns movimentos

a) Movimento 1: repensar critérios noticiosos

No campo do jornalismo, o estudo do valor-notícia tem grande destaque, com contribuições riquíssimas de autoras e autores que percebem os critérios mutantes dos mesmos. Nestes estudos, estão imbricadas, em abordagens diversas, tanto a dimensão estruturante daquilo o que permite que algo seja ou não noticiável (economia, política, organizações jornalísticas, etc) quanto a dimensão cultural e ainda subjetiva (valores dos próprios jornalistas, rotinas das redações, questões locais, etc.). A noticiabilidade, segundo Wolf (2001), é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirir a existência pública de notícia. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. Entendemos que a heterogeneidade que hoje caracteriza o jornalismo torna cada vez mais problemática a separação entre o que pode ou não ser noticiável. No entanto, apesar dessa maneira relativamente aleatória que o jornalismo das redações (que ainda, contraditoriamente, se baseia na objetividade para defender seu produto) utiliza para conferir existência pública aos fatos, existem diversas características que tornam um acontecimento mais ou menos propenso a ser noticiável. A hierarquia das pessoas e lugares implicados são dois pontos que se repetem entre vários autores (e, fortemente nas redações). Essa regularidade de critérios, inclusive, é uma das bases para os processos de automação da notícia, quando, por meio da Inteligência Artificial (IA), robôs-jornalistas têm conseguido desenvolver o *lead*, informando satisfatoriamente o

público interessado em uma leitura tradicional e rápida sobre um determinado assunto. O desafio da IA, atualmente, é fazer com que os robôs avancem na progressão textual estruturando notícias com título, *lead* e complemento do texto (Gouveia, Moraes, 2018).

A questão geográfica (tanto relativa à proximidade do acontecimento de seus potenciais leitores quanto a um destaque dos países mais ricos sobre os mais pobres) e principalmente a notoriedade (e/ou riqueza) dos envolvidos se repetem como critérios entre vários autores e autoras. Martini (2000) elenca a magnitude pela quantidade de pessoas ou lugares implicados e a alta posição dos personagens; Wolf (2001) também cita o grau e nível hierárquico dos envolvidos como fatores determinantes; Galtung e Ruge (1965, em Oliveira, 2008) entendem que, quanto mais o acontecimento disser respeito a pessoas e países de elites, mais provavelmente se transformará em notícia. Em sua análise sobre valores-notícia e valores-convergentes, modelo entendido pelo autor como importante para selecionar e inserir temas sociais na mídia, Oliveira (2008) sublinha que, já no século XVII, Peucer observava que o poder e a notoriedade (“o nascimento e a morte de príncipes”) eram critérios fundamentais para que algo fosse ou não levado aos ouvidos do público.³

Duas questões se colocam aí: é claro que figuras proeminentes – reis, presidentes, representantes de países, artistas, etc. – possuem alto valor de noticiabilidade seja pelo fato de estarem à frente de importantes decisões que dizem respeito a uma grande quantidade de pessoas quanto pelo nível de popularidade que alcançam. Também é importante colocar que não é apenas de lugares e rostos proeminentes (e ricos ou

³ Em 2004, realizei um levantamento sobre valores-notícia para construir a ideia de uma não-notícia presente na revista de celebridades *Caras*, no qual a gama de teóricas e teóricos que refletem sobre o tema está densamente apresentada.

poderosos) que se ocupa o jornalismo: a pobreza, para ficar no escopo das reportagens que realizo, é um assunto rotineiro. O ponto central é como essa pobreza é enquadrada. É aqui que o jornalismo de subjetividade nos é útil como ferramenta, ao empregar uma abordagem não espetacularizada sobre tais grupos; ao procurar trazê-los sem enquadrá-los como exóticos, engraçados, vítimas ou violentos; ao não tornar repórteres como heróis e/ou heroínas enquanto essa pobreza é figurante. Há ainda outro ponto que esse modo de jornalismo, que entendo como mais integral, cutuca: se um dos critérios técnicos noticiosos mais comuns entre os autores e autoras nos fala que a magnitude e número de pessoas envolvidas vale para transformar algo em notícia, o que aconteceu com a imprensa mundial quando só resolveu noticiar robustamente o massacre de povos africanos (hutus e tutsis) nos anos 90 após mais de 100 dias de conflito e 800 mil mortos? O *Projeto Ruanda*, do artista chileno Alfredo Jaar, mostra com desconcertante clareza as capas da revista *Newsweek* naquele período (1994): traziam celebridades, reportagens sobre drogas, tecnologia. Porque aquelas milhares de pessoas cujos corpos eram deixados nas ruas não escandalizaram, desde o começo, a opinião pública? Por que eram negros? Por que eram “anônimos”? Por que era África? Podemos voltar aqui a pensar no que Grada Kilomba nos fala sobre que vozes merecem ou não ser ouvidas. A hierarquia de lugares e pessoas venceu a magnitude e o número de envolvidos porque quem morre – e onde morre – são questões mais valorizadas pelo jornalismo.

b) Movimento 2: desestabilizar representações (o caso de Joicy)

Relacionada ao valor-notícia (mas não só) está a imensa produção de representações pouco integrais sobre pessoas, grupos e lugares. Nessas lentes opacas e enquadramentos repletos de reduções, o jornalismo, mesmo quando não

intenciona (ou seja, na maioria das vezes) promove a manutenção de violência de vários níveis. Entendo que o jornalismo de subjetividade, que preza, como dito, pela semelhança, e não pela diferença (eu, “normal” e o outro, “espetacular”), pode ser um caminho importante para fissurar essa prática estabilizada, na qual há a recusa a modelos de existência previamente estabelecidos, assim como proporciona a abertura para o que o campo, a rua, as complexidades que se colocam durante a investigação, podem trazer.

Assim, Joicy, uma mulher transexual do interior de Pernambuco, apesar de não se enquadrar no perfil de mulher transexual que está previamente estabelecido no imaginário social (não usa acessórios como maquiagens, brincos, vestidos, tem o corpo musculoso de quem trabalhou durante anos na roça), passou a ser a personagem de uma investigação que durou meses e resultou na série publicada durante três dias (*Jornal do Commercio*, 10, 11 e 12 de abril de 2011). Essa decisão rendeu, mais tarde, ruídos não só entre o público, mas também no ambiente da redação, quando um editor escreveu na capa de jornal na qual Joicy aparecia em sua casa como uma Vênus de Botticelli: “você escolheu uma bicha pobre, feia e ignorante”. A violenta frase – e uma série de cartas contrárias à presença de Joicy no jornal – demonstrava que, se tivesse conformado a personagem no corpo da mulher que leitores e chefes tinham previamente na cabeça, o assombro da presença teria sido menor. A imagem da mulher construída socialmente, culturalmente, foi maculada pela reportagem, trazendo uma nova perspectiva sobre as construções do feminino. Era fissura, e não repetição de modelos, algo que, entendemos, é também obrigação de jornalismo.

Por outro lado, o que sugeriu fortemente que leitoras e leitores também são orientados pelo encontro, pela conexão através das semelhanças, e não pelas sempre enfatizadas diferenças, foi o sucesso que a reportagem teve não só no

momento de seu lançamento. Eram muitas as pessoas que escreviam (ou me abordavam) para saber mais sobre a personagem, para contar que haviam se emocionado com ela, com sua força e determinação. Se ela estava namorando, se a mãe tinha se aproximado. Se a cirurgia iria ser refeita (o canal vaginal aberto durante o procedimento fechou – e segue assim até hoje, apesar de outra intervenção ter acontecido). Aquilo mostrava que eram os aspectos caseiros, cotidianos, aquilo o que mais provocava as interações. Ninguém falava sobre Joicy precisar adequar-se a um feminino canônico, que ela “não era mulher”. A torcida para que sua vida tivesse mais amor e conforto era, no fim, exatamente igual àquela que desejamos para nossos bons afetos, igual àquela que desejamos para nós mesmas.

Optou-se ainda por uma observação densa, participante, com ênfase no enfoque do cotidiano: foram vários dias acompanhando o movimento do salão de beleza, as consultas médicas, as conversas com vizinhos e familiares. Nessa observação, a repetição das ações, a banalidade dos fatos, traziam dados importantes: a relação contínua com o celular, este um companheiro contínuo da cabeleireira; as conversas no mercado público, com frequentadores fazendo piadas ou olhando de maneira risível quando Joicy passava. A escuta no pequeno sofá, enquanto Joicy cortava os cabelos de seus clientes também era preciosa: ali, a contínua necessidade de falar sobre o sonho que tivera com um anjo que lhe dissera seu novo nome mostrava como, de certa maneira, o divino era usado como moeda para sua aceitação em sua comunidade. O extraordinário mostrava sua potência. Essa abordagem foi extremamente importante para a difusão da reportagem (e, mais tarde, do livro): ao empreender uma narrativa não espetacular, Joicy foi aproximada do cotidiano dos próprios leitores e leitoras, que viam nela desejos também seus: necessidade de amor, de conforto, companhia, respeito, cuidado.

A seguir, um trecho do livro:



[...]

A censura de Pedro, que mescla bom humor e uma sempre perigosa ignorância (‘ela agora vai deixar de ser travesco, vai ser bicha mais não’), é uma das poucas feitas verbalmente, na cara de Joicey. No distrito, ela enfrenta uma situação particularíssima, na qual há, de um lado, o apoio declarado de vários vizinhos e conhecidos, enquanto, do outro, há a solidão provocada pela ausência desses mesmos chegados. A lógica é: podem até achar Joicey normal, desde que ela, com essa coisa de homem que virou mulher, mantenha certa distância.

Antônio Alves, 41, agricultor, é assim: conhece a transexual desde criança, diz que ele é livre para fazer o que quiser (“o corpo é dele, né?”), mas se recusa a fazer uma foto ao lado da antiga amiga (amigo, no caso, para Antônio). ‘Não sendo eu, Deus tome conta’. A mãe, Irene; o amigo Dorneles; as irmãs Marias: todos, como

Antônio, citaram o Altíssimo para ajudar no peso que é entender Joicy, falar com Joicy, cuidar de Joicy. Cosmo Bezerra de Freitas, 71, aposentado, também. ‘Tenho nada contra não, Deus ajude. Acho que a coragem dele é até demais, essa vontade de virar mocinha’. Aceita fazer a foto ao lado da cabeleireira. Ela fica feliz com a ausência da recusa e tenta demonstrar mais proximidade com o aposentado, passando o braço sobre seus ombros. Ele a empurra. Outro que declara ser amigo, mas não quer aparecer na foto é José Luiz Moraes, 48, agricultor. ‘Eu não sou contra, não. O pessoal fala mal, mas eu não sou contra. Quero ver como vai ficar’. O senhor poderia fazer uma foto ao lado dela? ‘Aí não, você me desculpe, mas aí não’.

Ao contrário dos homens, as mulheres e as crianças da cidade não se importam em aparecer perto da transexual. Selma Ferreira, 46, trabalhadora da casa de farinha de Socorro, é vizinha da cabeleireira. Ajuda-a com alguma comida quando pode. ‘Eu acho assim, cada um tem seu gosto e a gente tem que fazer o que gosta. Ele é uma pessoa legal’. Iolanda Alves, 53, professora, também aparece como amiga. ‘Ele sempre lutou por isso, conheço João desde pequeno, acho bonito ele se assumir’. Os meninos Rude Ferreira e Raul Oliveira, ambos com 12 anos, veem Joicy caminhando perto da Igreja Matriz e correm para perto da transexual. ‘João, tu quer jujuba?’, pergunta Rude. No mesmo momento, o garoto se corrige: ‘João não, Joicy. Desculpa, foi sem querer’. Entre as mais de 20 pessoas do distrito entrevistadas para esta reportagem, as crianças foram as únicas a perceber que se dirigiam, de fato, a uma mulher. (Moraes, 2015, p. 36-37).

c) Movimento 3: assumir o ativismo

Como adiantado no início deste texto, acredito que a ideia de um jornalismo “isento” em oposição a um jornalismo

contaminado pelo ativismo é outra das falácias que escondem principalmente as práticas permeadas por interesses do primeiro. Aquele, que compactua com a premissa da objetividade, se coloca, como repara Christofoletti (2004, p. 92), “como um ritual estratégico que preserva o profissional de críticas à qualidade de seu trabalho, de questionamentos a sua legitimidade, de acusações de parcialidade em uma cobertura”. Assim, criou-se a ideia de que há o bom jornalismo e o “jornalismo engajado”, com o primeiro ocupando melhor posição hierárquica, o segundo devendo ser desconsiderado. Ele é feito por apaixonados demais por suas causas, o que os leva a não realizar um bom trabalho – a emoção novamente surgindo como uma erva daninha na prática jornalística. A contaminação é uma propriedade deste, não do primeiro. Mas um jornalismo que reúne informação, boa apuração, enquadramentos não viciados e temas sociais urgentes é algo para ser evitado ou buscado?

Pensando a partir do resultado de trabalhos que traziam temas como racismo, feminicídio, transfobia, machismo, classismo, vi que, na prática, questões urgentes e emergentes podiam ser trabalhadas a partir de uma perspectiva ativista sem prejuízos ao “bom jornalismo” – na verdade, entendo que, de saída, ao tentar repensar as práticas vistas na confecção de notícias e reportagens, já estava realizando um ativismo em si. A escolha dos temas citados era fruto de reflexão sobre o próprio campo: o que, como jornalista, eu sabia dizer a respeito de existências sobre as quais tinha lido com certa regularidade nos jornais e revistas ou visto na televisão? O que eu realmente sabia? Porque as pessoas continuavam a ser mostradas em enquadramentos repetitivos? E o que eu poderia fazer, na minha produção, para evitar isso?

Realizar essa reflexão, alinhando com estratégias básicas do jornalismo, foi a fórmula para exercer esse engajamento. Reportagens como *Ave Maria* (2013) e *A vida é Nelson* (2012), a

segunda repleta de experimentalismos (como uma matéria escrita em forma de peça teatral) foram confeccionadas a partir de uma intensa apuração, leitura de boletins de ocorrência, entrevistas, pesquisas em processos, reportagens antigas, vídeos. Tais reportagens, assim como *O nascimento de Joicy*, mostraram que era possível realizar também esses esforços mesmo no seio de uma grande empresa (é claro que existem tempos e gestões diversas nestas mesmas empresas, questões que impedem ou estimulam tais práticas. Ainda assim, é possível encontrar estratégias de fissura). Os dois modelos – jornalismo comercial versus jornalismo ativista – mostravam, assim, que não precisavam estar necessariamente desconectados.

Retomo aqui, nessa reflexão inicial sobre o ativismo na subjetividade, um dos critérios que garantem a melhor prática da intersubjetividade no jornalismo, como propôs De Melo (2007): procurar “não tomar partido”, algo que feriria condutas técnicas-éticas. A questão é que “tomar partido” é algo que está no DNA do jornalismo, e se isso foi um dia declarado (como, por exemplo, nos jornais opinativos do século XIX), passou a ser encoberto justamente pelo manto da objetividade. A pureza é um mito, como já sintetizou Hélio Oiticica nos anos 1960. Desde seu nascimento, o jornalismo massivo é permeado por interesses econômicos, ou seja, a isenção nunca foi uma característica dessa área de conhecimento. Apesar disso, insiste-se em realizar separações absurdas entre práticas “puras” enquanto outras, ao deixarem claros os propósitos de suas produções, são menos confiáveis. Poderíamos pensar justamente o contrário: acreditar preferencialmente em quem revela-se (às vezes, de maneira discreta, na medida que as empresas de comunicação permitem) e olhar com sérias restrições quem se antepara em lugares-comuns como “apenas relatei os fatos” para esconder interesses específicos.

A cobertura das eleições presidenciais de 2018 é um exemplo já histórico de uma isenção que teve resultados no

próprio pleito. Um véu discursivo que tudo nubla e pouco informa foi largamente utilizado pela imprensa brasileira, que durante anos insistiu em usar os termos “polêmico” ou “controverso” para se referir a um comportamento eticamente questionável (ou judicializado em denúncias) do então candidato do PSL. O tratamento *soft* a um conteúdo violento reverberou socialmente. Até meados de outubro de 2018, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) havia registrado 138 ataques a jornalistas, a maioria deles vindos de eleitores extremistas do PSL (ataques físicos e/ou virtuais). Foi também o momento no qual a imprensa enquanto instituição, no Brasil, sofreu enorme repulsa por parte de milhões de pessoas, que preferiram muitas vezes se amparar naquilo o que Eliane Brum, em artigo no jornal *El País*, chamou de autoverdade, quando a leitura de conteúdos informativos foi trocada por memes e mensagens “engraçados” ou sensacionalistas ou, na maioria das vezes e juntando tudo isso, mentirosos. Mas, para não parecer que tomava partidos, a imprensa preferiu, em sua maioria, trabalhar na chave da “isenção”.

Retomando: é fundamental entender que uma prática ativista não significa abrir mão de ferramentas e procedimentos vitais (apuração, pesquisa, produção polifônica), mas sim empregá-los em abordagens que, bem realizadas, respeitam e potencializam aquilo o que o jornalismo tem de mais poderoso: iluminar o que está sob as sombras. É vital compreender que o caminho da objetividade no jornalismo, para além dos procedimentos técnicos, *deve* ser guiado também pela percepção da sub-representação que atinge diversos grupos sociais, uma sub-representação, repito, causada também pelo jornalismo.

Nesse bojo, acusar a presença da repórter e a partir de onde a mesma fala também é outra estratégia subjetiva assumida nesse método, uma vez que ela proporciona um melhor entendimento da construção própria que o jornalismo realiza de seus personagens. Quem está filtrando aquela vida para leitoras e

leitores não está apagado, ao contrário: está lá. Não se trata de dar ênfase a um testemunho, e mais acusar um processo de construção (ou seja, uma verdade entre muitas). A capacidade criativa da repórter precisa ser sublinhada, e cada encontro, único, produz o que Medina (1986) chama de interação social criadora, afinal o diálogo se dá sobretudo no nível da sensibilidade. Como genialmente sintetizou o cientista austríaco Heinz von Foerster (em Christofletti, 2004, p. 54), “a objetividade é a ilusão de que as observações podem ser feitas sem um observador”.

Os três movimentos descritos anteriormente estão, como vimos, conectados. Eles procuram repensar a epistemologia do jornalismo e seus modos padronizados de narrar o mundo, fortemente calcados pela ideia de uma objetividade. São caminhos que estão sendo abertos, reflexões que ocorrem em um momento de renascimento do jornalismo, quando as audiências estão cada vez mais atentas ao tipo de representação criada por esse campo. Esse caminho subjetivo precisa ser discutido, debatido, adensado, é claro. Mas, me parece, é inescapável: não é possível continuar empregando molduras anacrônicas para dar conta de uma sociedade que também se repensa. Há algo de muito errado em uma prática jornalística que não absorve os movimentos à sua volta em nome de uma “isenção”.

Referências

AGIER, Michel. *Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação*. São Paulo: Editora Unesp; Alagoas: Edufal, 2015.

BRIGENTHI, Andrea. [Visibility: a category for the Social Sciences](#). *Current Sociology*, v. 55, n. 3, p. 323-342, 2007.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *A medida do olhar: objetividade e autoria na reportagem*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo.

DE MELO, Isabelle A. [A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade](#). BOCC, 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção? Que emoção!* Lisboa: KKYM, 2015.

GOUVEIA, Diego; MORAES, Fabiana. Para além do robô, a reportagem: pavimentando uma metodologia do jornalismo de subjetividade. In: MAIA, M.; MARTINEZ, M. (Org.) *Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas*. Rio Grande do Sul: Editora Catarse, 2018. p. 99-114.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Editorial: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

IJUIM, Jorge; SUIJKERBUIJK, Herma A.; SCHIMIDT, Laureane de Q. [Jornalismo: entre o objetivo e o subjetivo](#). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 137-148, 2008.

KILOMBA, Grada. *O projeto desejo: enquanto falo; enquanto escrevo; enquanto caminho*. Lisboa, Berlim. 2015-2016. 3 vídeos, 9m59s

MARTINI, Stella. *Periodismo, notícia e noticiabilidade*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.

MEDINA, Cremilda. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1986.

MORAES, F. *O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORETZSOHN, Silvia. [“Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política.](#) BOCC, 2001.

MORETZSOHN, Silvia. *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico.* Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

NEVEU, Erick. *Sociologia do jornalismo.* São Paulo: Loyola, 2006.

OLIVEIRA, Daniel G. *Jornalismo para além do valor-notícia: o valor-convergente como modelo para selecionar e inserir temas sociais na mídia.* 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília.

PEREC, Georges. *Lo infraordinário.* Buenos Aires: Eterna Cadência Editora, 2010.

SAVIANI, Dermeval. [Perspectiva marxiana do problema subjetividade/intersubjetividade.](#) 2004.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos.* Petrópolis: Vozes, 2010.

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias.* Florianópolis: Insular: 2014.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação.* Lisboa: Presença, 2001.

A luta de uma garota

Tatiana Salem Levy

Demorei nove meses para me sentar diante do computador e escrever este texto. Dois, com a minha filha, Esther, na barriga. Sete, com ela do lado de fora. Desses nove meses, deixei de trabalhar apenas um, e, por isso mesmo, não consegui encontrar tempo para ler os textos incluídos neste livro e elaborar o meu. Mas eu sabia que em algum momento teria de fazê-lo. Não poderia ignorar um convite para escrever sobre a minha mãe, Helena Salem. Muito menos agora.

Ser mãe pela segunda vez é diferente de ser mãe pela primeira. Ser mãe de uma menina é diferente de ser mãe de um menino. Se trabalhei quando o Vicente era pequeno, trabalhei ainda mais quando a Esther nasceu. E, se pensei na minha mãe quando ganhei um menino, pensei ainda mais quando veio uma menina. Afinal, eu tinha razão em dobro para me lembrar dela: o trabalho e a condição feminina.

Procurei nos meus arquivos o texto que escrevi, há exatos vinte anos, para a cerimônia dos trinta dias de falecimento de Helena (o *sheloshim*). Infelizmente, não o encontrei. Embora eu me lembre de ter mencionado a sua paixão pelo trabalho, não me recordo com precisão das palavras que na altura utilizei para descrevê-la. Ler o que escrevi há tanto tempo, quando a sua

presença ainda era quase concreta, talvez me permitisse ser mais justa com a realidade, pois a memória tem vontades próprias, e o que eu posso falar dela vinte anos depois de sua morte certamente não é igual ao que falei passados trinta dias.

Em todo caso, que fique claro: não vou falar da jornalista Helena Salem – isso está muito bem dito, analisado e compreendido nos textos dedicados a ela neste livro. Eu não me sentiria minimamente confortável para fazer esse papel. Só consigo falar dela do lugar ao qual sempre pertenci: o de filha – sabendo que ser filha dela era inevitavelmente ser filha de uma jornalista, e de uma jornalista que procurava estar sempre do lado das minorias, dos excluídos, dos párias; de uma jornalista que fazia plantões e tinha que lidar com os telefonemas das filhas pedindo, incansavelmente, que voltasse para casa; de uma jornalista que viajava sem parar; de uma jornalista que, além de trabalhar na redação, escrevia livros, no quarto mais isolado do apartamento onde vivíamos, em Laranjeiras.

Há coisas que ficam para sempre: por exemplo, o barulho da máquina de escrever da minha mãe que, depois de muitos anos, diminuiu de tom, com a chegada da máquina elétrica, e, mais ainda, com o teclado do computador. Ela tinha feito curso de datilografia – como muitas meninas da sua geração – e escrevia com uma velocidade impressionante. Às vezes eu invadia seu escritório para falar ou pedir alguma coisa – e ela tinha essa capacidade impressionante de continuar escrevendo enquanto falava comigo. De continuar escrevendo sobre a Palestina ou sobre o cinema brasileiro, enquanto eu perguntava se podia sair com uma amiga depois da aula de dança.

Começamos, então, pela Palestina. Pela guerra. Pela narrativa da guerra. Ou pelo acaso que fez dela uma “enviada especial” no Cairo durante a guerra do Yom Kippur. Ela gostava muito de falar desse acaso – de como, tendo ido para o Oriente Médio pesquisar sobre o conflito entre árabes e judeus,

terminou no meio de uma guerra. Mais uma, dizia ela. Mais uma guerra entre esses povos-primos. E mais uma guerra na sua vida.

Se ela estava sempre do lado das minorias, era natural que tomasse o partido dos palestinos, sem com isso perder a sua judeidade. Ao contrário, eu penso que seu judaísmo residia justamente aí, na sensibilidade em entender os excluídos. Se os judeus tinham sido expulsos tantas vezes de onde moravam, era certo que conheciam muito bem essa dor, e, por isso mesmo, não podiam expulsar os outros de suas terras – nesse caso, os palestinos da Palestina. A construção de um país judeu não tinha sentido se, para isso, fosse preciso deixar todo um povo sem casa. Ela se sentia ofendida quando a comunidade judaica a acusava de antissemitismo, porque, na sua cabeça, ao defender os palestinos, estava sendo muito... judia.

Ao menos naquilo que o judaísmo representava para ela: o amor aos livros, às histórias, às narrativas. Benjamin, Arendt, Freud, Clarice, Kafka, Roth, Levi, e tantos outros que frequentavam as estantes lá de casa. Quem ama os livros, ama os outros, o Outro, tudo o que é diferente de *si*. E era nisso que consistia seu viés jornalístico – um desejo de se aproximar do outro, de ouvir e entender o outro, e um fascínio por saber que, no fundo, a aproximação e o entendimento têm sempre um limite. Se não é possível estar de fato no lugar do outro, é preciso lhe dar a voz. Deixá-lo falar.

Pensando nas discussões que povoam o mundo hoje eu diria: ela sempre foi a favor do lugar de fala. Sempre quis que os excluídos falassem por si. Por isso viajou pelos países árabes para ouvir os palestinos que já não tinham terra. Nunca se sentiu porta-voz de ninguém, mas talvez uma portadora da voz, aquela que faz a ponte de uma voz longínqua, que quer e precisa ser ouvida pelo resto do mundo. E diria também: ela sempre foi politicamente correta. Nunca gostou de piadas com negros, índios, judeus, mulheres, gays. Em algum momento da minha

adolescência, eu achava isso chato, mas hoje lhe dou toda a razão.

Das muitas coisas que aprendi com a minha mãe, uma das mais importantes foi não separar o trabalho da vida. E aprendi sem aulas, ensinamentos, retórica. Aprendi só de olhar. Ela era assim, e esse estado lhe dava alegria. Dava-lhe força. Não houve um momento preciso em que eu tenha me dito: também quero ser assim. A coisa simplesmente aconteceu, naturalmente. Eu não sei o que é ter um trabalho que não se misture com a vida. Não sei o que é trabalhar oito horas por dia, porque quem escreve trabalha o tempo todo – ou não trabalha nunca, dependendo do ponto de vista. Mais do que um emprego, é um modo de vida.

Quando eu era criança, naquele escritório longínquo, o último quarto de um apartamento de dois andares, havia uma fotografia dela no Cairo, durante a guerra do Yom Kippur. No primeiro plano, a garota de 25 anos; no segundo, dezenas de soldados árabes devidamente armados; no terceiro, as pirâmides egípcias. Essa foto sintetizava muito do que a minha mãe foi para mim como referência: mulher, livre, feminista, apaixonada pelo trabalho, pelas viagens e pela cultura. Como aquela jovem pequena, judia, tinha ido parar no meio daquele monte de soldados árabes e se tornado, se não a primeira, certamente uma das primeiras correspondentes de guerra brasileiras?

Guerra é coisa de homem. Cobrir guerra também. Aliás, naquela época, quase todas as profissões eram de homem. As mulheres ficavam com a datilografia, da qual nem ela escapou. É verdade que foi o acaso que fez de Helena essa pioneira. O *Jornal do Brasil* nunca teria enviado uma mulher – muito menos de 25 anos – para o *front*, no Cairo. Mas ela estava lá. Os aeroportos estavam fechados. Era ela ou ninguém. E foi ela. Ela, no meio de um monte de homens. Ela, a única mulher do mundo inteiro a cobrir a guerra. E ela, lá, soube lutar como uma garota, escrever como uma garota.

O feminismo na minha mãe estava estampado, sobretudo, na sua liberdade. Essa liberdade que normalmente não é permitida às mulheres – a de ir morar sozinha, sem marido, nos anos sessenta, a de falar o que quisesse, a de ir e vir sem dar explicações, a de seguir o desejo, não as convenções. Ao olhar para ela, eu achava que as mulheres não precisavam conquistar mais nada. Minha mãe era a prova de que já tinham tudo. Demorei para entender que esses direitos ainda não haviam sido adquiridos – era necessário arrancá-los, conquistá-los a cada vez. Que aquela menina no *front* não era um acontecimento natural. E, mesmo para ela, essa liberdade tinha um preço.

Só tenho pena de, depois de tantas mudanças de casa, não conseguir mais encontrar a foto daquela garota com os soldados e as pirâmides. Queria pendurá-la no meu escritório. Queria que a minha filha pudesse vê-la e se inspirar na avó. E também queria me lembrar se, no meio da guerra, diante de tantos homens armados, ela estava séria ou sorrindo. Mas a memória é também aquilo que esquecemos.

Autoras e autores

Adriana Mabilia

Jornalista com 19 anos de experiência como editora internacional nas principais emissoras de TV do Brasil. Especialista em Jornalismo Internacional (PUC-SP), com pesquisas sobre o Oriente Médio. Mestranda em Governança Global (PUC-SP), com o olhar para o setor de ajuda humanitária. Publicou *Viagem à Palestina, prisão a céu aberto*, em 2013, no Brasil, e em 2017, em Portugal.

Angela Zamin

Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Jornalista. Doutora e mestra em Ciências da Comunicação (Unisinos). Estágio de pós-doutoramento na Pontificia Universidad Javeriana (Bogotá, Colômbia). Líder do Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). Investiga práticas jornalísticas e conflito.

Beatriz Marocco

Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Jornalista. Doutora em Jornalismo (Universidade Autônoma de Barcelona). Mestre em Comunicação (PUCRS). Estágio pós-doutoral na Université Stendhal, Rennes III. Autora de *Ações de*

resistência no jornalismo: Livro de repórter; Entrevista, na prática jornalística e na pesquisa; Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico, dentre outros. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos em Jornalismo (Unisinos/CNPq). Investiga discurso jornalístico, crítica das práticas jornalísticas, livros de repórter, autoralidade e subjetividade.

Cláudia Lago

Professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), ligada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP. Jornalista. Doutora em Ciências da Comunicação (USP). Mestre em Antropologia Social (UFSC). Investiga alteridade e gênero em narrativas não ficcionais.

Cleusa Jung

Jornalista. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UFSM), com bolsa Capes. Integrante do Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). Investiga violência contra jornalistas.

Fabiana Moraes

Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Jornalista. Doutora em Sociologia (UFPE). Tem pesquisas voltadas para a questão da hierarquização social com foco na (in)visibilidade de grupos vulneráveis. É vencedora de três prêmios Esso: *Os Sertões* (2009), *O nascimento de Joicy* (2011) e *A vida mambembe* (2007). Recebeu os prêmios Petrobras de Jornalismo, Embratel e três prêmios Cristina Tavares (Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco). Lançou cinco livros: *Os Sertões* (Cepe, 2010), *Nabuco em pretos e*

brancos (Massangana, 2012); *No país do racismo institucional* (Ministério Público de Pernambuco, 2013); *O nascimento de Joicy* (Arquipélago Editorial, 2015); *Jormard Muniz de Britto – professor em transe* (Cepe, 2017). Investiga narrativas midiáticas, jornalismo, subjetividade e a relação entre celebridade e pobreza.

Dayane do Carmo Barretos

Professora substituta do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Jornalista. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UFMG). Mestra em Comunicação (UFOP). Integrou o Grupo de Pesquisa Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). Investiga narrativas jornalísticas.

Jessica Hock

Jornalista. Graduanda em Letras – Português: Bacharelado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrou o Grupo de Pesquisa Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM).

Lara Nasi

Jornalista na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutora em Comunicação (UFSM). Mestra em Ciências da Comunicação (Unisinos). Integrante do Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). Investiga jornalismo, narrativa, violência, direitos humanos, cidadania.

Marcia Veiga da Silva

Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (Unisinos). Bolsista do Programa

Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/Capes) no mesmo Programa. Jornalista. Doutora e mestra em Comunicação e Informação (UFRGS). Vencedora do Prêmio Adelmo Genro Filho 2011, na categoria Melhor Dissertação de Mestrado. Menção Honrosa no Prêmio Capes de Teses na área Ciências Sociais Aplicadas I (2016). Autora do livro *Masculino, o gênero do Jornalismo: modos de produção das notícias*. Integrante dos Grupos de Pesquisas Estudos em Jornalismo (Unisinos/CNPq) e Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). Investiga jornalismo, produção de notícias, gênero e interseccionalidades, produção do conhecimento.

Marlon Santa Maria Dias

Jornalista. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (Unisinos), com bolsa Capes/Proex. Mestre em Comunicação (UFSM).

Mateus Quevedo

Jornalista. Integrou o Grupo de Pesquisa Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM).

Reges Schwaab

Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen, e do Programa de Pós-graduação em Comunicação (UFSM). Jornalista. Doutor e mestre em Comunicação e Informação (UFRGS). Estágio de pós-doutoramento na Universidad de Antioquia (Medelím, Colômbia). Vice-líder do Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). Investiga reportagem e narrativa jornalística.

Taiz Gizele Richter

Jornalista. Pós-graduanda em Marketing na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Integrou o Grupo de Pesquisa Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM).

Tatiana Salem Levy

Graduada em Português – Literaturas (UFRJ) e em Português – Francês (UFRJ). Mestra em Estudos de Literatura (PUC-Rio). Doutora em Estudos de Literatura (PUC-Rio). Publicou *A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze* e *A chave de casa*. Finalista do prêmio Jabuti 2008 na categoria melhor romance e vencedora do Prêmio São Paulo de Literatura por *A chave de casa*.

Tatiane Milani

Jornalista. Mestra em Ciências da Comunicação (Unisinos). Integrou o Grupo de Pesquisa Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM).

Tássia Becker Alexandre

Jornalista. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (Unisinos), com Capes/Proex. Mestra em Jornalismo (UFRSC). Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos em Jornalismo (Unisinos/CNPq).

Tonie Maria Gregory dos Santos

Jornalista. Mestra em Letras (Unioeste). Jornalista na Agência Âncora Comunicação. Integrou o Grupo de Pesquisa Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM).

Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de graduação em Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Jornalista. Doutora em Comunicação e Informação (UFRGS). Mestre em Extensão Rural (UFSM). Vencedora do Prêmio Capes de Tese na área de Ciências Sociais Aplicadas I (2006). Autora de *Indústria de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*.

Vivian Augustin Eichler

Jornalista. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação (UFRGS). Mestre em Relações Internacionais (Universidad del Salvador, Buenos Aires). Integrante do grupo de pesquisa Jornalismo Digital (Jordi/UFRGS). Atuou por 10 anos como repórter e editora no jornal Zero Hora. Ex-bolsista Rotary pela paz.

estudos em
jornalismo
GRUPO DE PESQUISA (CNPq/Unisinos)



Laboratório de Práticas Jornalísticas
Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Centro de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Ciências da Comunicação

Reitor	Paulo Afonso Burmann
Vice-reitor	Luciano Schuch
Diretor do CCSH	Mauri Leodir Löbner
Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação	Rodrigo Stéfani Correa

FACOS-UFSM

Diretora Editorial	Ada Cristina Machado da Silveira
Editora Executiva	Sandra Depexe
Comissão Editorial	Ada Cristina Machado da Silveira (UFSM) Eduardo Andrés Vizer (UBA) Eugênia Maria Mariano da Rocha Barichello (UFSM) Flavi Ferreira Lisbôa Filho (UFSM) Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM) Marina Poggi (UNQ) Paulo César Castro (UFRJ) Sonia Rosa Tedeschi (UNL) Veneza Mayora Ronsini (UFSM)
Conselho Técnico	Aline Roes Dalmolin (UFSM)
Administrativo	Leandro Stevens (UFSM) Liliane Dutra Brignol (UFSM) Sandra Depexe (UFSM)

Título	Livro de repórter: autoralidade e crítica das práticas
Organizadoras	Beatriz Marocco Angela Zamin Marcia Veiga da Silva
Diagramação	Angela Zamin
Imagem capa	Canva
Revisão	Angela Zamin Beatriz Marocco Marcia Veiga da Silva Reges Schwaab

Licença Creative Commons



LIVRO DE REPÓRTER

AUTORALIDADE E
CRÍTICA DAS PRÁTICAS

“São textos que aprofundam não apenas recortes conceituais sobre a concepção de “livro de repórter” no que este se constitui, especialmente o colocar em cena a subjetividade dos/das autoras/es, mas exploram, a partir destes textos, a entrada em cena destas subjetividades e o que isto significa em termos de alargamento das possibilidades no jornalismo. Alargamento para além de um olhar factual “objetivo”, cerceador. Alargamento apontando para um jornalismo crítico, imersivo e complexo. Um jornalismo que não se fecha em si, mas se abre para o Outro”.

Claudia Lago | prefácio

FACOS-UFSM